



Ecumenismo e Cidadania

Nada mais oportuno que os fatos históricos narrados pelos seus personagens. Assim é a publicação da Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE), que busca apresentar uma narrativa histórica sobre a sua trajetória, iniciada em 13 de junho de 1973. São 65 anos do Conselho Mundial de Igrejas (CMI) e 40 anos da primeira, entidades atuantes no campo do ecumenismo, num momento de construção de suas memórias, registros e avaliações. A ênfase fundamental desta obra é a convicção desta entidade na oportuna luta pelos direitos humanos, direitos civis, econômicos, políticos, sociais, culturais, religiosos e ambientais tendo como foco as comunidades e coletivos empenhados em uma VIDA DIGNA PARA TODOS.

O livro está organizado, acertadamente, em duas partes: uma delas enfoca o período de 1950 a 1973, que trata da ajuda intereclesialística no âmbito do CMI e da Confederação Evangélica do Brasil (CEB), tendo como destaque grupos evangélicos preocupados com os problemas sociais brasileiros, apoiando projetos que significassem modificações qualitativas na vida da população pobre, porém sem abrir mão de uma visão progressista e ecumênica, na tentativa de uma inserção concreta na realidade do Brasil.

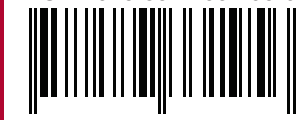
Na verdade, o livro destaca a vontade de pensar e transformar a sociedade na qual vive-

mos, “à luz da teologia cristã”. Aborda a aproximação dos “irmãos separados”, na busca da “unidade cristã”, registra conferências episcopais realizadas na promoção do diálogo entre os fiéis. A natureza dos projetos apoiados pela CESE também é motivo de abordagem em um dos capítulos. Mas a mim, em particular, alegra-me o registro para conhecimento de muitos, do empenho desta corajosa e fraterna entidade na promoção da “igualdade étnica, diversidade e liberdade religiosa”, tornando-se um efetivo aliado contra a Intolerância Religiosa, que vitima as comunidades religiosas de matriz africana. Felizes são aqueles que desfrutam de uma fiel aliada, que prega o “fortalecimento do diálogo ecumênico e interreligioso”.

No mais, vamos ao livro, um testemunho da ação histórica de gente de boa vontade, corajosa e desejosa de um mundo cada vez melhor. Uma história comovente, edificante, exemplar e real.

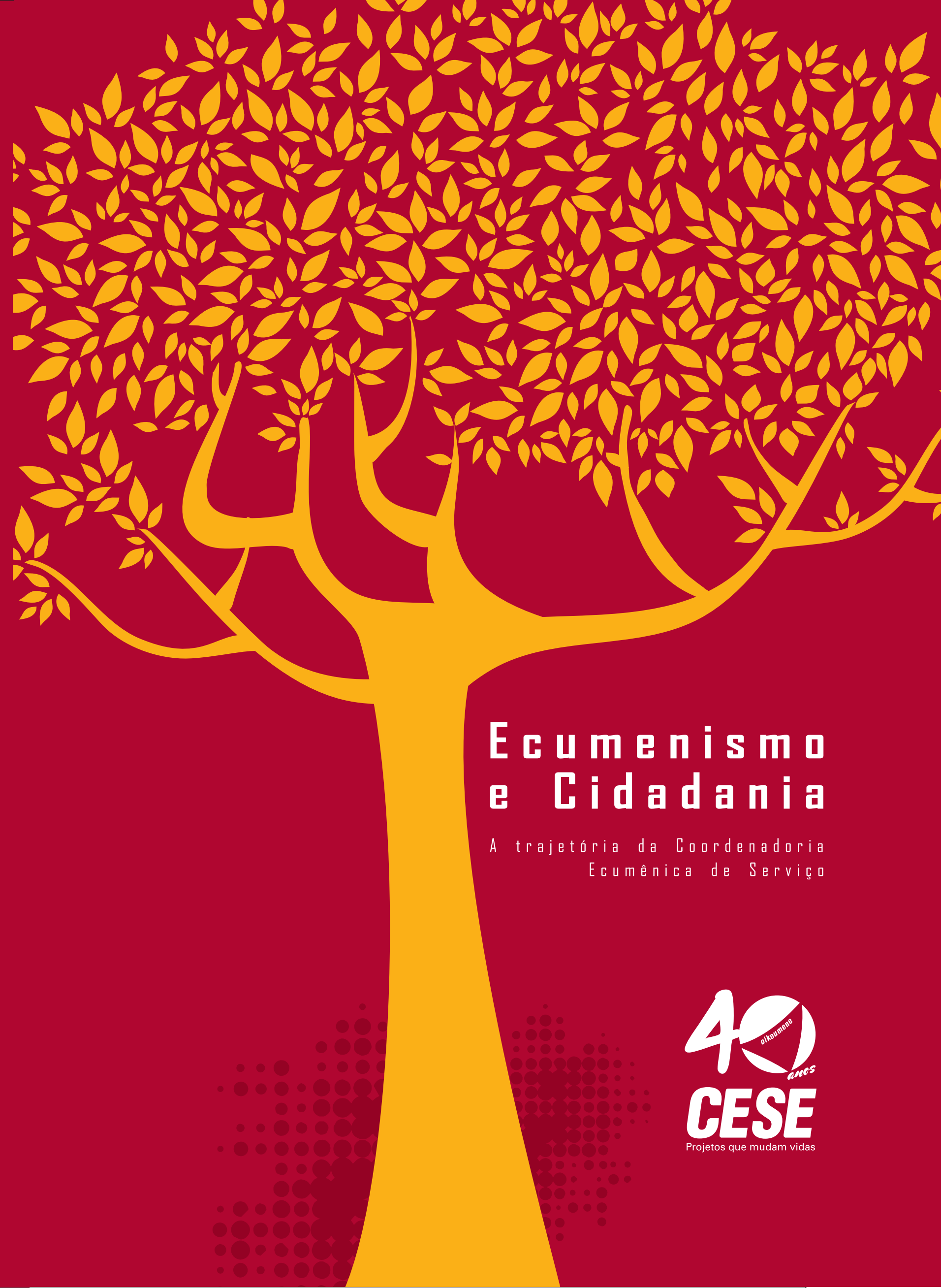
Jaime Sodré
Professor universitário, mestre em Teoria e História da Arte, doutorando em História Social

ISBN 978-85-7733-195-6



Ecumenismo e Cidadania

CESE 40 ANOS



Ecumenismo e Cidadania

A trajetória da Coordenadoria Ecumênica de Serviço



Projetos que mudam vidas

Realização:



Apoio:



Coordenadoria Ecumênica de Serviço

CESE

uma trajetória de luta por direitos humanos, desenvolvimento e justiça



2013

Direito de Edição e Publicação

Coordenadoria Ecumênica de Serviço – CESE
Rua da Graça, 164 – Graça – Salvador/BA
www.cese.org.br

Coedição

CEBI – R. João Batista de Freitas, 558 – São Leopoldo/RS
www.cebi.org.br
Editora Sinodal – Rua Amadeo Rossi, 467 – São Leopoldo/RS www.editorasinodal.com.br

Edilece Couto

Licenciada em História pela Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC,
Mestre e Doutora em História pela Universidade Estadual Paulista Catalogação na Publicação:
Bibliotecária Eliete Mari Doncato Brasil - CRB 10/1184
UNESP, Campus de Assis – SP.

Elizete Silva

Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo – USP

Muniz Ferreira

Licenciado em História pela Universidade Federal Fluminense,
Mestre em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro,
Doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo

Maria de Fátima P. do Nascimento

Advogada formada pela Universidade Federal do Espírito Santo
Mestre em Políticas Sociais e Cidadania pela Universidade Católica do Salvador

Lucyvanda Moura

Licenciada em Serviço Social pela Universidade Católica do Salvador
Mestre em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

C778 Coordenadoria Ecumênica de Serviço CESE: uma trajetória de luta por direitos humanos, desenvolvimento e justiça / Organizadora: Lucyvanda Moura -- São Leopoldo : CEBI, 2013.

256 p. : il. ; color.

ISBN 978-85-7733-195-6

1. Coordenadoria Ecumênica de Serviço CESE - História. 2. Ecumenismo. 3. Pluralismo - Religião I. Moura, Lucyvanda.

CDU 261.8(091)

Catalogação na Publicação:
Bibliotecária Eliete Mari Doncato Brasil - CRB 10/1184

CESE: uma trajetória de luta por direitos humanos, desenvolvimento e justiça

Conselho Editorial

Alonso Roberts • Dimas Galvão • Eliana Rolemberg

Organização e Normalização

Lucyvanda Moura

Revisão

Anivaldo Padilha • Beatriz de Souza Lima • José Carlos Zanetti

Direção de Arte

dois! mídia e arte

Projeto Gráfico

Bruno Aziz • Fabio Farani • Iure Aziz

Capa e Ilustrações

Bruno Aziz

Capa e Edição de Imagens

Fabio Farani

Diagramação e Edição de Imagens

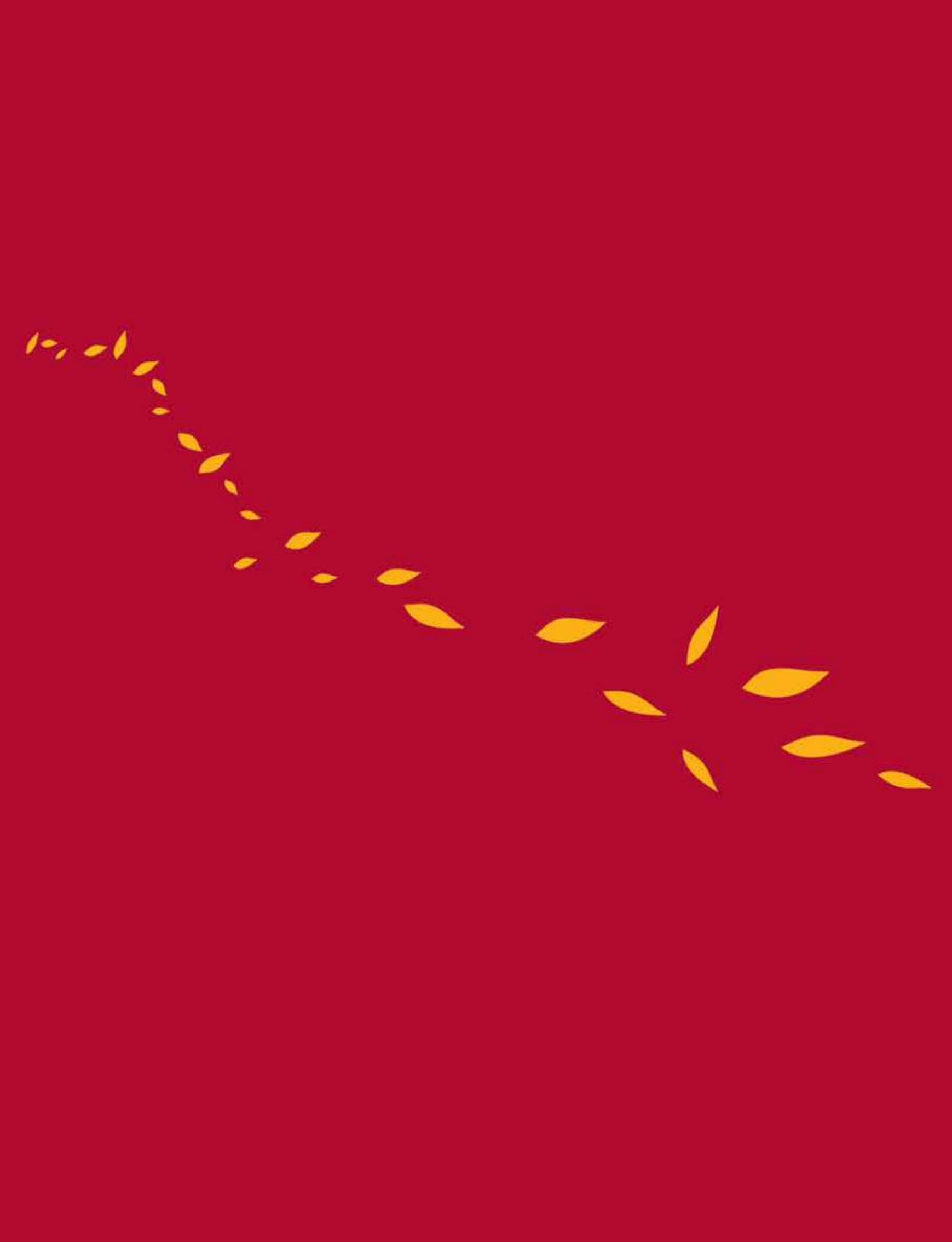
Iure Aziz

Imagens

Acervo CESE

1ª Edição

Salvador, CEBI/Sinodal, 2013



Enilson,

Estarás sempre vívido na nossa lembrança,
vivo na memória assim porque fizeste a CESE,
e a CESE, contigo, faz História;
porque comungas na Unidade,
dissipando a intolerância,
como bom-pastor, por sendas perigosas.

“Poder, riqueza, honraria

são como a areia dos rios:

retinem, fluem, cintilam.

E se esvaem, sem valia”.

Mas para todos aqueles que, como tu,
ao melhor se destinam; todos os que,
sem paramentos,

“recusam-se à própria sorte,

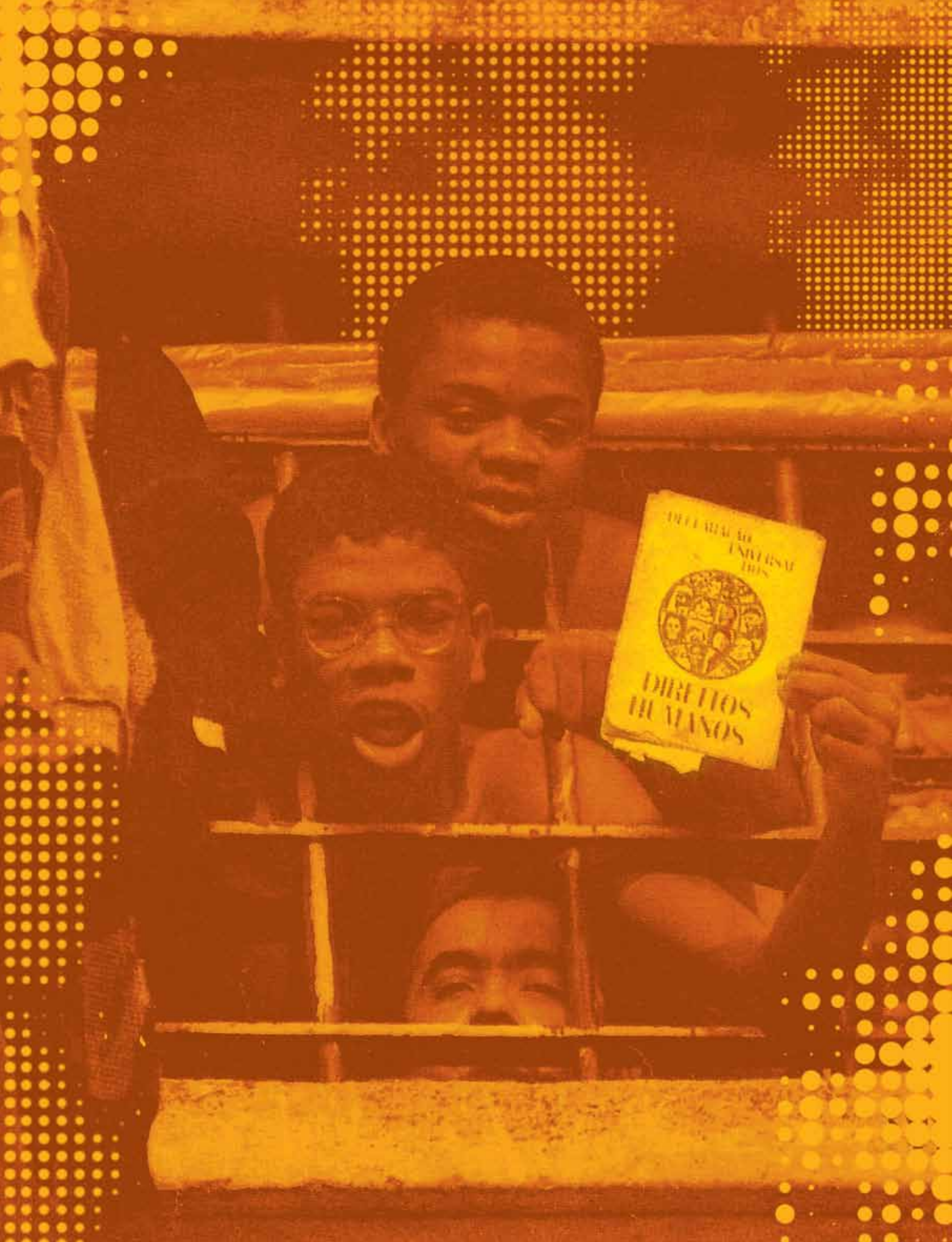
como a nos dizer nos olhos:

a vida é maior que a morte”,

na claridade, a justa permanência há de ser
festejada, enquanto houver boa-vontade.

Dos teus sempre amigos, colegas da CESE.

Entre aspas, versos de Ivan Junqueira,
ligeiramente modificados.



Apresentação

CESE: uma trajetória de luta por direitos humanos, desenvolvimento e justiça

Naquele 13 de junho de 1973, quando nascia a CESE, conjugavam-se duas forças, dois sentimentos que até hoje permanecem: o compromisso com as lutas do povo brasileiro pela cidadania, e o desejo – sob a inspiração do Conselho Mundial de Igrejas (CMI) – de construir uma organização ecumênica de serviço.

A CESE, ao ingressar no cenário nacional, em pleno regime militar, superava três grandes preconceitos: desafiar as igrejas evangélicas históricas a voltar sua atenção e prioridade para a região mais pobre do País – o Nordeste, embora distante de suas sedes institucionais, concentradas no Sul; definir-se por pequenos projetos voltados para o desenvolvimento comunitário autônomo como peça central de sua política de apoio; estreitar o diálogo com a Igreja Católica para uma experiência em comum.

Estava então, em curso, uma luta interna no âmbito da cooperação ecumênica internacional, quanto à melhor forma de promover a justiça e a solidariedade com países em desenvolvimento, como o Brasil. A CESE foi criada justamente para se contrapor a mecanismos superados e não transformadores do *status quo* com que se ocupava a cooperação, até então concentrada em grandes projetos.

O projeto institucional ancorado nos marcos de sua missão foi amadurecendo pacientemente, o que lhe possibilitou longevidade. O artigo 4º de seus estatutos afirma que a CESE *“dá prioridade aos projetos sociais que assegurem efetiva participação da comunidade beneficiária, na concepção, no planejamento, na implementação, no acompanhamento e autoavaliação dos mesmos”*, entendendo por projeto social “aquele que,

nos moldes da fé cristã, destina-se a promover o ser humano, em todas as suas dimensões, sem discriminação social, econômica, religiosa e racial”.

Priorizar pequenos projetos assumidos com autonomia pelas comunidades de origem foi uma opção assumida pela CESE, considerando várias questões analisadas, entre as quais:

- os pequenos projetos demonstram considerável poder multiplicador, chamado *efeito semente*, capaz de ampliar seus resultados para além da população imediatamente atendida. Essa dimensão educativa, ademais, reforça nos grupos sua condição de sujeito nos processos de mudança;
- os pequenos projetos representam, em sua grande maioria, iniciativas locais que têm impedido, concretamente, que o processo de exclusão social tenha um efeito mais devastador, pois integram gêneros, etnias, segmentos diversos do campo e da cidade, em função da satisfação de necessidades coletivas.

A CESE chegou a desenvolver um Programa de apoio a pequenos projetos, compreendendo que os mesmos estão inseridos em processos e, para garantia de sua contemporaneidade, faz-se necessário acompanhar, permanentemente, a dinâmica dos movimentos sociais que influencia a criação de novos contextos e campos de atuação, indicando atualizações acerca da concepção e potencialidade dos pequenos projetos.

Atualmente, a Missão da CESE tem a seguinte formulação: *Fortalecer organizações da sociedade civil, especialmente as populares, empenhadas nas lutas por transformações políticas, econômicas e sociais que conduzam a estruturas em que prevaleça democracia com justiça.*

A CESE procura contribuir para o desenvolvimento social e econômico entre os chamados “excluídos” e outros setores populacionais identificados como prioritários. O propósito é fortalecer a sociedade civil como fator fundamental na transformação do País, por meio do apoio a projetos de grupos e organizações populares – associações comunitárias, movimentos, sindicatos e também ONGs e entidades eclesiais – numa dimensão ecumênica. Esse apoio estende-se a todo o território nacional

A CESE tem uma identidade que a diferencia de outras organizações no Brasil. Ela é **organismo ecumênico** – pela própria constituição institucional – e não deixa de ter elementos que a caracterizam como **organização não governamental (ONG)**. Seu papel central é o **serviço** – das igrejas que a compõem, para os movimentos populares.

Na maior parte de sua trajetória, a CESE ocupou um lugar de convergência entre *igrejas, agências de cooperação e movimentos populares*. Por isso, afirmava-se que a CESE estava no **vértice** das relações. Estar no vértice, até graficamente, significa estar num ponto privilegiado e simboliza um permanente tensionamento que, no caso, é criativo e impulsionador. Ela sempre desempenhou um papel facilitador de contatos e oferece espaços e subsídios para reflexão, diálogo e articulação.

Porém, a CESE tem sido levada a ampliar e diversificar relações com outros setores, de forma a enfrentar os atuais desafios da cooperação internacional que, embora continuando a valorizar a parceria estratégica, tem diminuído seu aporte financeiro para o Brasil. Uma consequência dessa redução é a concentração em determinados temas e/ou áreas geográficas, nem sempre coincidentes com as definições da CESE de apoio a pequenos projetos inseridos numa diversidade temática, em consonância com a percepção de

que a pluralidade dos movimentos sociais no Brasil constitui uma fonte essencial de vitalidade da sua sociedade civil.

Estreitar laços com outros setores da sociedade tornou-se vital para a sensibilização e mobilização do conjunto da opinião pública para criação de uma pauta de compromisso solidário e de mobilização de recursos nacionais para os movimentos populares. Intervir de forma articulada para incidência pública tem sido cada vez mais necessário e tem motivado a CESE a participar de fóruns e alianças ecumênicas e de organizações da sociedade civil em âmbito nacional, regional e mundial.

Em 2003, quando a CESE completou 30 anos, a ICCO – agência de cooperação holandesa, parceira desde os primeiros tempos – ofereceu um apoio financeiro como estímulo para a preparação de um livro que retratasse a história da CESE e o papel que desempenhava no Brasil, influenciando outros países da América Latina.

A CESE procurou responder ao desafio e contratou, inicialmente, uma equipe de historiadores com a tarefa de evidenciar a *história da CESE na história do Brasil*. Porém, apesar da riqueza da pesquisa histórica, o trabalho foi se mostrando complexo, exigindo também uma abordagem mais interna, capaz de resgatar significados de ações e de processos, discernindo elementos da política institucional da entidade, nos diversos momentos de sua trajetória. Só foi possível finalizar a edição neste ano de 2013, quando a CESE completa 40 anos. Ficarão certamente muitas lacunas e nos questionaremos sobre elas. Mas esperamos que o conteúdo do livro que apresentamos neste momento alimente reflexões e diálogos no meio ecumênico, nos movimentos sociais, no meio acadêmico e nas articulações em que a CESE se faz presente.



O compromisso da CESE com os Direitos se reforça a cada dia, com o brotar das tantas sementes espalhadas pelo País.

A cada grupo popular que nasce nas periferias das cidades e nos campos...

A cada novo movimento popular que se organiza...

A cada movimento que se reforça...

A cada rede tecida por mulheres e homens, nas lutas para transformar nossa sociedade, em busca de justiça, de paz...

Aí está a razão de ser da CESE!



Prefácio

Percorrer os quarenta anos da CESE significa caminhar por diversas veredas do movimento ecumênico brasileiro e reencontrar pessoas e eventos que marcaram a história recente do Brasil.

Significa compreender os sonhos que orientaram o trabalho pioneiro de uma geração que, ao lançar seu olhar sobre o Brasil, sentiu-se desafiada a desenvolver uma nova teologia encarnada na realidade do povo e a transformar instituições eclesiais voltadas para si mesmas em uma nova igreja comprometida com a luta pela paz, justiça e pela transformação social.

Significa perceber como esta geração pioneira, tendo em Richard Shaull seu grande mentor, inspirou a geração seguinte que, de mãos dadas àquela, de repente viu-se atropelada pelos tanques e pelas cavalarias das forças militares que usurparam o poder político, derubaram um governo legitimamente eleito, rasgaram a Constituição e impuseram um regime de terror sobre o País e um controle quase absoluto sobre todas as esferas das relações humanas.

Significa caminhar com aqueles setores da sociedade e das igrejas, especialmente os jovens, que não se calaram diante da tirania e colocaram suas vidas a serviço das lutas pela liberdade e pela restauração do processo democrático em nosso País, enquanto parte das instituições eclesiais se mantinha em silêncio obsequioso e, em alguns casos, até contente.

Significa entender como o movimento ecumênico, a partir de meados da década de 1950, inspirado pelo Conselho Mundial de Igrejas e tendo a Confederação Evangélica do Brasil como seu grande incentivador, se torna o eixo em torno do qual setores importantes do protestantismo se aglutinam em busca de uma práxis cristã transformadora e, nesse caminhar, se encontram com católicos movidos pelos ares refrescantes do Concílio Vaticano II. Esse encontro con-

tribui para o aprofundamento de relações que vão se estabelecer em torno de práticas conjuntas de solidariedade – ativas e concretas – junto aos setores mais explorados da nossa sociedade, tanto no campo quanto nas áreas urbanas. Nesse caminhar, o movimento ecumênico une suas forças a outros setores da sociedade na luta por reformas sociais profundas com vista à construção de um País mais justo, mais independente e solidário.

O que parecia uma primavera a brotar mil flores transforma-se em um grande e sombrio inverno. O golpe de Estado de 1964 parece interromper esse rico processo de redescoberta dos valores do Evangelho e do significado da Missão de Deus no mundo. A diáspora foi grande. Lideranças importantes forçadas a deixar o País, outras silenciadas e ainda outras, presas. O sonho de um novo País mais justo e mais democrático se transformava num pesadelo dominado pelos fantasmas da repressão, da tortura e do terror de Estado.

Entretanto, em meio a essa aparente escuridão, foi possível vislumbrar saídas. Tal qual Ezequiel foi levado a encontrar vida naquele vale de ossos secos, também foi possível descobrir sinais da presença de Deus em meio ao desespero e à desesperança diante de um poder político-militar que se apresentava como onipotente. É nesse momento que aquelas forças dispersas são chamadas a se aglutinar. Com muita dificuldade, é verdade. Mas com coragem para vencer a tentação da paralisia e da omissão e com a sabedoria para buscar e encontrar os caminhos mais seguros e prudentes que a situação exigia. O Centro Ecumênico de Informação (CEI) surge como fruto dessa sabedoria e se transforma em agregador de esforços, em referencia importante para as pessoas dispersas e em sinal de esperança para muitos porque demonstrava que “alguma coisa estava sendo feita”.

Os ares renovadores do Vaticano II já haviam criado algumas raízes na Igreja Católica na América Latina e co-

meçam a produzir seus melhores frutos na Conferência Episcopal da América Latina, em Medellín, Colômbia. As opções pelos pobres, pelos jovens e pelas comunidades de base, levadas a efeito pelo episcopado católico romano do continente, significavam um grande desafio para os seus fiéis e, ao mesmo tempo, um apelo sedutor para o engajamento de grandes contingentes leigos na luta pela justiça e pelos Direitos Humanos.

Essa nova postura da Igreja Católica vai possibilitar o reencontro de protestantes e católicos nas diversas trilhas abertas pelos movimentos de luta contra a ditadura. Esse reencontro, às vezes institucional, outras vezes não, vai desembocar na grande diversidade de ações ecumênicas de curta ou de longa duração junto a uma infinidade de comunidades em todo o País, seja em programas de educação popular, de defesa de Direitos Humanos, produção de conhecimento, estudo comunitário da Bíblia ou de simples assessoria a comunidades eclesiais de base. Papel decisivo nesse processo teve o Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI), sucessor do antigo CEI.

Como não poderia deixar de ser, as hierarquias das igrejas não passam incólumes a esse processo. Figuras importantes das lideranças das igrejas, como os bispos católicos romanos D. Hélder Câmara e D. Paulo Arns; pastores como João Parahyba da Silva, Jaime Wright e Paulo Ayres; e lideranças leigas como Jether Ramalho e Enilson Rocha, para citar somente algumas figuras emblemáticas daquele período, se destacam como importantes artífices de uma nova estratégia de ação ecumênica que possibilitou a aproximação, mesmo que tensa às vezes, entre movimentos eclesiais e as instâncias oficiais das igrejas. É possível dizer, sem exageros, que talvez esse período entre o final da década de 1960 e início da década de 1980 tenha sido o momento mais criativo e mais dinâmico do papel do movimento ecumênico no Brasil.

É nesse contexto que se consolidam o desejo e a convicção de que o momento é chegado para as igrejas darem um importante passo à frente e estabelecer formas de cooperação institucionais mais orgânicas. O apoio das igrejas a iniciativas comunitárias e populares já se havia transformado em prática comum. As igrejas também já haviam se tornado o principal canal de transferência de recursos provenientes das agências ecumênicas de cooperação da Europa e da América do Norte para projetos e programas no Brasil, tendo o Conselho Mundial de Igrejas como o principal mediador dessas relações. Portanto, quando as igrejas brasileiras, membros do CMI, decidem iniciar as discussões com vistas a criar uma organização que pudesse contribuir de forma decisiva para dar um salto de qualidade nas relações de cooperação ecumênica, tanto em seu viés internacional quanto em relação ao serviço prestado localmente, receberam apoio entusiástico.

E havia um dado importante que não passou despercebido: a participação da CNBB. Naquela época, era comum a existência de organizações formadas por igrejas protestantes, em praticamente todos os países, que se responsabilizavam por mediar as relações entre o CMI, as agências ecumênicas e seus parceiros locais. A CESE foi a primeira organização ecumênica de serviço a contar com a participação plena da Igreja Católica Romana, por meio da CNBB. E a importância desse acontecimento não pode ser subestimada nem ignorada, principalmente se levarmos em consideração o fato de que a Igreja Católica só aderiu ao movimento ecumênico durante o Concílio Vaticano II e que, pelo menos até duas décadas antes da fundação da CESE, as relações entre as igrejas protestantes e a Igreja Católica Romana eram caracterizadas por grandes e fortes tensões em várias regiões do Brasil.

O esforço conjunto das igrejas protestantes e da CNBB para a criação da CESE teve e tem um significado simbólico muito importante, o qual nem sempre é percebido. A CESE foi criada em 1973, período em que o terror da ditadura militar se mostrava mais violento com o uso da tortura como método institucionalizado de interrogatório de presos políticos, tribunais de exceção, assassinatos e desaparecimento de opositores políticos, além da censura severa aos meios de comunicação e às artes. As igrejas também não estavam imunes, haja vista o grande número de padres, pastores e leigos das diversas igrejas que sofreram perseguições, prisão e morte. Portanto, era um período em que a repressão e a intolerância se manifestavam de forma livre, sem nenhum constrangimento, porque fazia parte de uma política de Estado.

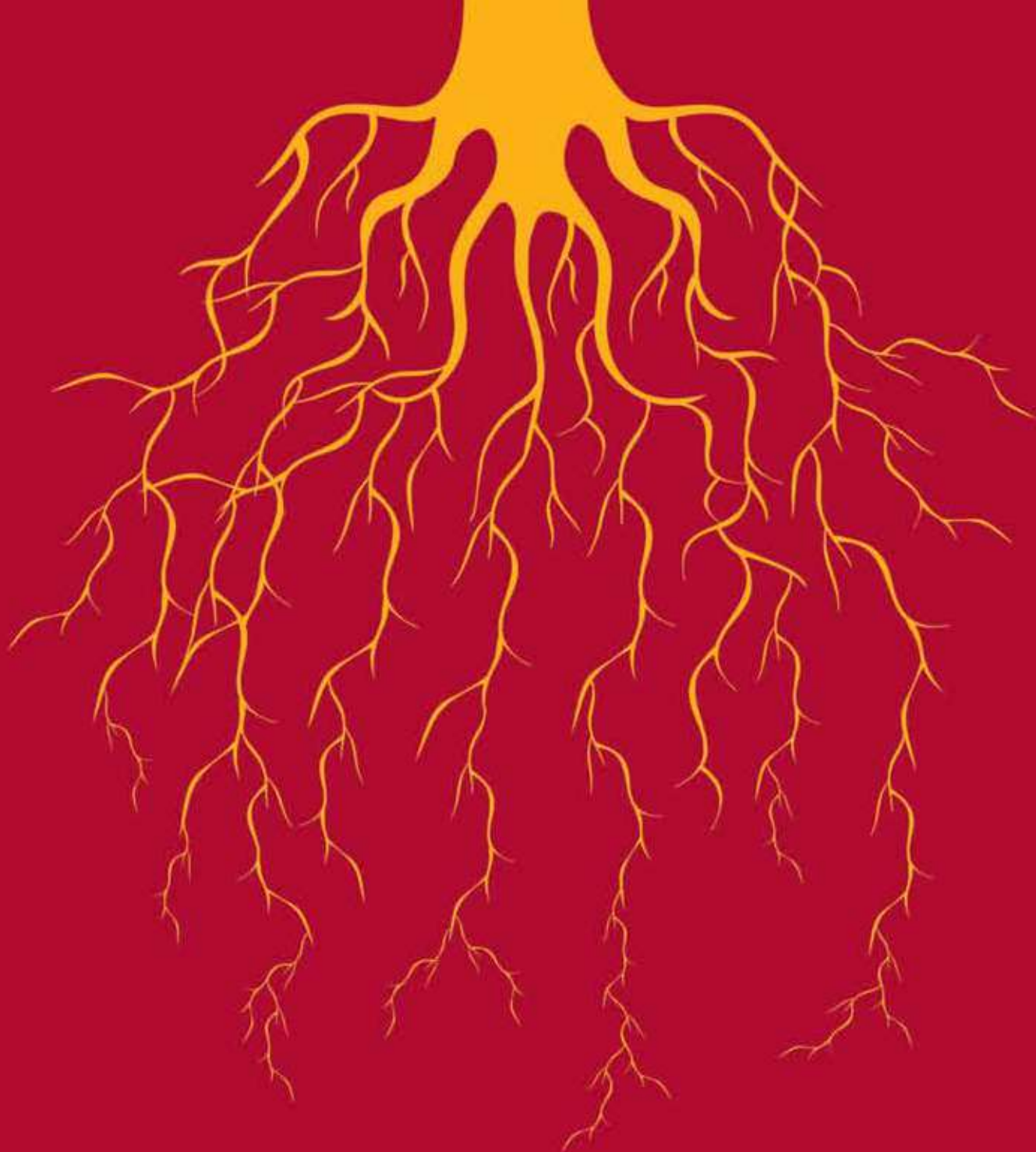
E em meio a esse clima de tensão, de medo, de intolerância e de violência surge uma organização formada por instituições que poucos anos antes viviam em conflito, cujos objetivos não era o poder ou a busca de prestígio ou apenas a procura de maior eficiência. Ao contrário, seu objetivo era a diaconia, serviço ao próximo como fruto do amor gratuito, o cumprimento do maior mandamento que Jesus deixou aos seus seguidores. Era um testemunho claro de que é possível superar barreiras, vencer antagonismos e construir laços de fraternidade, quando se tem no serviço ao povo a motivação maior para as nossas ações.

Fora o grande serviço que a CESE tem prestado ao movimento ecumênico brasileiro e internacional e aos movimentos sociais e comunitários, uma das suas maiores contribuições talvez seja esta: por meio da sua própria existência testemunhar a possibilidade de conviver com as diferenças e valorizar a diversidade como um dom que nos ajuda a ser mais humanos e, portanto, mais próximos de Deus.

Conhecer a história da CESE é caminhar por todos esses caminhos apontados aqui, tarefa difícil que este livro nos ajuda a percorrer. Obviamente, este livro, pelos seus próprios objetivos, não abrange toda a riqueza dessa história nem todos os aspectos desse período. Entretanto, certamente despertará no leitor o desejo de conhecer mais e incentivará outros pesquisadores a avançar no estudo do movimento ecumênico no Brasil, do seu papel nas lutas pela justiça, paz e transformação social e sua contribuição para a construção de uma cultura verdadeiramente democrática em nosso País.

Agradeço à CESE a honra de poder escrever este prefácio. Creio que expresse o desejo de centenas de pessoas ao dizer que, antes de falar sobre a instituição CESE, o que procurei foi falar sobre o Espírito que moveu as pessoas a criá-la, Espírito esse do qual todos nós temos o privilégio de fazer parte.

Anivaldo Padilha
Associado de KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço



CELEBRAR os 40 anos da CESE traz à memória de quem participou dessa trajetória o sabor de vivenciar a experiência do sonho ecumênico, prático e interativo. A história da criação e desenvolvimento da CESE é escrita a partir de encontros, estudos, reflexões e ações de envolvimento com cada projeto apoiado, com as comunidades e com cada igreja participante.

Um livro não conseguirá contar tudo que foi mobilizado através da ação da CESE: os laços construídos, as parcerias estabelecidas, as reflexões escritas e a lista de todas as pessoas que contribuíram, participaram e cantaram juntos "irá chegar um novo dia". Mas essas histórias precisam ser contadas. Elas reno-

vam nossa esperança de que podemos muito quando estamos juntos, somando nossas forças na busca da unidade dos cristãos e das cristãs, na tolerância religiosa, e assim seguirmos na resistente utopia da defesa dos direitos humanos e sociais.

A leitura deste livro deve estimular um olhar sobre o momento das relações ecumênicas, hoje, e pode provocar nas lideranças o desejo de continuarem juntos, aprofundando nas reflexões e, principalmente, no compromisso do serviço ecumênico para que se faça justiça, se promova a paz e se viva com alegria.

Lúcia Leiga de Oliveira
Primeira Presidenta da CESE (1994 – 1996)

Introdução

Em 2013 estão sendo comemorados os 65 anos do Conselho Mundial de Igrejas (CMI) e os 40 anos da Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE), duas entidades atuantes no movimento ecumênico. O momento é de comemoração, mas, entendemos que ele seja também propício às avaliações e à construção de memórias ou registro histórico de suas atividades.

Neste livro, procuramos construir uma narrativa histórica sobre a trajetória da CESE, fundada em 13 de junho de 1973, presidida pelo bispo metodista Sady Machado da Silva e pelo vice-presidente, o Superior Provincial da Província Franciscana do Rio Grande do Sul, Cláudio Hummes, com a participação das seguintes Igrejas brasileiras vinculadas ao CMI: Metodista, Presbiteriana Independente, Luterana, Episcopal Anglicana, Evangélica Pentecostal O Brasil para Cristo e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), representando a Igreja Católica.

Ao longo dos seus 40 anos de existência, a CESE tem colaborado para a efetivação de iniciativas populares, tanto na cidade quanto no campo, voltadas para o fortalecimento da organização de comunidades e coletivos de ativistas em diferentes áreas de atuação, com grande ênfase na defesa dos direitos civis, econômicos, políticos, sociais, culturais, religiosos e ambientais das populações brasileiras, tendo apoiado cerca de 10.800 projetos, o que a credencia como uma das principais organizações do gênero no Brasil e na América Latina.

A pesquisa foi realizada pelos historiadores doutores Edilece Souza Couto, Elizete da Silva e Muniz Gonçalves Ferreira, com o objetivo principal de entender a evolução histórica da CESE, especialmente suas atividades de apoio a grupos e organizações populares engajados em movimentos em prol da vida humana, por meio do financiamento, acompanhamento e avaliação de projetos de direitos humanos, questão agrária, melhoria da

vida urbana, direitos à igualdade étnica, de gênero, à diversidade religiosa e à preservação do meio ambiente.

A pretensão inicial era escrever uma história da CESE a partir da sua criação, em 1973, e acompanhar as suas transformações até os dias atuais. O primeiro contato com as fontes indicava que a entidade materializou as perspectivas de cooperação com o Brasil, cultivadas no âmbito do CMI. Portanto, foi preciso ampliar o recorte temporal e recuar até os anos de 1950, quando a ajuda intereclesialística era desenvolvida pela Comissão de Planejamento e Desenvolvimento de Projetos da Confederação Evangélica do Brasil (CEB). Dessa forma o livro foi dividido em duas partes.

A primeira parte compreende o período de 1950 a 1973. Dos quatro capítulos que a compõem, três tratam da ajuda intereclesialística desenvolvida no âmbito do CMI e da CEB, ou seja, dos antecessores da CESE. Em primeiro lugar, há uma abordagem sobre iniciativas do CMI, voltadas para a cooperação com o Brasil e desenvolvidas pela Comissão de Planejamento e Desenvolvimento de Projetos da CEB. Foram realizados encontros ecumênicos e intereclesialísticos, com destaque para as Reuniões de Consulta realizadas em 1955, 1957, 1960 e 1962. Dessas reuniões participaram ativamente diversos grupos evangélicos preocupados com os problemas sociais do Brasil, que fortaleceram os vínculos de cooperação interdenominacional não para uma ajuda de caráter apenas assistencialista, mas para o apoio de projetos que pudessem promover mudanças profundas nas condições de vida da população pobre, principalmente a nordestina. Formou-se, assim, um grupo protestante composto de setores das diversas Igrejas e denominações, minoritário, mas progressista, ecumênico, atuante e disposto a intervir na realidade brasileira.

A cooperação ecumênica na promoção da vida humana realizada pelos protestantes progressistas nem sempre foi bem vista e aceita no interior das Igrejas e

denominações. Desconfiados de que os evangélicos brasileiros tivessem muita proximidade com ações socialistas ou comunistas, os membros dos setores conservadores rejeitavam esse esforço ecumênico. As reações negativas foram acirradas após o golpe civil-militar de 1964. O mundo evangélico brasileiro ficou praticamente dividido em dois grupos: o progressista ecumênico, de concepções políticas e sociais renovadoras, e outro de tradição individualista, conservador, anticomunista e anticatólico. O primeiro grupo, cujas reflexões sobre a realidade brasileira e a responsabilidade social da Igreja movimentaram o campo religioso na década de 50 e início dos anos 1960, estava desarticulado, com muitos de seus membros sendo denunciados por pastores e irmãos de suas próprias igrejas e forçados ao exílio.

Os protestantes progressistas ficaram impossibilitados de dar continuidade às reflexões e contestações das estruturas socioeconômicas e a realização da transformação política – de uma revolução brasileira – como desejavam os evangélicos reunidos na Conferência do Nordeste, em 1962, cujo tema *Cristo e o Processo Revolucionário Brasileiro* nos revela a vontade de pensar e transformar a sociedade brasileira à luz da teologia cristã. Coube à CEB reorientar as ações evangélicas, com o apoio a projetos assistenciais às populações carentes e marginalizadas.

O segundo capítulo analisa os quatro projetos apoiados pela CEB a partir de 1964: Gurupi – programa de fixação à terra de populações rurais no Maranhão, iniciado em 1961 pela Missão Presbiteriana do Norte do Brasil; três projetos de cooperativas de desenvolvimento agrícola: Apodi – formado a partir da Cooperativa Agrícola dos Cerealistas de Apodi Ltda (CACAL) no vale do Apodi, Rio Grande do Norte, sob a organização do pastor batista Diomédio Alves da Silva, e a Cooperativa Agrícola Mista do Camurupim Ltda, em Propriá - SE, fundada em

1970 pelo padre iugoslavo Domingos Puljiz. A terceira cooperativa foi formada no bairro Serra Negra, município de Machado - MG, e tinha a especificidade de ser um programa de melhoria da produtividade da pecuária leiteira por meio de inovadora técnica de inseminação artificial com sêmen selecionado. A CEB financiou ainda um projeto de apoio ao imigrante, o Serviço de Integração do Migrante (SIM), presidido pelo reverendo presbiteriano Josué Mello e localizado na cidade de Feira de Santana - BA, importante rota de migração da população nordestina que passava pela rodovia Rio-Bahia em direção ao sudeste do País.

Até os anos 1970, as ações sociais efetivadas pelos cristãos no Brasil eram iniciativas da Igreja Católica ou das Igrejas e denominações protestantes, em separado. Católicos e protestantes não costumavam realizar eventos e encontros comuns, mesmo que o objetivo fosse a promoção da vida humana. Porém, a partir do Concílio Vaticano II (1962-1965) houve uma maior aproximação entre os “irmãos separados”. Os padres conciliares estavam preocupados com as rápidas transformações do mundo, os avanços científicos e tecnológicos (modernização dos setores agrícola, industrial e comunicações) e como os trabalhadores seriam inseridos no mundo do trabalho. Além disso, um ponto central era a busca pela unidade cristã. O terceiro capítulo, portanto, versa sobre a inserção dos católicos no movimento ecumênico e analisa as orientações e normas (encíclicas, constituições e decretos) elaboradas pelo clero católico durante as sessões conciliares e também as conferências episcopais para promover o diálogo entre seus fiéis, protestantes e marxistas visando o desenvolvimento da paz e da justiça social.

Após a realização do Concílio Vaticano II e da II Conferência Episcopal Latino Americana (CELAM), observase o fortalecimento da CNBB e o engajamento de vários bispos vinculados ao órgão na opção da Igreja

pelos pobres. Houve o entendimento, por parte de setores católicos e protestantes, de que a união dos cristãos não deveria se dar apenas no plano teológico, mas na busca de soluções para os problemas socioeconômicos e políticos latino-americanos. Dessa forma, as Igrejas, apesar das diferenças teológicas, por vezes uniram-se em função de temas e ações comuns, como na defesa dos direitos humanos, no combate à pobreza, na denúncia de atos de violência e tortura, em favor da democracia, na luta pela reforma agrária, no serviço de apoio aos imigrantes, na proteção dos refugiados, na acolhida e assistência na volta dos exílios. Dentro dessa perspectiva foi possível a união de membros de Igrejas históricas – como a Pentecostal O Brasil para Cristo e a CNBB – para a criação da CESE.

O quarto capítulo da primeira parte recua aos anos de 1964 a 1985, período que antecede a CESE, mas necessário para a análise da política econômica adotada pelos primeiros governos militares. As reformas monetária e financeira prometiam a aceleração do crescimento econômico, o “milagre brasileiro”, mas trouxe a repressão às entidades sindicais e o achatamento salarial. Os setores progressistas vinculados às Igrejas e movimentos populares não se acomodaram à esperança de um País desenvolvido e de resolução dos problemas sociais por parte do Estado; não poupavam críticas à esfera política e denunciavam as más condições de vida da maior parte da população brasileira, especialmente a nordestina. Dois documentos são exemplares dessas contestações: *A Ajuda Intereclesiástica no Brasil*, originado do Encontro Ecumênico de Salvador, realizado em 1972, e, no ano seguinte, foi lançado o documento *Eu ouvi os clamores do meu povo*, escrito por bispos e superiores religiosos do Nordeste.

A segunda parte do livro está organizada de modo a contemplar a atuação da CESE. Parte da sua criação, em 1973, e conta com três eixos de análise: a inserção

da CESE no mundo ecumênico; o *bom combate* pelos direitos humanos, representado pelos projetos sociais apoiados; e a dinâmica da CESE de discussão de grandes temas nacionais com as organizações apoiadas, por meio dos Encontros de Agentes de Projetos e das Consultas temáticas. Por fim, no quarto capítulo, busca-se fazer uma rápida atualização da atuação da CESE a partir de 2006.

No primeiro capítulo, que resgata a criação da CESE, as análises partem da consulta sobre a ajuda intereclesiástica, promovida pelo CMI e realizada em agosto de 1972, em Salvador - BA. Esse foi um importante momento de avaliação dos projetos Gurupi, Apodi, SIM e Serra Negra e de discussão de um redirecionamento na política de apoio aos projetos até aquele momento coordenados pela CEB. Os participantes defenderam a necessidade da formação de uma coordenadoria de serviços para orientar, apoiar, financiar e acompanhar a execução dos projetos sociais, que daria origem à CESE, no ano seguinte. A nova entidade desenvolveria a cooperação em novas bases, sem o assistencialismo e o proselitismo dominantes entre as instituições eclesiais evangélicas.

No segundo capítulo, constata-se a forte vinculação da CESE com os conselhos mundial, latino-americano e nacional de igrejas, a atuação em rede no Compartir Ecumênico de Recursos (CER) – que, no início dos anos 2000, viria a tornar-se o Fórum Ecumênico Brasil (FE Brasil) – e a discussão de grandes temas do contexto brasileiro, como a dívida externa, a Constituinte e a questão agrária, propiciada por essas parcerias.

A natureza dos projetos apoiados pela CESE é o objeto de análise do terceiro capítulo. Uma das principais críticas feitas aos projetos apoiados pela CEB era sobre a grandiosidade e ambição das propostas. Assim, por acreditar na eficácia de pequenos projetos e na importância da participação comunitária, a CESE priorizou o

fortalecimento de propostas de pequeno porte e desenvolveu o Programa de Pequenos Projetos (PPP), que ainda hoje se constitui no principal serviço de apoio a movimentos sociais e organizações populares.

Esse capítulo busca mostrar a evolução do que começou como fundo delegado de apoio a projetos – criado pelas igrejas e apoiado pelas agências de cooperação internacional – até a sua transformação em Programa de Pequenos Projetos, como se mantém até os dias atuais. Nesse capítulo também é apresentada a metodologia de trabalho da instituição e seu pioneirismo na criação e um sistema de Planejamento,

Monitoramento, Avaliação e Sistematização (PMAS) de projetos no Brasil.

Há ainda uma avaliação dos documentos/relatórios dos encontros promovidos pela CESE e as análises da conjuntura nacional, em parceria com os grupos apoiados, o que é objeto do quarto capítulo.

Por fim, o quinto capítulo da segunda parte busca uma atualização até o ano de 2012, dado que muitas foram as mudanças no cenário da cooperação internacional e na própria CESE, após o fechamento da pesquisa histórica.

Sumário

I Parte.....	20
A Confederação Evangélica do Brasil e as questões sociais.....	20
Os projetos sociais da Confederação Evangélica do Brasil (1964-1973).....	60
A evolução das tendências ecumênicas no mundo católico: Da encíclica Mater et Magistra (1961) à Conferência Episcopal Latino-Americana de Medellín (1968).....	82
O contexto político-econômico brasileiro (1964 a 1985).....	108
II Parte	120
A fundação da CESE, em junho de 1973.....	120
A CESE e o diálogo ecumênico	132
Os projetos sociais apoiados pela CESE: o bom combate pelos direitos humanos	162
Reflexões da CESE e dos movimentos sociais sobre o contexto brasileiro	194
E a história continua.....	222

■ Parte I

Capítulo I



A Confederação Evangélica do
Brasil e as questões sociais



Edilece Couto
Elizete Silva
Muniz Ferreira

NO ESTUDO da atuação de organizações e instituições, a análise do seu processo de constituição sempre requer uma investigação histórica acurada, a busca de antecedentes e contextualização, os quais oferecem inteligibilidade e consistência. A história da **Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE)** não pode ser entendida sem traçar os vínculos orgânicos com um segmento protestante que atuou no Brasil desde a década de 1930, o qual buscava formas de cooperação interdenominacional entre os diversos grupos evangélicos, visibilidade e, posteriormente, inserção nas discussões dos problemas sociais do País. Trata-se de um grupo progressista e ecumênico – minoritário, mas atuante – que refletia os problemas sociais brasileiros à luz da fé reformada.

Cooperação Interdenominacional: primeiros ensaios ecumênicos

O protestantismo missionário que se instalou no Brasil a partir da segunda metade do século XIX tinha um caráter profundamente proselitista, anticatólico e denominacionalista, características originárias do contexto norte-americano, de onde provinham as missões, e que se aprofundaram no País dada a hegemonia católica no campo religioso brasileiro. As disputas de espaços entre as próprias denominações protestantes foi fato recorrente, a exemplo do ocorrido entre presbiterianos e batistas na Bahia, representados por W. Walddell e Z. Taylor, respectivamente, que decidiram, em 1905, por certo acordo de delimitação territorial, seguindo as orientações da Assembleia Geral das Missões Protestantes, realizada no México, em 1888.¹ Um resultado de tal acordo pode ser avaliado na concentração de presbiterianos na Chapada Diamantina e de batistas mais próximos ao Recôncavo baiano. Esse acordo foi implantado em outras regiões do Brasil, como parte de uma estratégia para evitar a competição entre as igrejas.

Os metodistas, presbiterianos e congregacionais mantinham relações mais estreitas e de cooperação interna. Como resultado de sua militância e atuação como pastor presbiteriano e professor, Erasmo Braga liderou a organização da Aliança Evangélica (1903) e do Esforço Cristão, entidades que objetivavam a união entre os diversos grupos protestantes e a cooperação nas tarefas evangelísticas e educacionais. Convém destacar que tais entidades interdenominacionais anteciparam-se à Conferência de Edimburgo (1910) e à do Panamá (1916) como antecedentes do Conselho Mundial de Igrejas, organizado pós-Segunda Guerra Mundial.

Podemos afirmar que o Reverendo Erasmo de Carvalho Braga, filho de pai presbiteriano – portanto, segunda geração de evangélicos – foi um dos precursores do movimento ecumênico e da preocupação com as questões sociais. Participou do Congresso do Panamá juntamente com outros pastores presbiterianos e deu continuidade aos esforços pela união dos protestantes. A Aliança Evangélica e a Comissão de Cooperação constituem-se como as primeiras tentativas de união ou de relações interdenominacionais entre os protestantes históricos brasileiros.

Apesar da queda do Padroado e da liberdade religiosa instaurada com o regime republicano, em 1889, a Igreja Católica – enquanto religião majoritária – continuava a ser hegemônica e mantinha laços próximos com o governo estabelecido. Em que pesem as dificuldades de relacionamento entre a instituição católica e a República Velha, o diálogo prosseguiu, além das benesses que o Império Brasileiro concedia à então religião oficial. Ciosos dessa tal liberdade, os protestantes estavam atentos aos movimentos da hierarquia católica e sempre dispostos a denunciar os excessos e o não cumprimento do preceito constitucional republicano que colocava em pé de igualdade todos os credos religiosos vigentes no País.

1 – TEIXEIRA, 1983, p. 375.

Após a Revolução de 1930, diante de novas articulações políticas e eclesiais com o catolicismo, os protestantes apressaram-se em contatar com o novo governo, liderado por Getúlio Vargas, reafirmando o princípio da liberdade religiosa e a separação do Estado de órgãos e instituições religiosas. Foi nesse contexto de novos/velhos arranjos políticos que os protestantes históricos decidiram organizar uma entidade supradenominacional para promover a cooperação entre as diversas confissões, que dava primazia à cooperação entre elas e demarcava seu espaço no campo religioso nacional. Em 1933, os protestantes históricos, à exceção dos batistas, fundaram a Federação de Igrejas Evangélicas do Brasil, com o claro objetivo de preservar a liberdade religiosa frente ao catolicismo e de fortalecerem-se no cenário religioso nacional.

Menos que um esforço ecumênico de fato, muito mais uma união contra o *inimigo* comum, a Igreja Católica, as antigas entidades uniram-se, em 1934, e organizaram a Confederação Evangélica do Brasil (CEB), “com um espírito de cooperação ou, quando menos, de coalizão contra o catolicismo romano”².

Compunham a CEB nos seus primórdios as Igrejas Metodista, Episcopal, Presbiteriana do Brasil e Presbiteriana Independente. A Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil filiou-se em 1959. Dos pentecostais faziam parte a Igreja do Evangelho Quadrangular, a partir de 1963, e a Evangélica Pentecostal O Brasil Para Cristo, a partir de 1968.

A presença dos presbiterianos era forte; ocupavam sempre os cargos de presidência e secretário-geral³. A hegemonia presbiteriana é compreensível, na medida em que são levados em consideração os primeiros esforços de Erasmo Braga e a fermentação dessas

ideias unionistas desde o início do século XX. Dir-se-ia, seguindo o referencial *bourdieuano*, que os presbiterianos já haviam amealhado capital simbólico para pleitear os cargos diretivos mais importantes, tomar a liderança em suas mãos⁴.

A Convenção Batista Brasileira – órgão oficial dos batistas – optou por não participar da CEB, seguindo as velhas práticas denominacionalistas e excludentes. Ao que parece, o espírito minoritário batista era acrescido de certa tendência sectária que se tornava refratária a qualquer possibilidade de cooperação interconfessional, mesmo restrita aos protestantes.

O trabalho cooperativo entre as diversas denominações protestantes no interior da Confederação Evangélica do Brasil (CEB) foi extremamente importante para o surgimento deste setor ecumênico e progressista que estamos analisando.

Da omissão ao engajamento

Na década de 1950, o protestantismo brasileiro já apresentava certo crescimento numérico, observado internamente pelos seus líderes, a exemplo de Waldo Cesar, o qual minimizava tal desenvolvimento quantitativo em detrimento de ações e reflexões sobre a realidade social. Em 1958, os protestantes formavam um contingente de um milhão e seiscentos e noventa e cinco mil e oitocentos e setenta e sete (1.695.877) fiéis. No ano seguinte totalizavam um milhão e oitocentos e dois mil e duzentos e noventa e três (1.802.293) seguidores espalhados em cinco mil e setecentos e doze (5.712) templos, em todo o território nacional⁵. Ainda não era um crescimento espetacular como o do final da década de 1990, mas os reformados despontavam como uma força crescente no campo religioso brasileiro.

2 – REILY, 1984, p. 241.

3 – TIEL, 1998, p. 45.

4 – BOURDIEU, 1974.

5 – Estatística do Culto Protestante no Brasil, 1960; IBGE.

Com expressividade quantitativa, o protestantismo histórico já não era mais uma minoria de pobres e oprimidos da estrutura social brasileira. Muitas famílias, por esforços próprios ou arranjos clientelistas, passaram a ter, em seu seio, profissionais liberais, professores, comerciantes bem sucedidos; enfim um status de classe média que exigia e demandava paridade política e prestígio social. Como outra face da mesma moeda, o prestígio político constituía-se como uma espécie de barganha onde os evangélicos ofereciam a “obediência e o respeito às autoridades constituídas” e recebiam em troca apoio e manutenção das liberdades de consciência e religiosa. Foi um acordo tácito que perdurou por algum tempo e que aparecia de forma clara, em épocas festivas nas denominações protestantes:

Em agosto de 1959, exatamente na noite em que se comemorava o primeiro centenário da chegada ao Brasil de Ashbel G. Simonton, o primeiro missionário presbiteriano, esteve presente ao local das comemorações, e fez uso da palavra, o próprio presidente da República, saudando o povo protestante pelo que este representava para o País (RAMOS, 1968, p. 74).

O trecho acima foi escrito pelo jovem presbiteriano e teólogo progressista Jovelino Ramos, que se revelaria, posteriormente, um líder ecumênico. Não lhe ocorreu que a presença do Presidente Juscelino Kubitschek, conhecido pela sua política nacional-desenvolvimentista, reconhecia no protestantismo um aliado, “um povo ordeiro e trabalhador”, e, sobretudo, que não criava problemas para o governo, concorde e obediente. Os crentes, como eram denominados no período, só querelavam por causa da liberdade religiosa e estariam satisfeitos se ela estivesse assegurada.

Já na década de 1950, tudo indica que o acordo tácito entre lideranças protestantes e governantes, de obediência às autoridades constituídas e omissão frente

aos problemas sociais, começava a ser questionado. Uma nova geração de jovens reformados começava a inquietar-se com a realidade brasileira, de forma sistemática e organizada. Buscavam viver o Evangelho também na sua dimensão terrena e social. Eram homens e mulheres do seu tempo, um tempo de profundas transformações sociais, políticas, econômicas e também eclesiásticas, tanto no Brasil, quanto no cenário internacional.

São vários fatores que se interpenetram na explicação dos reais motivos que levaram setores do protestantismo a preocuparem-se com uma agenda social e política para o País. Como um recurso didático, distinguimos fatores internos e externos à comunidade. Porém, concretamente, eles estavam, na prática, muito imbricados.



Fatores internos

Um primeiro fator era de origem geracional. Centenários como os congregacionais presbiterianos, luteranos e anglicanos, quase centenários como metodistas e batistas, o protestantismo histórico crescia não apenas pelo proselitismo, mas por meio de famílias de segunda ou terceira geração de “nascidos em um lar evangélico”, frequentadores da Escola Dominical desde o berçário.

Essa nova geração que havia nascido no grupo religioso, no geral, tinha uma conversão progressiva, não existencialmente uma ruptura com o passado, como os seus pais ou avós, pioneiros e desbravadores dos “campos do Senhor”. Não havia um “antes” católico, espírita ou candomblecista que deveria ser exorcizado ou apagado da existência, já que “converter-se é abandonar um discurso e adotar outro”⁶. Esse novo discurso é radicalmente oposto ao anterior, por isso ele é exclusivo e verdadeiro, “a reta doutrina”.

Nessa nova geração de evangélicos, em razão mesmo das pequenas acomodações doutrinárias à realidade brasileira, necessárias até para as atividades de divulgação da mensagem protestante, o espírito sectário e proselitista das primeiras gerações e lideranças cedeu lugar, progressivamente, a uma reflexão sobre a contextualização da fé, a um questionamento da realidade social à luz dos princípios protestantes. Essa geração não se afastou do mundo como um lugar de pecado, como os pioneiros fizeram. Ao contrário, buscava um diálogo com esse próprio mundo; queria entendê-lo e transformá-lo.

Em nível nacional, todos os protagonistas eram evangélicos de segunda, terceira ou quarta gerações, a exemplo de Waldo Cesar, Rubem Cesar, Rubem Alves, Jovelino Ramos, os irmãos Wright, Joaquim Beato,

bem como os que atuaram na Bahia, a exemplo dos Reverendos Josué Mello, João Dias de Araújo, Áureo Bispo dos Santos, Celso Dourado, Djalma Torres; Professoras Tecla Mello, Ellen Mello, Marlene Silva; Ithamar Araújo e o jornalista Agostinho Muniz.

No final da década de 1930, foi organizada a Confederação Nacional da Mocidade Presbiteriana, com o objetivo de “organizar e orientar o movimento da mocidade”. Um fato muito importante na fermentação dessas novas ideias foi a publicação do *Jornal Mocidade*, em 1944, o qual contava com Dário Sarmiento de Barros e Waldo Cesar como redatores. Além das questões eclesiais e estruturais, o jornal também debatia questões políticas e sociais⁷. Portanto, a movimentação em torno de uma agenda sociopolítica dos anos 1950 já fermentava desde a década anterior, entre a juventude presbiteriana.

Reuniam-se em grupos ou classes específicas nas comunidades locais e, anualmente, a Confederação da Mocidade organizava congressos, onde eram discutidos problemas específicos da estrutura eclesial, a missão dos jovens na atualidade e a intervenção nos problemas sociais. Em 1956, realizou-se o IV Congresso Nacional da Mocidade Presbiteriana, em Salvador, do qual apareceu divulgação também na *Revista Cruz de Malta*, dos Metodistas. Richard Shaul foi o preletor principal e discorreu sobre a missão da igreja, preconizando um significado totalmente novo à Evangelização:

... envolve o testemunho de nossas vidas no sentido mais amplo possível. Somos chamados para tornar visível o que Jesus realizou e realiza por intermédio de nossas ações de amor e serviço. No mundo de hoje, isto significa penetrar nas estruturas básicas da sociedade e lutar por sua transformação⁸.

7 – ARAÚJO, 1985, p. 22.

8 – SHAULL, 2003, p. 103.

6 – ALVES, 1979, p. 54.

Josué Mello foi, por longos anos, líder da Mocidade Presbiteriana, na Bahia e Sergipe. Em 1959, foi eleito presidente da Confederação da Mocidade Presbiteriana do Brasil, a qual congregava, naquele momento, 25 mil jovens⁹.

Não temos muitos elementos para afirmar que houve um conflito de gerações, mas temos certeza de que um choque de perspectivas e visões de mundo aconteceu naquele momento no protestantismo brasileiro. Em julho de 1954, o *Jornal Mocidade*, da Igreja Presbiteriana do Brasil, já alertava para os possíveis choques que as novas perspectivas e ações da juventude poderiam causar na instituição eclesiástica.

Referindo-se aos jovens, Richard Shaul assim expressou-se, em suas memórias sobre a convivência mantida com a Mocidade Presbiteriana:

A maioria deles era de uma segunda geração de protestantes. Seus pais, convertidos pela pregação e ensino de missionários e pastores, tiveram seus corações tocados e suas vidas transformadas. E tanto os pais quanto a igreja haviam lutado para transmitir sua fé à nova geração – através de cultos domésticos diários, estrita frequência aos cultos e em campanhas de evangelização, além de forte ênfase numa disciplina moral. Com isto, porém, muitos pais também passaram para os jovens o sistema racional bastante estéril da “reta doutrina” e seu rígido moralismo. E cedo ou tarde um crescente número deles tornou-se ciente de que tais pregações e ensinamentos não ajudavam a enfrentar os problemas espirituais ou a sede por uma orientação ética e social¹⁰.

9 – MELLO, 2005, p. 5.

10 – SHAULL: 2003, p. 97 e 98.

Na denominação Metodista, a juventude também estava organizada em grupos locais e numa federação regional. Publicavam a *Revista Cruz de Malta*, de tiragem bimensal, com artigos e seções eclesiásticas organizativas e um significativo número de textos abordando as questões sociais e políticas, não só locais, mas também internacionais, como a Revolução Cubana, ainda recente, que veio à luz em texto de janeiro de 1960.

Havia uma cooperação entre metodistas e presbiterianos, o que permitia, além dos intercâmbios das mocidades, a presença de articulistas presbiterianos na *Cruz de Malta*, a exemplo de Richard Shaul e Waldo Cesar. Desse último há um artigo contundente sobre a omissão da Igreja, de 1955, intitulado *Quando o Silêncio é Estranho*. Um breve extrato:

Este silêncio da Igreja está durando mais do que deve. Por que ela não se pronuncia sobre a situação desconcertante do mundo de hoje? As doutrinas políticas e sociais tomam conta de todos nós, em doses diárias. No entanto, ou o púlpito nada diz ou repete coisas superficiais em frases condenatórias apenas.¹¹

Continuando a crítica à omissão das instituições eclesiásticas protestantes, afirmou, de forma inequívoca, no mesmo artigo, que sua renovação residia na juventude, inclusive nele, destacando o ecumenismo como bandeira a ser seguida. Profeticamente, ao final, proclamou que se a omissão protestante continuasse, outras vozes se levantariam – como observamos nas próprias palavras de Waldo Cesar:

E ainda há o grande recentíssimo silêncio sobre um ideal da gente moça de alma renovadora, ávida de novas formas num mundo que não para – o movimento ecumênico. A Igreja

11 – CESAR, in: *CRUZ DE MALTA*, 1955, p. 86.

se fecha, rotula o grande movimento de perigoso, avançado, modernista... Este é o estranho silêncio e absurdo que, se continua assim, outros falarão em lugar da Igreja.¹²

Além das organizações internas às denominações protestantes, a juventude dos principais grupos históricos formava o Departamento da Mocidade da Confederação Evangélica do Brasil, o qual se reunia três vezes anualmente. Era constituído por vinte membros, representando as Igrejas Episcopal, Metodista, Presbiteriana, Presbiteriana Independente e a União Cristã de Estudantes do Brasil (UCEB). Os jovens reuniam-se em acampamentos e congressos onde discutiam problemas amenos como dançar, pular carnaval, até questões sociais e eclesiais mais sérias como o diálogo entre católicos e evangélicos e o analfabetismo. A *Revista Cruz de Malta*, dos metodistas, reservava a secção Mocidade em Ação para noticiar os eventos do Departamento da Mocidade da Confederação Evangélica do Brasil.¹³

A juventude protestante organizava-se, também, em nível internacional, buscando cooperação e discussões dos problemas comuns, como a União Latino-americana de Juventude Evangélica (ULAJE), que tinha sede no Panamá e realizava congressos periódicos, como o de 1956, na Colômbia. Waldo Cesar foi um dos seus diretores. A ULAJE se tornaria, posteriormente, uma das instituições articuladoras da Igreja e Sociedade na América Latina (ISAL), encarregada de fomentar ações e diálogos entre a comunidade cristã e a sociedade latino-americana.¹⁴

Os contatos internacionais da juventude protestante já ocorriam desde o final da década de 1940, quando uma delegação de jovens brasileiros participou da

Conferência Mundial da Juventude Cristã, em Oslo. Segundo Shaull, voltaram entusiasmados com as novas perspectivas bíblicas e teológicas que agitavam o mundo protestante europeu, no imediato pós-Segunda Guerra Mundial¹⁵. Evidente que a delegação brasileira constituiu-se da seleta liderança da juventude, mas, no retorno, tentou expandir as novas ideias, visitando comunidades e organismos eclesiais. Os jovens protestantes estavam atentos às transformações que aconteciam no cenário internacional e, nas suas reflexões e ações, demandavam reformas, mudanças nos velhos quadros mentais e doutrinários da hierarquia religiosa de suas respectivas denominações e organismos cooperativos.

Um segundo fator interno a ser observado é que essa juventude, filha de famílias protestantes que ascenderam socialmente, começava a frequentar cursos universitários, passara a constituir-se como uma espécie de intelectual orgânico “que participa de uma concepção do mundo, possui uma linha consciente de conduta moral, contribui assim para manter ou para modificar uma concepção do mundo, isto é, para promover novas maneiras de pensar”¹⁶. No seu texto, Gramsci refere-se aos eclesiais, aos sacerdotes, como uma categoria especial de intelectual orgânico. Em nosso estudo, a juventude protestante assemelhava-se aos profetas, não detentores do poder eclesial, e que se opunham ao clero estabelecido, trazendo uma nova mensagem e, em nome do mesmo Deus, seguindo o estilo bíblico.

A juventude protestante universitária estava organizada na União Cristã de Estudantes do Brasil (UCEB), que congregava jovens das diversas denominações para estudos bíblicos, debates e reflexões sobre a realidade nacional. A UCEB era um espaço privilegiado de refle-

12 – CRUZ DE MALTA, 1955, p. 86.

13 – CRUZ DE MALTA, 1956, p. 55.

14 – SANTA ANA, 1969, p. 49.

15 – SHAULL, 2003, p. 98.

16 – GRAMSCI, 1978, p. 8.

xão. Em nível local, existiam as Associações Cristãs Acadêmicas (ACAs), normalmente assessoradas por uma pessoa mais experiente. O movimento evangélico estudantil brasileiro foi criado em 1926, sendo o pastor presbiteriano Jorge Cesar Mota um dos seus organizadores. A ala universitária ficava sob a sua coordenação e a dos secundaristas a cargo de Letícia Thenn de Barros.

A Federação Universal dos Movimentos Estudantis Cristãos (FUMEC) organizou-se em 1895, na Suécia. Refletindo a agitação do mundo na transição para o século XX, sofreu várias dissidências. Em 1952, sob os auspícios da Federação, ocorreu uma conferência em São Paulo, onde se decidiu “iniciar a publicação da *Revista Testimonium*, de cuja direção se encarregou o obreiro do movimento evangélico cristão brasileiro, Jorge Cesar Mota”¹⁷.

Em 1953, a UCEB filiou-se à Federação Internacional de Estudantes (FIE), que vivenciava uma clara tendência ecumênica, explicitada em documento elaborado na conferência de São Paulo:

Nossa tarefa principal é evangelizar, isto é, proclamar a Jesus Cristo como Senhor e Salvador. Parte desta mensagem é o fato de que a Igreja é o corpo de Cristo e que não pode ser senão uma. Isto significa que a fé de todos aqueles que se chamam cristãos, sejam católicos romanos ou protestantes, deve se manter sob o juízo da Palavra de Deus.¹⁸

Afastando-se da linha conservadora, Cesar Mota introduziu uma nova forma de estudar a Bíblia, ressaltando a sua atualidade. Buscava oferecer aos estudantes o conhecimento exegético e as novas tendências teológicas que agitavam a Europa. Trouxe uma estudiosa da Bíblia, a suíça Suzana Dietrich, para ministrar um

novo método de estudos bíblicos. “O estudo da Bíblia em grupos abriu os olhos de um grande número de estudantes para o que Karl Barth chamava de ‘o estranho novo mundo da Bíblia’, reconhecida como Palavra viva através da qual Deus nos fala ainda hoje”¹⁹.

Acostumados à débil doutrinação das Escolas Dominicais ou ao silêncio dos púlpitos, como criticava Waldo Cesar, certamente que essa nova leitura contextualizada da Bíblia, que dialogava com a realidade concreta em que viviam nas universidades e escolas, provocava no meio estudantil um diferencial qualitativamente renovador e explosivo nas respectivas comunidades religiosas que frequentavam.

Visando estabelecer uma cooperação mais estreita entre a UCEB e as instituições eclesásticas evangélicas, criaram-se “classes para acadêmicos” nas Escolas Dominicais, que “atraíam estudantes e se tornaram centros de sérias e por vezes excitantes discussões teológicas”²⁰. Claudius Ceccon criou uma dessas classes de jovens universitários na Igreja Metodista do Catete, no Rio de Janeiro. Waldo Cesar, já um presbítero engajado, criou também uma classe na Igreja Presbiteriana no centro do Rio de Janeiro. O clero protestante conservador reagiu e as tais classes tiveram vida curta. A evasiva justificativa para sua suspensão foi que não seguiam as lições da Escola Dominical, publicadas pela Confederação Evangélica do Brasil.

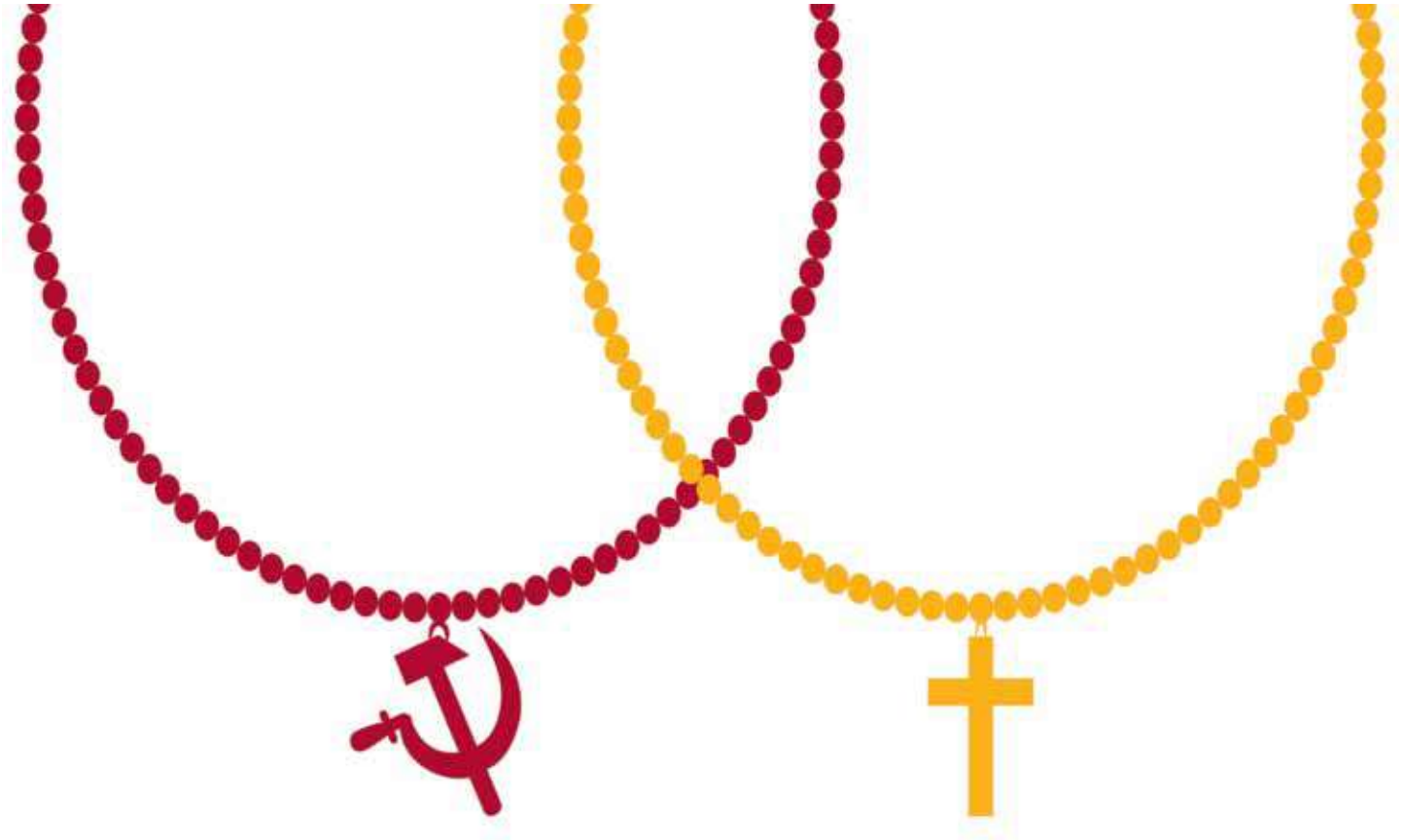
Além da *Revista Testimonium*, a UCEB publicava boletins e livros, tentando orientar os jovens estudantes no diálogo com o seu tempo, com a realidade nacional, marcada naquele momento por crises e grande fermentação ideológica, especialmente com o florescimento de grupos marxistas no movimento estudantil em geral.

17 – ESCOBAR, 1978, p. 38.

18 – ESCOBAR, 1978, p.141.

19 – SHAULL, 2003, p. 138.

20 – SHAULL, 2003, p. 142.



Em 1953, publicou *O Cristianismo e a Revolução Social* (livro de autoria de Richard Shaull, àquela altura, obreiro da Federação Universal dos Estudantes, junto à UCEB), que causou um enorme impacto na comunidade evangélica brasileira. O objetivo fundamental da obra era responder ao desafio da expansão do comunismo frente ao cristianismo, além de entender porque tantas pessoas sentiam-se seduzidas pelas ideias comunistas. E, desde a introdução, reconhecia o fracasso da Igreja diante do problema: “nós não temos nos preocupado com a luta em prol da justiça social nem pelo significado da crise de nosso tempo”²¹.

O movimento estudantil protestante gradativamente transformava-se num polo irradiador de reflexão e práticas engajadas numa transformação social, conso-

ante o que ocorria no movimento em nível de América Latina, como parte significativa ao lado de grupos do Chile, Argentina, Uruguai, Colômbia, Venezuela, dentre outros. Nas palavras de Valdo Gallan, que foi secretário geral da Federação Universal de Estudantes Cristãos para a América Latina e teve uma relação muito próxima com as lideranças brasileiras:

“em suas origens a Federação estava dominada por tendências pietistas; se enfatizava a vida espiritual subjetiva e individualista. Quando os acontecimentos mundiais fizeram com que a Federação descobrisse as implicações sociais do Evangelho, muito naturalmente se reagiu contra o pietismo”²².

21 – SHAULL, 1953, p. 8.

22 – APUD. ESCOBAR, 1978, p. 40.

Os jovens estudantes da UCEB não só liam e teorizavam sobre a realidade e a miséria brasileiras. Em 1956, como fruto do aprofundamento do compromisso social, decidiram seguir o exemplo dos padres operários franceses e vários jovens, inclusive Shaull, passaram a residir na Vila Anastácio, reduto operário de São Paulo, e tornaram-se operários, trabalhadores braçais. Exemplo significativo é o do sociólogo Paulo Wright, filho de missionários presbiterianos, ex-aluno da Universidade de Ozarks, em Arkansas. Segundo sua biógrafa:

Em novembro de 1956, com 23 anos de idade, Paulo tira a sua Carteira de Trabalho na cidade de São Paulo. Profissão: servente. A sua determinação era viver a vida, o sacrifício, as alegrias e as dores de um trabalhador. E ele não estava sozinho nessa proposta. Ele e mais alguns jovens casais – e solteiros também – da Igreja Presbiteriana, decidem vivenciar a experiência pregada por Richard Shaull e pelos padres operários franceses.²³

Reverendo Celso Dourado, na época, seminarista e aluno de Shaull no Seminário Presbiteriano de Campinas, também participou dessa experiência: “trabalhei como operário da Fábrica Alpargatas, onde convivi com a pobreza, saúde precária e todos os problemas dos trabalhadores, que me olhavam como estranho, diferente deles, pois tinha bons dentes. Era romantismo, mas ao mesmo tempo foi uma experiência fantástica”²⁴.

A experiência vivida pelos universitários evangélicos repercutiu nas diversas denominações protestantes. Era uma atitude inusitada e radical para o protestantismo histórico, que caminhava a passos largos para o aburguesamento e a acomodação, típica de classes médias. Em novembro de 1955, a *Revista Cruz de Malta* dedicou sete preciosas páginas para que Shaull e Acyr Costa re-

latassem o “estágio em fábricas”. O título era *Se você é operário*, com o seguinte resumo de chamada:

Deixando de lado os seus livros, doze jovens universitários ingressaram como simples operários nas fábricas de São Paulo, no mês de fevereiro, para conhecer bem de perto a vida e os problemas do proletariado. À noite, depois do trabalho, reuniam-se para formular suas conclusões... um grito de alerta à Igreja quanto às suas falhas em saber lidar com este grupo cada vez maior de brasileiros.²⁵

Paulo Wright continuou a sua atuação na UCEB e, em 1960, era secretário regional, para o sul do País. Reivindicava uma intervenção enérgica dos cristãos na sociedade em busca de transformações radicais, ultrapassando o assistencialismo tradicional dos evangélicos. Em um encontro sul-americano sobre o Calvinismo, discorreu sobre os problemas sociais nos seguintes termos:

“É certamente possível à obra humana acabar com a fome, a miséria e o analfabetismo. Nossa maneira de amar nosso próximo deve certamente ir além de ajudas que possamos dar a indivíduos necessitados; deve levar a sério nossa responsabilidade de fazer acabar com a miséria e a fome, pois estas forças não têm mais poder e foram destronadas por Jesus Cristo”²⁶.

Convém ressaltar que o jovem presbiteriano usou representações bíblicas, caras aos protestantes, para exortá-los à responsabilidade social. É a figura do Cristo, tão ressaltado pelas doutrinas como mediador para a salvação dos homens, que também já destruiu a fome e a miséria, cabendo aos seus seguidores a

23 – WRIGHT, 1993, p. 25.

24 – Entrevista em 14/3/2007.

25 – CRUZ DE MALTA, 1955, p. 27.

26 – cit. WRIGHT, 1993, p. 29.

apropriação dessa vitória. Trata-se de uma nova leitura do texto bíblico, contextualizada e com desdobramentos sociais. As velhas práticas eram postas em cheque pela juventude estudantil, usando as mesmas *armas*, isto é, as verdades bíblicas que as lideranças eclesiásticas defendiam.

Sobre a importância da juventude protestante nessas novas iniciativas sociais e ecumênicas, Zwinglio Dias, também um protagonista daquele momento, opinou claramente que os “movimentos de juventude como ULAJE e UCEB, que vararam fronteiras denominacionais e nacionais, ensejaram uma nova reflexão sobre o papel das Igrejas Evangélicas no Brasil e América Latina”²⁷.

Um terceiro fator que jogou peso importante como motivação para uma agenda social e política no seio do protestantismo histórico foram, sem dúvida, as mudanças nas influências teológicas e no pensamento protestante que se elaboravam na Europa e nos EUA naquele período. Ao mesmo tempo, os jovens, teólogos ou pastores, não se conformavam apenas em “copiar” o que vinha do exterior, dos grandes centros, mas queriam uma nova forma de fazer teologia: a partir das raízes nacionais.

Antes de falarmos sobre as mudanças teológicas do século XX, convém destacar que floresceu, na segunda metade do século XIX e inícios do século passado, uma corrente de pensamento atuante na Europa e nos EUA denominada de Evangelho Social, a qual se opunha às práticas pietistas e preconizava uma ação social e política para o protestantismo.

Na Europa, especialmente na Alemanha e Suíça, com o Evangelho Social ou Protestantismo Social, discutiam os luteranos a tarefa da igreja diante dos conflitos econômicos e sociais da atualidade, antes mesmo da encíclica *Rerum Novarum*, de 1891, que discutia

problemas sociais na perspectiva católica. Um documento da Igreja Luterana, de 1885, colocava explicitamente a discussão no interior do protestantismo, ao mesmo tempo em que clamava pelo engajamento social dos evangélicos. Ainda em 1891, aconteceu, na Alemanha, o Congresso do Evangelho Social e, nos anos seguintes, os protestantes passaram a articular-se organicamente nos sindicatos. O documento da Igreja Luterana Alemã ressaltava que “o protestantismo está historicamente vinculado ao surgimento do liberalismo e da revolução industrial, mas reconheceu os novos desafios sociais tarde demais”²⁸.

Nos EUA, um dos líderes do Evangelho Social foi Walter Rauschenbusch (1861-1918), de origem batista, além de dois pastores congregacionais. Duas obras de Rauschenbusch tornaram-se emblemáticas: *Os Princípios Sociais de Jesus* e *Cristianizando a Ordem Social*. Na sua concepção, a ética cristã deslocava-se da moral individual para uma perspectiva de justiça social.

Ainda no século XIX, outro movimento similar desenvolveu-se na Inglaterra, no seio da Igreja Anglicana. Esse movimento denominou-se Socialismo Cristão. O teólogo e professor Frederick Denison Maurice (1805-1872) era o cérebro dessa corrente que, a partir de um ponto de vista cristão e moral, “condenava em termos veementes a concorrência sem limites, o regime da mercadoria, a redução dos seres humanos ao estado de coisas”. A partir de 1850, passou a publicar os *Tratados Sobre o Socialismo Cristão*, com o objetivo de “difundir os princípios de cooperação por uma aplicação prática do cristianismo no comércio e na indústria”²⁹.

Como clérigo e mestre de filosofia na Universidade de Cambridge, Maurice atuou durante toda sua existência no sentido de construir uma base moral e cristã para a sociedade do seu tempo. Acreditava que “sob

27 – DIAS, 1984, p. 7.

28 – AUER – SEGBERS, 1994, p. 10.

29 – DROZ, 1974, p. 747.

toda a ordem da sociedade humana há uma divina fundação”; por isso, “ligar moralidade e política com todas as relações sociais, tem sido o meu desejo do princípio ao fim”, escreveu Maurice no prefácio de sua obra *Lectures on Social*³⁰.

O movimento dos socialistas cristãos não ganhou espaço entre os trabalhadores, no entanto conseguiu a oposição tanto da ala conservadora da Igreja Anglicana quanto dos socialistas revolucionários. O Socialismo Cristão extinguiu-se sob a sua forma organizada, porém suas ideias continuaram a frutificar. Maurice pendeu então para a educação operária, fundou e dirigiu o *Working Men's College*.

O que queremos destacar nesse ponto é que os jovens brasileiros, que lutavam por uma perspectiva social para o protestantismo, não estavam inventando modismos, mas trazendo para o contexto local preocupações e atitudes de outros evangélicos em momentos anteriores. Embora orgânica ou oficialmente o Evangelho Social, o Protestantismo Social ou o Socialismo Cristão não se tenham instalado no País no século XIX, quando surgiram, certamente no século passado os seus ecos reverberaram, a essência de suas ideias foi ressignificada com outras designações.

O fundamentalismo e o pietismo dos pioneiros protestantes no Brasil foram um grave impedimento à construção de um pensamento teológico vigoroso. Ensinava-se nos seminários, quando muito, uma teologia dogmática, engessada em séculos anteriores e em outras e díspares realidades históricas. Prezavam-se as doutrinas pelas doutrinas, baseadas num exagerado biblicismo que se tornava uma viseira para outras possibilidades de leitura.

A debilidade teológica do protestantismo brasileiro não foi percebida apenas pelos estrangeiros, a exem-

plo de Richard Schaul, que, ao chegar ao Seminário Presbiteriano de Campinas, em 1952, deparou-se com o seguinte quadro: “nos cursos de Exegese Bíblica, Teologia e História da Igreja, ao lado de instruções como pregar, com frequência usavam material em inglês, a maioria na linha do fundamentalismo e pietismo, importados da América do Norte”³¹.

Os jovens pastores brasileiros, protagonistas desses eventos que estamos analisando, desenvolveram um olhar profundamente crítico sobre a teologia que se processava no País. Em 1955, o jovem pastor metodista João Parahyba da Silva, posteriormente diretor do Departamento de América Latina do Conselho Mundial de Igrejas, argumentou de forma clara que “o conteúdo da Proclamação Cristã do século XX no Brasil não pode ser de modo algum o mesmo que o do século XVIII na Inglaterra”. Certamente referia-se às origens metodistas. Continuou o seu artigo de forma propositiva: “o conteúdo da Proclamação da Igreja há de ser sempre atual, consistindo na eterna contemporaneidade do Senhor da Igreja, do tempo e da Eternidade”³².

O estrangeirismo do pensamento teológico protestante foi alvo de sistemáticas críticas. Os batistas independentes, na Bahia desde 1910, separaram-se do comitê norte-americano e queriam construir um setor evangélico nacional, pois os americanos não entendiam a alma dos brasileiros. Em 1955, a situação ainda persistia em quase todas as denominações históricas. Um exemplo eloquente entre os episcopais anglicanos na Bahia foi o uso da língua portuguesa nos cultos apenas a partir da década de 1970, quando o Reverendo Lauro Borba assumiu o pastorado da comunidade.

Reverendo João Parahyba da Silva, tão brasileiro em seu nome próprio como também em suas perspec-

30 – MAURICE, 1895, p. XI.

31 – SHAULL, 2003, p. 112.

32 – SILVA, in: CRUZ DE MALTA, 1955, p. 37.

tivas eclesiásticas, deu o “brado de alerta” pela “urgência de uma teologia nacional, voltada para as questões nacionais”:

Estamos vivendo de uma teologia transplantada que não tem raízes em nossa alma e que não representa a alma do povo no meio do qual servimos a Deus. Nosso relógio não está certo como o relógio de Deus. O espírito denominacionalista e bibliólatra tem sido uma barreira muito alta encobrendo o verdadeiro panorama ilimitado do Evangelho³³.

Entre os presbiterianos, tão ciosos do seu nível cultural, as críticas e os questionamentos constatando a mediocridade dos pastores também eram explícitos e públicos. Waldo Cesar, jovem líder presbiteriano, era taxativo: “o púlpito tem se tornado um lugar de repetições extenuantes, frases feitas e sem nenhum efeito novo, lugar onde se demonstra falta de estudo e de leitura”³⁴. Era um protestantismo preocupado apenas com a salvação das almas do fogo do inferno. Para cumprir tal objetivo não precisava profundos estudos teológicos.

Falando sobre a fragilidade da teologia do protestantismo brasileiro, Jovelino Ramos, em 1968, fez o seguinte comentário:

“são poucos os presbiterianos que em algum tempo já leram ou consultaram qualquer obra de Lutero e Calvino. Calvino, por exemplo, escreveu mais de 50 livros. Não existe uma só destas obras em português”.

Continuando o seu artigo, o autor reportou-se, em tom de ironia, à ojeriza que os protestantes tinham dos estudos teológicos.

33 – SILVA, in: CRUZ DE MALTA, 1955, p. 37.

34 – CESAR, in: CRUZ DE MALTA, 1955, p. 86.

O emocionalismo, a “bibliolatria”, aliados a uma tendência brasileira de pouco cultivo da leitura, certamente levavam a tais atitudes negativas de pensar a fé, de dialogar as crenças com a realidade, típicas de um pensar teológico. Evidentemente, esqueceram o conselho paulino que recomendava aos cristãos do século I também saberem sobre as razões da fé.

Foi nesse ambiente hostil, de pouco incentivo aos estudos teológicos, que os novos ventos começaram a soprar, arejando as prateleiras das bibliotecas dos seminários e as mentes de alguns setores protestantes. O Seminário Presbiteriano de Campinas e a UCEB foram os principais centros irradiadores desse novo pensamento protestante.

Em 1952, o Reverendo Richard Shaull chegou a São Paulo, proveniente dos EUA, onde havia mantido laços estreitos com a neo-ortodoxia barthiana, que propugnava um pensamento teológico inovador: “teologia entre os jornais e a Bíblia”; em outras palavras: teologizar a partir da realidade cotidiana do mundo. Os jovens encontraram em Shaull respostas para suas demandas e inquietações. Em torno do professor americano, formou-se um grupo atuante, entre os quais Rubem Alves, Jovelino Pereira Ramos, Áureo Bispo dos Santos e outros fora do seminário, como Waldo Cesar e Paulo Wright.

Karl Barth, teólogo suíço (1886-1968), é considerado o grande teólogo do século XX, pela importante contribuição prestada ao pensamento reformado. Em 1909, assumiu uma comunidade religiosa em Argóvia e transformou-se em um socialista cristão, envolvendo-se com problemas sociais e relações sindicais entre operários e patrões. Conforme um dos seus biógrafos, ele era “o teólogo que não teme enfrentar as realidades do mundo. Necessita-se uma singular coragem para

descer do púlpito para as ruas”³⁵. Barth foi um desses teólogos do início do século passado que viveram intensamente a relação entre teologia e política, não apenas na reflexão teórica, mas também em suas vidas cotidianas. Recusava-se a separar religião e política, como queriam seus opositores religiosos ou governantes.

Conhecido como o teólogo da liberdade, Barth foi professor de teologia na Universidade de Bonn. Em 1933, começou a fazer oposição a Hitler e à proposta de uma Igreja Evangélica Alemã tutelada pelo Reich. Juntamente com Dietrich Bonhoeffer e outros pastores alemães, fundou a Igreja Confessante, em radical oposição ao governo hitlerista. Em 1935, Barth foi expulso da Universidade de Bonn e da Alemanha. Voltou para a Suíça e deu continuidade à sua profissão teológica, escrevendo vários textos políticos, entre eles *Comunidade Cristã e Comunidade Civil* (1946); escreveu contra a bomba atômica e o imperialismo dos países ricos. *Dogmática Cristã* (1931-1951) foi considerada sua obra magna. No entanto, foi o comentário à *Carta aos Romanos* (1919) um marco, um ponto de inflexão na teologia reformada, ao romper definitivamente com o dualismo luterano da doutrina dos dois reinos – reino de Deus e reino do mundo – sem, contudo, deixar de voltar ao velho princípio bíblico da reforma protestante. A crítica barthiana ao papel da Igreja no mundo foi contundente.

Jovelino Ramos, seminarista presbiteriano e aluno de Shaull, na época, fez um rico relato de como esses novos pensamentos teológicos chegaram aos arraiais protestantes, trazidos pelo inovador e instigante professor. Nas aulas de teologia, Shaull questionava os aspirantes ao pastorado com perguntas inquietantes e contextualizadas: “Que significa o que você acaba de dizer para quem não está acostumado à linguagem de sermões? Que tem isso que ver com a situação real dos brasileiros?” Como um bom seguidor de Barth, in-

teressava ao professor confrontar os conhecimentos teológicos com a realidade cotidiana “concreta das pessoas que vivem e trabalham em Campinas”³⁶.

A influência barthiana também chegou ao seio do protestantismo brasileiro pelo trabalho pioneiro do Reverendo Jorge Cesar Mota, citado anteriormente como organizador da UCEB, o qual nos seus artigos e sermões citava a contribuição teológica de Karl Barth, certamente ocasionando muitas críticas dos seus contemporâneos irmãos protestantes. Na *Revista Cruz de Malta* ficou registrado, em forma de artigo, um estudo bíblico acerca do livro do profeta Amós, o mais revolucionário dos profetas do judaísmo antigo, sobre o qual o Reverendo Cesar Mota discorria que “a justiça entre os homens é uma das condições da base divina da sociedade. Amós tinha um conceito ético de Deus. Deus não podia pactuar com a injustiça onde quer que ela se encontrasse”³⁷.

Não podemos deixar de citar a influência do pensamento de Dietrich Bonhoeffer, morto pelo nazismo alemão em 1945. Contemporâneo de Barth, na Alemanha, tornou-se professor de teologia na Universidade de Berlim. Também foi secretário do Departamento da Juventude na Comissão Ecumênica Alemã. “Mal começara a vigorar o regime nazista, Dietrich tomou posição contra a política eclesiástica e racista do nacional-socialismo”³⁸.

Enquanto a Igreja Luterana Alemã tornou-se um simples apêndice político do Reich, Bonhoeffer, juntamente com outros pastores e leigos que se opuseram ao nazismo, fundaram a Igreja Confessante, a qual confessava a fé evangélica como um espaço de resistência e oposição. Em 1935, tornou-se diretor do Seminário de Finkenwalde, onde teve oportunidade

36 – RAMOS, 1985, p. 27.

37 – CRUZ DE MALTA, 1955, p. 47.

38 – BONHOEFFER, 1968, p. 11.

35 – CORNU, 1971, p. 7.

de fazer estudos e viagens, como um dos líderes do movimento ecumênico.

Continuando na resistência teológica, escreveu *Vida em Comum e Discipulado*, sobre os quais R. Shaull declarou terem sido fundamentais na sua formação: “esses dois livros de Bonhoeffer me orientaram numa visão radical da vida e comunidade cristãs”³⁹. Preso em 1943, Bonhoeffer continuou a escrever e a militar, escreveu cartas e reflexões na prisão de Tegel, posteriormente compiladas num denso livro intitulado *Resistência e Submissão*, além de *Tentação e Ética*, todos posteriormente traduzidos para o português pelas editoras Sinodal e Paz & Terra. Certamente por gestões de Waldo Cesar, que era seu editor na época, também publicou as cartas da prisão em meio às agitações políticas e à repressão militar de 1968.

Em 1944, Dietrich Bonhoeffer foi acusado de participar de um atentado contra Hitler. O alvo não foi atingido, mas o jovem teólogo tornou-se mais uma vítima da Gestapo. Um ano depois, foi assassinado no Campo de Concentração de Buchenwalde, por ter atentado e “desmoralizado as Forças Armadas”, conforme seus biógrafos.

Nas reflexões feitas na prisão, a ética cristã e o compromisso político foram ressaltados como extremamente relevantes para a conjuntura vivida naquele momento. No texto de Dietrich Bonhoeffer não cabiam subterfúgios ou circunlóquios teológicos tergiversantes. De forma crítica e clara, expunha as feridas dos protestantes alemães omissos contra a barbárie nazista.

Em entrevistas, os pastores presbiterianos João Dias de Araújo, Josué Mello, Celso Dourado e Áureo Bispo dos Santos foram unânimes na afirmação da influência de Dietrich Bonhoeffer na formação teológica que receberam. Mesmo entre os batistas, que não

foram alunos de Richard Shaull, o exemplo de militância cristã e política do teólogo alemão foi ressaltado. Pastor Djalma Torres, da Igreja Batista Nazareth, afirmou a influência do teólogo alemão na sua trajetória, especialmente como motivação ecumênica e engajamento social⁴⁰.

A obra de Bonhoeffer também foi divulgada entre os metodistas, pelo menos nos setores da mocidade. A *Revista Cruz de Malta* publicou, na época, alguns excertos das cartas da prisão, a exemplo do artigo *O Que É Ser Cristão*, em que ficava claro o pensamento ético do teólogo alemão.

Para essa geração de jovens que se confrontaria com o autoritarismo do golpe de 1964, certamente a vida e a obra de Bonhoeffer tornar-se-iam um ponto de referência; especialmente para os que se lançaram na luta partidária, como Paulo Wright, militante da Ação Popular (AP) desde 1963. Ele foi deputado estadual por Santa Catarina, cassado em maio de 1964, clandestino em Cuba e de volta à clandestinidade no Brasil; militaria na AP até o seu desaparecimento nos porões da repressão militar.

Após a leitura da biografia de Boenhoffer e de Paulo Wright, fica a impressão de que ambos tinham o mesmo sentimento de urgência na ação política, calcada na fé e na vocação cristãs. Em junho de 1964, asilado na embaixada do México, esse sociólogo mandou uma carta ao irmão de sangue, Reverendo Jaime Wright, reafirmando o seu compromisso: “escrevo estas coisas para que você saiba que não me arrependo de nada do que fiz e nem pretendo desistir da luta que iniciei em obediência ao chamado do nosso Senhor comum”⁴¹.

Em Paulo Wright, a sede de justiça tinha uma radicalidade que ia além das reflexões teológicas, programas

39 – SHAULL, 2003, p. 88.

40 – Entrevista em 8/2/2007.

41 – WRIGHT, 1993, p. 49.

ideológicos ou análises sociológicas. Queria muito mais, queria a ação política e armada contra o Estado e o imperialismo opressor. Em uma carta enviada a Waldo Cesar, em 1960, às vésperas da II Conferência da Comissão Igreja e Sociedade, Paulo Wright criticou de forma contundente e irônica a omissão dos protestantes em relação aos problemas sociais do País, onde ele dizia “que estava cansado do marasmo teológico dos cristãos”. Reverendo João Dias de Araújo, que o conheceu pessoalmente, relatou um encontro que tiveram em Recife, quando Paulo Wright comentou sobre suas teses teológicas a respeito do Reino de Deus e os seus desdobramentos políticos, afirmando estar “cansado de tudo isso e queria a revolução agora”⁴².

Essa renovação teológica entre a juventude universitária protestante contou com a atuação vigorosa do Reverendo Jorge Cesar Mota, como vimos anteriormente. No Seminário Presbiteriano de Campinas e na UCEB, a presença de Richard Shaull foi singular nesse processo. Seguindo as pegadas de Bourdieu⁴³, em determinadas circunstâncias históricas, certos agentes religiosos podem ser analisados como profetas que trazem uma nova mensagem renovadora e crítica, decorrente de uma nova leitura dos textos sagrados, que reivindicam fidelidade às doutrinas e às divindades, em meio a uma crise.

Richard Shaull foi este homem que percebeu a crise interna das comunidades evangélicas do País, repercutindo a conjuntura crítica que vivia a sociedade brasileira, a partir dos anos 1950. Já existem alguns trabalhos de cunho teológico analisando o papel de Shaull. Neste texto de cunho histórico, a intenção é apenas pontuar a influência do teólogo norte-americano para o surgimento de um setor ecumênico e progressista no protestantismo brasileiro.

42 – Entrevista aos pesquisadores em 4/1/2007.

43 – BOURDIEU, 1974.



Na década de 1940,⁴⁴ Shaul tinha as suas primeiras experiências com a miséria da população latino-americana, quando viveu na Colômbia sete anos, em um bairro operário onde a missão “era buscar caminhos que tornassem minha fé encarnada na vida e na cultura de outros povos”. Despido, portanto, do etnocentrismo dos seus conterrâneos missionários, buscou integrar-se na população latina; segundo ele, “sentimo-nos desafiados a considerar a nossa própria cultura numa outra perspectiva”.

Além de Barth e Bonhoeffer, suas influências teológicas absorvidas no Seminário de Princeton incluíam o pensamento de Paul Lehman, teólogo alemão próximo da Igreja Confessante, seu orientador de doutorado e um profundo debatedor do tema Teologia e Revolução. Segundo o próprio Shaul, diferente da lógica fechada dos outros professores, “havia visto em Lehman alguém angustiado com as injustiças do mundo no contexto da fé... e abria novas possibilidades de luta para uma transformação”⁴⁵. Lehman esteve no Brasil como conferencista de um congresso da mocidade, organizado pela CEB, e, durante a Conferência do Nordeste, em 1962, em Recife, seus livros foram divulgados.

O jovem missionário norte-americano trazia uma rica bagagem teológica engajada em questões políticas – o que não era corrente entre seus colegas fundamentalistas –, além da vivência anterior colombiana. As ideias e as práticas de Shaul encontrariam um terreno fértil entre a juventude protestante brasileira. Ao mesmo tempo em que criticava a influência pietista dos missionários norte-americanos no protestantismo brasileiro, Shaul encantava-se com o desafio de formar uma geração evangélica que levasse em conta e refletisse a cultura brasileira.

A atuação de Shaul não se limitou ao Seminário Presbiteriano, nos primeiros dez anos que viveu no Brasil.

Além de conferencista em vários congressos da juventude presbiteriana e metodista, esteve, inclusive, no IV Congresso da Mocidade Presbiteriana, realizado em Salvador, em 1956, sendo o principal conferencista. Foi um profícuo escritor de livros e artigos em jornais e revistas, em que o seu pensamento teológico era ressaltado em permanente diálogo da fé com os problemas sociais e políticos. Na *Revista Cruz de Malta*, vários artigos publicados demonstram essas preocupações, dentre outros: *O Cristão na Esquerda*, *O Cristão no Momento Revolucionário de Hoje*, *O que é mesmo que Cristo pode fazer por nós?*

Embora tivesse retornado aos EUA em 1962, manteve permanente contato com a ala progressista do protestantismo nacional, em conferências e congressos. Alguns títulos das obras publicadas por Shaul entre 1953 a 1999: *O Cristianismo e a revolução Social*, publicado pela UCEB; *Alternativa ao Desespero*, publicado pela Imprensa Metodista; *As Transformações profundas à luz de uma teologia evangélica*, publicado pela Editora Vozes, já demonstrando uma aproximação com os católicos; *De dentro do furacão: Richard Shaul e os primórdios da Teologia da Libertação*, publicado pelo CEDI; *Pentecostalismo e futuro das Igrejas Cristãs – Promessas e Desafios*, que escreveu juntamente com Waldo Cesar; *A Reforma Protestante e a Teologia da Libertação*, editado pela Penção Real, da Igreja Presbiteriana Independente, e *Reação e Mudança*, com Carl Oglesby, publicado pela Paz e Terra, em pleno 1968.

Uma prova de sua teologia ecumênica foram as relações que manteve com os Dominicanos em São Paulo, compartilhando estudos bíblicos, debates e artigos no semanário *Brasil Urgente*, de iniciativa de frei Carlos Josapha. Shaul chegou a ser contatado pelos frades dominicanos, caso permanecesse no Brasil, para ministrar uma cadeira de Teologia Protestante, no seu Seminário em Brasília. “Lamenta-

44 – SHAULL, 2003, p. 37.

45 – SHAULL, 2003, p. 82.

velmente, antes que tivesse ocasião de responder ao convite, o seminário foi fechado pelo governo militar, e eu fui proibido de entrar no Brasil por um período de vinte anos⁴⁶. Somente em 1985, seu visto de entrada no País foi liberado, no bojo da reabertura política pós-golpe militar.

Do ponto de vista político, Shaull não se comportava como os seus colegas norte-americanos, conservadores e fundamentalistas, que consideravam os Estados Unidos o povo escolhido por Deus para salvar o mundo. Era um crítico sistemático da política externa hegemônica norte-americana: em 1988, escreveu *Naming the Idols: Biblical Alternatives for U. S. Foreign Policy*. Argumentava teologicamente que a intervenção norte-americana nos países periféricos era um erro e que ela podia se voltar contra o próprio Estado norte-americano.

Outro fator incentivador nas reflexões sobre as questões sociais e o ecumenismo foi a Criação do Conselho Mundial de Igrejas (CMI), em 1948. Ainda no século XIX, o Movimento de Oxford, no seio da Igreja Anglicana, prestou uma contribuição relevante ao ecumenismo, aproximando-se da Igreja Católica Romana. Desenvolveu-se uma ala ecumênica que chegou ao século XX ativa e organizadamente.

“Demonstraram um espírito de encontro, uma grande capacidade de diálogo, uma paixão pela unidade cristã, que souberam traduzir em ações significativas. Sem eles não se pode compreender o processo que levou à formação do Conselho Mundial de Igrejas”⁴⁷.

Em 1910, em Edimburgo, Escócia, aconteceu uma conferência mundial missionária, com o objetivo de discutir uma agenda comum para a evangelização do

mundo, promovida pelas diversas denominações protestantes. Em 1916, aconteceu a Conferência do Panamá, na qual participaram alguns brasileiros, como o Reverendo presbiteriano Erasmo Braga.

Não foi uma tarefa fácil juntar protestantes de várias denominações com ortodoxos orientais, com uma tradição cristã tão peculiar. Em 1948, o CMI realizou a sua primeira assembleia em Amsterdã, Holanda, com o significativo tema: A desordem humana e o desígnio de Deus. A assembleia inaugural do CMI reuniu cento e quarenta igrejas com o firme propósito de uma “aliança ecumênica que tem seu fundamento na fé cristã e que se manifesta no compromisso de trabalhar concretamente pelo Reino de Deus”. No entanto, as tensões e conflitos ideológicos apresentavam-se já naquele conclave, como um fruto da conjuntura do pós-guerra e da guerra fria que se avizinhava.

A repercussão da criação do CMI no Brasil foi imediata. Algumas denominações históricas, como os Batistas, bem como a Assembleia de Deus, permaneceram hostis ao órgão ecumênico. Outras prontamente aderiram, a exemplo da Igreja Metodista. A Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil foi admitida pelo CMI em 1950. Em 1966, a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil oficializou o seu ingresso, com uma clara adesão ao ecumenismo. Em 1968, a Igreja Pentecostal O Brasil para Cristo, sob a liderança do missionário Manoel de Mello, também se filiou.

Os presbiterianos não se filiaram ao CMI, apesar da tradição ecumênica de alguns setores e de terem mandado representantes à Assembleia de Amsterdã. Uma onda conservadora, agitada pelo fundamentalista Carl MacIntire – que havia criado o Conselho Internacional de Igrejas Cristãs – e pelo Reverendo Israel Gueiros, em Recife, foi preponderante, e o Supremo Concílio, em 1949, negou qualquer filiação, alegando

46 – SHAULL, 2003 p. 171.

47 – SANTA ANA, 1987, p. 229.

“não querer as ideias modernistas do Conselho Mundial de Igrejas, se é que ele as tem [...]”⁴⁸.

Embora a hierarquia eclesiástica presbiteriana desejasse equidistância do modernismo do CMI, já na II Assembleia, realizada em Evanston, EUA, em 1954, um lídimo representante da sua juventude participou ativamente dos trabalhos. Waldo Cesar, como presidente da União Latino-americana da Juventude Evangélica (ULAJE), esteve no conclave e ainda escreveu uma série de reportagens relatando-o e analisando a situação dos protestantes no Brasil, na *Revista Cruz de Malta*.

Na segunda assembleia do CMI, cujo tema foi Jesus Cristo, a esperança do Mundo, além de ratificar o compromisso ecumênico, afirmou-se no plano político “a necessidade de contribuir para a formação de democracias plenamente humanas”; no plano internacional, a resolução convergia “com aquele processo que poucos anos depois ficou conhecido como coexistência pacífica”. Na situação interna de cada país, recomendava-se “a necessidade de conjugar liberdade e justiça, para o que era imprescindível a consolidação de instituições estatais onde fosse possível a participação do povo na vida política”⁴⁹.

Na terceira reportagem escrita por Waldo Cesar, ficou clara a sua concordância com as resoluções do CMI, bem como a sua opinião sobre a situação eclesiástica no seio do protestantismo nacional. Criticou o excessivo denominacionalismo vigente no País e preconizou que “evangelização sem unidade é a fraqueza do protestantismo brasileiro”. Tocava no ponto mais caro da mentalidade protestante local que era a primazia da evangelização, da divulgação da mensagem doutrinária. Foi mais além: apesar de criticar a ênfase nas estatísticas, afirmou que “mais do que os protestantes,

crescem os espíritas, certamente porque não estão divididos como nós estamos. E quanto aos católicos, começaram a reagir [...]”⁵⁰.

Na perspectiva de Waldo Cesar, o conceito de evangelização dos protestantes brasileiros era equivocado e parcial. Concorde com a assembleia de Evanston e com as suas próprias reflexões, instigava e criticava:

“o que temos feito, pregando nas esquinas e agregando membros, pode satisfazer ao rol das igrejas, pode aumentar a nossa porcentagem no próximo censo nacional; mas também pode significar a própria derrota da igreja num continente onde os problemas políticos e sociais são inteiramente descurados por essa mesma igreja”⁵¹.

Continua Waldo Cesar o seu artigo/reportagem propondo uma nova leitura dos profetas veterotestamentários⁵², “um pouco de teologia”, de conhecimento contextualizado da própria Bíblia. Não um Evangelho apenas para salvar a alma, mas que fosse capaz de responder aos desafios hodiernos, como pensavam os defensores do Evangelho Social e os teólogos da neo-ortodoxia, o Reverendo Jorge Cesar Mota ou o próprio Shaull, que o acompanhou e compartilhou ideias e ações até os últimos momentos da vida.

Fatores externos

Ao lado dos fatores internos à comunidade religiosa, os fatores externos se alinham na tentativa de explicar os motivos que levaram um setor do protestantismo a desenvolver reflexões e propostas para os problemas sociais e políticos do Brasil. Não faremos uma análise exaustiva, mas apenas destacaremos como a conjuntura política do País era a outra face da mesma moeda

48 – REILY, 1984, p. 244.

49 – SANTANA ANA, 1987, p. 241.

50 – CESAR, in: CRUZ DE MALTA, 1955, p.32.

51 – CESAR, in: CRUZ DE MALTA, 1955, p. 325.

52 – Relativo ao Velho Testamento da Bíblia

nas motivações desse grupo progressista e ecumênico, nas décadas de 1950 e 1960.

No início da década de 1950, o País continuou sob a liderança de Vargas. A chamada redemocratização, de 1945, não passou de uma leve maquiagem na máquina repressora do Estado. O Governo Dutra não modificou em nada o aparelho policial: membros do Partido Comunista, setores nacionalistas que lutavam pela nacionalização do petróleo e manifestações operárias foram reprimidos duramente, entre 1948-50.

Embora eleito, a posse de Vargas, em 1951, não foi pacífica, com tentativas fracassadas de impugnação de sua candidatura. Buscou apoio na maioria do operariado e dos setores burgueses, que eram favoráveis à manutenção de áreas econômicas sob o controle nacionalista. Em 1952, fundou-se o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, bem como outros programas econômicos que culminariam com a criação da Petrobras, em 1953. O suicídio de Vargas, em 1954, demonstrava, concretamente, as querelas políticas e o jogo do poder na esfera federal.

Do ponto de vista da economia, buscava-se tirar o País do atraso e do subdesenvolvimento, por meio de uma política industrializante. “A industrialização acelerada enquanto condição do progresso social era a meta e o Estado armou-se de novas instituições e instrumentos capazes de viabilizá-la, renunciando o tipo de intervenção que assumiria nos anos pós-55 com a posse do novo presidente Kubitscheck”⁵³. Tal política favorecia, ostensivamente, a presença dos capitais multinacionais no território brasileiro.

O plano de metas – crescer em cinco anos o que o País não cresceu em cinquenta – foi o mote da política Juscelino Kubitscheck (JK). O nacional-desenvolvimentismo implementado pelo governo brasileiro teve um pesado

custo social, além do aceleração da dependência estrangeira, especialmente dos EUA. O “sonho americano” penetrava no Brasil como um modelo de modernidade, mas o “feijão”, a dura realidade das contradições e desigualdades sociais aprofundava-se celeremente.⁵⁴

Com o surto industrializante, as desigualdades regionais existentes acirraram-se. O Nordeste praticamente ficou esquecido: representava um mundo rural em oposição à industrialização perseguida pelo governo federal. A criação da SUDENE, em 1959, não foi uma panaceia para resolver os seculares problemas nordestinos.

As tensões sociais na região Nordeste não explodiram apenas na zona urbana. Na zona rural, os pequenos agricultores ou trabalhadores rurais também começavam a entrar em choque com os grandes proprietários. As Ligas Camponesas, lideradas por Francisco Julião, explodiram nos anos 60, em Pernambuco, onde ministrava o Reverendo João Dias de Araújo, pastor presbiteriano que deu total apoio ao movimento.

Havia uma efervescência cultural e política no Brasil que a juventude protestante queria acompanhar e participar. Parte dessa agitação política deve-se ao Partido Comunista do Brasil (PCB), fundado desde 1922, com uma movimentada trajetória de luta, e que, na década de 1950, punha em prática no País as teses marxistas para a revolução brasileira, que superaria o “feudalismo, o latifúndio e o imperialismo”. Lutar pelo socialismo no Brasil, em 1954, significava lutar, entre outras questões, pela industrialização.

Embora o Partido Comunista continuasse na ilegalidade, o ambiente político da década de 50 permitiu a sua atuação, sem os rigores dos organismos repressivos, o que favoreceu a sua reestruturação e manifestação por meio de publicações periódicas, como *Novos Rumos*. O marxismo e o PC consistiam, assim,

53 – MENDONÇA, 1990, p. 275.

54 – SINGER, 1985.

uma forte presença na sociedade brasileira, especialmente no meio estudantil frequentado pelos jovens universitários e secundaristas protestantes.

Para os estudantes da UCEB, as organizações marxistas que atuavam nas escolas e faculdades constituíam-se num grande desafio, mas ao mesmo tempo numa grande tentação: as críticas que eles faziam, no âmbito religioso, à conjuntura social e política do País, aos problemas sociais crônicos, eram as mesmas ou similares às que faziam seus colegas marxistas.

O jornalista Agostinho Muniz, membro da Igreja Batista Dois de Julho, na época, e militante da AP, foi enfático: “eu nunca fui comunista, abomino o materialismo histórico, mas era anti-imperialista, contra a dominação norte-americana no País e na Igreja”⁵⁵.

Outros jovens protestantes aderiram ao PCB, a exemplo de Norberto Bispo Santos Filho, membro da Igreja Batista Dois de Julho, dirigida com mão forte pelo Pastor Ebenézer Cavalcanti. O jovem estudante do Colégio Central, em Salvador, fez parte de um grupo de ativistas nos anos 60, não chegou a ser preso, pois faleceu antes da polícia vasculhar a sua residência e ameaçar os membros da família. Segundo relato de sua irmã, Profa. Ellen Melo, o mesmo “não aguentou a pressão e pediu o seu afastamento da igreja, antes que eliminassem ele; a igreja não suportava política, nem subversivos”⁵⁶.

Na *Revista Cruz de Malta*, os temas políticos eram constantes: desde reportagens sobre o quadro internacional enfocando a Revolução Comunista e o papel de Fidel, no final da década de 1950, até o debate sobre se era possível ser evangélico e comunista, ao mesmo tempo. Ainda no calor da hora da Revolução Cubana em curso, em julho de 1959, um articulista da *Cruz de Malta* escreveu um peque-

no e denso artigo, intitulado *Se tivéssemos um Fidel Castro*, onde comparava a situação crítica que vivia o Brasil com a de Cuba e, ao mesmo tempo, lamentava a inexistência de um líder político com aquele escopo, entre os brasileiros.

Mais um fator externo foi o exemplo da Revolução Cubana como alternativa à situação brasileira. Vários artigos da *Cruz de Malta* reportaram-se à situação de Cuba, além de destacarem a participação de vários protestantes cubanos na luta revolucionária.

Alguns articulistas condenavam o comunismo ateu, outros defendiam suas preocupações sociais e ainda outros declaravam abertamente a sua filiação ao PC e a não incompatibilidade com a vida cristã. Não foi por acaso que o primeiro livro publicado por Shauull, em 1953, na UCEB, intitulou-se: *O Cristianismo e a Revolução Social*. O marxismo e os partidos comunistas configuravam-se como um poderoso desafio à juventude protestante, não só pelo seu caráter científico de interpretação da realidade, mas também pelo seu apelo espiritual, diria o autor, já na introdução da sua obra:

É o Comunismo uma das mais tremendas forças do mundo moderno. Não é apenas uma força militar; é também uma filosofia com a pretensão de interpretar o universo e a vida e que, por isso, exerce forte sedução sobre muitas pessoas inteligentes; é ainda um programa de reforma social que empolga as almas compassivas, sensibilizadas pelos sofrimentos do povo e, ao mesmo tempo, é um poderoso movimento espiritual que tem logrado despertar em milhares de homens e mulheres um espírito de dedicação e de sacrifício, desconhecido de qualquer outro movimento do mundo atual.⁵⁷

55 – Entrevista concedida no dia 02/03/2007.

56 – Entrevista em 3/3/2007.

57 – SHAULL, 1953, p. 7.

Falando a respeito das motivações de Paulo Wright para se lançar na vida político-partidária, Reverendo Áureo Bispo, em entrevista em 19 de fevereiro de 2007, assegurou que, além das motivações cristãs, ele também tinha motivações marxistas, “tinha uma visão bíblica teológica, ecumênica e revolucionária, visava estabelecer uma sociedade justa, onde houvesse alimentação, educação, moradia e saúde para todos, num regime socialista”.

Numa conferência na III Reunião da Comissão Igreja e Sociedade, o Dr. Visser't Hooft, presidente do CMI, admitiu que o marxismo poderia ajudar os cristãos a pensarem melhor sobre sua responsabilidade social. Contudo, demonstrou preocupação em não ser compreendido.⁵⁸

A juventude católica, no período, também estava organizada na Juventude Universitária Católica (JUC) e na Juventude Estudantil Católica (JEC), nas Universidades e Colégios, orientando seus membros a uma participação na sociedade brasileira. A liderança da UCEB tinha consciência desse desafio. Em um artigo intitulado *O Cristão na Esquerda*, Shaull reconheceu a fragilidade dos protestantes frente à conjuntura política, nos seus primeiros contatos com os estudantes evangélicos e com a realidade brasileira, e tomou para si a tarefa de organizar um grupo de jovens protestantes que pudesse enfrentar o contexto adverso.

Esses setores progressistas e ecumênicos, que começavam a organizar-se no seio do protestantismo no País, buscavam incessantemente superar a fragilidade, a desorientação e as dificuldades internas da comunidade religiosa, com vistas a formar uma reflexão sobre os problemas sociais e um programa de ação. A UCEB e a Confederação Evangélica do Brasil, enquanto organismos interdenominacionais, propiciaram o espaço institucional adequado para esse tipo de trabalho.

58 – Correspondências avulsas da Confederação Evangélica do Brasil.

Conferências do setor Igreja e sociedade

Em 1953, Waldo Cesar, Richard Shaull e mais dois professores batistas – Lauro Bretones e Alberto Mazoni de Andrade – organizaram um núcleo ecumênico para estudar o tema da responsabilidade social dos cristãos. Nesse mesmo ano, o CMI criou a seção Igreja e Sociedade, dirigida por Paul Abrecht, um norte-americano que contatou com Shaull, solicitando que escrevesse um documento com reflexões acerca da situação da América Latina. Escrito o documento e enviado à diretoria, em Genebra, o CMI informou ao Reverendo Shaull o interesse em realizar uma conferência na América Latina, enfocando as questões sociais e a responsabilidade das igrejas.

Foi criado o Setor de Responsabilidade Social da Igreja, em 1955, vinculado ao CMI, tendo como comissão organizadora o Reverendo Benjamin Moraes, R. Shaull, e Waldo Cesar, como secretário executivo. Com a denominação de Comissão de Igreja e Sociedade, o setor foi incorporado à Confederação Evangélica do Brasil com a seguinte proposta:

Necessidade imperiosa de se fazer estudos sobre as implicações da nossa fé no conturbado cenário nacional. Era preciso que representantes das várias igrejas que operam em nossa Pátria, juntos, examinassem sua obra evangelizadora e social em face de determinados aspectos inteiramente novos e revolucionários para a sociedade em que vivemos.⁵⁹

A comissão organizou quatro conferências nacionais com o objetivo de compreender a realidade do País e oferecer perspectivas, a partir da visão protestante. Shaull, em suas memórias, avaliou:

59 – Anais da III Reunião do Setor Igreja e Sociedade, 1960, p. 1.

“Waldo e eu desempenhamos um papel chave no desenvolvimento desse projeto, trabalhando em parceria, cada um com sua contribuição específica. Continuamos a participar no programa de estudos do CMI enquanto articulávamos gradualmente nossa própria perspectiva brasileira”⁶⁰.

A Primeira Conferência aconteceu em 1955, em São Paulo, com o título de Consulta sobre a Responsabilidade Social da Igreja. Os temas debatidos vinculavam-se diretamente às questões nacionais vividas naquele momento, que faziam parte das preocupações do grupo progressista: “orientação e educação dos evangélicos para participação na vida política; a Igreja

60 – SHAULL, 2003, p. 178s.

Evangélica em face da ação social e política da Igreja Romana; a Igreja em face ao Comunismo; campos de ação social da Igreja; a Igreja e o proletariado industrial; a Igreja e os problemas das zonas rurais.”⁶¹

Richard Shaull, além de cooperar na organização, foi um dos conferencistas. Segundo ele,

Predominou um extraordinário interesse ao estudo e discussão dos acontecimentos no Brasil e na reflexão teológica correspondente. Os participantes também se mostraram conscientes de que eles e suas igrejas tinham responsabilidade na discussão e ação sobre seu envolvimento na realidade brasileira.⁶²

61 – Documentos Avulsos da Confederação Evangélica do Brasil.

62 – SHAULL, 2003, p. 178.



**1ª Reunião da CEB
sobre responsabilidade
social (1955) - SP/SP**

Segundo Waldo Cesar, ampliava-se “a reflexão e a ação em torno da problemática ‘Igreja e Sociedade’, outra expressão que passaria em definitivo para a linguagem nova dos que buscavam não uma Igreja-Refúgio, mas uma Igreja comprometida, como dizia o próprio Shaul”.⁶³

Além de Shaul, foi conferencista Dr. Wilhelm Hahn, professor de Teologia Prática da Universidade de Heidelberg, o qual ministrou um curso preparatório sobre “A Nossa Responsabilidade Cristã na Esfera Político-Social”, em São Paulo, Rio de Janeiro e Distrito Federal. Para essa atividade, os pastores foram especialmente convidados pelo secretário geral da Confederação Evangélica do Brasil, Reverendo Rodolfo Anders. Destacam-se os deputados: Rui Ramos, metodista; e Dr. Antônio Gueiros e Dr. Lauro Cruz, presbiterianos.

O CMI, além de financiar o conclave, enviou seus representantes para os Setores Social e América Latina, Paul Abrecht e Egbert de Vries. A presença do CMI na conferência era um claro sinal de que a Confederação Evangélica e esse setor progressista seguiam as suas diretrizes políticas, reafirmadas na Conferência de Evanston, em 1954. A doutrina social do CMI poderia ser assim resumida:

...trabalhou a partir da doutrina da soberania de Deus na história, conforme salientada pela neo-ortodoxia, o conceito de Sociedade Responsável. Se questiona a polarização entre posições pró e anticomunismo, defendendo o engajamento em favor da justiça social e da liberdade política como a única forma de escapar a essa tensão.⁶⁴

A Comissão de Igreja e Sociedade deu continuidade às suas atividades com vistas a formar um pensamen-

to social e político no cenário protestante brasileiro. Em fevereiro de 1957, realizou-se a II Reunião de Estudos sobre a Responsabilidade Social da Igreja, na cidade de Campinas, São Paulo. A segunda conferência foi planejada e organizada criteriosamente. Além da programação geral, havia um regimento interno, que explicitou claramente sua finalidade:

Dar continuidade aos planos iniciados na I Reunião de Consulta sobre a Responsabilidade Social da Igreja, realizada em novembro de 1955; estudar, por meio de preleções e debates, os fundamentos bíblicos e teológicos da responsabilidade cristã na esfera político-social; estudar a responsabilidade social da Igreja através dos quatro setores em que se divide o trabalho da CIS (Comissão Igreja e Sociedade): Setor Industrial, Político, Rural e Serviço Social.⁶⁵

Na sessão plenária, foram apresentadas as conclusões e recomendações dos diversos setores, de forma analítica e circunstanciada. Apresentamos a síntese do que consideramos de maior relevância, conforme o relatório da II Conferência:

...O cristão deve assumir, em face das duas soberanias, a de Deus e a do Estado, as seguintes posições: a tarefa do cristão, no Estado, não pode reduzir-se à mera ação eleitoral, isto é, no ato de votar, deixando de lado a ação positiva e organizadora no seio dos partidos; ele poderá atuar no seio dos partidos, aos quais deverá filiar-se convictamente e não por meros interesses passageiros, estritamente eleitorais, nas vésperas das eleições; deverá igualmente participar dos movimentos e organizações oficiais e oficiosas, dos órgãos de cooperação

63 – CESAR, 1985, p. 44.

64 – BURITY 1989, p. 191.

65 – Relatório da I Conferência. Documentos Avulsos da Confederação Evangélica do Brasil.



2ª Reunião da CEB sobre responsabilidade social (1957) – Campinas/SP

interdenominacional, que estejam visando estudar o problema político do País, no intuito de descobrir as inspirações cristãs para a sua solução. Esse dever é particularmente crucial para a mocidade, tanto a que estuda nas escolas superiores, quanto a que trabalha nas oficinas.⁶⁶

Visando a atuação coletiva dos evangélicos, recomendava-se a criação de núcleos de estudos ao nível local, contemplando os setores sociais, políticos e econômicos, além de estimular a “preparação de uma literatura adequada para a orientação do povo evangélico”. Quanto à participação em partidos políticos, que pelo menos até a década de 40 era rara entre os protestantes, sugeria-se uma adesão consciente, conforme o relatório: [...] “estimular os evangélicos a participarem da vida política do País por meio da filiação partidária e atuação dentro dos partidos existentes”.

66 – Idem.

Diferentemente da atual bancada evangélica, que tenta organizar-se em partidos de igrejas, visando os interesses particulares desses grupos religiosos, recomendava-se “desaconselhar a criação de partidos evangélicos”. Em oposição ao absenteísmo pietista que considerava a política como “coisa do mundo” e que a vocação protestante era, sobretudo, a evangelização, ofereciam uma nova perspectiva: “educar os evangélicos no sentido de considerarem a vocação política dos crentes como uma vocação nobre e digna de estímulos”⁶⁷.

No que tange ao problema das relações ecumênicas, desde a realização da I Consulta Sobre Responsabilidade Social havia um setor específico para estudar o problema, fulcro de outras tantas questões e desdobramentos. Os participantes da II Conferência recomendaram realisticamente: “Que se promova o encontro de elementos evangélicos e católicos romanos, para o

67 – Idem.

estudo de problemas sociais e políticos comuns, não obstante as dificuldades que possam aparecer”⁶⁸.

Frente aos desafios que o comunismo apresentava, o reconheciam “como uma tentação do mundo atual”, baseado numa “concepção materialista da história, em que não há lugar para a atuação divina... disso resulta a sua natureza eminentemente antagônica à do cristianismo”. Entendemos que essa foi a posição majoritária na conferência: um certo retrocesso à posição pessoal de Shaul e dos estudantes da UCEB, como analisamos anteriormente, que não percebiam oposição entre ser comunista e ser evangélico ou manter um diálogo criativo com o marxismo, visando contribuir para a solução dos problemas brasileiros.

A conferência, por outro lado, não recomendou a omissão, mas um engajamento político consciente, fazendo um *mea culpa* inicial: “reconhecemos as deficiências do nosso testemunho cristão na vida social e política”. Ao mesmo tempo, aconselhava “a formação de líderes que atuem na vida social e política do país; orientar os operários crentes de modo que eles participem ativamente dos movimentos sindicais”⁶⁹. Avaliando o quadro protestante brasileiro no período, chegamos à conclusão que, apesar da condenação do marxismo, era certo avanço nas reflexões e nas práticas sociais dos cristãos reformados.

Quanto aos problemas rurais, as recomendações foram tímidas e assistencialistas. Reconheceram os problemas do campo, mas as propostas de soluções falavam em auxílios e empreendimentos evangélicos, conforme a recomendação: “considerar a possibilidade das igrejas obterem áreas adequadas para utilização agrícola e dirigirem experiências de famílias em vida comunitária”. Essa recomendação foi posta em prática anos depois com os Projetos Gurupi, no Maranhão, e Apodi, no Rio

Grande do Norte, sustentados pelo setor de Projetos da Confederação Evangélica do Brasil e financiados pelo CMI. Eles não deram o resultado esperado pelas lideranças protestantes, nem poderiam; o problema agrário no Brasil demandava soluções radicais, isto é, era necessário atingir a raiz do problema.

Recomendavam ainda a organização dos trabalhadores – às vezes citados indistintamente como fazendeiros – que se organizassem “em associações profissionais, entidades e movimentos de classe”⁷⁰. Parece que esse foi o primeiro momento de tomada de consciência. Futuramente os líderes presbiterianos da Igreja Presbiteriana Unida desenvolveriam a Teologia da Terra, com uma proposta de intervenção social mais concreta e realista.

A terceira Conferência Sobre a Responsabilidade Social da Igreja, organizada pela Confederação Evangélica do Brasil, ocorreu em fevereiro de 1960, em São Paulo. Precederam à conferência várias reuniões de estudos dos setores temáticos, bem como a elaboração de boletins informativos e um questionário, visando a eleger os principais temas para os debates.

O questionário tratava de questões candentes do cenário brasileiro, naquele momento. Era sobre a agenda social do País que os evangélicos se debruçariam durante quatro dias. O tema geral da III Conferência foi a Presença da Igreja na Evolução da Nacionalidade. Os subtemas abrangiam os aspectos gerais da política, economia e cultura. As conferências inaugurais foram pronunciadas pelo presidente do CMI, Dr. W. A. Visser’t Hooft, sob o título Responsabilidade Cristã na Sociedade: imperativos bíblicos, e pelo assessor para assuntos políticos do CMI, Dr. Robert S. Bilheimer, com o tema As Igrejas no meio da rápida transformação social de nossa época.

68 – Idem.

69 – Idem.

70 – Relatório da II Conferência. Confederação Evangélica do Brasil.

Desde a conferência anterior, a Comissão de Igreja e Sociedade resolveu convidar cientistas não crentes para colaborar nos debates. Para discorrer sobre a Evolução da Nacionalidade Brasileira, foi convidado o historiador Sérgio Buarque de Holanda, o qual não compareceu; não há registro do motivo. Em seu lugar palestrou o sociólogo Florestan Fernandes. Reverendo Aharon Sapsezan discorreu sobre a Presença da Igreja na Evolução da Nacionalidade. Italino Peruffo palestrou sobre a Evolução Política do Brasil; Richard Shaull, convidado como conferencista, não esteve presente, mas há indícios de que enviou por escrito o texto intitulado Presença da Igreja na Evolução Política de um Povo. Sobre os aspectos econômicos, os conferencistas foram o professor Paulo Hugon e o Reverendo Almir dos Santos. Sobre Educação para uma Sociedade em transformação, estava previsto o Professor Anísio Teixeira, porém, diante de sua ausência, foi substituído pelo Professor Walter Schützer.

A presença dos cientistas e intelectuais nas Conferências denota que esse setor protestante queria sair do “gueto”, da recorrente tese individualista de que, salvando a pessoa, fatalmente a sociedade se transformaria pela ação benéfica e moralizadora do Evangelho. Ao mesmo tempo, demonstra a seriedade com que esse grupo se debruçava para estudar os problemas do País: queria aprender e dialogar; não havia uma fórmula pronta. Na introdução dos anais da terceira conferência, justificou-se tal cooperação entre os cientistas e os religiosos:

No estudo sobre a necessidade da presença ativa do Protestantismo na evolução da nacionalidade brasileira, principalmente nos campos da política, da economia e da cultura, deveremos sempre ter em mente o esforço honesto e persistente que cientistas sociais (cristãos e não cristãos) têm feito. Precisamos

ouvi-los, aprender com eles, como homens de ciência e de estudo. Ao mesmo tempo – e muitas vezes como consequência – é preciso que a Igreja faça ouvir a sua voz. Os resultados do seu estudo e trabalho devem ser comunicados ao mundo. Se necessitamos dos cientistas para a compreensão dos fenômenos sociais, também eles necessitam da Igreja e da sua palavra profética.⁷¹

A conjuntura do País, naquele momento, pautada pelo nacional-desenvolvimentismo e a euforia industrializante dos anos de Juscelino Kubitschek, encobria, de fato, as profundas desigualdades sociais já analisadas por vários autores. Os líderes protestantes tinham consciência dessa realidade. Aharon Sapsezan, (1960, p. 38) em sua conferência, assegurou que

O Progressismo, ou o que vem sendo conhecido pelo nome de “desenvolvimentismo”, nos induziu a crer na capacidade redentora do dinamismo econômico e industrial, preterindo outras esferas da vida nacional, e acabando por justificar, assim, o acúmulo cada vez maior da riqueza nas mãos de poucos, sem criar mais amplas condições de acesso aos produtos e bens decorrentes do desenvolvimentismo.

Conclamou profeticamente os evangélicos a construir novas estruturas sociais. Não podemos afirmar que a mudança das estruturas sociais defendida pela Comissão de Igreja e Sociedade fosse idêntica às transformações sociais preconizadas pelo PCB ou pelos marxistas em geral, mas, com certeza, a proposição do Reverendo Sapsezan era um grande avanço no interior do protestantismo brasileiro, já que criticava a crise nacional e apontava soluções políticas e a criativa participação eclesial.

71 – Anais da III Conferência da Comissão de Igreja e Sociedade, 1960, p. 67.

A magistral conferência do professor Florestan Fernandes⁷² fazia uma análise circunstanciada “da formação da sociedade de classes no Brasil”, ressaltando a debilidade econômica desde o período colonial, passando pelo Império e o período republicano. Criticou a reprodução tecnológica artificial e reverberou um axioma marxista que ia frontalmente contra as representações e as práticas do protestantismo conservador:

É preciso mudar a situação social de vida. O clima de valores sociais não alterou a natureza humana. Não se pode mudar o homem simplesmente porque a inteligência humana é capaz de

72 – 1960, p. 24.

mostrar que certos requisitos ideais permitem assegurar este ou aquele fim. Só se pode mudar o homem à medida que a sociedade se altera.

Dando prosseguimento à conferência, o professor Florestan Fernandes⁷³, na segunda parte de sua alocução, atendendo ao que o Reverendo Jorge Mota tinha recomendado, discorreu sobre o dever, sobre como um líder religioso pode se comportar na situação brasileira. Acusou o clero católico de pouco realista e sugeriu aos protestantes: “atuar como uma influência social criadora no processo de reconstrução da civilização ocidental no Brasil”.

73 – 1960, p. 28.



Presbítero Gil Souza e Bispo Almir dos Santos, presentes à IV Reunião de estudos CEB – Conferência do Nordeste – Recife 1962

Essas duas conferências – uma de um sociólogo marxista outra de um reverendo reformado – podem nos fornecer indícios do nível dos debates e resoluções tomadas nessa consulta sobre o papel dos evangélicos face à realidade nacional. A terceira conferência contou com a participação de sessenta e uma pessoas de treze denominações diferentes.

Seguindo as deliberações da II e da III Conferências, a Comissão de Igreja e Sociedade criou uma biblioteca especializada sobre a realidade brasileira, bem como um Centro de Estudos Brasileiros, o qual tinha o objetivo de dar continuidade às reflexões e práticas sobre os grandes temas trabalhados: rural, política, industrial, economia e cultura. Pretendiam-se criar grupos de estudos específicos que fariam intervenções, manifestos, pressão social, marcando a posição dos evangélicos.

Entre os anos 1960 a 1962, houve uma reestruturação administrativa: a Comissão Igreja e Sociedade passou a ser designada Setor de Responsabilidade Social da Igreja, com uma diretoria ampliada, divulgação de um boletim periódico, reuniões de estudos sistemáticos, enfim, tentativas de dar continuidade ao trabalho das conferências bienais, bem como expandir a sua atuação, deslocando-se do eixo Rio - São Paulo.

Seguindo as diretrizes traçadas, a IV Conferência do Setor de Responsabilidade Social da Igreja, da Confederação Evangélica do Brasil, reuniu-se em Recife, Pernambuco, de 22 a 29 de julho de 1962, sob o tema Cristo e o Processo Revolucionário Brasileiro. A conferência foi precedida de estudos preparatórios dos vários subtemas relacionados ao temário geral, o que “deveria subsidiar os delegados e os interessados”, com textos específicos de autores nacionais e internacionais.

A proposta de estudo era ambiciosa, procurava dar conta das questões eclesiais internas, da movi-

mentação da Igreja Católica e do cenário nacional. A IV conferência ficou conhecida como a *Conferência do Nordeste*, região escolhida em decorrência dos conflitos e inquietações sociais que ocorriam no campo e na cidade naquela conjuntura, agravada por problemas estruturais e seculares.

Ocorreram seis palestras que trataram dos princípios bíblicos e do cenário político-econômico do País: Reverendo Joaquim Beato conferenciou sobre Os Profetas numa época de transformações sociais; Reverendo João Dias de Araújo tratou do Conteúdo Revolucionário do ensino de Jesus sobre o Reino de Deus; Reverendo Edmond Sherrill discorreu a respeito da Missão total da Igreja numa sociedade em crise. Os cientistas convidados trataram da situação nacional: professor Paul Singer conferenciou sobre As mudanças sociais da sociedade contemporânea; professor Juarez Alves fez sua preleção sobre Resistências às transformações sociais no Brasil; e doutor Celso Furtado discorreu sobre O Nordeste no processo revolucionário brasileiro.

O grupo ecumênico e progressista cercava-se e buscava dialogar com estudiosos brasileiros que representavam os setores mais avançados das Ciências Sociais. Seguindo o conselho barthiano, fazia teologia e vida eclesial “entre a Bíblia e os jornais”. Ao mesmo tempo em que refletiam sobre os profetas judaicos do século VI A.C., discutiam a ebulição nordestina com o mentor intelectual da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

A exiguidade deste trabalho não nos permite uma análise acurada dos textos de todas as conferências. Escolhemos apenas a do Reverendo João Dias de Araújo que, na década de 1980, se tornaria Pastor da Igreja Presbiteriana de Feira de Santana, pela proposta de embasamento bíblico para as perspectivas sociais, fazendo um cotejamento com a preleção do

Reverendo Edmond Sherrill que, posteriormente, foi missionário no Nordeste e na Bahia, na Igreja Episcopal Anglicana, em Salvador.

A IV Conferência propunha-se a estudar as vinculações dos cristãos com o processo revolucionário brasileiro, o qual os protestantes tinham como iminente. O contexto sócio-político referendava tal opinião, às vésperas do golpe militar de 1964, que interrompeu um amplo processo de “reformas de base”, de politização da sociedade brasileira em torno dos seus problemas sociais.

Reverendo Araújo trouxe como contribuição ao debate uma doutrina central do cristianismo, em particular do protestantismo, isto é, o Reino Deus. Nas visões sobre o Reino de Deus, tanto católicos quanto protestantes pautaram a sua ética, bem como a escatologia. Em outras palavras: da doutrina do Reino de Deus e seus desdobramentos decorrem a ação cristã no mundo, as posições frente à realidade terrestre e a vida futura, pós-morte. Já na introdução do seu longo e denso texto, Reverendo Araújo⁷⁴ declarou “que a revolução que Jesus trouxe ao mundo estava revelada no seu ensino sobre o Reino de Deus. O Reino de Deus é o primeiro e mais essencial dogma da fé cristã”.

Em oposição aos fundamentalistas conservadores que postergavam o Reino de Deus para o pós-morte, nos céus que os escolhidos irão morar, o jovem professor do Seminário Presbiteriano do Norte asseverou que o Reino de Deus era atual, próximo: “O Reino de Deus é chegado, está presente, está sobre os homens, entre os homens, dentro dos homens”. Não se confundia com as estruturas eclesiais nem com as instituições dos poderosos: “O Reino de Deus pertence às crianças, aos pobres, aos humildes de espírito e aos perseguidos por causa da justiça.

74 – ARAÚJO, 1962.

Só poderão entrar no Reino os que se fizerem como crianças, os que nasceram de novo”.

Buscando embasamento exegético na Bíblia, na filosofia e no Evangelho Social de Rauschenbusch, Reverendo Araújo declarou que “não é fácil de ser definido... parece ser um símbolo elástico e poético”, porém o ensino de Jesus, aceito pelos protestantes como a verdade revelada, não deixa dúvidas: “O ensino de Jesus sobre o Reino de Deus objetiva o homem em toda a sua expressão individual e social. Jesus mostrou que o seu alvo era o homem”. Não as almas, mas homens em sua dimensão social, coletiva.

Sobre a dimensão social da missão da Igreja, o Reverendo Sherrill apresentou como um imperativo a participação dos cristãos para solucionar os problemas sociais vividos no Brasil:

Torna-se um imperativo relativo e moral o associarmos-nos de mesma maneira positiva ao processo histórico e revolucionário da nossa época. Como cristãos, podemos divergir sobre as medidas a serem tomadas, pois a situação é de fato extremamente complexa, mas não podemos, a nosso ver, nem mesmo pensar em divorciar-nos da luta pela justiça e bem-estar sociais. Pela providência de Deus, temos chegado a este momento histórico, e, se pretendemos obedecê-lo, precisamos usar a capacidade que ele nos proporcionou, a fim de que os bens que presentemente mui poucos desfrutam passem à disposição de todos os nossos irmãos.

A Igreja, como proclamadora do Reino de Deus, “da soberania de Deus na História”, precisa cotidianamente viver os valores do Reino de Deus, pensar a evangelização como uma tarefa total: “pregação e humanização”, isto é, observar o homem como um ser total e a mensagem evangelizadora atingir também os

problemas vividos pelos homens em sociedade. De forma contundente, Reverendo Araújo⁷⁵ condenou as distorções dicotomizadoras:

Uma das maiores heresias afirmadas abertamente por muitos cristãos chamados ortodoxos e fundamentalistas é que a Igreja nada tem a ver com os problemas sociais. Dizer isto é mutilar o evangelho de Cristo e a mensagem do Reino de

75 – ARAÚJO, 1962.

Deus. Mas os cristãos que caem nessa heresia secular da igreja partem do princípio pagão da dicotomia da natureza humana que dá valor extremo à alma e despreza o corpo. Não sabem esses cristãos que Jesus não ensinou essa dicotomia, essa separação herética. Mas ensinou sim, que o homem é uma unidade, um todo que ele veio salvar... Por isso a evangelização que não considera o corpo e a realidade integral do homem está incompleta e errada.



Rev. João Dias – Conferência do Nordeste 1962

Duas décadas depois, o Reverendo João Dias de Araújo permanecia fiel aos seus princípios teológicos quando propôs, corajosamente, uma Teologia da Terra e criou a Comissão Ecumênica dos Direitos da Terra (CEDITER), na Bahia. Criticou o marxismo que “transformou o homem num objeto sem alma”, o que, veladamente, o Reverendo Sherrill também criticou. Parece-nos que os grandes interlocutores desse grupo progressista eram o grupo fundamentalista conservador e o marxismo que “seduzia a juventude brasileira” naquele momento.

Em sua conferência, Reverendo Araújo⁷⁶ buscava trazer subsídios e embasamento bíblico, com vistas à participação política dos evangélicos naquele período crítico da sociedade brasileira. Para cumprir seu objetivo, o conferencista fez todo seu arrazoado bíblico e teológico, mas não se omitiu de fazer um *mea culpa* da instituição eclesiástica, secularmente omissa e conivente com as injustiças sociais:

A igreja tem apoiado sistemas econômicos e políticos opressores, ou se tem silenciado pecaminosamente, muitas vezes diante da injustiça, da opressão do homem pelo homem. A Igreja deve fazer muito mais empenho para o estabelecimento da justiça nas relações familiares, nacionais e internacionais. Muitas vezes a igreja não tem sido instrumento eficaz para a prática da justiça entre os homens, antes tem sido instrumento para a injustiça. Instrumento para injustiças dos patrões contra empregados. Instrumento para o aumento da pressão dos ricos e poderosos. Instrumento para dar apoio aos imperialismos e colonialismos execrandos e desumanos. Foi tanta a displicência dos cristãos, que a palavra Justiça foi arrebatada da bandeira cristã para hoje ocu-

par lugar de destaque na bandeira vermelha do materialismo.

Ao final, reportou-se à situação de miséria em que viviam os nordestinos, flagelados pela seca e embalados pela esperança messiânica “colorida com as tintas do sonho mais exaltado de felicidade e de fartura”. Apresentou “a Nova Jerusalém dos nordestinos sofredores”, representada no poema *Viaagem ao País de São Saruê*, do poeta popular Manuel Camilo dos Santos. Eis o primeiro verso do cordelista: “*Mais adiante uma cidade / como nunca vi igual / toda coberta de cristal, / ali não existe pobre / é tudo rico afinal*”. Contextualizado e progressista, Reverendo Araújo começou sua conferência com o texto bíblico e concluiu com uma bela poesia, típica dos bardos sertanejos, prenhe de denúncias sociais e de esperanças numa “nova Terra”, antes do “novo Céu”.

Analizadas as principais conferências, faz-se necessário questionar qual era a concepção de revolução que os protestantes abraçaram. Apesar da contundência dos discursos da crítica social que fizeram, os conferencistas reformados condenavam o ateísmo do materialismo, asseverando que o marxismo poderia servir até como leitura – como proporia posteriormente o Reverendo Araújo – mas não servia de base para os cristãos atuarem socialmente. Ou o cristianismo poderia fazer um produtivo diálogo com o marxismo, porque também lutava pela justiça, pela liberdade do homem, contra todo o tipo de opressão, como propusera Richard Shaull.

Reverendo João Dias de Araújo, posteriormente, nos primeiros anos pós 64, escreveu uma brochura intitulada *O Jovem Marxista e o Jovem Cristão*, levantando convergências e divergências. Na entrevista concedida em 04 de janeiro de 2007, perguntado sobre a possibilidade de um diálogo, res-

76 – Idem

pondeu que “sim, mas o jovem cristão não precisa se transformar em comunista; os valores do Reino de Deus superam, mas podemos trabalhar juntos”. De fato, em sua trajetória – como pastor e advogado –, trabalhou lado a lado com marxistas tanto nas Ligas Camponesas, em Pernambuco, quanto na Comissão Ecumênica dos Direitos da Terra, em Feira de Santana.

A revolução que os protestantes propuseram tinha uma matriz religiosa na doutrina do Reino de Deus. A radicalidade da fé cristã, vivenciada na comunidade, seria capaz de criar uma nova ordem. No documento final da Conferência do Nordeste, está registrado:

O termo revolução está na essência de toda a fé cristã. A fé cristã fala da revolução total – que inclui as realidades últimas e a redenção; é a “irrupção da nova ordem na velha”. Não mais o reboio das “revoluções abortivas” da América Latina e do Brasil. Lembramos K. Barth, ao falar da esperança que Cristo nos deu como “a esperança mais revolucionária que se pode conceber, ao lado da qual todas as outras revoluções não são mais do que miseráveis foguetinhos...”⁷⁷

Tratava-se de uma revolução profética que mudaria as estruturas sociais, não pela força ou violência das armas, mas pela via institucional parlamentar, usando o discurso e realizando ações práticas, a partir de uma utopia religiosa: os valores do Reino de Deus e a soberania de Deus na História. Era um processo revolucionário baseado na teologia política onde o grupo protestante progressista

“tenta credenciar-se perante as forças políticas em presença na cena nacional, como dirigente

ou vanguarda do processo revolucionário, uma vez que o cristianismo seria eticamente superior a todas as ideologias com as quais tentavam se articular politicamente. Ou, ao menos, tenta dar uma direção cristã ao processo”⁷⁸

A relação entre religião e política tem sido destacada por diversos estudiosos, como o papel das utopias religiosas nos movimentos messiânicos e na Teologia da Libertação. No âmbito do protestantismo, a relação tem ocorrido desde os primórdios do Século XVI, nas origens da fé reformada. A radicalidade da leitura do texto bíblico serviu de inspiração e força motriz para o movimento camponês anabatista na Europa, especialmente na Alemanha. Em seu magistral trabalho *A Bíblia inglesa e as revoluções do século XVII*, Hill⁷⁹ analisou criteriosamente toda a literatura revolucionária e como a mesma estava baseada no texto bíblico, no livre exame dos protestantes radicais, não da ortodoxia anglicana.

Portanto, os protestantes progressistas não estavam isolados na proposição de ler a realidade brasileira a partir da Bíblia, construindo uma teologia contextualizada com desdobramentos sociais e políticos. Antecipavam, assim, a própria Teologia da Libertação, de origem católica.

A Conferência do Nordeste contou com a participação expressiva de cento e oitenta e oito pessoas entre clérigos; leigos das mais variadas profissões; nove mulheres; quinze denominações, inclusive batistas, Igreja do Evangelho Quadrangular e Igreja Evangélica Pentecostal O Brasil para Cristo; representantes da UNE; da JUC; da Associação Cristã de Moços e do CMI. Representando os estudantes da UCEB, Paulo Wright estava presente, mas declarou-se como pescador e não como secretário da entidade estudantil protestante.

77 – Relatório da Conferência do Nordeste. 1962.

78 – BURITY: 1989, p. 359.

79 – HILL, 2001, p.283.



IV Reunião de estudos CEB – Recife 1962. Da esquerda para a direita: Waldo Cesar, Bispo Almir dos Santos e Carlos Cunha

Repercussão e reação conservadora

As consultas cessaram após o golpe militar de 1964. Foram apenas quatro eventos que tiveram uma forte repercussão na comunidade protestante, tanto positivamente, ao ampliar o raio de ação dos progressistas, quanto negativamente, ao se observar a reação conservadora dos fundamentalistas. “O povo protestante” estava cindido e o ponto da divergência era a questão da ética e do ecumenismo. Segundo Shaul, um dos seus organizadores e conferencistas:

Dada a relevância dos acontecimentos e a seriedade do trabalho em relação a cada

tema, essas conferências – e o que aconteceu depois de cada uma delas – atraiu um número crescente de homens e mulheres, inclusive muitos de igrejas até então sem nenhum contato ecumênico. Pela primeira vez no protestantismo histórico do Brasil, o tema da responsabilidade social da igreja não somente estava sendo discutido pelas maiores denominações como não mais podia ser ignorado. E o forte impacto do trabalho do Setor de Responsabilidade Social ultrapassou o âmbito da igreja e alcançou um círculo muito maior.⁸⁰

80 – Shaul, 2003, p. 179.

Nos círculos eclesiásticos, o discurso progressista ganhou certa relevância, pelo menos momentânea, a exemplo da Igreja Presbiteriana do Brasil. Esta entidade aprovou no Supremo Concílio, em 1962, um documento intitulado Pronunciamento Social, explicitando o dever da igreja frente aos problemas sociopolíticos do País, além de alertar os fiéis dos perigos, com certeza uma alusão aos comunistas. Eis um extrato dos primeiros itens:

No propósito de avivar a consciência de todos os fiéis para os perigos, deveres e oportunidades da hora presente, apresenta o seguinte pronunciamento sobre os problemas políticos e sociais:

O imperativo que impõe à Igreja a obrigação de fazer pronunciamentos sobre questões sociais da atualidade nacional e internacional deriva de sua vocação profética de proclamadora e testemunha do Reino, de sua submissão e fidelidade à palavra de Deus.⁸¹

Certamente que uma conjuntura interna favorável e a hegemonia do grupo progressista no conclave presbiteriano permitiram a aprovação desse documento. Convém destacar que foi uma proposição do Presbitério de Campo Formoso, Bahia, onde pastoreava o Reverendo Celso Dourado, vereador pelo PTB, nesse período⁸². Futuramente, esse documento seria assumido pelos dissidentes ao formarem a Igreja Presbiteriana Unida do Brasil.

Entre os batistas, tão refratários aos “modernismos teológicos”, também houve certa repercussão. Não se trata de uma posição oficial da Convenção Batista, como entre os presbiterianos, que no Concílio Supremo pronunciaram-se favoravelmente ao grupo

progressista, mas de uma posição, firmada em 1963, pela Ordem dos Ministros Batistas do Brasil, e que teve uma pálida repercussão nas comunidades locais.

Quanto aos metodistas, que reafirmaram o seu Credo Social, em 1960, além de explicitarem o seu engajamento ecumênico, reafirmaram as preocupações com as questões sociais. A *Revista Cruz de Malta*, do departamento da mocidade metodista, nesse período, deu ampla repercussão aos temas políticos e publicou artigos e resoluções das Conferências de Igreja e Sociedade da CEB, a exemplo das conferências de R. Shaull, João Dias de Araújo e Almir Santos.

Em 1968, dezenove pastores da Igreja Episcopal Anglicana, em um manifesto endereçado aos bispos da referida comunidade, exigiam um posicionamento firme e cristão frente à miséria em que vivia o povo brasileiro. Num documento de quinze páginas, onde analisam a mortalidade infantil, privação do pão cotidiano, salários, dívida externa e as atitudes que tradicionalmente a Igreja tomava, exigiam uma nova pastoral que levasse em conta a vida quotidiana do homem que se queria alcançar com a luz do Evangelho.

As conclusões da Conferência do Nordeste e das anteriores foram compiladas por Waldo Cesar, em forma de livro, e divulgadas nas instituições eclesiásticas e no Boletim da CEB, *Brasil Evangélico*, que atingia a todas as denominações filiadas. A Confederação Evangélica também participou ativamente de encontros em nível da América Latina, para discussão das questões sociais, como membro da Junta de Igreja e Sociedade na América Latina (ISAL). Em 1963, promoveu no Rio de Janeiro, juntamente com a ISAL, uma consulta que teve como tema: Serviço e Ação Social Cristã em uma Sociedade em Rápida Transformação.⁸³

81 – Diretório da IPU: 1990, p. 7 e 8.

82 – Entrevista em 13 de março/2007.

83 – BOLETIM da CEB, 1963, p. 8.

As conferências do Setor Social também repercutiram entre os católicos, em meio a setores significativos como a JUC, que teve representação oficial na Conferência do Nordeste. “O jornal católico *Brasil Urgente*, mais tarde censurado e fechado, dedicou as páginas do meio ao evento, reafirmando que o protestantismo brasileiro tinha duas grandes fases: antes e depois da Conferência do Nordeste”.⁸⁴

O novo discurso progressista desse setor evangélico e ecumênico também repercutiu negativamente e a reação conservadora foi imediata. Nas páginas do *Jornal Brasil Presbiteriano*, o debate entre os dois grupos fez-se de forma intensa, pelo menos até abril de 1964. O editor do jornal presbiteriano, certamente já sofrendo pressões da hierarquia da Igreja, reverberou num editorial o clima que se vivia na comunidade: “Não tirem do jornalista a liberdade democrática de deixar a cada qual dizer o que bem entende, desde que faça em termos. A hora é revolucionária. Precisamos ajudar a revolução com o Evangelho e dentro da democracia, antes que a revolução seja feita sem o Evangelho e sem democracia”.⁸⁵

O espectro do “comunismo ateu” rondava os arraiais protestantes. Mesmo o democrático jornalista era “presa” das antigas representações anticomunistas que o protestantismo histórico havia construído após a Revolução Russa. A luta de representações entre os dois grupos continuou acirrada e tomou feições políticas, típicas daquele período de conturbação política e fermentação ideológica. Os protestantes traziam para a arena eclesiástica a polarização em que vivia a sociedade brasileira.

Em julho de 1964, no ambiente de “caça às bruxas”, instaurado pelo governo militar, começou o expurgo

de professores dos seminários presbiterianos e conflitos entre seminaristas e as autoridades da hierarquia presbiteriana. Vários professores foram afastados do Seminário do Norte, a exemplo do Reverendo Áureo Bispo dos Santos, que se integraria ao Presbitério de Salvador, e, posteriormente, o Reverendo João Dias de Araújo, com sua teologia crítica, “taxado de esquerdista e pró-comunista”.

No Seminário do Sul, em Campinas, e no Seminário do Centenário, em Vitória – fundado em 1958, por Joaquim Beato e Richard Shaul – os professores progressistas foram expulsos, inclusive sem receberem os seus direitos trabalhistas.⁸⁶ Não só os professores e reverendos sofreram a repressão da Igreja Presbiteriana do Brasil. As famílias, em específico as esposas, também foram atingidas, como fiéis ou como funcionários das instituições teológicas. Ithamar Bueno Araújo, esposa do Reverendo João Dias de Araújo, escreveu uma memória onde relatou os constrangimentos e perseguições que as mulheres também passaram.⁸⁷

A repressão externa ao grupo progressista também foi muito forte. Convém salientar que a movimentação da Comissão Igreja e Sociedade, desde os anos 1960, levantou a suspeita dos órgãos militares de repressão, afinal de contas os “crentes” deixavam de ser respeitosos e submissos às autoridades constituídas. Recordou um dos organizadores da comissão:

“A visita de um agente do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) e o interrogatório a que submeteu Waldo Cesar indicavam o quanto nosso trabalho ultrapassara os limites eclesiásticos e instigava as autoridades da chamada segurança nacional”⁸⁸.

84 – CESAR, 2004, p. 12.

85 – ARAÚJO, *Brasil Presbiteriano*, agosto de 1963.

86 – ARAÚJO, 1985.

87 – ARAÚJO, 2001, p. 2.

88 – SHAULL, 2003, p. 180.

Com o golpe militar de 1964, a repressão intensificou-se, não só pelo alinhamento tradicional do protestantismo aos governos de plantão, mas também pelas relações e vínculos de alguns ilustres protestantes ao regime. Araújo (1985) sugeriu que a “Igreja Presbiteriana foi a mais envolvida e a mais comprometida com a revolução de 1964 por causa das ligações dessa Igreja com a classe média e por causa do prestígio político que ela gozava nos meios políticos e militares”. Vários presbiterianos ocuparam cargos durante a ditadura militar. Nehemias Gueiros, de tradicional família presbiteriana de Pernambuco, “entrou para a história como redator do Ato Institucional nº 2. No governo Médici, o ministro Eraldo Gueiros ocupou o cargo de governador de Pernambuco”.

Os desencontros e as desavenças entre progressistas e a hierarquia presbiteriana aconteceram em várias regiões do País. Rubem Alves, (1987, p. 31) na época pastor presbiteriano no interior de Minas Gerais, além de sofrer as acusações e punições do Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana, foi denunciado como subversivo aos militares. Havia um dossiê com denúncias “dos próprios irmãos, inclusive da direção do Instituto Gammom, escola protestante...”. Quanto às acusações do Concílio Presbiteriano, “eram mais de quarenta”, graves e virulentas não só do ponto de vista religioso quanto político. Amedrontado pelos militares, e cansado de lutar nas estruturas eclesiásticas, Alves aceitou um convite da Igreja Presbiteriana dos EUA para fazer um doutorado no Seminário Teológico de Princeton, tradicional instituição presbiteriana, onde o seu mestre Richard Shaull era professor.

Entre os Presbiterianos Independentes, a reação conservadora acirrou-se após o golpe militar de 1964. Um memorial assinado por catorze pastores e vinte

e oito presbíteros, enviados às autoridades eclesiásticas, exigia a imediata apuração e punição “de um grupo de ministros jovens que, adotando uma orientação teológica contrária aos nossos princípios do Presbiterianismo, vem tentando mudar os rumos da IPI”. Os presbiterianos independentes ligaram-se de forma mais explícita ao regime militar no Governo Médici, com alguns pastores que prestaram serviço de delatores de seus próprios irmãos, como registra Campos⁸⁹. Há exemplos de pastores que se tornaram agentes da Polícia Federal.

Os setores mais conservadores, especialmente a hierarquia das referidas comunidades, condenaram o pensamento progressista de forma bastante agressiva. Em 1966, na Igreja Presbiteriana, o grupo inovador era denominado de “a esquerda que caminha pelo Evangelho Social”. Em um artigo publicado no Brasil Presbiteriano, acusavam o grupo de facilitar a “licenciosidade teológica e de ceder às tentações do sincretismo programado pela Igreja Romana e o Conselho Mundial de Igrejas”. Utilizando-se de uma prática comum aos que têm o poder de definir a ortodoxia, satanizam o pensamento divergente: “É hora de dizermos não ao enganador e como discípulos de Jesus Cristo importa ergamos alto o brado de repressão: vai-te satanás”⁹⁰. A delação transformou-se num ato de serviço à pátria e a Deus. Aqueles que pertenciam a partidos de linha socialista passaram a compor as listas dos irmãos.

Em outras denominações, como a Metodista, o grupo conservador deu a linha de ação, congratulando-se com o regime militar que “tirou o País do perigo vermelho”, que livrou a nação do ateísmo, ao mesmo tempo em que reprimia os jovens seminaristas e os leigos que se diziam progressistas e ecumênicos. O

89 – 2002, p. 122 s.

90 – O Brasil Presbiteriano no 14/16, 1966, p. 08.

seminário Metodista em São Paulo chegou a ser fechado, após um movimento dos estudantes que, em 1967, convidaram D. Hélder Câmara para paraninfar a turma de formandos.

A situação entre os batistas da Convenção Batista Brasileira não foi diferente. Em 1964, o *Jornal Batista* saiu em defesa do golpe militar de 31 de março e lamentou o fato de muitos jovens terem sido enganados. “Até em nossas igrejas se produziu a infiltração. Existia a louca ideia de que era possível embarcar-se no mesmo barco dos comunistas para construir os mesmos ideais”⁹¹.

Na Confederação Evangélica, logo após o golpe de 1964, o presidente em exercício, Amantino Vassão, imprimiu uma linha mais conservadora, perdendo aquela visão social dos anos anteriores. O Setor de Responsabilidade Social não deu continuidade aos planos previstos para o triênio pós-1963. O discurso e as práticas conservadores ganharam o debate: os Setores da Mocidade e de Responsabilidade Social foram fechados e os seus líderes demitidos. Cesar,⁹² um dos mentores intelectuais desse movimento ecumênico e progressista, lembrou: “hávamos perdido nossa base institucional de operação no Brasil e a diáspora havia começado – mas descobrimos novas fronteiras, novos companheiros”.

As causas apontadas para o fechamento do Setor de Responsabilidade Social, juntamente com outros que eram dirigidos por pessoas progressistas, como o sociólogo Jether Ramalho e o Reverendo Domício de Matos, tinham um conteúdo puramente ideológico. Como ocorreu no interior das denominações protestantes, o grupo progressista foi expurgado também da CEB. O escritório de Waldo Cesar foi invadido pela polícia em 1967; o mesmo foi preso

pelos militares, acusado de subversão. Na época, ele era editor da *Revista Paz e Terra*, a qual tinha uma proposta “ecumênica e humanista”. Os delatores foram os irmãos presbiterianos:

“Quando anos depois consegui meu *habeas data* no DOPS, confirmou-se que alguns dos nossos delatores eram pastores e presbíteros das igrejas que frequentávamos. Seus nomes, que prefiro não citar (alguns já partiram), estão lamentavelmente nos nossos arquivos”⁹³.

A CEB esvaziou-se, feneceu. Em junho de 1987, um grupo de constituintes evangélicos decidiu ressuscitar a Confederação. A nova diretoria tomou posse na presença de importantes políticos governistas não evangélicos; a nova CEB – de maioria pentecostal e repudiada veementemente por várias igrejas históricas – recebeu significativas doações do governo Sarney⁹⁴.

A nova CEB não era nem um espectro da antiga: seguindo a tendência “pentecostalizante” do protestantismo brasileiro e a sua teologia da prosperidade, era em tudo o seu oposto, a sua negação, a começar pela existência da bancada evangélica que a criou. Só em 1991 recomeçaram gestões, lideradas por Caio Fábio de Araújo, pastor presbiteriano, para reorganizar uma entidade que congregaria as diversas denominações protestantes. Vários líderes denominacionais fundaram a Associação Evangélica do Brasil, evangelical, sem a atuação da CEB, muito menos priorizando os problemas sociais do País.

Após os expurgos, os protestantes progressistas – a exemplo de Waldo Cesar e Jether Ramalho – foram acolhidos em setores de organismos eclesiásticos internacionais que buscavam alternativas para os problemas sociais, como a ISAL e o CMI. O Conse-

91 – *Jornal Batista*, 1964, 12/04, p. 3.

92 – 1985, p. 47.

93 – CESAR, 2004, p. 12.

94 – FRESTON, 1992.

Iho Mundial também acolheu católicos, como Paulo Freire, que, durante o seu exílio em Genebra, foi consultor do CMI para assuntos de educação, conforme pontua Jardimino⁹⁵.

Ainda sobre Freire e Shaul, esse último relatou em suas memórias um encontro nos EUA: “Você é o Shaul?, finalmente perguntou. Ao responder afirmativamente, apresentou-se: Eu sou o Paulo Freire, estou exilado no Chile e acabo de terminar um livro que não pode ser publicado no Brasil. Desde que você é o único americano em quem posso confiar este manuscrito, tome-o e consiga sua tradução e publicação”⁹⁶. Tratava-se da *Pedagogia do Oprimido*, livro que se transformaria numa referência para os educadores brasileiros e de alguns setores da América Latina.

95 – JARDILINO, 2000.

96 – SHAULL, 2003, p. 263.

Outros jovens evangélicos engajaram-se em organizações de esquerda. Jaime Wright fez outra escolha: com o desaparecimento do irmão Paulo Wright, juntou-se a D. Paulo Evaristo Arns na Comissão de Direitos Humanos, sendo um dos idealizadores do livro *Brasil Nunca Mais*, dossiê e libelo contra a repressão que se instalou no Brasil, após 1964. O Reverendo Jaime Wright era “uma espécie de bispo auxiliar para assuntos internacionais e de direitos humanos”⁹⁷.

O grupo progressista e ecumênico continuou atuando e, inspirado no setor de projetos da CEB, inclusive partindo da experiência do Projeto Gurupi e do Apodi, nos quais o baiano Enilson Rocha participava, começou a articular a organização de um novo espaço de atuação e militância: eram os prenúncios da CESE.

97 – WRIGHT, p. 178.

■ Parte I

Capítulo 2



Os projetos sociais da Confederação
Evangélica do Brasil (1964 a 1973)



Edilece Couto
Elizete Silva
Muniz Ferreira

Os efeitos do golpe de 64 sobre o protestantismo progressista

A ocorrência do golpe civil-militar, em março/abril de 1964, acentuou a existência de condições desfavoráveis à continuidade do trabalho da vertente progressista e ecumênica do protestantismo brasileiro. Como já foi dito anteriormente, a reação dos núcleos mais conservadores, tanto no interior das igrejas quanto na própria CEB, avolumou-se na sequência da chamada Conferência do Nordeste, no ano de 1962, reproduzindo, em grande medida, o clima geral da sociedade brasileira naquele momento. Verificou-se uma clara divisão no campo religioso do País, opondo indivíduos e setores partidários das reformas de base e das transformações nas estruturas econômicas e sociais então vigentes, a grupos e personalidades que se mobilizavam para reagir contra tais pressões.

No cabo de guerra instaurado pela disputa entre esses projetos de mudança/transformação versus conservação/reação, cada uma das forças em luta tinha pela frente desafios diferenciados. Os setores progressistas deparavam-se com a necessidade de animar novas ou redivivas experiências de organização e movimentação na defesa de seus interesses materiais, algumas vezes sequer percebidos conscientemente até então. Nas frestas da legalidade jurídico-institucional vigente, cabia aos segmentos conservadores e “reacionários” reforçar a condição de desmobilização, atraso político e déficit de consciência social junto aos contingentes amplamente majoritários das classes populares do País. Mais do que isso, esforçavam-se por unificar os atores mais significativos das classes dirigentes urbanas e rurais, das elites políticas e das cúpulas militares, para seus planos de reversão do incipiente, porém crescente, ativismo político-social de massas.

No interior do mundo evangélico, a mencionada polarização repercutiu também sobre o processo de diferenciação crescente entre dois grupos. Havia, de um lado, uma fração “de vanguarda”, que reivindicava um *aggiornamento* do pensamento e da ação social protestante à luz das concepções políticas e sociais renovadoras, em disseminação na sociedade brasileira. De outro, uma maioria cuja vivência religiosa apresentava-se como fortemente tributária das tradições individualistas, liberal-conservadoras, legalistas e anticomunistas, que predominavam no rebanho de fiéis das principais denominações brasileiras. Vertente religiosa minoritária – em uma época em que o efetivo de evangélicos brasileiros mal superava os 5% da população – seu comportamento em face aos embates que marcaram a política e a sociedade brasileiras, às vésperas do golpe de Estado, em nada diferiu do manifestado no conjunto da sociedade.

Também em seu interior, a atividade da “vanguarda progressista”, conquanto voluntariosa e ativa, se mostraria incapaz de penetrar nas camadas mais profundas da população protestante e engajá-la em sua luta pelas transformações almejadas. Inversamente, os grupos conservadores obtiveram mais sucesso na conquista das consciências da comunidade evangélica, evocando, com eficácia, o espectro da desordem e da ameaça comunista, que se ocultariam detrás da prédica dos “progressistas”.

De modo que o desfecho da crise política, em março-abril de 64, contabilizou entre os derrotados o segmento progressista e ecumênico, engajado na *revolução brasileira*, segundo suas próprias palavras, que desenvolvera, ao longo de nove anos, debates e reflexões nas conferências nacionais sobre a responsabilidade social da igreja. Ao passo que teve também entre seus vencedores, pessoas e grupos – na própria CEB, na imprensa evangélica e secular, nos seminários

e nos púlpitos das igrejas – que se opuseram, com hostilidade crescente, às articulações progressistas, ao longo daquele período.

A reação contra a orientação progressista da IV Conferência Nacional da CEB

Como já foi observado, a IV Conferência Nacional sobre Responsabilidade Social da Igreja, organizada pela Comissão Igreja e Sociedade, da Confederação Evangélica do Brasil, assinalou a culminação dos esforços da tendência ecumênico-progressista no sentido de repensar e redefinir os rumos do protestantismo brasileiro. Recuperando e aprofundando o arcabouço analítico e crítico das três reuniões anteriores, o conclave recifense de 1962, que teve por título Cristo e o Processo Revolucionário Brasileiro, esforçou-se por sintonizar a consciência protestante brasileira na frequência das correntes nacionalistas, democráticas e reformistas em atuação no Brasil daqueles anos.

O evento foi inspirado intelectualmente pelas reflexões de teólogos como Richard Shaull, pelas experiências sociopastorais de nomes como Paulo Stuart Wright, e pelas iniciativas de jovens pregadores e leigos evangélicos como Waldo Cesar, Jovelino Ramos, João Dias de Araújo, Gerson Moura, entre outros. Representou o movimento mais audacioso no sentido da convergência da “vertente progressista” do protestantismo brasileiro com o bloco de forças políticas e sociais progressistas existentes no País.

Porém, significou também um marco no acirramento das divergências e dissensões no seio do próprio mundo evangélico. A originalidade de seu temário, a amplitude política e religiosa do arco de personalidades convidadas e a contundência de suas resoluções foram recebidas como um toque de trombeta pelos círculos conservadores do protestantismo brasileiro, motivando poderosas represálias.

No curso mesmo do evento, as vozes conservadores do mundo evangélico patenteariam sua desaprovção aos rumos apontados pela jovem liderança ecumênica. Leonildo Silveira Campos⁹⁸ chama a atenção para a presença, entre os participantes da conferência, do reverendo presbiteriano independente Sebastião Gomes Moreira, cuja preleção apresentada sob o título *Cristo – a única solução para os problemas brasileiros* representou uma verdadeira demarcação de campo frente às abordagens então dominantes na análise das grandes questões nacionais tratadas naquele encontro. Porém, a reação não se deteve aí, segundo as palavras de Jovelino Ramos.

Diante da agressividade dessa ala renovadora, o protestantismo conservador resolveu dizer um basta. Identificou-se com o conservantismo político; condenou os renovadores como modernistas, mundanos e comunistas; postulou que a igreja nada tem a ver com a situação social; acabou com a organização nacional dos jovens (caso específico da Igreja Presbiteriana do Brasil); participou da marcha da família; fechou o setor de Responsabilidade Social da Igreja; denunciou ao DOPS e ao SNI muitos pastores e leigos como subversivos e corruptos; expulsou dos seminários professores considerados “avançados” e baixou o nível de educação teológica; e através de uma astuta manobra política tirou os elementos “suspeitos” dos postos importantes da hierarquia eclesiástica⁹⁹.

A deflagração do golpe de Estado contra o governo João Goulart (Jango), em 31 de março de 64, dotou os círculos mais conservadores do protestantismo do Bra-

98 – CAMPOS, Leonildo Silveira. Protestantes na Primeira Fase do Regime Militar Brasileiro: Atos e Retórica da Igreja Presbiteriana Independente (1964-1969). In *Estudos de Religião* 23. S. Bernardo do Campo. UMEPS, 2002.

99 – RAMOS, Jovelino Pereira, “Protestantismo brasileiro: visão panorâmica”, in *Paz e Terra*, Rio de Janeiro, Ano II, No. 6, Abril 1968.

sil de circunstâncias excepcionalmente favoráveis para um ajuste de contas com as tendências renovadoras. Em perfeita consonância com a atmosfera persecutória e repressiva instaurada em todo o País, na sequência da deposição de Jango desencadeou-se no seio de várias igrejas um processo de depuração, na qual as jovens lideranças da esquerda evangélica foram destituídas de suas funções pastorais, administrativas e representativas. Da mesma forma, órgãos interdenominacionais como a CEB e a União Cristã dos Estudantes do Brasil (UCEB) também foram atingidos, o que se materializou na dissolução da Comissão Igreja e Sociedade, responsável pela estruturação da IV Conferência e na marginalização institucional da UCEB. Era o final de uma época na trajetória do protestantismo brasileiro e a sinalização do início de novos dias à sombra de um poder político ditatorial em processo de consolidação no País.

As aproximações entre o conservadorismo protestante e o regime militar. As novas funções da CEB.

Materializado o golpe civil-militar de março/abril de 1964, e configurada a supremacia dos círculos conservadores no seio do protestantismo brasileiro, a diretoria da CEB, refletindo as posições que predominavam no mundo evangélico do País, endereçou um telegrama de congratulações ao novo governo, agora encabeçado pelo Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco:

Digníssimo Presidente da República, a Confederação Evangélica do Brasil, entidade de representação pública e ação conjunta das Igrejas Evangélicas, saúda Vossa Excelência, motivo: posse no alto cargo de primeiro magistrado da nação, formulando votos a Deus de contínua assistência divina ao Governo de Vossa Excelência, iluminando o caminho da reconstrução cristã democrática em nos-

sa pátria, assegurando direitos do homem, promovendo justiça social e bem-estar ao povo, defendendo a soberania nacional, cristianizando o desenvolvimento da sociedade brasileira, conduzindo a Pátria a alto destino no concerto de nações livres, sentido em que Vossa Excelência terá constante apoio moral e leal cooperação dos cristãos evangélicos. A) Amandino Adorno Vassão, presidente; Rodolfo Anders, secretaria geral¹⁰⁰

Esse posicionamento tomado pela cúpula do protestantismo nacional apenas ratificava as inflexões registradas nas correlações de forças no âmbito do cristianismo reformado do País, manifestando a predisposição de seus líderes a um alinhamento claro com o comando político-militar do regime recém-instaurado. Mais do que isso, antecipava uma sucessão de atos de colaboração que viriam a caracterizar a evolução subsequente das atividades da Confederação Evangélica do Brasil.

Leonildo Campos relata o alinhamento de personalidades e instituições animadas por personagens do protestantismo conservador com os protagonistas do golpe de 1964, antes mesmo de sua conclusão. Um exemplo é o do deputado estadual Carlos Egg. Presbiteriano independente, presidente da Associação Cristã de Moços (ACM) de São Paulo, cunhado de um coronel que chefiaria o serviço de informações do II Exército. Sob sua liderança, a ACM paulistana participara da “Marcha com Deus pela Democracia” e administrara recursos liberados pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES)¹⁰¹ na organização de manifestações populares voltadas à contestação do governo Goulart.

100 – Apud, CAMPOS, Leonildo Silveira. *Protestantes na Primeira Fase do Regime Militar Brasileiro: Atos e Retórica da Igreja Presbiteriana Independente (1964-1969)*, op. cit; p. 119.

101 – De acordo com René Armand Dreifuss, em sua obra *1964: A conquista do Estado*. Editora Vozes, Petrópolis, 1981. O IPES e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) conformavam um “complexo político-militar”, em torno do qual se articularam os segmentos da “elite orgânica” brasileira, engajada no movimento de desestabilização e derrubada do governo do presidente Jango Goulart.

A adesão dessas lideranças protestantes ao golpe de Estado de 1964 e à ditadura militar implantada, então, renderia dividendos significativos aos seus protagonistas. A fidelidade manifestada de forma individual ou coletiva qualificaria os protestantes conservadores brasileiros ao exercício de funções de responsabilidade político-administrativa no processo de consolidação de um regime político congenitamente carente de legitimidade social.

Dessa forma, o País – de tradição católica multissecular e esmagadora maioria de seguidores do clero romano – experimentou, pela primeira vez em sua história, a integração, em sua elite política, de perceptível – ainda que francamente minoritário – segmento de cristãos protestantes em postos de elevada responsabilidade política. Tal foi o caso, em alguns estados da federação, da ascensão, por nomeação do governo militar, de representantes de tradicionais famílias protestantes, como os Gueiros no Nordeste, Jeremias Fontes no Rio de Janeiro, Erasmo Martins Pedro (vice-governador)¹⁰² na Guanabara e do próprio Ernesto Geisel, luterano gaúcho, ao posto de primeiro mandatário da República.

Institucionalmente, a entidade representativa dos protestantes brasileiros obtivera reconhecimento por seu alinhamento frente aos novos donos do poder. O primeiro desses atos foi a promulgação da Lei 5.011, de 1º de junho de 1966, que atualizava a Lei 3.931, de 3 de agosto de 1961, ambas concedendo isenção de pagamento de tributos de importação às mercadorias doadas à Confederação Evangélica do Brasil, nos seguintes termos,

“Art. 1º. É concedida isenção de imposto de importação, do imposto de consumo, da taxa

102 – O caso de Martins Pedro, no entanto, apresenta uma particularidade digna de nota. Nascido em uma família de protestantes portugueses do Rio de Janeiro, sua militância política desenrolou-se nas fileiras do PSD, já tendo exercido o cargo de secretário do interior e justiça do recém-criado estado da Guanabara, antes de 64. Após o golpe de Estado, ingressou no MDB. Eleito deputado federal por essa legenda, em 1966, ocupou o cargo de vice-governador do estado durante o governo de Chagas Freitas nos anos 1970-1974.

de Despacho Aduaneiro, das taxas de Melhoramentos de Portos e Renovação da Marinha Mercante, de emolumentos consulares, de taxas de armazenagens e capatazias para os donativos até o limite de 50.000 (cinquenta mil) toneladas anuais, constituídos de gêneros alimentícios, roupas usadas, medicamentos, artigos de higiene e material escolar, remetidos, até 1970, inclusive, pela Church World Service e Lutheran World Relief, Inc. (L.W.R.) dos Estados Unidos, Lutheran World Relief, Inc. do Canadá, Hilfswerk – Innere Mission, da Alemanha Ocidental, Lutherhjälpen e Vastkustens Efterkrigshjälp, da Suécia, a Kirkens Nodhjälp, da Noruega, à Confederação Evangélica do Brasil para sua distribuição gratuita, através de obras de assistência social.”

Tal decisão governamental fortalecia as tendências voltadas à reorientação das atividades sociais da principal entidade do protestantismo brasileiro, retomando e aprofundando uma linha de atuação já expressa anteriormente nas ações beneficentes das igrejas evangélicas, como, por exemplo, a distribuição de alimentos doados pela *Aliança para o Progresso*¹⁰³, no Brasil, dentre outras. A CEB consolidaria sua prioridade às ações assistenciais de ajuda a populações carentes e marginalizadas, no lugar do apoio a processos de contestação das estruturas socioeconômicas e a defesa de transformações político-sociais. Nessa nova fase, um lugar central haveria de ser ocupado pelo desenvolvimento de pro-

103 – A Aliança para o Progresso foi um programa de ação adotado pelo governo dos Estados Unidos da América no início dos anos 1960, com o objetivo de fortalecer os laços desse país com os governos latino-americanos. Seu lançamento foi motivado pela percepção da existência de um desgaste nas relações EUA-AL, na sequência da visita do então vice-presidente Richard Nixon ao subcontinente, em 1958, e do advento da Revolução Cubana, em 1959. Anunciada pelo presidente John F. Kennedy na Conferência de Punta del Este, em março de 1961, a Aliança ambicionava a realização de uma “revolução pacífica na região”, promovendo o desenvolvimento econômico, a justiça social e a democracia política e evitando assim uma “revolução violenta” na área latino-americana. Imaginado para vigorar durante dez anos, o projeto foi paulatinamente abandonado após a morte de seu maior defensor, o presidente John F. Kennedy, em 1963, sendo substituído pelo método tradicional de garantia da estabilidade sociopolítica na região, a saber, a repressão. Na prática, não passou de um programa fisiológico e clientelista de distribuição de alimentos *made in USA*, e envio de voluntários para o desenvolvimento de ações assistenciais junto às populações mais miseráveis da América Latina. Para uma abordagem acadêmica pormenorizada sobre o assunto, ver LACERDA, Gustavo Biscaia de, *Panamericanismos entre a segurança e o desenvolvimento: A Operação Panamericana e a Aliança Para o Progresso*. Dissertação de Mestrado, Curitiba, UFPR, 2004.

jetos comunitários e cooperativistas nas regiões rurais e/ou na periferia das grandes cidades do Brasil, como nos casos dos projetos Gurupi, Serviço de Integração do Migrante (SIM), Apodi e Serra Negra.

O Projeto Gurupi

O Projeto Gurupi, no estado do Maranhão, representou a primeira experiência prática da nova orientação da Confederação Evangélica do Brasil, no enfrentamento das questões sociais brasileiras. Sua origem remonta à iniciativa adotada pela Missão Presbiteriana do Norte do Brasil (MP), no ano de 1961, no sentido de adquirir terras para o desenvolvimento de um programa de fixação de populações rurais do Nordeste do Brasil, por meio de uma política de colonização de áreas devolutas.

Disposta a envolver as autoridades governamentais com a proposta, a MP relegou a essas a responsabilidade pela escolha da região na qual seria instalado o projeto. Como as áreas consideradas mais favoráveis já haviam sido requisitadas para outros projetos de colonização, o local escolhido foi a faixa amazônica da rodovia Belém/Brasília, onde foram inicialmente assentadas seis famílias que, com o apoio da MP, iniciaram o processo de ocupação e cultivo da terra. Pouco tempo depois, a MP resolveu ampliar o projeto com a introdução de um número maior de colonos, necessitando para isso do robustecimento de sua fonte de financiamentos.

Com a finalidade de viabilizar a obtenção de recursos junto ao CMI, a MP resolveu transferir a gestão do projeto para a CEB, no ano de 1963. No ano seguinte, realizou-se a demarcação e loteamento do terreno e foi elaborado o primeiro plano diretor do projeto.

Não obstante as opções políticas feitas pela diretoria da CEB, quando do golpe civil-militar, a entidade ain-

da registrava a influência da tomada de consciência empreendida pelo protestantismo progressista nas duas décadas anteriores.

Ao rever criticamente o conceito tomista milenarmente aceito de que o seu papel é tão somente cuidar do espírito e abrigar com o seu manto protetor os desfavorecidos pela 'sorte', a Igreja descobriu que era corresponsável pela situação desprivilegiada de grandes massas humanas marginalizadas. Pois que, ao ignorar o fato, estava aceitando a inevitabilidade da miséria humana e endossando o 'status quo'. Reconhecendo, pois, a sua responsabilidade e, ao mesmo tempo, as suas limitações, a Igreja decidiu agir. E buscou, na discutida problemática nordestina, o seu campo de ação¹⁰⁴.

Essa formulação lapidar, de relatório elaborado pela Comissão de Planejamento e Desenvolvimento de Projetos da CEB, no ano de 1971, expressava a sensibilidade social, bem como o reconhecimento da corresponsabilidade da(s) Igreja(s) na reprodução das desigualdades sociais, parecendo ecoar os diagnósticos efetuados pelos dirigentes do Setor de Responsabilidade Social e as discussões travadas no interior das quatro conferências nacionais do período 1955-1962.

Tais elementos sugerem que houve uma reapropriação, por parte de setores hegemônicos na CEB, de algumas das *interpretações do Brasil* e sua realidade econômico-social, elaboradas pelo segmento progressista na fase anterior – engajamento político social, apoio às reformas de base, aliança com as esquerdas –, a despeito de sua rejeição pelas *soluções* propostas. Isso se manifesta ainda mais patentemente

104 – CONFEDERAÇÃO EVANGÉLICA DO BRASIL, Comissão de Planejamento e Desenvolvimento de Projetos. Gurupi – Plano de Consolidação. São Paulo, agosto de 1971, pág. 1.

na caracterização apresentada no relatório da comissão acerca das condições econômicas e sociais experimentadas pelos nordestinos e na alternativa apontada para sua resolução.

Partindo da premissa de que a condição sub-humana de vastas populações do Nordeste Brasileiro é decorrente de um desnível estrutural socioeconômico muito acentuado [grifo dos autores], o Projeto Gurupi é uma tentativa de ir à raiz do problema, buscando formar uma nova estrutura dentro da qual o indivíduo e a comunidade possam desenvolver plenamente o seu potencial humano de criatividade (sic) e responsabilidade.

De qual maneira? O próprio documento responde, “(...) proporcionando-lhes o acesso à propriedade da terra que sempre lhe foi negado e a assistência necessária para fazer bom uso dela¹⁰⁵”. O que significava isso em termos concretos? De novo a luta pela reforma agrária?

Desde os anos 40 do século 20, porém com maior intensidade nas décadas de 50 e 60, o debate da questão agrária passou a ocupar um lugar privilegiado nas grandes discussões nacionais. No curso dessa polêmica, duas posições fundamentais galvanizaram-se. De um lado, a proposta de realização

105 – Idem, *ibidem*.



Projeto Gurupi

de uma autêntica reforma da estrutura fundiária, ou seja, uma modificação no sistema agrário do País, por meio da redistribuição da propriedade da terra e consequente eliminação do latifúndio. Outra proposta defendia a solução do problema por meio da redistribuição das terras devolutas dos estados e da União, assim como da realização de projetos de colonização de áreas de floresta, distante das vias de acesso e dos centros urbanos¹⁰⁶.

O governo do presidente João Goulart foi um momento decisivo de choque entre as duas correntes. A sinalização das intenções do então presidente no sentido de iniciar uma reforma agrária que levaria à destruturação do grande latifúndio no Brasil é apontada como uma das causas principais da mobilização civil-militar que culminaria no golpe de Estado de 1964.

O novo regime militar tratou de dissipar qualquer sombra de ameaça que pudesse pairar sobre os grandes proprietários de terra e seus aliados acerca do futuro do latifúndio, associando qualquer possibilidade de acesso à propriedade da terra por parte das populações até então privadas da mesma à implementação de projetos de colonização agrícola em áreas limítrofes, em particular na Amazônia. Foi esse, por exemplo, um dos sentidos do slogan “Integrar para não entregar”, vocalizado pelo governo federal, no qual o tratamento do problema agrário, por meio da colonização, conjugava-se com as preocupações de defesa do território nacional em uma região tida pelos estrategistas militares como cobiçada e desprotegida.

A convergência entre as motivações teológicas da CEB e as perspectivas governamentais de contribuir para a solução da questão do acesso à propriedade da terra por meio da ocupação da Hileia Amazônica também transparece no documento da CEB:

(...) Gurupi quer oferecer-lhe [ao trabalhador sem terra] a oportunidade excitante de participar de uma experiência pioneira - colonizar a Amazônia e com ela a de readquirir a sua imagem perdida - a semelhança de Deus.

A rigor, o apoio das autoridades governamentais à materialização do projeto vinha se mostrando indispensável desde os primórdios de sua implementação. A própria criação da colônia e a implantação do núcleo original de meia dúzia de famílias cearenses só fora possível devido à cessão do terreno por parte do governo do estado do Maranhão. Se, por um lado, tal participação governamental permitiu que se viabilizasse a ideia, por outro estabeleceu, desde o início, certos limites ao desenvolvimento da colônia.

Um deles relacionava-se à expansão territorial. A legislação então vigente fixava em três mil hectares o máximo de área a ser disponibilizada pelos estados da federação para projetos de colonização, sem a necessidade de aprovação pelo Congresso Nacional. Ante a manifestação da CEB de que essa extensão seria insuficiente para a instalação de uma colônia agrícola na região amazônica, ampliou-se a demarcação para cinco mil e quatrocentos hectares, porém a área efetivamente titulada não passou de dois mil e noventa e oito hectares.

Outro aspecto foi a localização da colônia, cuja escolha, feita pelo Estado, pareceu à CEB desfavorável em termos técnicos e, particularmente, em razão do seu isolamento. Não obstante, a entidade não deixaria de pagar tributo ao apoio concedido pelo governo brasileiro, pois, como afirmava o relatório de 1971,

Quando, num momento como o atual, todo um Governo está empenhado em mobilizar a população em torno dos objetivos do desenvolvimento socioeconômico brasileiro, in-

106 — Ver a este respeito os textos publicados na coletânea A Questão Agrária — textos dos anos sessenta. São Paulo, Brasil Debates, 1980.

discutivelmente, este fato não poderá passar despercebido (sic) às autoridades e delas deverá merecer cuidadoso exame¹⁰⁷.

Não obstante os elevados objetivos que impulsionaram a CEB a assumir e levar em frente a experiência Gurupi, o período de sua participação no projeto foi frequentemente permeado por tensões e atritos.

A proposta de ampliação do perímetro do projeto, com um contingente de 60 famílias coreanas na colônia foi confrontada pela oposição de posseiros que se haviam estabelecido nas terras vizinhas. Em face desse obstáculo, decidiu-se adaptar a área do projeto à recepção dos imigrantes orientais por meio do desmatamento de uma área e a construção de moradias provisórias no interior da própria colônia.

Tais atividades consumiram “toda a atenção todo o tempo da administração” e a maior parte do orçamento ao longo do ano de 1965, como se diz no documento. O resultado foi a disseminação de um forte sentimento de insatisfação entre os colonos já instalados e a deterioração de suas relações com a gerência do projeto. Por fim, o próprio governo do Maranhão, possivelmente movido pelas preocupações geopolíticas antes mencionadas, manifestou-se contrário à instalação dos coreanos na região, o que provocou o engavetamento da ideia.

Entretanto, a perda crescente de confiança dos colonos em relação aos administradores do projeto; o abismo cultural verificado nas relações entre eles; o desconforto dos colonos em face de certo clima de “vitrine” que de alguma maneira envolvia o empreendimento – e até mesmo certos pruridos nacionalistas e/ou xenóforos atribuídos aos colonos – contribuíram para a sua desestruturação. Segundo o próprio relatório,

As visitas frequentes de representantes de agências doadoras, a realização do acampamento internacional de trabalhos, os repórteres estrangeiros, a chegada de equipamentos sofisticados que, para os colonos representam artigos de luxo, confirmaram e consolidaram sua convicção de que Gurupi era um projeto estrangeiro, cujas finalidades verdadeiras não eram ostensivas. A demora da entrega de títulos de propriedade dos lotes, cujas implicações burocráticas os colonos não entendem, é para eles a evidência desta convicção¹⁰⁸.

Entre 1965 e 1971, período no qual o projeto foi dirigido diretamente pela CEB, instalaram-se 58 novos colonos e 23 deixaram a área. Em sua fase de maior atividade, sob a gestão da CEB (1969/1970), 50 colonos participavam do projeto. O biênio 1967/1968 foi o de maior afluxo, com o ingresso de 17 novos participantes, enquanto na temporada 1970/1971 somente 5 novos membros radicaram-se no local.¹⁰⁹

Diante das dificuldades crescentes em gerir, fiscalizar e proporcionar financiamento para as atividades do Projeto Gurupi, a CEB impulsionou a formação da Cooperativa Agrícola Mista do Gurupi (CAMGURU) com a finalidade de organizar não apenas os colonos do projeto, mas também os pequenos agricultores e criadores da área circunvizinha. Constituída em outubro de 1966, a entidade teve seus estatutos aprovados em assembleia no dia 15 de novembro de 1967, porém sua operação efetiva se deu a partir de 1968. Contudo, em seus primeiros anos de existência, o funcionamento da CAMGURU tornou-se mais um fator de desencontro ao invés de contribuir para atenuar as dificuldades enfrentadas pelo projeto.

107 – CONFEDERAÇÃO EVANGÉLICA DO BRASIL, Comissão de Planejamento e Desenvolvimento de Projetos. Gurupi – Plano de Consolidação. São Paulo, agosto de 1971, op. cit.

108 – Idem, página 15

109 – CONFEDERAÇÃO EVANGÉLICA DO BRASIL, Comissão de Planejamento e Desenvolvimento de Projetos. Gurupi – Plano de Consolidação. São Paulo, agosto de 1971.

A inexistência de uma delimitação mais clara das atribuições da Cooperativa e do corpo administrativo da CEB originou situações em que se manifestava a sobreposição e competição entre eles. A inexperiência administrativa dos colonos, associada à privação de recursos econômicos, instituiu um cenário de dependência permanente da Cooperativa em relação à CEB e a incapacidade dessa Confederação em atingir um dos objetivos primordiais do projeto: a conquista da autogestão e do autofinanciamento por parte dos colonos. Após uma avaliação crítica dos resultados até então atingidos e do papel desempenhado pela CEB em Gurupi, a diretoria da Confederação optou pela saída do projeto, transferindo suas atribuições, patrimônio e créditos para a cooperativa, em 1972.

A retirada da CEB do projeto Gurupi foi antecedida por uma avaliação marcada por forte conteúdo crítico e, sobretudo, autocrítico. Os pontos mais importantes a serem destacados dessa avaliação são os seguintes:

Atribuía-se ao camponês nordestino – e, por extensão, aos colonos do projeto Gurupi – uma postura conformista, ausência de ambição, desapego à propriedade e privação de espírito empreendedor, como consequência do abandono a que teria sido relegado por “gerações e gerações”. Sobre os colonos, acrescentava-se a afirmação de que a ignorância e a superstição haviam embotado suas “faculdades perceptivas”. Destarte, apenas a experiência prática do sucesso da iniciativa proposta pelo projeto poderia lhes infundir estímulo e autoconfiança.

O “grau de cultura” dos colonos era qualificado como “bastante primitivo”, ressaltando-se a alienação de seus valores culturais tradicionais em consequência do contato com a civilização. Observava-se, com certo pesar, o fato de que a influência exercida por missionários estrangeiros liquidou o cultivo dos elementos “folclóricos” como música, dança e artes plásticas en-

tre os afro-brasileiros. Deplorava-se o analfabetismo literal da maioria dos colonos, assim como o analfabetismo funcional daqueles que só sabiam ler e escrever e restringiam o uso desses conhecimentos à assinatura do nome e à leitura de versículos bíblicos. Caracterizava-se a devoção religiosa dos “crentes”, majoritários no projeto, como arrogante em relação aos demais, moralista, estritamente pietista e escatológico.

Os hábitos de cultivo também foram apontados criticamente. Observou-se que os colonos persistiam nas práticas tradicionais de coivara, ou seja, derrubada e queima da mata e posterior abandono do sítio após uma ou duas colheitas. O complemento lógico de tal método era o caráter precário das habitações, quase sempre de palha ou pau-a-pique, próprias de populações em constante processo de deslocamento, sem fixação à terra. Criticavam-se os próprios missionários pela despreocupação em incutir a prática de outros métodos.

Mencionava-se a descontinuidade administrativa dos primeiros anos, ou seja, da época em que a colônia esteve a cargo da Missão Presbiteriana do Norte do Brasil. O isolamento e a exposição às doenças da região também foram invocados como fatores responsáveis pelo estado de desânimo e descrença que a equipe da CEB encontrou entre os colonos ao iniciar a implantação do plano diretor, em 1965.

Em consequência dos desvios registrados, verificou-se a vigência de padrões de produtividade baixos, que comprometiam a viabilidade do projeto enquanto empreendimento econômico autossustentável.

A CEB se autocriticava pela visão paternalista prevalente em suas relações com os colonos, expressa na prática de um sistema de adiantamentos e concessão de benefícios sem contrapartida, na distribuição gratuita de alimentos e remédios, e nos volumosos recursos econômicos investidos na prestação

dos serviços de prevenção e educação sanitária e educação profissionalizante.

Mas talvez a implicação mais negativa apontada pelo relatório tenha sido a constatação da vigência de práticas paternalistas nas atitudes dos gestores do projeto, combinadas com o baixo desenvolvimento da necessidade de organização e participação consciente dos colonos para a superação de seus próprios problemas e satisfação de suas aspirações.

A despeito de todas as mazelas apontadas, o relatório concluía pela validade da experiência do Projeto Gurupi, tanto em seus objetivos sociais / assistenciais de atendimento de uma população que, de outra forma, permaneceria desassistida, quanto do ponto de vista de seu legado organizador e conscientizador.

Para além das conclusões do relatório, cremos que caberia indagar acerca da pertinência e viabilidade do desenvolvimento de um processo de organização cooperativa, como a que se tentou no Gurupi, junto a populações, segundo o próprio relatório, caracterizadas por trajetórias de isolamento, nomadismo, desapego à terra e privação de experiências associativas anteriores. Pior ainda nos parece imaginar que o déficit de motivação citado pudesse ser suprimido com a tentativa de adoção do sistema cooperativo, sem que isto fosse resultado da iniciativa dos próprios camponeses.

De modo que, a despeito da sinceridade das boas intenções manifestadas pelos responsáveis pela concepção e gestão do projeto, o Gurupi acabou convertendo-se, na prática, em uma tentativa de *cooperativização forçada* que, enquanto tal, produziu resultados bem diferentes dos esperados.

A experiência de participação no projeto Gurupi teria um significado decisivo não apenas na história da CEB, mas também no histórico de apoio às iniciativas

sociais no Brasil pelo Conselho Mundial de Igrejas. As definições teológicas e programáticas que a inspiraram foram complementadas com um contato visceral com uma dimensão extremamente sensível da realidade social brasileira. Os resultados ali colhidos instituiriam um ponto de inflexão no entendimento sobre o Brasil e na concepção acerca das políticas de ajuda no seio do protestantismo ecumênico brasileiro.

Não obstante os atropelos verificados, a experiência do projeto Gurupi funcionou como uma espécie de escola em que se formariam alguns estrategistas e gestores dos programas de ajuda que seriam desenvolvidos nas décadas seguintes. O mais importante deles, para os propósitos deste livro, seria Enilson Rocha Souza, gestor daquele projeto e futuro fundador da CESE.



Projetos de desenvolvimento agrícola em Apodi e Propriá

Além de seu envolvimento no Projeto Gurupi, a CEB também apoiou outros dois projetos de desenvolvimento agrícola no Nordeste brasileiro, situados nas regiões do vale do rio Apodi, no Rio Grande do Norte, e em Propriá, no estado de Sergipe. Tal como acontecera no episódio anteriormente narrado, a motivação também adveio da percepção cultivada pela Confederação Evangélica – e amplamente partilhada pela opinião pública brasileira – de que a “questão Nordeste” encontrava-se no centro da problemática social brasileira de então.

Esse entendimento era completado pela convicção de que os primeiros passos na solução dos problemas mencionados passavam pela fixação do “homem do campo” à terra de origem, através da disponibilização de recursos que viabilizassem o incremento da produção agrícola de pequenos produtores. Mais uma vez, aqui, a via que se apontava para a superação dos problemas referentes à baixa produtividade e pequena rentabilidade das lavouras de camponeses dotados de pouca ou nenhuma terra era a da cooperativização.

Tais cooperativas deveriam ser acompanhadas e apoiadas pelo Estado brasileiro por meio, principalmente, do treinamento profissional dos agricultores e transmissão de conhecimentos técnicos sobre o cultivo da terra, proteção das colheitas e fertilização do solo. Esperava-se, dessa maneira, a exemplo da experiência anteriormente relatada, conter o fluxo migratório e otimizar a inserção dos pequenos lavradores no sistema econômico como produtores de gêneros agrícolas e consumidores de bens manufaturados. Tudo isso sem alterar substancialmente as estruturas agrárias nem reformar os sistemas de concentração da propriedade fundiária.

Porém, as semelhanças paravam por aí. Diferentemente do projeto Gurupi, as cooperativas de Apodi e Propriá não foram instituídas diretamente pela CEB, também não foram geridas exclusivamente ou solidariamente pela Confederação. Foram iniciativas concebidas e desencadeadas a partir das comunidades rurais diretamente interessadas nos projetos, ainda que, em ambos os casos, tenham tido como personagens centrais dois líderes religiosos – um pastor e um padre.

A Cooperativa Agrícola dos Cerealistas de Apodi Ltda (CACAL), tem sua origem no ano de 1963. Na ocasião, um grupo de agricultores dirigiu-se ao pastor batista Diomédio Alves da Silva solicitando auxílio para a formação de uma entidade que viria a ser a Associação dos Pequenos Proprietários e Agricultores do Vale do Apodi (APPAVA). O núcleo fundador da APPAVA era formado por 70 agricultores, 40 deles vinculados à Igreja Batista do pastor Diomédio, e os outros 30 ligados a outras igrejas, principalmente a Igreja Católica e a Assembleia de Deus.

Ainda no ano de sua fundação, a APPAVA recebeu apoio e acompanhamento por parte da CEB através da Comissão de Planejamento e Desenvolvimento de Projetos, que tinha como secretário assistente Enilson Rocha Souza, responsável pela supervisão da APPAVA. Em 1965, a pedido do pároco local, a Associação fundiu-se com outras três entidades congêneres que se encontravam inoperantes. Após um rápido período de atividades, verificou-se uma cisão que gerou dois organismos, a CAMTRAL e a CACAL, fundada em janeiro de 1968 por 47 membros. Em março de 1968, todo o patrimônio da antiga APPAVA foi transferido para a CACAL.

A Cooperativa Agrícola de Propriá foi fundada em janeiro de 1970. Sua criação deveu bastante à iniciativa do padre iugoslavo Domingos Puljiz, então recém-instalado no Brasil.



Projeto Apodi

De acordo com a informação oferecida por um relatório encomendado pela CEB ao sociólogo Waldo Cesar, no ano de 1971, a motivação de Puljiz nasceu quando testemunhou a saída de onze jovens do povoado de São Miguel, deixando para trás uma população majoritariamente composta por velhos. O exemplo do êxodo rural na região lhe causara uma forte impressão.

Durante dois anos (1968-69), o religioso católico dedicou-se ao desenvolvimento de um trabalho de conscientização junto às populações locais. Em determinado momento foi aventada a proposta de formação de uma cooperativa para a captação de ajuda econômica externa. Em outubro de 1969, teve início o processo de constituição da cooperativa, sob a presidência

interina de Domingos Puljiz. Somente após três meses, com o resultado bem sucedido dos esforços do padre, foi possível transmitir a presidência efetiva para um camponês do local.

Situada em uma área de ampla maioria de população católica, a cooperativa de Propriá recebeu, quando de sua instalação, tanto o apoio da principal autoridade católica na área, o bispo Dom José Brandão, como também das pequenas congregações evangélicas existentes.

Tanto a CACAL quanto a Cooperativa de Propriá foram aprovadas e apoiadas por autoridades governamentais. No primeiro caso, de forma mais discreta, através do Banco Nacional de Crédito Cooperativo; no segun-

do caso, de maneira mais concreta e ostensiva, através do INCRA¹¹⁰ (cursos de cooperativismo) e do FUNRURAL¹¹¹ (atendimento médico).

Não obstante, Propriá foi alvo de acusações e boicote por parte de latifundiários locais – que acusavam o padre iugoslavo de ser agente do comunismo internacional – e de gestores de agências governamentais, como a Divisão de Organização Agrária, que criticavam o padre por sua suposta pressa e inquietação, além de verem com maus olhos o recebimento, pela cooperativa, de dinheiro procedente do exterior. Contudo, a principal ajuda obtida pelos dois projetos foi representada pelo repasse de verbas realizado pela CEB, a partir de doações enviadas pelo CMI e outras entidades de ajuda internacional.

No que se refere aos impactos provocados por esses projetos, a avaliação encomendada pela CEB ao sociólogo Waldo Cesar, em 1971¹¹², assinala o seu sucesso enquanto fatores de atenuação da situação social preexistente, mas não de transformação. No caso da cooperativa de Apodi, destacava-se seu ingresso no circuito do comércio regional e sua transformação na entidade mais importante da homônima cidade potiguar. Já no caso da cooperativa de Propriá, chamava-se a atenção para a sua contribuição na contenção do êxodo rural na área. Entretanto, nas duas experiências, foram observados três fatores problemáticos:

- O caráter eminentemente empresarial/capitalista adquirido pelas cooperativas, seu envolvimento com órgãos governamentais, em prejuízo da ideia matricial do cooperativismo, a saber, sua autonomia *vis a vis* ao Estado.

110 – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Autarquia federal criada pelo Decreto n. 1.110, de 9 de julho de 1970, com a missão prioritária de realizar a reforma agrária, manter o cadastro nacional de imóveis rurais e administrar as terras públicas da União. Cf. <http://www.incra.gov.br/>. Acessado em 28/07/2007.

111 – FUNRURAL: Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural, órgão criado pelo governo militar, em maio de 1971, e subordinado ao Ministro do Trabalho e Previdência Social, com a finalidade de executar o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural, o qual, por sua vez, pretendia estender aos assalariados agrícolas os direitos de aposentadoria por velhice e invalidez, auxílio funeral, serviços de saúde e assistência social. Cf. Lei complementar No. 11, de 25 de maio de 1971.

112 – César, Waldo A. Avaliação de dois projetos de cooperativas no Nordeste brasileiro. Mimeo, Outubro de 1971.

- O fato de que, sem uma mudança substantiva das estruturas econômicas e sociais dominantes no plano nacional, o efeito de tais iniciativas ficaria circunscrito à esfera local, minimizando o alcance de seus resultados.
- A forte dependência econômica de tais empreendimentos em relação à CEB e às agências doadoras, caracterizando um quadro de ausência de autonomia econômico-financeira e autossustentação.

Sendo assim, pode-se concluir que o grande progresso de tais iniciativas, em relação ao Gurupi, tem a ver com o protagonismo dos agentes sociais locais, tanto na concepção dos projetos quanto na gestão dos mesmos, não obstante a participação da CEB.

O Projeto Serra Negra

Outra entidade que foi objeto da ajuda da CEB e do CMI foi uma cooperativa agrária localizada no bairro de Serra Negra, município de Machado, região montanhosa de aproximadamente 1200m de altitude e cerca de dois mil hectares, situada ao sul de Minas Gerais. A cooperativa foi instalada em uma área ocupada por cerca de quinze propriedades rurais e aproximadamente 300 habitantes.

Atendendo a solicitações encaminhadas pela Igreja Presbiteriana Independente e pela Igreja Metodista (ambas daquele município), a Confederação Evangélica atuou ativamente junto ao Conselho Mundial e agências financiadoras internacionais na captação de recursos destinados ao desenvolvimento de um programa de melhoria da produtividade da pecuária leiteira da região, através do uso da então inovadora técnica de inseminação artificial com sêmen selecionado.

Já nos anos de 1965 e 1966, ocorre uma intensa troca de correspondências entre a CEB, o CMI e entidades de aju-

da, como as alemãs *Brot Für die Welt* (Pão para o Mundo) e *Diakonische Arbeitsgemeinschaft Evangelischer Kirchen in Deutschland* (Diaconia de Trabalho Comunitário da Igreja Evangélica na Alemanha), visando à obtenção de fundos para a aquisição de equipamentos e material e a contratação do pessoal necessário para colocar em prática o programa, extremamente ambicioso e original, na pecuária brasileira de então. Tratava-se de introduzir os mais avançados recursos da zootecnia internacional em uma região caracterizada pelo uso predominante de métodos tradicionais, apresentando um índice de produtividade leiteira de três litros diários por animal, considerado baixo, mesmo para os padrões brasileiros daqueles dias.

A versão original do projeto foi encaminhada pela CEB à Divisão de Ajuda e Serviço das Igrejas e Assistência aos Refugiados do Conselho Mundial de Igrejas. Solicitava um aporte de onze milhões e quarenta mil cruzeiros novos, cerca de quatro mil dólares em valores da época, para a operacionalização do projeto em seu primeiro ano. Tal dotação seria aplicada no treinamento e remuneração de pessoal, edificações e importação de sêmen congelado, procedente dos Estados Unidos, em nitrogênio líquido.

Tendo obtido importantes recursos econômicos para aquele projeto de modernização da pecuária leiteira, como decorrência de uma diligente atividade de persuasão junto às agências doadoras internacionais, a atuação social da CEB na região de Serra Negra reorientou-se para o setor educacional. Em diagnóstico elaborado quando da preparação do primeiro projeto de ajuda da CEB à cooperativa de Serra Negra, foi constatada uma forte carência educacional. Apenas uma única escola primária atendia às crianças do distrito, sendo três anos o tempo médio de permanência. Após esse período, havia uma tendência à acomodação ou à migração para áreas industriais e consequente incorporação ao proletariado urbano.

As iniciativas desenvolvidas pela CEB, a partir de 1968, objetivavam oferecer aos filhos dos camponeses de Serra Negra não apenas a oportunidade de realizar toda a educação primária, mas também os estudos de segundo grau. Ainda no ano de 1968, a Cooperativa Agrária de Machado encaminhou à Comissão de Planejamento e Desenvolvimento de Projetos da CEB uma solicitação de ajuda para a criação de uma instituição voltada para a administração de ensino técnico aos filhos dos colonos, endossada pela Igreja Presbiteriana Independente de Machado.

O orçamento apresentado previa a compra de uma chácara (“com casa modesta”, situada a 1,5 km do centro de Machado), de um “mobiliário simples” e de “uma *perua* usada” para o transporte dos alunos, e a instalação e funcionamento de uma granja com três mil aves. Previa também a aquisição de equipamento para o cultivo da horta, a instalação de uma biblioteca e a cobertura de custos com pessoal e despesas operacionais. No ano seguinte, o projeto receberia recursos da *United Churches of Canadá*, *Christian Aid* e do Conselho Britânico.

Com o objetivo de possibilitar o recebimento dos recursos internacionais, foi instituída, em outubro de 1969, a Casa do Estudante Rural (CERAL), em cujo nome foi adquirida a “Chácara Bom Jesus”, com 5,5 alqueires. Em julho de 1970, correspondência encaminhada pela Igreja Presbiteriana Independente de Machado à CEB informava que a Casa do Estudante Rural, enquanto entidade socioeducativa, havia se desvinculado organicamente da Cooperativa Agrária e da Igreja Presbiteriana Independente, adquirindo personalidade jurídica própria, embora seu presidente continuasse a ser o pastor José Bornelli, da IPI. Enquanto entidade autônoma, a CERAL continuou a solicitar e receber auxílio econômico e material das igrejas e instituições de ajuda vinculadas ao Conselho Mundial de Igrejas pela mediação da CEB.

O Serviço de Integração do Migrante (SIM)

As origens históricas do problema das migrações internas em território brasileiro podem ser datadas das últimas décadas do século XIX. Naquela ocasião, o processo de eliminação formal da escravidão colonial no País liberou grandes massas de trabalhadores anteriormente escravizados, os quais, destituídos de propriedade, passaram a movimentar-se em direção aos principais centros urbanos. A acentuação do declínio econômico das antigas áreas de *plantation* no Nordeste brasileiro e a emergência do eixo sul-sudeste como centro da economia nacional orientaram, definitivamente, o fluxo migratório no sentido norte-sul.

A combinação da concentração da propriedade fundiária no Nordeste brasileiro, como resultado da sobrevivência do latifúndio colonial; as grandes secas que periodicamente assolam a região; e a aceleração do desenvolvimento industrial consolidaram, desde meados do século XX, a ocorrência de fortes surtos migratórios procedentes das zonas atrasadas do *hinterland* do Norte/Nordeste do País em direção às regiões dinâmicas do Sul/Sudeste. No próprio marco nordestino, o processo de modernização conservadora das estruturas econômicas brasileiras, aprofundado a partir de meados da década de 1950, propiciou a formação de polos industriais ao redor de certas capitais nordestinas, cujos exemplos mais relevantes foram as cidades de Recife (PE) e Salvador (BA).

Em consequência disso, a questão da migração interna e do destino do migrante passou a se fazer sentir não apenas no âmbito das relações entre os estados do Nordeste e os estados do Sudeste do Brasil, mas também no interior dos estados mais desenvolvidos da própria região nordestina, como Pernambuco e Bahia.

Com efeito, a preocupação com a condição do migrante e o interesse na adoção de ações voltadas para

amenizá-la já se faziam sentir quando da realização das reuniões nacionais de consulta da CEB, nos anos 50 e 60 (1955-1962). Naquelas ocasiões, a preocupação com o tema aparecia nas enquetes realizadas junto aos participantes, tanto na resposta à indagação acerca de tópicos de discussão a ser acrescentados à pauta dos futuros encontros, quanto no questionamento sobre as áreas que deveriam ser objeto das ações de assistência social da Confederação Evangélica.

Mais do que isso, cabe lembrar que o tema correlato da *imigração* vertebrou uma das primeiras frentes de atuação social da CEB, ainda em 1952: o Departamento de Imigração e Colonização, voltado para o apoio a imigrantes e refugiados estrangeiros no Brasil. Tal departamento teve suas atividades apoiadas desde o início por recursos provenientes de fontes governamentais brasileiras e do Conselho Mundial de Igrejas¹¹³.

Situada na zona de transição entre o sertão e o litoral baiano, a cidade de Feira de Santana encontrava-se numa das rotas principais seguidas pelas populações que migravam do interior do estado para a capital baiana e o Sudeste. Tal movimento migratório foi ampliado na medida em que se aprofundou a modernização urbana de Salvador, em meados dos anos 1950, e foi incrementada a industrialização de seu entorno, a partir dos anos 1960.

Mas, a “Princesa do Sertão”, famosa pelo comércio e por sua localização à margem da rodovia Rio-Bahia, era também um ponto de atração natural tanto para os que buscavam ali melhores oportunidades, como para aqueles que pretendiam empreender um movimento migratório de maior fôlego em direção às duas principais cidades do País (Rio de Janeiro e São Paulo). Por todos os motivos, Feira de Santana adquiriu ao longo dos anos a condição de importante centro

113 – CONRADO, Flávio César dos Santos. *Religião e Cultura Cívica. Um estudo sobre modalidades, oposições e complementaridades presentes nas ações evangélicas no Brasil*. Rio de Janeiro, UFRJ, PPGSA, 2006.

receptor de imigrantes, estivessem eles apenas de passagem, ou com pretensão de estabelecer-se na cidade. Esse problema transformou-se numa das preocupações principais dos agentes públicos.

Em agosto de 1968, a prefeitura municipal de Feira de Santana, então encabeçada por João Durval Carneiro, assinava com a Associação Feirense de Assistência Social (AFAS), que tinha à frente o reverendo presbiteriano Josué Mello, um convênio para implantação e funcionamento de um Centro de Recuperação Social na cidade e a administração de um cemitério municipal. Enquanto o objetivo do Centro seria o atendimento aos mendigos do município, caberia ao cemitério providenciar gratuitamente o sepultamento daqueles cujas famílias não pudessem pagar¹¹⁴.

114 – Convênio entre a Prefeitura Municipal de Feira de Santana e a Associação Feirense de Assistência Social (AFAS), em 25 de agosto de 1968.

No interior da AFAS, foi criada uma seção voltada ao atendimento dos migrantes – tratava-se do Serviço de Integração do Migrante (SIM). Em correspondência enviada ao Secretariado Internacional do Conselho Britânico das Igrejas, Josué Mello, assinando agora como Diretor do SIM (cujo endereço estampado no timbre do documento continuava sendo o mesmo da AFAS), agradecia à entidade londrina pelo envio de US\$ 5.040,00 à sua entidade. Informava a missiva que a entidade feirense já havia atendido um total de 832 migrantes, oferecendo-lhes “assistência médico-sanitária, educação de base, documentação, capacitação profissional e colocação no mercado de trabalho.”¹¹⁵

Um projeto encaminhado ao CMI, provavelmente em 1971, oferecia preciosas informações acerca dos pri-

115 – Correspondência de Josué Mello a V.H. Littelwood, datada de 03.10.1969.



meios passos do SIM, como entidade autônoma. Já no cabeçalho do projeto (que ostenta o No. 110), o SIM é apresentado como sucessor da AFAS, afirmação qualificada no item “Informações Preliminares” onde se diz que o SIM, “Inicialmente apresentado pela AFAS para ser desenvolvido paralelamente às suas atividades assistenciais, evoluiu para um projeto autônomo e mais objetivo”. E mais adiante: “Em decorrência da recomendação da CPDP [Comissão Permanente de Desenvolvimento de Projetos da CEB], foi o serviço desmembrado da AFAS, criando-se nova entidade com personalidade jurídica própria, denominada Serviço de Integração de Imigrantes”¹¹⁶.

Esse projeto, que é provavelmente o primeiro encaminhado pelo SIM ao CMI, apresenta também definições essenciais acerca dos objetivos e da concepção inspiradora do novo órgão: “A filosofia do projeto é a integração do migrante nordestino no meio social, evitando sua marginalização e, sobretudo, proporcionar-lhe a possibilidade de sua automanutenção através do treinamento e ensino profissional.”

A direção da nova entidade solicitava ao CMI auxílio para a construção de uma sede cujo projeto arquitetônico fosse capaz de contemplar “(...) o treinamento, capacitação profissional e desenvolvimento de técnicas agrícolas”, a instalação de um “sistema residencial e (de) hospedagem”, adotando “a solução de alojamentos de tipo militar”. No que dizia respeito ao treinamento e à capacitação profissional propriamente ditos, o(s) signatário(s) do projeto propunha(m) “dar destaque ao artesanato (sic), especialmente trabalhos em: couro, palha, ferro, flandres, sisal, cerâmica etc.” Quanto ao setor agrícola, pretendia investir na qualificação profissional orientada para o “plantio de hortaliças, plantio de culturas regionais, sistema de irrigação, exploração de pocilgas, exploração de aviários, plantação de cocos”.

116 – Projeto No. 110. Mimeo, s/d.

Ainda em abril de 1971, uma correspondência encaminhada por João Parahyba Daronch da Silva (secretário para a América Latina do Conselho Mundial de Igrejas) a Irapuan Torres, da CEB, relatava, auspiciosamente, um encontro ocorrido em Feira de Santana (possivelmente na sede do SIM) entre o missivista e os “Irmãos de Salvador”, entre os quais D. Eugênio Sales – então Cardeal Arcebispo da Sé Metropolitana do Salvador –, acentuando o caráter ecumênico do SIM. Encontra-se também, nessa correspondência, a indicação do secretário do CMI no sentido de que o SIM pudesse vir a “orientar como se fosse um plano-piloto o desenvolvimento de nossa responsabilidade nesse sector em outras áreas do país e da América Latina”¹¹⁷.

Uma publicação do SIM, datada de dezembro de 1973, trazia o registro do resultado das ações do órgão no atendimento aos migrantes em Feira de Santana. De acordo com os dados oferecidos no opúsculo, durante o período 1969-1972, a entidade assegurou atendimento médico e distribuição de medicamentos a 336 famílias; abrigou, em uma chácara de propriedade da AFAS, outras 334 famílias; possibilitou a aquisição de documentos (principalmente carteiras de trabalho e certidão de nascimento) a 110 pessoas; encaminhou ao mercado de trabalho 161 pessoas e organizou, juntamente com a AFAS, Secretaria do Trabalho e Bem Estar Social do Estado da Bahia (SETRABES) e Legião Brasileira de Assistência (LBA), cursos profissionalizantes para 167 pessoas.

Foi, portanto, com esse portfólio de atividades assistenciais que o SIM, jovem entidade engajada no trabalho social, se aproximou da CESE em seus primeiros meses de vida. Uma correspondência do SIM – assinada em 06 de junho de 1974 por Josué Mello e encaminhada à CESE na pessoa de Enilson Rocha

117 – João P. Daronch da Silva a Irapuan Fonseca Torres. Genebra, 16 de abril de 1971.

Souza – solicitando intermediação para a obtenção de financiamento para pagamento de pessoal técnico administrativo e manutenção geral da entidade feirense pode ter sido um dos primeiros passos de uma longa parceria¹¹⁸.

A sobrevivência da vertente ecumênica protestante e o papel do Centro Ecumênico de Informações (CEI)

Conquanto o golpe civil-militar de 1964 tenha consolidado a supremacia dos círculos conservadores no seio das igrejas protestantes e conduzido ao enfraquecimento das vertentes progressistas no âmbito da CEB, ele não logrou o desaparecimento dessas últimas dos cenários religioso e político do País.

Ainda no ano de 1964, alguns ex-dirigentes da Confederação Evangélica e outras lideranças denominacionais começaram a rearticular-se, animados pelo desejo de manter viva a experiência de reflexão e engajamento dos anos anteriores. No curso da realização de uma série de encontros semanais, surgiu a ideia de criação de uma publicação que teria a função de divulgar que o grupo não havia se dispersado e reanimar o espírito de responsabilidade social no interior do protestantismo brasileiro. Tal proposta adquiriu materialização no ano seguinte, com a criação do CEI – a princípio Centro Evangélico de Informação, rebatizado, em 1968, como Centro Ecumênico de Informação¹¹⁹.

O núcleo original de animadores da proposta de criação do CEI contava com nomes como os de Jether Ramalho (Igreja Congregacional, ex-diretor do Setor de estudos da CEB), Waldo Cesar (metodista, ex-diretor do Setor de Estudos da CEB) e o jornalista Domício Pe-

reira de Matos. O CEI tirou seu primeiro boletim com data de 28 de março de 1965. Posteriormente, incorporaram-se ao círculo de editores e colaboradores do Boletim nomes como os de Francisco de Paula Pereira, ex-diretor do Departamento de Juventude da CEB, e João Dias de Araújo, ex-reitor do Seminário Presbiteriano do Norte, em Recife (PE).

De acordo com Magali Cunha, aquele primeiro número trazia na capa e na última página uma fotografia do foguete soviético *Sputnik* e uma indagação: “Qual a mensagem do espaço para o Cristianismo?”¹²⁰ Interrogação que ressaltava a preservação do empenho da vertente progressista do protestantismo brasileiro para com o *aggiornamento* do mundo evangélico. No mesmo sentido, as palavras de encerramento da edição eram não menos reveladoras:

“Em várias partes do mundo, cristãos (católicos, protestantes e ortodoxos) protestam contra injustiças e proclamam a vontade de Deus para a ordem social. Que quer dizer o nosso silêncio, o silêncio do protestantismo brasileiro?”¹²¹

Tratava-se de uma interpelação inconfundível às tendências quietistas, pietistas e conservadoras então hegemônicas no campo evangélico do País. Não deixava também de ser emblemática a escolha, pelos redatores do boletim, da imagem do *Sputnik* como símbolo de uma modernidade com a qual se buscava dialogar, em plena atmosfera generalizada de caça às bruxas e anticomunismo, entre as cúpulas militares e também religiosas do Brasil de então.

A princípio resultado das iniciativas isoladas de um pequeno grupo de protestantes dissidentes, o CEI e seu órgão informativo conquistaram, com o passar do tempo, uma visibilidade cada vez maior, não apenas

118 – SIM – Serviço de Integração de Migrantes à Coordenadoria Ecumênica de Serviço – CESE, em 06 de junho de 1974.

119 – As origens e a trajetória do CEI foram tratadas por Magali Nascimento Cunha no artigo “Contra todo silenciamento e esquecimento...”

120 – Idem.

121 – CEI, 1, 26 de março de 1965, p.8, apud Cunha, Magali, op. Cit. P. 9.

junto às lideranças religiosas de vocação ecumênica, mas no próprio cenário informativo brasileiro. As primeiras edições do boletim tiraram 500 cópias que foram financiadas por seus próprios editores e colaboradores. Posteriormente, foram sendo conquistadas as primeiras assinaturas e, mais adiante, passou-se a contar com a ajuda de entidades ecumênicas e grupos de simpatizantes no Brasil e no exterior.

Sua pauta noticiosa contemplava temas da política internacional da época, como a Guerra do Vietnã e os movimentos de libertação nacional no continente africano. Além disto, veiculava também notas informativas sobre encontros ecumênicos entre católicos e protestantes e atividades da ISAL, além de informações sobre a Igreja Católica e as denominações do protestantismo histórico brasileiro.

Segundo Magali Cunha, as dez edições tiradas no ano de 1965 concentraram seu esforço noticioso nas atividades de quatro agrupamentos ecumênicos constituídos no Brasil pós-64: Movimento Diretriz Evangélica, Comissão Ecumênica Intereclesiástica, Comissão Ecumênica de Curitiba (mais tarde, Centro Ecumênico de Curitiba) e Instituto Evangélico de Curitiba. Tal interesse informativo tinha por finalidade demonstrar a sobrevivência do ecumenismo nas condições desfavoráveis geradas pela vigência do regime militar e o ingresso da grande maioria das igrejas em um ciclo de conservadorismo político e enrijecimento doutrinário.

Essa estratégia editorial apresentou resultados positivos. Em agosto de 1966, a edição número 15 do CEI já tirava 3.000 exemplares. Tal fortalecimento permitiu, já no número seguinte (setembro de 1966), a publicação de um suplemento, divulgando os resultados da Conferência Mundial sobre Igreja e Sociedade, convocada pelo Conselho Mundial de Igrejas, realizada em Genebra (Suíça), em julho de 1966.

Porém, o aumento da interlocução do órgão e a ampliação de sua visibilidade também chegariam aos olhos e ouvidos das autoridades brasileiras. Assim, em janeiro de 1967, Waldo Cesar teve sua casa invadida, alguns livros confiscados, sendo mantido incomunicável no Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) do Rio de Janeiro, durante uma semana. Não seria a última investida dos órgãos repressivos contra membros da equipe do CEI. No ano seguinte (1968) o próprio Waldo Cesar seria novamente procurado pelo aparato repressor (só que desta vez pelo Exército), precisando ocultar-se para não ser capturado. Nos anos seguintes, também o presbiteriano Zwinglio Mota Dias e o metodista Claudius Ceccon, ambos colaboradores do CEI, sofreriam perseguições por parte do regime de exceção.

Por outro lado, a consolidação do CEI como centro informativo recebeu, ainda no ano de 1967, o reconhecimento por parte de um representativo setor da grande imprensa brasileira. Em maio, o *Jornal do Brasil* iniciou a publicação de um caderno especial sobre ecumenismo. Tal iniciativa foi o desdobramento da cobertura realizada por Waldo Cesar da Conferência Mundial sobre Igreja e Sociedade, para aquele jornal, no ano anterior. Em seguida, o jornal *Última Hora* criou uma seção dedicada ao “Mundo Ecumênico”, em convênio com o CEI. Mais tarde, também o *Correio da Manhã* passou a publicar regularmente matérias sobre o ecumenismo fornecidas pelo CEI¹²².

Os anos de 1967 e 1968 registram ainda outros eventos significativos do ponto de vista do fortalecimento do movimento ecumênico impulsionado pelo CEI. Um deles foi a inauguração do Centro Ecumênico do Rio de Janeiro (CERJ), que tinha entre seus participantes o bispo metodista Almir dos Santos e o bispo anglicano Edmond Knox Sherrill. A entidade foi insta-

122 – Cf. CUNHA, Magali, op. Cit.

lada nos fundos do tradicional colégio católico Sion, no bairro do Cosme Velho, zona sul do Rio de Janeiro. Outro acontecimento foi a criação de uma nova editora pelos integrantes do CEI, a *Tempo e Presença* que, a partir de 1971, assumiria a responsabilidade pela publicação do boletim do CEI, além da edição de obras de teólogos e intelectuais ecumênicos como Rubem Alves, Júlio de Santa Ana, Zwinglio Dias, entre outros, às vezes em coedição com a editora católica *Vozes*¹²³.

A entrada em vigor do Ato Institucional número 5 (AI-5), em dezembro de 1968, instaurou uma situação crescentemente repressiva que precisou ser enfrentada pelos editores do boletim. O acirramento da censura sobre as informações divulgadas pelos veículos de imprensa do País, mormente no que se referia à retratação da realidade brasileira, levou o corpo editorial do boletim do CEI a concentrar-se nas notícias internacionais. Para não perder o nexo com a realidade local, tais notas passaram a ser selecionadas considerando sua analogia ou proximidade com as situações locais.

Nas palavras de Waldo Cesar, “A gente ‘catava’ notícias de fora, cuja leitura aqui tinha muito a ver com a nossa realidade. Sobre falta de liberdade, torturas, mas era lá fora...”¹²⁴ Notas sobre mobilizações estudantis no exterior, assassinato de líderes oposicionistas, golpes militares e privação de liberdades democráticas eram inseridos na publicação de modo a estimular em seus leitores um sentimento de repúdio às mazelas e arbitrariedades vigentes também no Brasil.

123 – Cf. CUNHA, Magali, op. cit. p.12.

124 – Idem, ibidem.

O boletim do CEI cumpriu zelosamente as funções que lhe foram atribuídas quando de sua concepção, funcionando durante 15 anos como um instrumento de informação e aglutinação de setores ecumênicos nos meios religiosos brasileiros. Em julho de 1979, como consequência das novas condições geradas pela abertura política, bem como pelo fortalecimento das vertentes ecumênicas na sociedade brasileira, o boletim do CEI cedeu seu lugar à revista *Tempo e Presença*. Tal substituição culminava um processo que havia se iniciado no ano de 1968, com a criação, por membros do CEI, da *Editora Tempo e Presença*. Em 1971, essa editora assumiu a responsabilidade pela publicação do boletim do CEI.

Em 1975, após dez anos de atuação, o CEI encerrou suas atividades, sendo substituído pelo CEDI (Centro Ecumênico de Documentação e Informação), que assumiu desde então o controle sobre a *Editora Tempo e Presença*, até então formalmente independente do CEI. Como culminação desse processo de conversão do CEI em CEDI, do exercício de seu controle sobre a editora, surgiu também a possibilidade de ampliar o trabalho informativo e de reflexão até então realizado pelo boletim, através da sua transformação em uma revista que, reivindicando a sucessão do velho órgão, adotou o nome de editora do CEDI.

Antes, porém, de sua extinção/transformação, o boletim do CEI relatou com riqueza de detalhes a realização do chamado Encontro Ecumênico de Salvador (31 de julho a 3 de agosto de 1972), momento fundamental na concepção da futura CESE.

■ Parte I

Capítulo 3



A evolução das tendências ecumênicas no mundo católico da Encíclica Mater et Magistra (1961) à Conferência Episcopal Latino Americana de Medellín (1968)



Edilece Couto
Elizete Silva
Muniz Ferreira

O DIÁLOGO entre cristãos na primeira metade do século XX foi marcado pela tentativa de desenvolvimento de uma cooperação interdenominacional protestante¹²⁵, como vimos no primeiro capítulo. Nos anos 60, em função de profundas mudanças socioeconômicas e políticas mundiais, há uma evolução significativa na realização de eventos que tinham entre seus objetivos aprofundar as discussões sobre o papel da religião nas rápidas transformações do mundo. Entre os cristãos, a questão fundamental era compreender e definir, à luz do Evangelho, as contribuições que poderiam promover o desenvolvimento humano.

Analisaremos, a seguir, as tendências ecumênicas no catolicismo, a partir do Concílio Vaticano II (1962-1965), que não pode ser entendido apenas como uma reunião da Igreja Católica Romana, mas como o surgimento de orientações para a tomada de posição dos católicos frente à realidade social e expressão de sua vontade de exercer a prática ecumênica. O Concílio e as Conferências Episcopais que se seguiram proporcionaram o espírito de diálogo e confiança, fundamentais para a realização de outros eventos entre católicos, cristãos de outras denominações e até mesmo marxistas, empenhados em ações conjuntas para a promoção e o fortalecimento de paz e justiça social.

Os estudiosos da História da Igreja costumam determinar o Concílio Vaticano II como marco da entrada da Igreja Católica no movimento ecumênico. É verdade que o clero católico passou a preocupar-se mais com as relações com outros cristãos e a necessidade da realização de trabalhos sociais conjuntos, a partir desse momento. Os decretos e as encíclicas produzidos pelos conciliares e pelo papado destacam a importância da união entre os cristãos. No entanto, havia o risco das normas ficarem restritas aos documentos. Como colo-

car o ecumenismo em prática? Quais os empecilhos? Antes de tratarmos do Concílio, torna-se necessário abordar alguns aspectos da vida eclesial.

No Brasil, as dificuldades para desenvolver as relações ecumênicas eram muitas e talvez a principal delas fosse interna: a falta de unidade do episcopado. Segundo José Oscar Beozzo, na década de 60 do século XX, os bispos diferenciavam-se por origem (brasileiros e estrangeiros), pertença (religiosos pertencentes às ordens monásticas e seculares), e regiões, desde áreas missionárias, prelazias recentes e de catolicismo colonial.¹²⁶

Nem mesmo a criação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em 1952, foi capaz de promover a unificação do trabalho episcopal. O intercâmbio era dificultado pelas distâncias entre as dioceses e o isolamento dos bispos. Na primeira década de existência do órgão, foram realizadas somente quatro assembleias, com participação apenas de arcebispos e cardeais. Uma assembleia foi realizada no Rio de Janeiro, em 1962, e duas em Roma, durante as III e IV sessões conciliares.

Havia a busca da identidade do episcopado brasileiro, mas isso só foi possível durante o Concílio, primeira oportunidade para a convivência, o diálogo, a construção de laços de amizade e cooperação entre os bispos e a própria organização da entidade. Os analistas do Concílio Vaticano II afirmam que a CNBB teve um *segundo nascimento* e demonstrou sua feição definitiva em Roma. O primeiro secretário geral do órgão (1952-1964) foi Dom Hélder Câmara, arcebispo preocupado com as questões sociais e que teve participação ativa nas quatro sessões conciliares.

Dom Hélder Câmara foi participante efetivo da reunião de preparação da primeira Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, realizada no Rio de Janeiro, e que daria origem ao Conselho Episcopal Latino-Ame-

125 – TIEL, Gerhard. *Ecumenismo na perspectiva do reino de Deus: uma análise do movimento ecumênico de base*. Tradução de Luís Marcos Sander. São Leopoldo: Sinodal, 1998, p. 13.

126 – BEOZZO, José Oscar. *A Igreja do Brasil no Concílio Vaticano II (1959-1965)*. São Paulo: Paulinas, 2005, p.58-59.

ricano (CELAM), em 1955. Criado para fomentar a integração pastoral e eclesial na América Latina, o CELAM foi fundamental para a participação dos bispos no Concílio Vaticano II. Apesar de formarem vinte episcopados latino-americanos, os nomes dos seus bispos não eram conhecidos do episcopado europeu. Só mesmo por meio de um órgão que os representasse seria possível incluir seus nomes nas comissões conciliares.

É importante lembrar que, no mesmo ano da criação do CELAM, entre os dias 14 e 19 de novembro de 1955, em Santo Amaro - SP, os protestantes progressistas realizaram a I Reunião de Consulta sobre a Responsabilidade Social da Igreja, organizada pela Comissão de Igreja e Sociedade da Confederação Evangélica do Brasil (CEB). Das seis comissões de estudos, uma era denominada: *A Igreja Evangélica em face da ação social e política da Igreja Romana*. Nenhum católico participou da Reunião. Se pudermos falar de ecumenismo nessa época, trata-se de um movimento interdenominacional ou intraconfessional protestante.

A comissão permaneceu na II Reunião de Consulta sobre a Responsabilidade Social da Igreja, realizada em Campinas - SP, de 4 a 8 de fevereiro de 1957. No entanto, o relatório não demonstra nenhuma atitude ou comentário onde se possa detectar anticatolicismo. A recomendação foi “que se promova encontro de elementos evangélicos e católicos romanos para o estudo de problemas sociais e políticos comuns, não obstante as dificuldades que possam aparecer;” e ainda

que se reconheça que a Igreja Evangélica, não obstante o seu vivo espírito de caridade e serviço, ainda não dispõe de tantas organizações de pessoal semelhantes às ordens de freiras da Igreja Romana, suficientes para atender a todas as exigências da assistência social.¹²⁷

127 – CESE – Relatório da Comissão A Igreja Evangélica em face da ação social e política da Igreja Romana, Maio II Reunião, Anexo n°5, 1957, p. 8.

A comissão reconhecia a importância do trabalho social realizado por associações beneficentes criadas por algumas denominações evangélicas ou as de caráter interdenominacional e dá como exemplo o serviço prestado pela ordem de diaconisas da Igreja Luterana, no sul do País.¹²⁸ Mas era preciso aumentar a rede de ajuda. Fica evidente que os membros da comissão não rejeitavam o trabalho social dos católicos, pelo contrário, reconheciam sua importância, desejavam a discussão em conjunto para a solução dos problemas comuns, assumiam a dificuldade de realização de ações sociais e admitiam a necessidade de organização dos evangélicos à semelhança das ordens religiosas femininas católicas.

Na II Reunião de Consulta sobre a Responsabilidade Social da Igreja, o grupo foi dividido em quatro setores: Industrial, Político, Rural e Serviço Social. Apenas um participante aparece na lista como católico romano. Trata-se de Marcos Pereira, identificado como agrônomo, técnico do Ministério da Agricultura, participante do setor rural.¹²⁹ De acordo com a programação, no dia 06 de fevereiro de 1957 ele realizaria uma preleção. Infelizmente não há o tema, mas, tudo indica ser o mesmo do texto de apoio de sua autoria: *Como trabalhar com a população rural*, que deveria ser lido por todos os participantes da Reunião. Nesse caso, o único católico presente no evento não era delegado da Igreja Católica, mas um técnico do Ministério da Agricultura que iria falar sobre a sua experiência de trabalho na utilização de técnicas de aproximação e ensino entre a população rural. O nome do agrônomo não aparece nas listas de participantes da III e IV Reuniões, o que nos leva a crer que a sua participação aconteceu em função da atividade profissional e não por vinculação religiosa ou interesse em atividades ecumênicas.

128 – Ibid, p. 8.

129 – CESE – Lista de participantes. Maio II Reunião, 1957, p.3.

Não houve participação de católicos na III Reunião de Consulta, realizada no período de 17 a 21 de fevereiro de 1960, no Instituto Metodista de Santo Amaro - SP. Os preparativos para a IV Reunião de Consulta começaram no final do ano de 1961 e coincidem com a fase preparatória do Concílio Vaticano II, anunciado desde 1959. José Oscar Beozzo afirma que o anúncio do Concílio foi recebido com entusiasmo, não apenas entre os católicos, mas também entre grupos de protestantes, como os luteranos de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul. A comunidade, formada por teuto-brasileiros luteranos e católicos, catequizados por jesuítas alemães, praticava a tolerância religiosa e a cooperação nas atividades sociais. Portanto, esperavam que os conciliares ajudassem a promover a união entre os cristãos.¹³⁰

Os protestantes brasileiros realmente estavam atentos aos preparativos para o Concílio Vaticano II. Em 15 de maio de 1961, o Papa João XXIII lançou a encíclica *Mater et Magistra*, cujo subtítulo era: *Evolução da questão social à luz da doutrina cristã*, tema de extremo interesse para os protestantes vinculados à Comissão de Igreja e Sociedade da CEB, que realizavam as Reuniões de Estudos.

Antes da IV Reunião ser efetivada, os organizadores fizeram doze encontros preparatórios. As reuniões não tinham como objetivo apenas a organização técnica do evento, mas também a leitura de textos que versavam sobre temas que nele seriam analisados. Com antecedência, os participantes recebiam as publicações que estavam reunidas sob o título Estudos Preparatórios, em seis tópicos: Igreja e Responsabilidade Social; Igreja e Revolução; Igreja e Marxismo; Igreja e Movimento de Renovação; Igreja e Cultura; Igreja e sua Estrutura.¹³¹

Na programação do primeiro tópico: Igreja e Responsabilidade Social, consta que seria realizada a discussão

da encíclica *Mater et Magistra*. Foram três debatedores: Prof. A. Zimmermann, sob o ponto de vista católico romano, o Prof. Paul Lehmann, para a análise protestante e o Prof. Leandro Konder, para o enfoque marxista.¹³² Infelizmente, não encontramos nenhum escrito sobre essa discussão. No entanto, a informação é importante por demonstrar o interesse dos protestantes pelos encaminhamentos do papado para a realização do Concílio, afinal o documento indicava o teor das discussões que seriam realizadas no Vaticano. A escolha dos três debatedores, com formações diferenciadas, também levaria a uma análise mais abrangente do texto.

A primeira parte da *Mater et Magistra* (MM) traz muitas referências às encíclicas *Rerum Novarum*, promulgada por Leão XIII, em 1891, e *Quadragesimo Anno*, por Pio XI, em 1931. Sobre o primeiro documento, o papa João XXIII afirma que seu objetivo principal era “resolver cristãmente (sic) a questão operária”¹³³, e tornou-se “um verdadeiro resumo do catolicismo no campo econômico-social” (MM 15). Trechos sobre associações de operários e marxismo são retomados, principalmente para demonstrar que os trabalhadores têm o direito de unir-se, mas que devem manter com os empresários relações inspiradas em solidariedade e fraternidade cristãs, pois, “a luta de classes no sentido marxista, é contrária à natureza e à concepção cristã de vida” (MM 23). O segundo documento afirma o dever da Igreja de contribuir para a solução dos problemas sociais, especialmente tirar dúvidas sobre a propriedade privada, salários e a atitude dos católicos frente ao socialismo moderado.

O Papa João XXIII explica que é importante conservar viva a lembrança das palavras de seus predecessores, fontes de incentivo e luz, para pensar a questão social,

130 – BEOZZO. *A Igreja do Brasil no Concílio Vaticano II*, p. 73.

131 – CESE – Estudos Preparatórios. *Maço IV Reunião*, 1962, p.19–20.

132 – CESE – Ata 51 da 5ª reunião de preparação da IV Reunião de estudos sobre a responsabilidade social da Igreja. *Maço IV Reunião*. Comissão de Igreja e Sociedade, São Paulo: CEB, 02/12/1961.

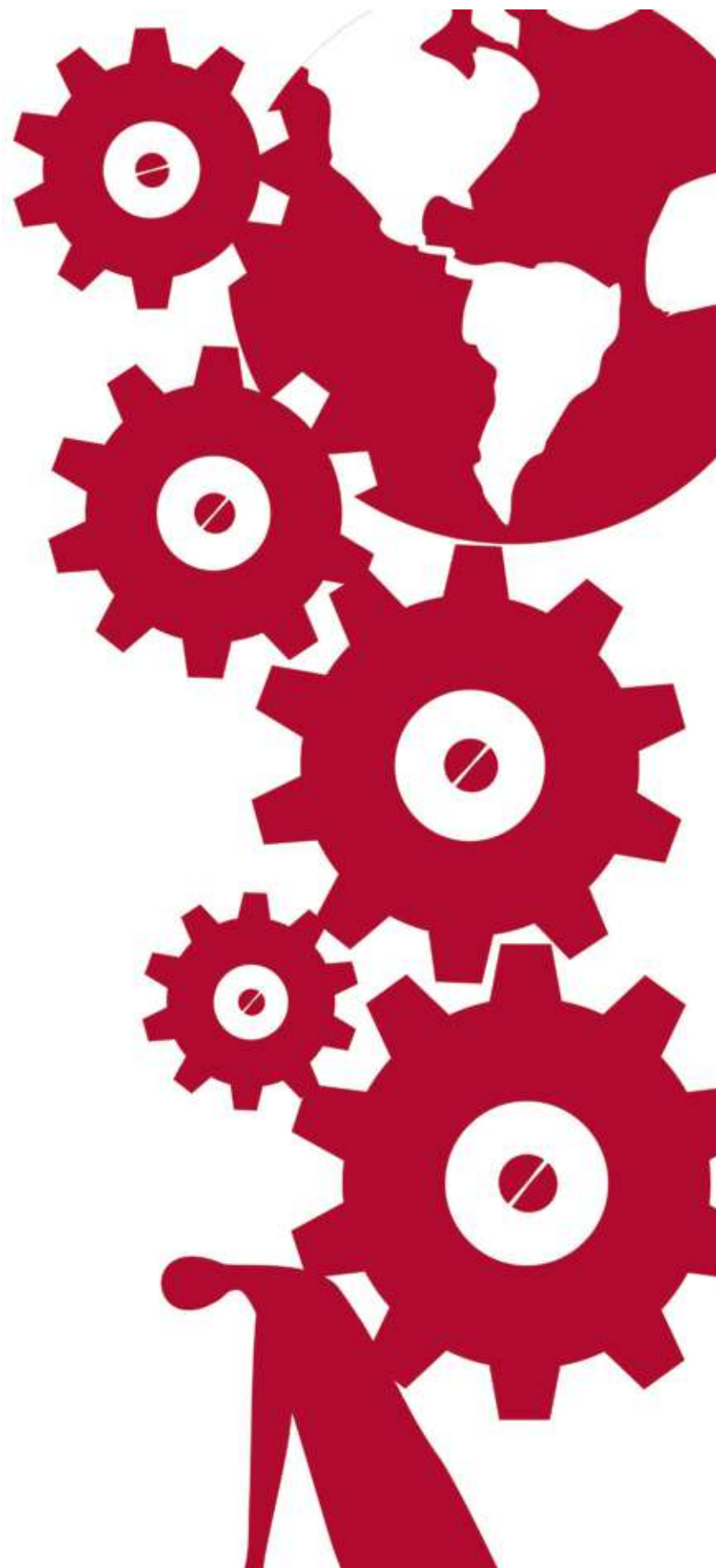
133 – João XXIII. *Carta Encíclica Mater et Magistra*. http://www.vatican.va/holy_father/john_xxiii/encyclicals/documents/hf_j-xxiii_enc_15051961_mater_po.html, acesso em 06/11/2006, nº 7.

“precisar pontos da doutrina já expostos” e fazer uma exposição do pensamento da Igreja sobre os novos problemas do momento (MM 50). Assim, a segunda parte da *Mater et Magistra*, como informa o subtítulo, faz “Aclarações e ampliações dos ensinamentos da ‘*Rerum Novarum*’” e aborda os seguintes temas: socialização, remuneração do trabalho, exigências da justiça quanto às estruturas produtivas e propriedade privada.

A explanação sobre o mundo econômico começa com a afirmação de que ele é uma criação da iniciativa pessoal dos cidadãos por meio de atividades individuais ou de associações. O Estado não pode reduzir a liberdade na iniciativa dos cidadãos, mas deve ampliar essa esfera, facilitar a realização das atividades produtivas em favor do direito de todos de serem responsáveis pela manutenção própria e da família (MM 50). Nesse sentido, acrescenta: “É necessário que aos trabalhadores se dê um salário que lhes proporcione um nível de vida verdadeiramente humano e lhes permita enfrentar com dignidade as responsabilidades familiares” (MM 71).

A encíclica também afirma a necessidade de haver um ajustamento entre o progresso econômico e o social. Para isso, defende que os trabalhadores deveriam participar na propriedade das empresas, ou seja, na divisão dos lucros. E ainda que é preciso “[...] eliminar ou reduzir os desequilíbrios entre os setores da agricultura, da indústria e dos serviços” (MM 79). Para garantir os direitos, exigências e aspirações dos trabalhadores, João XXIII defende a representação, por intermédio de associações profissionais e movimentos sindicais de inspiração cristã, frente aos poderes públicos e às empresas (MM 99-100).

A terceira parte da *Mater et Magistra* aborda os “Novos aspectos da questão social”, especialmente as relações entre os setores produtivos. Uma das maiores preocupações era o êxodo rural. O documento expõe as causas do problema que vão desde a atração



exercida pelos centros urbanos, a esperança de enriquecimento rápido e a busca de novidades e aventuras dos jovens. No entanto, afirma que em quase todo o mundo o setor agrícola é “deprimido, tanto no que diz respeito ao índice de produtividade da mão-de-obra, como pelo que se refere ao nível de vida das populações rurais” (MM 123). O desequilíbrio entre a produtividade dos setores agrícola, industrial e de serviços seria o principal problema enfrentado pelos Estados. E aponta as diretrizes para a resolução: para evitar o êxodo rural, os poderes públicos deveriam oferecer os serviços essenciais – estradas, transportes, comunicações, água potável, alojamento, assistência sanitária, instrução elementar, formação técnica e profissional, boas condições para a vida religiosa, meios recreativos, e tudo o que requer a casa rural em mobiliário e modernização.

João XXIII chamava a atenção dos católicos para as principais mudanças socioeconômicas ocorridas a partir da década de 40: as possibilidades ilimitadas da química, a automatização e automação no setor industrial e nos serviços, a modernização do setor agrícola, a diminuição das distâncias nas comunicações, com a difusão do rádio e da televisão, o avanço nos sistemas de transporte e a conquista dos espaços interplanetários (MM 47). Considerava as transformações importantes, mas sabia que também traziam problemas. Elas atendiam principalmente às populações urbanas. No meio rural, em que as inovações não chegavam rapidamente, o homem tendia a abandonar o campo para buscar uma vida melhor nas cidades.

A encíclica traz uma explanação sobre a situação de vida e trabalho no campo, de âmbito geral; não faz referência a nenhum continente em particular. No cenário latino-americano, especialmente no brasileiro, o êxodo rural também era visto como um dos principais problemas a serem enfrentados pelos poderes públi-

cos e setores das igrejas católica e evangélicas. Nas Reuniões de Estudos sobre Responsabilidade Social da Igreja, as transformações no meio produtivo faziam parte dos principais debates.

Na primeira Reunião, em 1955, uma das comissões de estudo recebeu o nome *A Igreja e os problemas das zonas rurais*. O artigo 3º do regimento interno da II Reunião, em 1957, dividia os participantes em quatro setores: industrial, político, rural e serviço social.¹³⁴ Os serviços essenciais sugeridos pelo Papa João XXIII na *Mater et Magistra* para atender às necessidades da população rural são praticamente os mesmos apontados quatro anos antes pelos protestantes brasileiros reunidos para discutir os problemas e as soluções para o setor rural. Afirmavam os membros da comissão *A Igreja e os problemas rurais*:

Os padrões salariais, as possibilidades de assistência social, médico-hospitalar, e gozo de recursos próprios da vida urbana realçam as dificuldades da vida rural e a extrema limitação de possibilidades de atividades economicamente compensadoras, social e politicamente expressiva do homem do campo. É reconhecida a falta de recursos médicos, educacionais e o desinteresse da administração pública pelas populações rurais. Por estas razões verifica-se que somente aqueles que não têm possibilidades de adaptar-se à vida das cidades (por condições de saúde, falta de instrução básica) continuam radicados no campo.¹³⁵

Na IV Reunião de Consulta, mais conhecida como Conferência do Nordeste, aumentou para seis o número de pessoas identificadas como católicos

134 – CESE – Regimento Interno da II Reunião de Estudos sobre a Responsabilidade Social da Igreja. Maço II Reunião, 1957, p. 1.

135 – CESE – Relatório da Comissão A Igreja e os problemas rurais. Relatório das Comissões de Estudos. Maço II Reunião, Anexo nº 8, 1957, p.12.

romanos. Na lista das Igrejas representadas há a observação: “1. Os não evangélicos tiveram acesso à conferência tanto como observadores como visitantes; 2. Nestes números incluímos delegados e não delegados, isto é, observadores e visitantes”.¹³⁶ No quadro geral de delegados, não há referência a nenhum representante da Igreja Católica. Apenas na lista de outras entidades, encontramos o nome da Juventude Universitária Católica (JUC).¹³⁷ Houve, no entanto, uma tentativa de participação de um delegado católico. Numa lista de delegados sugeridos pela comissão organizadora, consta a indicação do Professor Germano Coelho, católico romano, economista, sociólogo e morador de Recife-PE. Há uma nota dizendo que os “nomes assinalados com asterisco são considerados indispensáveis na conferência”.¹³⁸ O nome do referido professor está assim marcado, mas não consta na lista de participantes.

Não podemos estranhar a falta de participação ativa dos católicos nos eventos organizados por protestantes. O mesmo acontecia em relação às reuniões organizadas pela Igreja Católica, nas quais os “irmãos separados” – como o clero costumava referir-se aos cristãos divididos pela Reforma do século XVI – só tomavam parte como observadores. No concílio de Trento, os cristãos não católicos foram observadores por um breve momento e, durante o Concílio Vaticano I, apesar do convite do Papa Pio IX, protestantes e ortodoxos não compareceram. No Vaticano II, houve resistência de alguns grupos, mas o diretor do Secretariado para a Unidade dos Cristãos, Cardeal Augustin Bea, conseguiu incluir um capítulo versando sobre a importância de observadores protestantes nas sessões solenes e congregações gerais.¹³⁹

Por volta de 1960, existiam suspeitas e acusações mútuas entre católicos e protestantes. Sentiam a necessidade de união para discutir e buscar soluções para as questões sociais brasileiras, principalmente a fome, o analfabetismo, as doenças, a baixa renda, a explosão populacional e a seca, problemas acentuados na Região Nordeste. Não foi por acaso que a IV Reunião aconteceu exatamente em Pernambuco. Porém, ainda havia o anticatolicismo por parte dos protestantes e o antiprotestantismo por parte dos católicos. Esse era o principal entrave para ações comuns.

Antes dos protestantes brasileiros realizarem a IV Reunião de Consulta, alguns membros da comissão organizadora fizeram uma viagem de 14 dias ao Nordeste¹⁴⁰. Visitaram Recife-PE e João Pessoa-PB. Tiveram contato com Celso Furtado, Padre Antônio de Melo Costa, a Delegação Regional da CEB e alunos do Seminário Presbiteriano do Norte. As visitas incluíram lugares como o Engenho Galileia, onde nasceram as Sociedades Agrícolas e Pecuárias dos Plantadores de Pernambuco (Ligas Camponesas), Vitória de Santo Antão e Fazenda Tacaimbó (assentamentos), favelas e o Sindicato dos Portuários.

Do relato das visitas, escrito pelo Reverendo Almir dos Santos e pelo Professor Carlos Cunha, o que mais nos interessa aqui é o encontro com o Padre Antônio de Melo Costa, chamado por eles apenas de Padre Melo. Informam que o religioso tinha 28 anos e morava no Cabo de Santo Agostinho, a 40 km do Recife. Afirmam que os padres da localidade possuíam o monopólio das rádios da cidade, principalmente da Divulgadora Paroquial. Essa rádio teria feito a divulgação dos resultados de um congresso de pentecostais no sul do País.¹⁴¹ O padre parecia ter algumas ideias avançadas. Segundo os visitantes, Padre Melo, numa conversa sobre

136 – CESE – Lista de Igrejas representadas. Maço IV Reunião, 1962, p. 17.

137 – CESE – Quadro Geral de Delegados. Maço IV Reunião, 1962, p.27.

138 – CESE – Delegados sugeridos. Maço IV Reunião, 23/01/1962, p. 13.

139 – ALBERIGO, Giuseppe. O Concílio Vaticano II (1962-1965). In: ALBERIGO, G. (Org.) *História dos Concílios Ecumênicos*. São Paulo: Paulus, 3ª ed., 2005, p. 399.

140 – CESE – SANTOS, Almir dos; CUNHA, Carlos. Relatório da viagem ao Nordeste. Maço IV Reunião, p. 26-43, 1962.

141 – Ibid, p. 27-28.

política brasileira, “fez séria apologia ao voto do analfabeto”, possuía “[...] ponto de vista próprio para uma reforma agrária justa” e dispôs-se a retribuir a visita na CEB quando fosse ao Rio de Janeiro.¹⁴²

Apesar da hostilidade entre católicos e protestantes, seja entre os membros da hierarquia eclesiástica ou entre os leigos, os encontros informais entre pastores e padres eram possíveis e aconteciam com cordialidade. Porém, as atividades em conjunto eram mais difíceis de ser concretizadas.

José Oscar Beozzo lembra as tentativas de aproximação empreendidas por dois sujeitos: Eurípedes Cardoso de Menezes e Dom Eugênio Sales. Eurípedes, nascido em 1909 numa família presbiteriana, tornou-se pastor e, em 1935, converteu-se ao catolicismo. Além de professor da Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro, foi presidente da Ação Católica e da Confederação Católica do Rio de Janeiro e deputado federal. Mas, o que chama mais atenção são as palestras proferidas nos seus programas de rádio, nas quais o tema principal era a união entre os cristãos.

Em 1948, as palestras foram reunidas no livro *Aos irmãos separados*. Já Dom Eugênio Sales, bispo da diocese de Natal, em 1959, foi mais ousado. Convidou um pastor para uma celebração em comum durante a Semana da Unidade entre os Cristãos. O bispo foi imediatamente repreendido pelo Núncio Apostólico, dom Armando Lombardi, afirmando que o cânon 1.258 do Código Canônico de 1917 proibia aos católicos assistir ou tomar parte em eventos *acatólicos*, assim como também era vetada a participação pública de não católicos nas celebrações católicas.¹⁴³

A convocação do Concílio Vaticano II pelo papa João XXIII tinha como principais preocupações o crescimen-

to de outras Igrejas, a busca excessiva pela razão e Ciência, liberdades civis e democracia, resultantes da modernidade. A realização de um concílio foi cogitada no pontificado de Pio XII (1939-1958), porém, esperava-se uma continuação do Concílio Vaticano I (1870), no qual a Igreja havia proclamado o dogma da infalibilidade do papa e combatido a secularização e o comunismo.

Entretanto, João XXIII falava em *aggiornamento*, atualização e renovação pastoral. Não queria uma reunião de bispos para fazer condenações e elaborar nova lista de heresias. Esse princípio fica claro no discurso de abertura do Concílio, em 11 de outubro de 1962, quando o pontífice falou da necessidade da fé católica de combater os erros do mundo, mas que era preferível “usar o remédio da misericórdia do que o da severidade”. Para satisfazer as necessidades daquele momento, a Igreja seria mais útil “mostrando a validade da sua doutrina do que renovando condenações”.¹⁴⁴

Foram três os temas sugeridos por João XXIII para o Concílio Vaticano II: abertura ao mundo moderno, unidade dos cristãos e Igreja dos pobres. O pontífice os considerava “pontos luminosos”. A alusão à presença da luz divina nos trabalhos que seriam desenvolvidos pelos conciliares está referida em vários dos seus textos. No discurso de abertura da primeira sessão, lembrou que o anúncio do Concílio foi inesperado, “uma irradiação de luz sobrenatural” que despertou fervor e expectativa em todo o mundo.¹⁴⁵ E afirmou ainda que todos os concílios constituem “pontos luminosos” na história da Igreja Católica.¹⁴⁶

O Papa desejava, portanto, abrir a Igreja ao diálogo, torná-la ecumênica, renovar a liturgia e acabar com a ideia de monarquia papal isolada, restaurando a responsabilidade de gestão da igreja com os bispos. Ou seja, era

142 – Ibid, p.28-29.

143 – BEOZZO. *A Igreja do Brasil no Concílio Vaticano II*, p.74-75.

144 – João XXIII. Discurso de Sua Santidade Papa João XXIII na abertura solene do SS Concílio. In: http://www.vatican.va/holy_father/john_xxiii/speeches/1962/documents/hf_j-xxiii_spe_19621011_opening-council_po.html#top, acesso em 05/05/2007, VIII.2.

145 – Ibid, III.1.

146 – Ibid, II.1.

preciso conservar a fé, mas, ao mesmo tempo, adaptar a Igreja às necessidades do mundo. Os conciliares foram mais sensíveis aos dois primeiros temas: a abertura ao mundo moderno e a unidade dos cristãos. Dos três pontos, a Igreja dos pobres foi o menos debatido.

Na verdade, a pobreza não aparece nos textos iniciais sobre a preparação do Concílio, escritos por João XXIII. A questão só foi levantada um mês antes da abertura da primeira sessão, numa mensagem transmitida pelo rádio em 11 de setembro de 1962, na qual o Pontífice assim se expressou: “*Outro ponto luminoso*. Frente aos países subdesenvolvidos, a Igreja se apresenta tal como é e quer ser, como a Igreja de todos e particularmente a Igreja dos pobres.”¹⁴⁷ Não se sabe exatamente o que levou o Papa a incluí-la como possível assunto conciliar.

Gustavo Gutiérrez, teólogo católico e um dos principais formuladores da Teologia da Libertação, considera essa fala surpreendente. Acredita que o pontífice tinha sensibilidade para a pobreza e uma convicção profunda das necessidades dos fiéis de sua época, mas por ser um homem que “olhava longe”, nem sempre tinha condições de desenvolver detalhadamente as consequências de suas intuições.¹⁴⁸ Ainda há que se levar em consideração outro aspecto do trecho da mensagem papal, citado acima: pela primeira vez João XXIII fala diretamente de países subdesenvolvidos. Vale lembrar que na encíclica *Mater et Magistra*, usa a expressão mais suave “países em vias de desenvolvimento”.

No início da primeira sessão do Vaticano II, foi formado o grupo *Igreja dos pobres*, secretariado por Paul Gauthier e Marie-Thérèse Lescage. No momento em que teve maior alcance, na última sessão, em 1964, era formado por 36 bispos franceses, belgas, africanos e 16

brasileiros; um arcebispo (Máximos IV Saigh, Patriarca Antioqueno dos Melquitas); e o cardeal Giacomo Lercaro. De um modo geral, o tema não interessava à maioria dos bispos conciliares e não teve muita repercussão.

Em 1965, no encerramento do Concílio, o grupo reuniu-se na Catacumba de Santa Domitila e assinou um compromisso com a atenção prioritária aos pobres, chamado *Pacto das Catacumbas*.¹⁴⁹ O documento¹⁵⁰ revela que os bispos desejavam “viver segundo o modo ordinário da nossa população”. Dentre vários sinais de riqueza material, renunciavam à aparência luxuosa, presente na habitação, na alimentação, nos meios de locomoção utilizados pelos membros da Igreja, assim como nos tecidos caros, ornamentos e insígnias do traje eclesiástico. Afirmavam a necessidade de ser apenas pastores, deixando a administração dos bens das dioceses a cargo de uma comissão de leigos competentes.

Dos treze itens do documento, os de número 8, 9 e 10 tratam do serviço pastoral e social entre os pobres. Os bispos comprometiam-se a oferecer parte do tempo e reflexão a serviço dos homens “economicamente fracos e subdesenvolvidos”. É significativo e digno de destaque o número 10:

Poremos tudo em obra para que os responsáveis pelo nosso governo e pelos nossos serviços públicos decidam e ponham em prática as leis, as estruturas e as instituições sociais necessárias à justiça, à igualdade e ao desenvolvimento harmônico e total do ser humano todo e em todos os seres humanos, e, por aí, ao advento de uma outra ordem social, nova, digna dos filhos do ser humano e dos filhos de Deus.¹⁵¹

147 – “*Altro punto luminoso*. 4. In faccia ai paesi sottosviluppati la Chiesa si presenta quale è e vuol essere, come la Chiesa di tutti, e particolarmente la Chiesa dei poveri”. João XXIII. Radiomessaggio di Giovanni XXIII a tutti i fedeli cristiani ad un mese dal Concilio. In: http://www.vatican.va/holy_father/john_xxiii/speeches/1962/documents/hf_j-xxiii_spe_19620911_ecumenical-council_it.html, acesso em 05/05/2007, 7.4.

148 – GUTIÉRREZ, Gustavo. O Concílio Vaticano II na América Latina. In: BEOZZO, J. O. (Org.) *O Vaticano II e a Igreja latino-americana*. São Paulo: Paulinas, 1985, p. 28.

149 – BEOZZO, *A Igreja do Brasil no Concílio Vaticano II*, p. 190-192.

150 – O PACTO da Igreja servidora e pobre. In: BEOZZO. *A Igreja do Brasil no Concílio Vaticano II*, Anexo I, p. 364-366.

151 – *Ibid*, p. 365.

Apesar da atitude corajosa desses religiosos, a pobreza acabou convertendo-se no tema mais tímido das discussões conciliares. Existem algumas hipóteses para certo fracasso do ideal de João XXIII. A principal delas aponta a fraca participação dos episcopados latino-americano, africano e asiático no Concílio. Em função disso, houve uma incipiente presença da problemática dos países de terceiro mundo nos debates.

Entretanto, a aproximação com cristãos de outras confissões, tema fundamental dentro da expectativa ecumênica de João XXIII, foi recebido com entusiasmo. Ainda na fase preparatória (1960-1962) do Concílio Vaticano II, são encontradas tentativas do papa de promover a unidade entre os cristãos. A possibilidade de encontro com os não católicos para discutir a unidade foi recebida com frieza e até mesmo rejeição por parte dos encarregados da preparação do Concílio e de certos grupos do Vaticano. Mas, não resta dúvida de que o diálogo ecumênico tornou-se o ponto mais relevante do evento e também das conferências episcopais no pós-concílio.

Em 5 de junho de 1960, foi instituído o Secretariado para a União dos Cristãos, sob a responsabilidade do Cardeal Agustin Bea. Esse jesuíta alemão preferiu hospedar-se no Colégio Pio Brasileiro, residência dos seminaristas brasileiros que estudavam em Roma. O local tornou-se ponto de encontro de personalidades de diferentes vertentes religiosas. José Oscar Beozzo nos conta que no dia 2 de dezembro de 1960, o arcebispo anglicano Geoffrey Fisher fez duas visitas importantes em Roma. A primeira foi ao Papa, de caráter oficial e protocolar. À tarde, o anglicano teve uma “acolhida calorosa” dos seminaristas do Colégio. Os estudantes sentiam que os dois líderes religiosos “davam os primeiros passos para melhorar as relações entre a Confissão Anglicana e a Igreja Católica Romana”. No entanto, o então jovem seminarista Beozzo afirma que os encontros do Cardeal

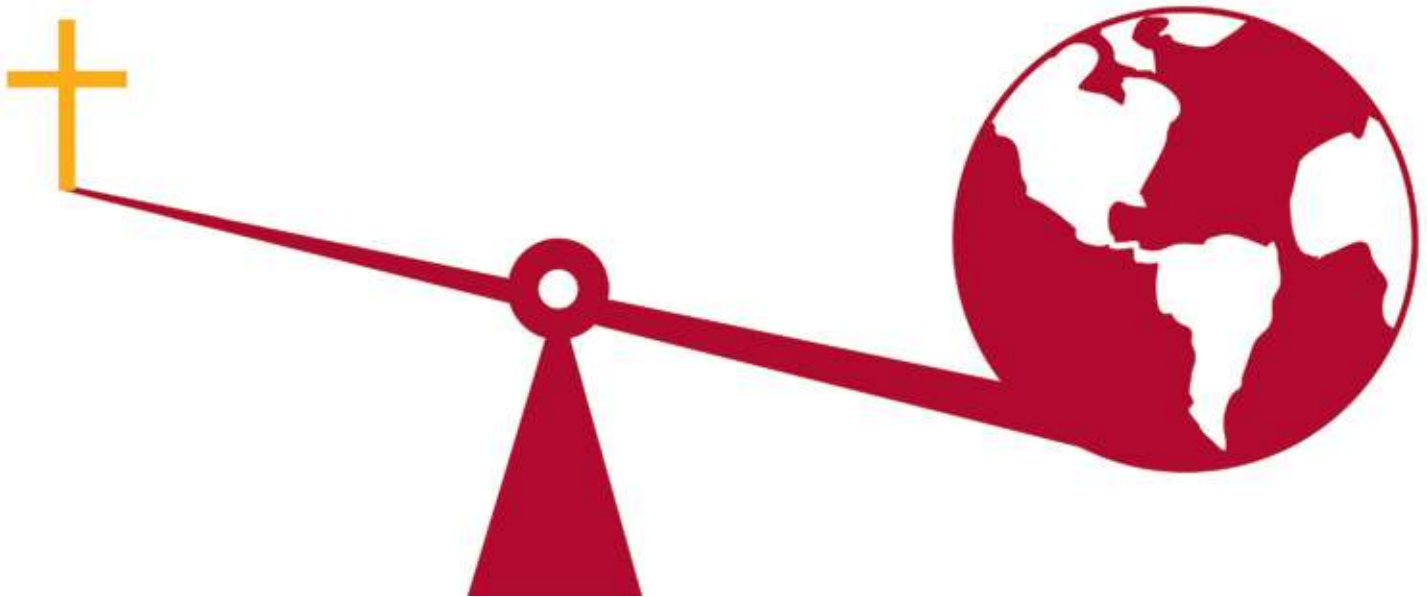
Bea e seus alunos “em favor do ecumenismo, do diálogo com o judaísmo e demais religiões não cristãs e, particularmente, da liberdade religiosa” eram severamente criticados por grupos inconformados com o andamento das discussões do Secretariado.¹⁵²

Católicos e protestantes muitas vezes eram contrários às atividades ecumênicas por fazerem a associação do termo ecumenismo com comunismo. Esse último era o inimigo comum entre os dois grupos. De maneira geral, ambos acreditavam que comunismo e cristianismo eram incompatíveis. A encíclica *Mater et Magistra* é clara nesse aspecto:

Entre comunismo e cristianismo, o pontífice declara novamente que a oposição é radical, e acrescenta não se poder admitir de maneira alguma que os católicos adiram ao socialismo moderado: quer porque ele foi construído sobre uma concepção de vida fechada no temporal, com o bem-estar como objetivo supremo da sociedade; quer porque fomenta uma organização social da vida comum tendo a produção como fim único, não sem grave prejuízo da liberdade humana; quer ainda porque lhe falta todo o princípio de verdadeira autoridade social (MM 34).

Essa posição só será revista nos documentos aprovados durante a realização da quarta e última sessão do Concílio Vaticano II, em 1965. Porém, ainda havia outra compreensão inadequada segundo a qual, para os católicos, o ecumenismo significaria a perda da identidade católica e, para certo setor protestante, um enfraquecimento de suas convicções religiosas; uma traição à herança evangélica que se caracterizaria como um repúdio aos antepassados; e, o que consideravam mais grave, um retorno dos evangélicos ao

152 – BEOZZO. *A Igreja do Brasil no Concílio Vaticano II*, p.171-172.



catolicismo. Os organizadores da Conferência do Nordeste, numa visita aos alunos do Seminário Presbiteriano do Norte, em Recife-PE, ficaram impressionados com o que ouviram dos estudantes e relataram:

Ao abordarmos o problema das perspectivas ecumênicas percebemos que o pavor do vocábulo e do conceito decorre da impressão que a maioria possui que o fim do ecumenismo é voltarmos à Igreja Católica Romana. De um aluno saiu esta expressão indicativa de um estado de espírito: “Nunca uma união com a Igreja Católica, porque ela é capitalista”.¹⁵³

Na fase preparatória do Vaticano II, os conciliares elaboraram 70 esquemas com os mais diversos temas a serem tratados no concílio. Um deles versava sobre a unidade dos cristãos. No entanto, o texto foi preparado pela comissão para as Igrejas orientais. Estava divi-

dido em cinco capítulos, tratava dos princípios católicos do ecumenismo; critérios de atuação; relação da Igreja Católica com as Igrejas ortodoxas e (de forma sucinta) com as Igrejas protestantes; o significado dos hebreus na história da salvação; e a liberdade religiosa.

O esquema foi submetido à análise de uma comissão formada por membros das comissões doutrinária, Igrejas orientais e do Secretariado para a Unidade. Segundo Giuseppe Alberigo,

Era transparente o esforço do texto de formular uma atitude católica sobre o problema da unidade da Igreja, que levando em conta as expectativas suscitadas por João XXIII e a presença no concílio dos observadores não católicos, superasse a intransigência secular, assentada na estéril esperança de um “retorno” a Roma dos cismáticos e dos hereges.¹⁵⁴

153 – CESE – SANTOS, Almir dos; CUNHA, Carlos. Relatório da viagem ao Nordeste, p.29.

154 – ALBERIGO, op. cit., p. 414.

Percebe-se que o pavor da juventude protestante de que o ecumenismo representasse uma volta ao catolicismo não era infundado. A própria hierarquia católica romana – enquanto Igreja hegemônica – ansiava o retorno. Essa atitude é considerada um dos fatores responsáveis pela desconfiança e não envolvimento dos católicos no movimento ecumênico.

A unidade dos cristãos era um tema necessário, porém espinhoso. E os dois papas, em cujos pontificados realizaram-se as quatro sessões conciliares, tinham consciência dos entraves para o desempenho de tal tarefa. Gustavo Gutiérrez, ao referir-se a João XXIII, acredita que muitas das suas intuições ainda constituem um desafio. Pouco antes de falecer, o pontífice ditou um texto no qual dizia: “Hoje, mais do que nunca, certamente mais do que nos séculos passados, somos chamados a servir o homem enquanto tal e não só os católicos; em relação aos direitos da pessoa humana e não somente aos da Igreja Católica”.¹⁵⁵ Por tudo isso, Gutiérrez afirma que “[...] não foi fácil para o Concílio situar-se completamente na visão do papa”.¹⁵⁶

Paulo VI, ao assumir a coordenação dos trabalhos na terceira sessão conciliar, em 1964, enfrentou dificuldades para manter-se fiel aos encaminhamentos do seu antecessor. E, no discurso de abertura, dirigiu-se aos observadores não católicos, dizendo-lhes:

[...] Nós vos saudamos, vos agradecemos, vos repetimos o Nosso propósito e a Nossa esperança de ver desaparecer um dia todos os obstáculos, todos os mal-entendidos e todas as desconfianças que ainda impedem que nos sintamos completamente, em Cristo, na sua Igreja, “um só coração e uma só alma”. Para isto se conseguir, faremos tudo quanto está em Nossa mão. Compreendemos que é coisa

difícil refazer a unidade, mas dedicaremos a esta empresa os cuidados e o tempo requeridos; é coisa nova, se nos lembrarmos da longa e dolorosa história que precedeu as várias separações; esperamos, contudo, pacientemente que cheguem à maturidade as condições para tudo resolver positiva e amigavelmente; é assunto importante, cujas raízes mergulham nos misteriosos desígnios de Deus, mas Nós procuraremos humilde e piamente tornar-Nos merecedores de tão grande graça.¹⁵⁷

A esperança da volta dos “irmãos separados” à Igreja, “estéril”, segundo os críticos, é perceptível nas conclusões conciliares a respeito do ecumenismo. Analisaremos, a seguir, trechos dos documentos produzidos durante o concílio.

No Decreto *Unitatis Redintegratio* (UR), publicado em 21 de novembro de 1964, os conciliares expõem os princípios católicos sobre o ecumenismo, estimulam os fiéis à promoção da unidade e dirigem-se às Igrejas ortodoxas e protestantes em busca de uma convergência em torno da vida cristã. Há ainda uma definição da Igreja Católica para o movimento ecumênico:

Por “movimento ecumênico” entendem-se as atividades e iniciativas, segundo as necessidades e as condições temporais da Igreja, que desperta e inspira a busca da unidade entre os cristãos.¹⁵⁸

O decreto é iniciado com a afirmação de que um dos principais objetivos do Vaticano II é “Promover a reintegração de todos os cristãos na unidade”. Segundo a Igreja Católica, os diferentes caminhos seguidos pelos

155 – Apud GUTIERREZ, op. cit., p. 22.

156 – Ibid, p. 22.

157 – Paulo VI. Discurso do Papa Paulo VI na inauguração na terceira sessão do Concílio Ecumênico Vaticano II. In: http://www.vatican.va/holy_father/paul_vi/speeches/1964/documents/hf_p-vi_spe_19640914_III-sessione-conc_po.html, acesso em 05/05/2007.

158 – CONCÍLIO Ecumênico Vaticano II. *Unitatis Redintegratio*. In: BIZON, José; DARIVA, Noemi; DRUBI, Rodrigo (Org.). *Ecumenismo: 40 anos do Decreto Unitatis Redintegratio, 1964-2004*. São Paulo: Paulinas, 2004, p.71.

discípulos de Cristo “são um escândalo para o mundo” e prejudicam a pregação do Evangelho. Afirma que, apesar das separações, os cristãos possuem “o ardente desejo de se unirem” (UR 1).

O primeiro capítulo traz os Princípios católicos do ecumenismo. Quando aborda o tema Os Irmãos separados e a Igreja Católica, o documento trata das “fissuras” que impediram a unidade da Igreja de Deus, porém procura não identificar culpados e afirma que todos que nascem em outras comunidades cristãs e recebem o batismo possuem o respeito e o amor fraterno da Igreja Católica. No capítulo 3, esclarece que cabe ao movimento ecumênico superar “as discrepâncias doutrinárias, disciplinares ou relativas à estrutura da Igreja” que são impedimentos à plena comunhão eclesial.

Os documentos do Vaticano II reconhecem as diferenças entre a Igreja Católica e as várias denominações cristãs e revelam os meios para desenvolver o ecumenismo. No entanto, a tensão está sempre presente quando o tema exposto é o poder de salvação das outras religiões. O decreto sobre o ecumenismo, por exemplo, admite que as Igrejas e comunidades separadas “geram e alimentam realmente a vida da graça e podem ser consideradas aptas a abrir as portas da salvação”. Afirma ainda que, “apesar dos seus limites, não podem ser inteiramente despidas de significação e peso no mistério da salvação”. Porém, o seu valor salvífico “deriva da plenitude de graça e verdade, confiada à Igreja Católica”. O texto é ainda mais explícito ao afirmar: “A plenitude dos meios de salvação reside somente na Igreja Católica de Cristo” (UR 3).

De um modo geral, o concílio foi inovador ao tratar das religiões. Há a intenção de promover o diálogo num clima de compreensão e cooperação. De acordo com Faustino Teixeira, “Pela primeira vez na história dos concílios verifica-se uma perspectiva positiva da igreja católica romana com respeito às religiões, ainda

que os procedimentos adotados estivessem resguardados por cuidadosa cautela”.¹⁵⁹ Admite-se a presença de “verdade” e “graça” em outras Igrejas, mas a salvação permanece restrita ao catolicismo.

O quarto artigo do Decreto é dedicado ao ecumenismo. Não se trata de uma preocupação da Igreja Católica com a totalidade das religiões. O objetivo é desenvolver o diálogo entre os cristãos. O concílio propõe a realização de reuniões entre especialistas católicos romanos e cristãos, das demais Igrejas e denominações, para discutir questões teológicas e ter o conhecimento claro da história, doutrina, psicologia religiosa e vida espiritual e cultural dos irmãos. Mas, os participantes desses encontros serão obrigatoriamente peritos e devem estar sob a vigilância de um bispo. Apesar de reconhecer a existência dos valores cristãos e de obras virtuosas desenvolvidas pelas diversas denominações, ou seja, de um “patrimônio comum”, o documento, nos números 4 e 9, manifesta a supervalorização do catolicismo romano como único meio para a salvação e exorta os católicos a desenvolverem a conversão, quando recomenda: “Na ação ecumênica, os fiéis católicos devem preocupar-se com os Irmãos separados, orando por eles, falando com eles das coisas da Igreja, despertando-os para os primeiros passos”.

O segundo capítulo é denominado “A prática do ecumenismo”. Recomenda a oração comum e o cuidado para não se abusar da intercomunhão, pois significaria “a participação nos mesmos meios de salvação”, que só pode acontecer com a plena unidade da Igreja. Por isso, a decisão da sua realização deve ser tomada por uma autoridade episcopal (UR 8). A oração em conjunto é necessária para a união. Entretanto, nessa parte do documento, é importante destacar a exortação à cooperação, principalmente a ampliação do trabalho social nas regiões em desenvolvimento,

159 – TEIXEIRA, Faustino. *O Concílio Vaticano II e o Diálogo Inter Religioso*. In: http://www.empaz.org/dudu/du_art_concilio_dialogo.htm#topo, acesso em 24/03/2007, p.3.

[...] tendo em vista a dignidade da pessoa, em função da promoção da paz, para a efetiva aplicação do Evangelho à vida social, para a promoção do espírito cristão nas ciências e nas artes; quer ainda para curar as dificuldades específicas de nossa época, como a fome, as calamidades, o analfabetismo e a pobreza, a falta de moradia e a perversa distribuição da riqueza (UR 12).

O terceiro e último capítulo foi intitulado “As Igrejas e denominações religiosas separadas”. Especialmente os números 14, 15 e 16 tratam das cisões entre a Igreja de Roma e as Igrejas orientais e também das divisões depois da Reforma no Ocidente, no século XVI. Os padres conciliares reconhecem que as Igrejas orientais conservam os sacramentos do sacerdócio e da eucaristia; a vida monástica, litúrgica e espiritual; os ordenamentos jurídicos e as definições dogmáticas que foram elaborados pelos primeiros concílios ecumênicos. Tudo isso faz parte de um patrimônio religioso que serviu de base para a Igreja romana. Portanto, os católicos devem afastar o sentimento de disputa e intensificar a colaboração com os irmãos orientais.

Quanto às Igrejas e denominações ocidentais, a Igreja Católica declara que são muitas as diferenças de ordem histórica e sociológica, principalmente sobre a verdade revelada. Mas destaca alguns possíveis pontos para o diálogo: Jesus Cristo é o único mediador entre Deus e os fiéis; a aplicação no estudo das sagradas escrituras; o batismo como vínculo sacramental de unidade; a celebração da ceia como memória da morte e ressurreição de Cristo. Destaca a importância da vivência religiosa entre os protestantes:

A vida desses irmãos se alimenta da fé em Cristo, é sustentada pela graça do batismo e pelo acolhimento da Palavra de Deus ouvida. Manifesta-se na oração privada e na media-

ção bíblica, na vida familiar cristã e no culto comunitário em louvor a Deus, que conserva, em geral, importantes elementos da antiga liturgia comum (UR 23).

O texto é finalizado (UR 24) com palavras de esperança em Cristo e no Espírito Santo para que a ação ecumênica seja efetivada. “Mas o Concílio declara igualmente estar consciente de que o santo projeto de reconciliar todos os cristãos na unidade de uma só Igreja ultrapassa as forças e as capacidades humanas”.

Assim como o Decreto sobre o Ecumenismo, a Constituição Dogmática *Lumen Gentium* (LG) foi publicada em 21 de novembro de 1964. O primeiro capítulo, sobre O mistério da Igreja, tem início com a seguinte afirmação: “A luz dos povos é Cristo”.¹⁶⁰ Por isso, o Concílio pretendia iluminar, por meio do Espírito Santo, todos os homens. A constituição discorre sobre a criação do universo, a vontade de Deus de salvar seus filhos, a fundação da Igreja como missão e obra de Jesus Cristo. A Igreja terrestre é plena de bens celestiais e forma “uma única realidade complexa, composta de dois elementos, o humano e o divino”. Há a reafirmação da Igreja Católica como a única fundada por Cristo e entregue aos cuidados do apóstolo Pedro. Assim, todos os católicos devem considerá-la como “alicerce e coluna da verdade” e professar no Credo que ela é “una, santa, católica e apostólica” (LG 8).

Giuseppe Alberigo considera a *Lumen Gentium* um avanço em relação ao Vaticano I e, mesmo depois do evento, a algumas posições rígidas do magistério papal. E avalia:

Contrariamente às previsões, não bastou acrescentar às prerrogativas papais o reconhecimento do direito dos bispos; o documento, de

160 – *Lumen gentium*. In: http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19641121_lumen-gentium_po.html, acesso em 05/05/2007, nº1.

amplo alcance espiritual e teológico, traçava a fisionomia da Igreja, sem limitar-se à dimensão jurídico-institucional e respeitando a dinâmica de um corpo vivo e em contínuo crescimento. A alteridade entre reino de Deus e Igreja, e entre Igreja de Cristo e tradições eclesiais, superava a unidimensionalidade e o eclesiocentrismo que haviam dominado a teologia da Igreja dos últimos séculos e punha as premissas para uma sadia desclericalização.¹⁶¹

O Vaticano II avança, sobretudo, quando, por meio da Constituição, considera que Cristo realizou sua obra de redenção na pobreza e na perseguição e, portanto, sua Igreja é chamada a trilhar o mesmo caminho. Se o Pai enviou seu filho para evangelizar os menos favorecidos economicamente, assim também deve fazer a sua Igreja, que, no cumprimento de sua missão, não deve crescer em função do sucesso, mas da humildade e da abnegação.

No número 8 da *Lumen Gentium*, encontramos a afirmação de que a Igreja “Reconhece nos pobres e nos desvalidos a imagem de seu fundador, pobre e sofredor, empenha-se em combater a pobreza e se coloca a serviço dos pobres, como a serviço de Cristo”. Além desse documento, só encontramos referência à pobreza da instituição eclesial em outro trecho, ainda mais breve, do decreto sobre a atividade missionária da Igreja, *Ad Gentes*, no qual há uma declaração de que, assim como Jesus, seus representantes devem evangelizar os pobres: “[...] a Igreja, movida pelo Espírito Santo, deve seguir o mesmo caminho de Cristo: o caminho da pobreza, da obediência, do serviço e da imolação própria até à morte.”¹⁶² Nos documentos, esses são os únicos fragmentos onde se podem perceber os resultados das discussões em torno da Igreja dos pobres, tema

suscitado por João XXIII e que poderia ter se tornado o eixo central do Concílio. Gustavo Gutiérrez acredita que o tema ainda não estava maduro. Os participantes mais ativos do Vaticano II estavam mais à vontade e embasados em argumentos e instrumentos teológicos para discutir os outros dois temas: o diálogo com o mundo e a unidade dos cristãos¹⁶³.

Voltando ao texto da *Lumen Gentium*, os números 16 e 17 são fundamentais para entender como a Igreja Católica pretendia estabelecer uma relação com os não cristãos, ou seja, com “aqueles que ainda não receberam o evangelho”, principalmente no que concerne ao poder salvífico de outras religiões. Afirma que

[...] o desígnio da salvação estende-se também àqueles que reconhecem o Criador, entre os quais vêm em primeiro lugar os muçulmanos, que professam seguir a fé de Abraão, e conosco adoram o Deus único e misericordioso, que há de julgar os homens no último dia (LG 16).

No entanto, a Constituição (LG 17) insiste que os povos que seguem outras tradições religiosas, com seus ritos e culturas, estão apenas a caminho da salvação. Mesmo suas boas ações são “uma preparação para receberem o Evangelho”. Apesar de procurarem Deus com os corações sinceros e levarem uma vida correta, ignoram a Igreja e as sagradas escrituras. Mas eles não têm culpa da “ignorância”. Por isso, cabe aos católicos levar a palavra de Deus a todas as criaturas, sanar os erros, elevar e aperfeiçoar o que os não cristãos trazem de bom e “impulsionar as missões”. Mais uma vez a Igreja Católica afirma que não há salvação fora dela.

Em seguida, o documento passa a enfatizar o caráter missionário da Igreja. Assim como Deus enviou o seu filho à Terra e os apóstolos receberam de Cristo a incumbência de levar suas palavras aos confins do

161 – ALBERIGO, op. cit., p.430.

162 – DECRETO *Ad Gentes*. In: http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-decree_19651207_ad-gentes_po.html, acesso em 30/05/2007, Capítulo 1, nº5.

163 – GUTIERREZ, op. cit., p. 33.

mundo, os sacerdotes, como “arautos”, devem promover a obra da evangelização. Faustino Teixeira, ao analisar a *Lumen Gentium*, observa que o texto acentua a gradualidade de pertença à Igreja, pois os católicos estão plenamente a ela incorporados, enquanto os não católicos gozam apenas de “certa união” e os não cristãos estão “ordenados”, devem ser evangelizados pelo povo de Deus.¹⁶⁴

Não foi preciso esperar pelo final do Concílio para que se realizassem alguns eventos de caráter ecumênico ou, pelo menos, que católicos, protestantes e marxistas dessem os primeiros passos em direção ao diálogo. Vimos que no Brasil, em 1961, membros da Igreja Católica e de outras denominações cristãs debateram a encíclica *Mater et Magistra*.

Em maio de 1965, seis meses após o término da terceira sessão do Vaticano II e da aprovação do Decreto sobre o Ecumenismo e da Constituição dogmática *Lumen Gentium*, cristãos e marxistas, animados pelas perspectivas ecumênicas desses documentos e das novas orientações da Igreja Romana, reuniram-se em Salzburg, na Áustria, com a presença de 250 personalidades das duas correntes, destacando-se, entre os debatedores, o dominicano e organizador da reunião Erich Kellner; o jesuíta Karl Rahner; o cardeal Franz Konenig; observadores e membros do Secretariado para os Infieis no Vaticano; os marxistas Roger Garaudy e Asari Polikarov.

O principal resultado do encontro foi o entendimento de que religião e marxismo podem cooperar para o desenvolvimento humano, mantendo o respeito mútuo, afinal acreditavam que as duas vertentes estavam, naquele momento, sujeitas à revolução tecnológica. Temos dois resultados práticos do encontro. Primeiro, a tentativa de firmar-se um compromisso de

que os cristãos não seriam perseguidos em países de governo comunista. Isso facilitou o desenvolvimento de relações diplomáticas entre Vaticano e governantes comunistas. Segundo, foi enviado um observador marxista, membro do governo iugoslavo do Marechal Tito, à sessão de encerramento do Vaticano II¹⁶⁵.

Em maio de 1966, foi realizado o segundo encontro, na Baviera, com a participação de 300 pessoas. Além das personalidades já citadas, fizeram-se também presentes os marxistas Cesare Luporini (Universidade de Firenze), Manuel Azcarate (revista comunista espanhola *Realidad*) e Szigeti (Instituto de Filosofia de Budapeste) e os católicos Hans Achaefter (Universidade de Heidelberg), Girardi (Universidade dos Salesianos - Roma), Skoda (Conselheiro do Vaticano no Secretariado para os Infieis), Dubarle (dominicano francês) e Metz (teólogo alemão). Preocupados com as questões de seu tempo, o grupo destacou o humanismo presente no marxismo e a necessidade de engajamento dos cristãos na solução dos problemas terrenos. Afirmaram que a teologia não deveria sugerir apenas a espera do além, mas ocupar-se das questões sociais e políticas¹⁶⁶.

O encontro da Baviera contou ainda com observadores protestantes: Thielicke (teólogo de Hamburgo), Dyzion (teólogo de Oxford), Paul Oestreicher (Secretário da Associação das Missões Anglicanas) e Josef Luki Hromadka (teólogo da Universidade de Praga). Hromadka viveu como exilado nos EUA entre os anos de 1939 e 1947. Saiu da Tchecoslováquia durante a invasão do exército nazista. Defendia uma teologia que desempenhasse o seu papel no diálogo, por meio da Bíblia, com Deus e o homem. Tinha a convicção de que um teólogo não poderia ser apenas teórico, deveria tomar partido, ser militante. Na volta ao seu país, em 1948, manifestou-se a favor do socialismo, a fim de promo-

165 – POERNER, Arthur José. A importância dos diálogos de Salzburg e da Baviera entre cristãos e marxistas. In: *Revista Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, ano 1, nº 9 e 10, set/nov, 1966, p. 196-197.

166 – Ibid, p. 197-201.

164 – TEIXEIRA, op. cit., p. 6.

ver uma sociedade mais justa e humana. Enxergava no pensamento marxista a afirmação da dignidade do ser humano, inclusive com pontos em comum com o Antigo Testamento. Sua única restrição era o uso da violência. Considerava que a missão do cristão não era contrapor a ideologia cristã à comunista, mas proclamar o evangelho e estreitar o diálogo e o entendimento mútuo entre cristãos e marxistas.¹⁶⁷ Vale lembrar que Hromadka foi professor em Princeton e uma das principais influências no pensamento do teólogo presbiteriano norte-americano Richard Shaull que, por sua vez, foi professor do Seminário de Campinas - SP e um dos mais influentes participantes das Reuniões de Consulta, realizadas pela CEB no Brasil.

Analisaremos agora o documento final do Vaticano II, a Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* (GS), publicada em 7 de dezembro de 1965, véspera do solene encerramento do Concílio. Pretende ser – como o próprio subtítulo indica – uma discussão “Sobre a Igreja no mundo atual”, uma análise das profundas e rápidas transformações socioeconômicas pelas quais passava a humanidade e que se refletiam na vida religiosa. Afirmava ser preciso compreender as alegrias, esperanças, tristezas e angústias dos seres humanos, especialmente dos pobres e sofredores, na segunda metade do século XX.¹⁶⁸ A constituição aponta que o progresso econômico e técnico, apesar de possibilitar abundância de riquezas, não resolve os graves problemas sociais, como fome, miséria e analfabetismo. Por isso, o Concílio compreende que

[...] é dever da Igreja investigar a todo o momento os sinais dos tempos, e interpretá-los à luz do Evangelho; para que assim possa responder, de modo adaptado em cada geração,

às eternas perguntas dos homens acerca do sentido da vida presente e da futura, e da relação entre ambas (GS 4).

Há uma preocupação dos conciliares com as consequências dos processos de industrialização e urbanização. Acreditam que as mudanças nos campos político e econômico afetam a vida religiosa. Essa situação leva muitos indivíduos de senso crítico apurado a negar Deus e afastar-se da religião, gerando desequilíbrios pessoais, familiares e sociais (GS 7 e 8).

Defendem que a sociedade deve promover o bem comum, definido como “conjunto das condições da vida social que permitem, tanto aos grupos como a cada membro, alcançar mais plena e facilmente (sic) a própria perfeição”. Para isso, torna-se necessário possibilitar a todas as pessoas a acessibilidade humana a determinados bens: alimento, vestuário, casa, direito, direito de constituir família, direito à educação, ao trabalho, ao respeito e à proteção, à informação e “à justa liberdade mesmo em matéria religiosa” (GS 26).

A Igreja chama a atenção dos cristãos para o dever de justiça e caridade, pois, diante das transformações no mundo, é preciso que cada um deixe de lado a ética individualista e, juntamente com as instituições públicas e privadas, contribua para melhorar as condições de vida social (GS 30).

Entretanto, a Igreja não se exime da responsabilidade social. Após uma longa explanação (envolvendo os três primeiros capítulos) sobre a urgência da promoção da dignidade humana no mundo de rápidas transformações, o quarto capítulo trata do tema: A função da Igreja no mundo atual. A Igreja, além do seu poder salvífico e do seu fim escatológico, também faz parte da cidade terrena e, por isso, existe, vive e atua no mundo. E também reconhece que não está só nessa empreitada:

167 – FARIA, Eduardo Galasso. *Fé e Compromisso: Richard Shaull e a teologia no Brasil*. São Paulo: ASTE, 2002, p. 33-43.

168 – *Gaudium et Spes*. In: http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19651207_gaudium-et-spes_po.html, acesso em 05/04/2007, nº1.

[...] a Igreja católica aprecia grandemente a contribuição que as outras igrejas cristãs ou comunidades eclesiais têm dado e continuam a dar para a consecução do mesmo fim. E está também firmemente persuadida de que pode receber muita ajuda, de vários modos, do mundo, pelas qualidades e acção dos indivíduos e das sociedades, na preparação do Evangelho (GS 40).

No nº 43 da *Gaudium et Spes*, os conciliares exortam os cristãos a cumprirem seus deveres terrenos guiados pelo Evangelho. Mas, esclarecem que as atividades seculares competem aos leigos, apesar da responsabilidade social não ser exclusivamente desse grupo. Dos sacerdotes, os fiéis podem contar com “luz e força espiritual”, afinal, o clero é esclarecido na “sabedoria cristã”, mas, não está preparado para a solução de qualquer questão. Quanto aos bispos, encarregados de governar a Igreja de Deus, têm função semelhante aos seus subordinados: devem, juntamente com os padres, pregar a mensagem de Cristo para que as atividades terrenas sejam plenas da luz do Evangelho.

Giuseppe Alberigo considera que o documento conclusivo do Vaticano II traz uma “ingênua confiança no progresso” e, por vezes, uma confusão entre as considerações teológicas e os argumentos sociológicos. Sua principal crítica à Constituição é a de que o texto, composto de longas considerações de filosofia social, teria sido mais incisivo se a análise das questões sociais fosse acompanhada de breves evocações evangélicas.

Entretanto, o autor destaca a identificação lúcida dos problemas sociais contemporâneos e a decisão dos conciliares de não reiterar a condenação do marxismo e do comunismo, como em documentos anteriores.¹⁶⁹

169 – ALBERIGO. Op. Cit., p.439-440.

Vale lembrar que a encíclica *Mater et Magistra*, publicada na fase preparatória do Concílio, ainda aborda o marxismo de forma negativa, considerando a luta de classe contrária à concepção de vida cristã e o socialismo radicalmente oposto ao cristianismo.

Gaudium et Spes foi o texto final do Concílio Vaticano II e também o documento inicial da II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, organizada pelo Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM) e realizada em Medellín (Colômbia), no período de 26 de agosto a 6 de setembro de 1968. Por tratar da Igreja no mundo atual, a Constituição não só serviu de inspiração, como foi constantemente citada nos dois primeiros textos das conclusões da Conferência, cujos temas são *Justiça e Paz*.

O Vaticano II foi um marco na abertura da Igreja Católica à discussão sobre ação social da Igreja e o ecumenismo. No entanto, suas conclusões eram generalizadas. Em cada continente, os bispos deveriam realizar conferências para a adaptação das normas conciliares às realidades locais. Com o objetivo de fazer uma releitura das conclusões conciliares para a América Latina, a Conferência teve como tema A Igreja na atual transformação da América Latina à luz do Concílio¹⁷⁰.

A certeza de que as conferências episcopais em cada continente deveriam dar continuidade à obra do Concílio está expressa no discurso de abertura do CELAM de Medellín, proferido pelo papa Paulo VI:

O futuro reclama um esforço, uma audácia, um sacrifício que põem na Igreja uma angústia profunda. Achemo-nos num momento de reflexão total. Invade-nos, como onda transbordante, a inquietude característica de nossos dias, especialmente destes países pro-

170 – CELAM. A Igreja na atual transformação da América Latina à luz do Concílio. *Conclusões de Medellín*. Petrópolis: Vozes, 1970.

jetados em direção ao seu desenvolvimento completo, e agitados pela consciência dos próprios desequilíbrios econômicos, sociais, políticos e morais.¹⁷¹

Para os participantes, Medellín foi um divisor de águas na história da Igreja latino-americana. Segundo Beozzo,

Nenhum outro continente teve evento comparável ao de Medellín, como um caso exemplar de uma recepção continental e colegiada do Vaticano II, realizada de maneira fiel, mas ao mesmo tempo seletiva e criativa em relação às inspirações maiores do Concílio.¹⁷²

E, de acordo com o cardeal Aloísio Lorscheider,

Esta releitura foi tão providencial que a Igreja no Continente adquiriu um rosto próprio, o rosto de uma Igreja Pobre, Missionária, Pascal, desligada dos poderes temporais e corajosamente comprometida na libertação do homem todo e de todos os homens.¹⁷³

O CELAM era presidido por dom Avelar Brandão Vilela. Havia entusiasmo para a realização do evento, principalmente pela presença de Paulo VI, que fez a abertura oficial. Era a primeira visita de um papa à América Latina. No discurso, o pontífice falou da necessidade dos cristãos de apoiar os programas sociais. Reafirmou o compromisso da Igreja de formar padres e leigos conhecedores dos problemas sociais e encaminhá-los para a solução dos mesmos. Além disso, lembrou aos bispos a recomendação do Concílio Vaticano II quanto à pobreza, exortando-os ao estilo de vida simples e à promoção dos pobres. E ainda elogiou a atitude de algumas dioceses que do-

aram terrenos às populações carentes a fim de realizarem a reforma agrária¹⁷⁴.

O discurso do pontífice em relação à questão da terra está completamente de acordo com as conclusões conciliares. Entretanto, esta era apenas uma das suas preocupações. Outros problemas sociais – fome, miséria, êxodo rural, industrialização, organização sindical, analfabetismo – foram temas abordados na encíclica publicada por ele no ano anterior: *Populorum Progressio* (PP) ou *Sobre o desenvolvimento dos povos*.

Na introdução do documento, Paulo VI afirmava que a Igreja precisava acompanhar com atenção o seu povo, esforçando-se para “afastar a fome, a miséria, as doenças endêmicas, a ignorância” para que todos pudessem participar dos “frutos da civilização”. “Depois do Concílio Ecumênico Vaticano II” lembrava o papa, “uma renovada conscientização das exigências da mensagem evangélica traz à Igreja a obrigação de se pôr ao serviço dos homens...”¹⁷⁵ Para concretizar o desejo de auxiliar os povos em via de desenvolvimento, o pontífice julgava ser seu dever

[...] criar entre os organismos centrais da Igreja, uma Comissão pontifícia encarregada de [...] promover o progresso dos povos mais pobres, a favorecer a justiça social entre as nações, a oferecer às que estão menos desenvolvidas um auxílio de maneira que possam prover, por si próprias e para si próprias, ao seu progresso; *Justiça e paz* é o seu nome e o seu programa (PP 5).

Os documentos do Concílio Vaticano II possuem temas abrangentes que vão desde as normas para a liturgia, o papel salvífico da Igreja, sua relação com

171 – PAULO VI. Discurso de S.S. Paulo VI na abertura da Segunda Conferência. In: CELAM. *Conclusões de Medellín*, p. 10.

172 – BEOZZO, op. cit., p. 537.

173 – LORSCHIEDER, Aloísio. Apresentação. In: PADIN, Cândido. *A Conferência de Medellín: renovação eclesial*. São Paulo: LTr, 1999, p. 7.

174 – PAULO VI. *Conclusões de Medellín*, p. 17.

175 – PAULO VI. Carta Encíclica *Populorum Progressio*. http://www.vatican.va/holy_father/paul_vi/encyclicals/documents/hf_p-vi_enc_26031967_populorum_pa.html, acesso em 22/08/2006, nº1.

os cristãos, à evangelização. A encíclica *Populorum Progressio* trata especificamente da questão social. A discussão desse assunto na conferência proferida por Paulo VI, durante a abertura do CELAM, foi providencial. Os bispos latino-americanos ansiavam transformar em atos aquelas palavras de apoio aos programas sociais e de promoção da justiça entre os mais desfavorecidos.

Após a leitura da encíclica e a escuta das palavras do pontífice, os religiosos sentiam que era o momento de partir para a ação. Nas palavras de Cândido Padim, estava “urgindo a aplicação”¹⁷⁶ das recomendações do Vaticano. O próprio Paulo VI escreveu sobre a “Urgência da obra a realizar”, ao discutir sobre a industrialização e os problemas enfrentados no meio rural. O papa conclamava os homens de boa vontade à ação, ao mesmo tempo em que recomendava cautela:

Urge começar: são muitos os homens que sofrem, e aumenta a distância que separa o progresso de uns da estagnação e, até mesmo, do retrocesso de outros. No entanto, é preciso que a obra a realizar progrida harmoniosamente, sob pena de destruir equilíbrios indispensáveis. Uma reforma agrária improvisada pode falhar o seu objetivo. Uma industrialização precipitada pode desmoronar estruturas ainda necessárias, criar misérias sociais que seriam um retrocesso humano (PP 29).

Ao contrário de outros documentos da Igreja, que só faziam o levantamento dos problemas sociais, *Populorum Progressio* aponta soluções. A todo o momento Paulo VI cita suas experiências no combate ao capitalismo, à opressão, à acumulação de riquezas nas mãos da aristocracia etc. Afirma que duas viagens – à América Latina (1960) e à África (1962) – realizadas quando ainda

era simplesmente o cardeal Giovanni Battista Montini, e mais duas à Terra Santa e à Índia, em 1964, já na condição de papa, puseram-no “em contato imediato com os lancinantes problemas que oprimem continentes tão cheios de vida e de esperança”. Lembra ainda que, durante o Concílio Vaticano II, teve a oportunidade de falar de desenvolvimento numa Assembleia Geral das Nações Unidas, o que o fez tornar-se “o advogado dos povos pobres” (PP 4).

Paulo VI não condenava o progresso advindo da industrialização. Reconhecia essa como fator de desenvolvimento e progresso humano, mas chamava a atenção de todos para o “sentido da responsabilidade” (PP 25). Ressaltava a importância das organizações profissionais para promover os interesses de seus membros, a educação e o bem comum. Porém, recomendava que as organizações profissionais e sindicais promovessem a liberdade e respeitassem a orientação religiosa, a fim de evitar a aplicação de uma “filosofia materialista e ateia” (PP 38 e 39).

Expressava a sua vontade de preparar um programa de solidariedade e colaboração mundial que não fosse apenas ocasional. Sugeriu “a organização de um grande Fundo mundial, sustentado por uma parte da verba das despesas militares, para vir em auxílio dos mais deserdados” (PP 50 e 51). Para tal tarefa, e para finalizar a encíclica, fazia um apelo aos católicos, cristãos, não cristãos, educadores, homens de Estado, pensadores, enfim, a “todos os homens de boa vontade, conscientes de que o caminho da paz passe pelo desenvolvimento” para que se engajassem nos programas sociais (PP 81-87).

Todos os avanços na discussão de questões sociais provocaram entusiasmo e, ao mesmo tempo, receios nos meios episcopais. Em janeiro de 1968, quando os episcopados latino-americanos receberam o Documento de Trabalho Preliminar, com os temas que deveriam ser debatidos no CELAM, houve críticas nega-

176 – PADIM, op. cit., p. 15.

tivas em função de “certas posições muito avançadas”. Mas, segundo Padin,

[...] houve também apreciações muito positivas e até mais exigentes quanto à necessidade de conversão mais coerente da Igreja para a disponibilidade de terras que não são necessárias à atividade apostólica.¹⁷⁷

Quando o assunto em pauta é a promoção da paz, os bispos adotam o conceito elaborado pelo pontífice. Segundo Paulo VI, “Desenvolvimento é o novo nome da paz”. E acrescenta:

As excessivas disparidades econômicas sociais e culturais provocam, entre os povos, tensões e discórdias, e põem em perigo a paz [...] Combater a miséria e lutar contra a injustiça, é promover não só o bem-estar, mas também o progresso humano e espiritual de todos e, portanto, o bem comum da humanidade. A paz não se reduz a uma ausência de guerra, fruto do equilíbrio sempre precário das forças. Constrói-se, dia a dia, na busca de uma ordem querida por Deus, que traz consigo uma justiça mais perfeita entre os homens (PP 76).

Nas conclusões da Conferência, no capítulo II – Paz –, o início do texto é uma referência explícita à encíclica citada acima: “Se o desenvolvimento é o nome da paz’, o subdesenvolvimento latino-americano, com características próprias nos diversos países, é uma injusta situação promotora de tensões que conspiram contra a paz...”¹⁷⁸. E para promover a justiça e a paz “Conviria convidar também as diversas confissões e comunidades cristãs e não cristãs a colaborarem nessa fundamental tarefa dos nossos tempos”.¹⁷⁹

177 – PADIN, op. cit., p. 14.

178 – CELAM. *Conclusões de Medellín*, p. 56.

179 – II CONFERÊNCIA Geral do Episcopado Latino-Americano em Medellín (1968). In: BIZON, José; DARIVA, Noemi; DRUBI, Rodrigo (Org.). *Ecumenismo*, p. 487.

A situação de miséria vivida na América Latina foi qualificada, pelos bispos, de injustiça. O texto sobre esse tema observa que a Igreja no continente tem uma mensagem para todos aqueles que “têm fome e sede de justiça”. E que era preciso, à luz do Evangelho, criar novas estruturas, bens e serviços para solucionar os graves problemas sociais que impediam o desenvolvimento, especialmente dos camponeses e operários. Os episcopados, reunidos na Conferência, pareciam não acreditar mais nas soluções pensadas por capitalistas e marxistas. Sobre os dois sistemas, afirmam:

O sistema liberal capitalista e a tentação do sistema marxista pareceriam esgotar em nosso continente as possibilidades de transformar as estruturas econômicas. Ambos os sistemas atentam contra a dignidade da pessoa humana; um porque tem como pressuposto a primazia do capital, seu poder e sua utilização discriminatória em função do lucro. O outro, embora ideologicamente defenda um humanismo, olha com exclusividade o homem coletivo, e na prática se traduz numa concentração totalitária do poder do Estado.¹⁸⁰

Os religiosos pretendiam denunciar que a América Latina estava “encerrada entre essas duas opções” e continuava dependente dos centros de poder. Assim, faziam um apelo aos empresários, organizações e autoridades políticas para que modificassem radicalmente o funcionamento das empresas, que as integrassem “nas orientações do magistério social da Igreja”.¹⁸¹ Embasavam tais conclusões em “Alguns princípios orientadores de toda a vida econômica-social”, seção 2, nº 68, da *Gaudium et Spes*, que recomendava a participação de proprietários, empresários, dirigentes e operários na gestão ativa das empresas. E, ainda, que os trabalhado-

180 – CELAM. *Conclusões de Medellín*, p. 51.

181 – Idem, p. 51.

res organizassem associações que os representassem, sem riscos de represálias. A greve seria um meio necessário, embora extremo, de reivindicação. O ideal seria manter o diálogo e a negociação.

Além da preocupação com o trabalho dos operários nas indústrias, o capítulo I – Justiça – também versa sobre o setor rural. Reconhecia as diferenças de condições de trabalho nos países da América Latina, mas apontava um aspecto em comum: a necessidade de desenvolvimento das populações camponesas e indígenas, principalmente na urgência de mudanças nas estruturas e políticas agrárias. Para essa tarefa, contava com a organização, em todos os países, da Comissão de Justiça e Paz – sugerida por Paulo VI na encíclica *Populorum Progressio*, assim como determinava suas regras de funcionamento e seus principais objetivos:

Deverá ser integrada por pessoas de alto nível moral, qualificação profissional e de representatividade nos diferentes setores sociais; deverá ser capaz de estabelecer um diálogo eficaz com pessoas e instituições mais diretamente responsáveis pelas decisões relativas ao bem comum; deverá denunciar tudo que possa lesar a justiça e colocar em perigo a paz interna e externa das comunidades nacionais e internacionais; ajudará a buscar os meios concretos para conseguir as soluções adequadas a cada situação.¹⁸²

Entretanto, com a Comissão de Justiça e Paz, os bispos não estavam se eximindo de suas responsabilidades sociais. O documento dava outras diretrizes, como o dever das Conferências Episcopais de formar uma Comissão de Ação ou Pastoral Social. Com seu conhecimento doutrinal – e, numa atitude ecumênica, buscando a colaboração dos leigos, de outras deno-

minações cristãs e instituições não católicas –, essas Comissões deveriam estimular e assumir, em nome da Igreja Católica, as iniciativas na área social.

As conferências episcopais proporcionarão a organização de cursos, encontros etc., como meio de integração dos responsáveis nas atividades sociais, ligadas à pastoral. Além de sacerdotes, religiosos e leigos, poder-se-ia convidar dirigentes que trabalhassem em programas nacionais e internacionais de promoção dentro do país¹⁸³.

Dentre os documentos de Medellín, é importante também ressaltar o capítulo XIV – Pobreza da Igreja. Como vimos anteriormente, no Vaticano II o tema não teve destaque. Apesar de ter sido modesta a participação dos episcopados latino-americanos nas discussões conciliares, o Concílio teve forte impacto na América Latina. Nessa parte do continente, as transformações econômicas e políticas exigiam uma tomada de posição por parte da Igreja.

Em Medellín, a Igreja Católica afirma-se enquanto pobre, missionária e pascal. Acreditava-se que a Igreja, para ser sacramento de salvação, precisava desligar-se do poder temporal e comprometer-se com a pobreza e a libertação de todas as pessoas. Os cristãos deveriam ser solidários com os pobres, identificar seus problemas, suas necessidades e lutas. Porém, não bastava ter sensibilidade para reconhecer a situação de pobreza em que viviam os fiéis. Isso era importante, mas insuficiente. Era preciso levar o Reino de Deus a todos e anunciar o Evangelho aos pobres. A missão da Igreja seria sair do seu universo restrito e ir ao encontro do outro, colocar-se a serviço do pobre e oprimido.

Para cumprir esse compromisso, Igrejas, comunidades cristãs e famílias religiosas buscariam inserir-se

182 – CELAM. *Conclusões de Medellín*, p. 54.

183 – *Idem*, p. 54.

no mundo do pobre para levar-lhe a libertação em Cristo. Quanto ao seu aspecto pascal, a Igreja deveria dar testemunho de vida numa realidade de morte. Pobreza, fome e doença levam o indivíduo a uma morte prematura e injusta. Além da morte física, a falta de dignidade, os preconceitos raciais e culturais, a exploração social e qualquer dimensão de violência levam à morte cultural. Aqui entra o ideal de libertação, tão caro aos cristãos no final dos anos 60 do século passado. Libertar, nesse contexto, significava dar a vida, livrar as pessoas de tudo que as impediam de viver em plenitude.

Diante dos problemas sociais latino-americanos, sobretudo a má distribuição de renda e a miséria, os bispos não podiam esconder as críticas em relação à riqueza da Igreja e deixar o tema fora das discussões. Para ser pobre, missionária e pascal, a instituição teria que rever a sua própria situação na América Latina. As palavras iniciais do documento XIV revelam a insatisfação dos habitantes do continente: “Um surdo clamor brota de milhões de homens, pedindo a seus pastores uma libertação que não lhes advém de parte alguma”.¹⁸⁴

Os bispos frisavam que a Igreja não poderia ser vista com uniformidade, que nem todos os religiosos levavam uma vida de riqueza de bens materiais e ostentação, apesar de reconhecer que algumas paróquias e dioceses estavam localizadas em bairros pobres, porém com conforto, o que levava os fiéis a não se identificarem com seus sacerdotes. Exortava-os a dar testemunho de pobreza, vivendo em moradias sem luxo, usando indumentária mais simples e adaptando seus estilos de vida aos dos cristãos que viviam em áreas rurais ou nas periferias das cidades.¹⁸⁵

Quanto à prática do ecumenismo, o texto de apresentação das conclusões da Conferência de Medellín afir-

ma que, para os católicos, é indispensável “Colaborar com outras confissões cristãs e com todos os homens de boa vontade que estejam numa paz autêntica, firmada na justiça e no amor”. A recomendação lembra o apelo final da encíclica *Populorum Progressio*, escrita por Paulo VI.

Vários capítulos do documento final de Medellín clamam a ação conjunta dos católicos, Igrejas e instituições de outras denominações cristãs e também não cristãs para a promoção do desenvolvimento latino-americano. Esse convite está expresso nas conclusões dos seguintes temas: I – Justiça, II – Paz, III – Família e Demografia, IV – Educação, V – Juventude, VIII – Catequese e IX – Liturgia. Nas conclusões relativas à educação nas escolas e na catequese, presentes nos capítulos IV e VIII, respectivamente, os bispos recomendam que “A escola católica deverá estar aberta ao diálogo ecumênico” e que “Deve-se ressaltar o aspecto totalmente positivo do ensino catequético com seu conteúdo de amor. Assim se fomentará um são ecumenismo, evitando toda polêmica, e criar-se-á um ambiente propício à justiça e à paz”.¹⁸⁶ A catequese deve estar focada na família,

[...] não pode, portanto, limitar-se às dimensões individuais da vida. As comunidades cristãs de base, abertas ao mundo e nele inseridas, têm que ser fruto da evangelização, assim como sinal que confirme com fatos a mensagem da salvação¹⁸⁷.

Quanto às celebrações litúrgicas, realizadas com a participação conjunta de católicos e membros de outras denominações cristãs, o capítulo IX – Liturgia não propõe nenhuma modificação, apenas ratifica o item número 8 do *Unitatis Redintegratio*:

184 – Ibid, p. 145.

185 – Ibid, p. 148.

186 – II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano em Medellín (1968). In: BIZON, José; DARIVA, Noemi; DRUBI, Rodrigo (Org.). *Ecumenismo*, p. 487-488; CELAM. *Conclusões de Medellín*, p. 103.

187 – CELAM. *Conclusões de Medellín*, p. 103.

Fomentem-se as sagradas celebrações da Palavra, conservando sua relação com os sacramentos nos quais ela alcança a sua máxima eficácia, e particularmente com a Eucaristia. Promovam-se as celebrações ecumênicas da Palavra, de acordo com o Decreto sobre o Ecumenismo nº 8 e segundo as normas do Diretório nn. 33-35.¹⁸⁸

Alguns temas abordados no Vaticano II só passaram a fazer parte da prática pastoral latino-americana após a II Conferência. Por isso, alguns estudiosos acreditam que podemos dividir a História da Igreja na América Latina em antes e depois de Medellín. A opção da Igreja pelos pobres e as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que nem mesmo foram citadas durante o Concílio, ganharam impulso e uma teologia própria, a Teologia da Libertação, após 1968.

De acordo com José Marins, o dinamismo e as orientações da II CELAM, além de fixarem o povo como ponto de partida temporal, ajudaram a comunidade eclesial a responder a algumas exigências: a conversão pessoal; as revisões internas nas comunidades; reelaboração da experiência eclesial, estabelecendo metas e ações; e intensificação do trabalho de base com uma metodologia conscientizadora.¹⁸⁹

Na década de 1970, houve um revigoramento de práticas sociais já existentes e também a criação de novos grupos cristãos voltados para o serviço aos pobres e oprimidos. Em 1973, um grupo de bispos brasileiros lançou o documento *Eu ouvi os clamores do meu povo*¹⁹⁰, no qual denunciava a situação de miséria em que viviam os nordestinos e apontavam os principais problemas relacionados à pobreza da região Nordeste: má distribuição de renda, desemprego, péssimas condições de trabalho, moradia, saúde e educação. Assinaram o documento

três arcebispos: dom Hélder Câmara (de Olinda e Recife - PE), dom João José da Mota e Albuquerque (de São Luís - MA) e dom José Maria Pires (de João Pessoa - PB)¹⁹¹. Todos participaram das quatro sessões do Concílio Vaticano II e os dois primeiros estavam entre os bispos que fizeram parte do grupo Igreja dos Pobres.

Desde os anos 60, funcionavam os Centros de Investigação e Ação Social (CIAS), cuja pastoral era comprometida com a promoção dos pobres. Em 1966, foi fundado, no Rio de Janeiro, o Centro João XXIII de Investigação Social e, em 1967, na Bahia, foi criado o Centro de Estudos e Ação Social (CEAS). Além desses, ainda foi fundado o Centro de Documentação e Pesquisa (CEDOPE), em São Leopoldo - RS.

Os CIAS tinham como principal objetivo formar e informar agentes de pastoral e promoção. Para esse fim, ofereciam cursos, cuja duração variava de um dia a três meses, sobre Realidade brasileira e desenvolvimento. O CEAS costumava realizar cursos com enfoque regional, como o curso Nordeste e Desenvolvimento e Mobral da Economia. Tinha como público professores primários, catequistas, membros das CEBs, estudantes, funcionários de escritórios, assistentes sociais, padres, freiras e professores, acolhendo também alunos de outros estados do Nordeste¹⁹².

No que diz respeito ao diálogo ecumênico, certamente o sucesso da II CELAM se deve, em grande parte, à convergência de interesses e preocupações entre setores católicos e protestantes. Como afirma Julio de Santa Ana, da década de 60 em diante, as Igrejas e denominações cristãs passaram “da polêmica para o diálogo”¹⁹³. As críticas, condenações e recusas de pos-

188 – Idem, p. 110.

189 – MARINS, José. *De Medellín a Puebla: a práxis dos padres da América Latina*. São Paulo: Paulinas, 1979, p. 23.

190 – BISPOS e superiores religiosos do Nordeste. *Eu ouvi os clamores do meu povo*. Recife: Salesianos, 2003.

191 – Sobre a atuação dos três arcebispos no Concílio Vaticano II, cf. BEOZZO. Bispos brasileiros na época do Concílio. In: *A Igreja do Brasil no Concílio Vaticano II*, p. 447, 459-450, 474.

192 – Sobre os CIAS, cf. COSTA, Iraneidson Santos. *Que Papo é esse? Intelectuais religiosos e classes exploradas no Brasil (1974-1985)*. Tese de Doutorado em História – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia – UFBa, 2007, p. 3; 28-47.

193 – SANTA ANA, Julio H. de. *Ecumenismo e Libertação*. Petrópolis: Vozes, 1987, p. 277.

sibilidade de dialogar sobre as diferenças, tão presentes entre membros da Igreja Católica e outras denominações cristãs, abordadas no início deste texto, aos poucos perdem força. Os dois grupos passavam por transformações e evoluções significativas.

Na primeira metade do século XX, parte dos protestantes nascidos nos países da América Latina começou a distanciar-se dos ideais norte-americanos. Ser um bom evangélico não significava mais seguir as orientações políticas dos Estados Unidos e ser intransigente para com o socialismo. Considerava-se necessário, à luz do Evangelho, ajudar os irmãos pobres e oprimidos a alcançarem a libertação, atitudes muitas vezes consideradas subversivas. Assim, este protestantismo vai perdendo o seu caráter burguês e aproximando-se cada vez mais dos setores populares.

Por sua vez, parte dos católicos não enxergava mais os protestantes apenas como desertores e concorrentes do catolicismo. Houve a compreensão de que eram imensos os desafios para enfrentar a pobreza e a opressão, portanto, começaram a aceitar as contribuições advindas de todos aqueles – católicos ou não – que estivessem empenhados na promoção da vida humana. Portanto, as igrejas convergiram em função de temas e ações comuns, como na defesa dos direitos humanos, no combate à pobreza, na denúncia de atos de violência e tortura, em favor da democracia, na luta pela reforma agrária, no serviço de apoio aos imigrantes, na proteção dos refugiados, na acolhida e assistência na volta dos exílios. Assim, a *opção preferencial pelos pobres* foi um movimento que transcendeu os limites das instituições eclesiais, fazendo parte dos anseios e lutas em praticamente todas as sociedades latino-americanas.

No Brasil, os desdobramentos de Medellín reforçam a formação e atuação de comunidades de base e organismos efetivamente ecumênicos. Enquanto na dé-

cada de 50 e até meados dos anos 60, encontramos projetos de apoio e financiamento às comunidades carentes e de imigração – Apodi, Gurupi, Serviço de Integração do Migrante (SIM) e Serra Negra –, executados pela CEB (ou seja, experiências de cunho interdenominacional protestante), a partir de 1968, são dados passos importantes em direção ao ecumenismo. Passou a funcionar a cooperação entre católicos e evangélicos no campo bíblico, mas, sobretudo, na promoção do bem comum.

Nesse aspecto, a Teologia da Libertação teve um papel fundamental. Pelo fato de não ser confessional, permitiu o encontro, esforço e trabalho conjunto de religiosos e leigos católicos, protestantes e até mesmo não cristãos, em prol do desenvolvimento de programas e projetos sociais¹⁹⁴. Os protestantes progressistas, cuja última ação significativa de discussão e busca de soluções para os problemas sociais brasileiros havia sido a Conferência do Nordeste, em 1962, estavam impedidos de continuar seus trabalhos de conscientização política e sindicalização de operários e trabalhadores do campo, após o golpe militar de 1964. Entre os teólogos da libertação, encontraram convergência de temas, objetivos e ações de defesa dos pobres e oprimidos.

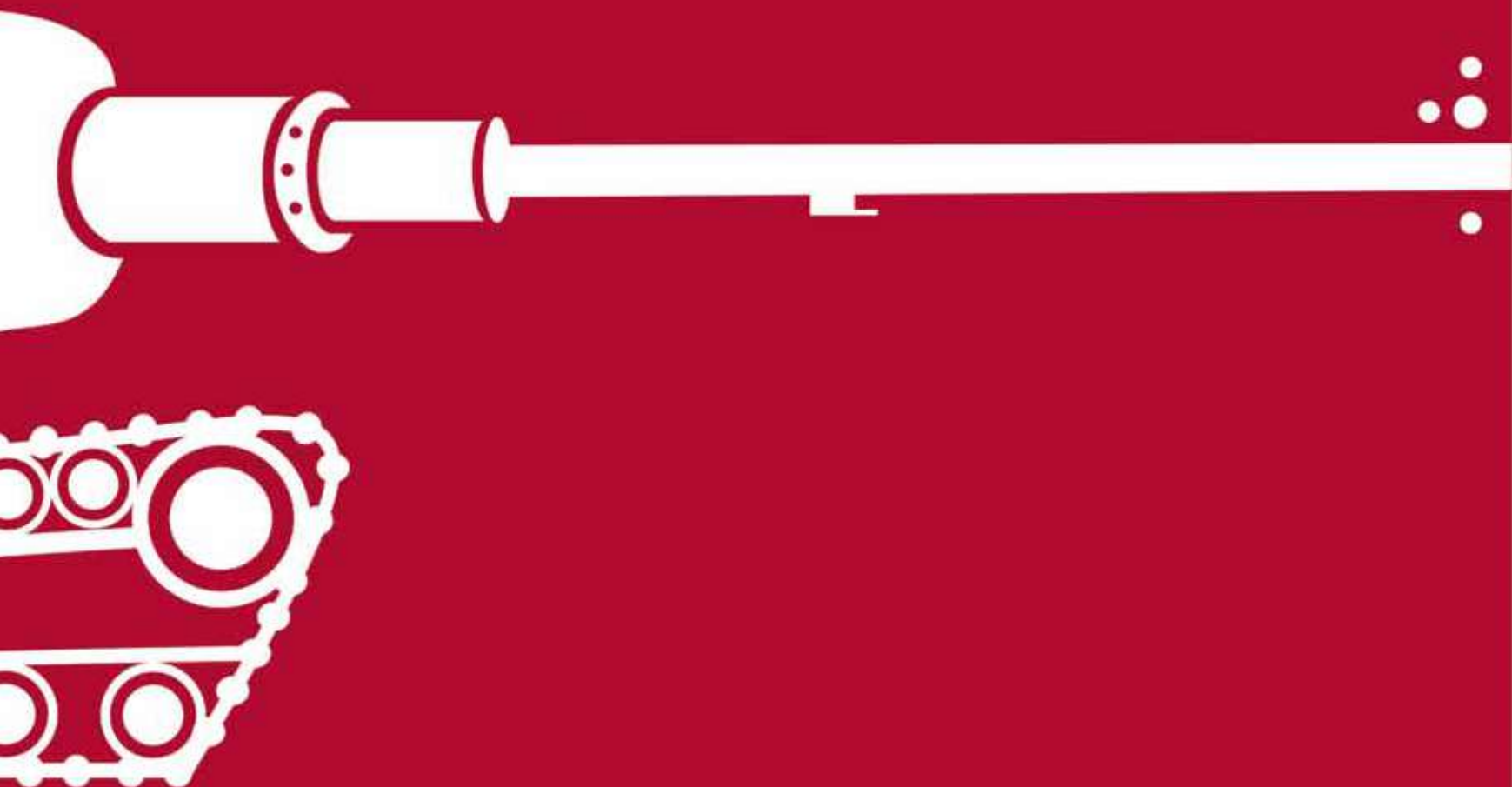
É claro que estamos nos referindo a uma pequena parcela de católicos e protestantes. Foram muitas as tensões, os conflitos e as represálias que tiveram que enfrentar dentro das suas Igrejas e denominações para participarem de ações ecumênicas. Porém, foi dessas experiências – nem sempre positivas – e do enfrentamento dessas questões, que foi fundada a CESE, em 1973, tendo como objetivo principal promover, apoiar e coordenar “projetos destinados à promoção da vida integral do homem na sociedade, nos moldes da fé cristã”¹⁹⁵.

194 – SANTA ANA, Julio de. A quem pertence a teologia da libertação? *Tempo e Presença*. São Paulo: CEDI, n° 209, p. 22-24, 1986.

195 – CESE – *Estatuto*, capítulo 1, art. 4°.

■ Parte I

Capítulo 4



O contexto político-econômico
brasileiro (1964 a 1985)



Edilece Couto
Elizete Silva
Muniz Ferreira

A DERRUBADA do governo de João Goulart pelo golpe civil-militar de 1964 criou as condições necessárias para o ingresso da economia e da sociedade brasileiras em uma nova fase de sua trajetória econômico-social. Removidos os obstáculos antes representados pelas mobilizações populares nas cidades e nos campos e pela atuação dos partidos e correntes políticas comprometidos com as demandas sociais, tratou o novo governo de adotar medidas adequadas ao desencadeamento de um novo ciclo de industrialização e reprodução ampliada do capital, conhecida como modernização conservadora. Como observou o economista norte-americano Leo Hollerman:

Quando os generais se apropriaram do governo em 1964, seguiram o manual de prescrições para o desenvolvimento econômico: promoção das exportações, com ênfase nos novos produtos industriais; captação do investimento direto estrangeiro para suplementar a poupança interna, controle da inflação e acumulação de capital através da restrição dos salários e de políticas tarifárias. Estas políticas foram implementadas de forma a reforçar o dualismo. Após chegarem ao poder, os militares instituíram uma reforma tarifária que forneceu ao governo uma enorme massa de novas rendas, mas a “reforma” foi imposta com a finalidade de expropriar os salários em benefício do setor estatal. Sob o governo do presidente Emílio Médici e seu ministro da fazenda Delfim Neto, o “milagre econômico” (1968-1973) foi também um exercício em matéria de repressão física, social e política que negava tanto o direito à palavra quanto os frutos do progresso ao setor atrasado da economia dualista do Brasil. De acordo com Celso Furtado, o chamado *milagre brasileiro* foi baseado no gigantismo e na pa-

ranoia, tendo arruinado a economia brasileira. Com efeito, o crescimento foi alcançado sem que houvesse desenvolvimento.¹⁹⁶

A citação sintetiza com propriedade as características definidoras do que ficaria conhecido como o “modelo econômico brasileiro”, a saber, intensificação da produtividade da economia do País sem a incorporação das grandes massas populares aos benefícios do crescimento daí decorrente; expansão do parque industrial brasileiro sem a resolução do problema da terra ou a supressão das agudas desigualdades regionais. Em outras palavras, sob a batuta dos militares, aprofundaram-se os processos de dominação e exploração do capital sobre os trabalhadores urbanos e da grande propriedade sobre os trabalhadores do campo sem que os últimos pudessem contar com a possibilidade de protegerem-se através da ação parlamentar de seus representantes ou o encaminhamento de suas lutas reivindicatórias. Tal realidade atualizava a necessidade da existência de organismos de ação social fora do âmbito governamental ou parlamentar, capazes de atuar visando à minimização das implicações da nova fase de desenvolvimento capitalista recém-inaugurada no Brasil.

A política econômica dos primeiros governos militares (1964-1974)

Em 1965, o governo do marechal Castelo Branco anunciou o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), concebido e executado sob a supervisão direta das principais autoridades econômicas de então: os ministros da Fazenda e do Planejamento, Roberto Campos e Otávio Gouveia de Bulhões. Por meio desse plano foi implantada uma orientação econômica com a qual se produziu a contenção da demanda e realizou-se uma reforma monetária e financeira de grande

196 – Cf. HOLLERMAN, Leo. *Japanese Strategy in Brazil*. Lexington Books, Massachusetts – Toronto, 1988, pp.46-47.

impacto. Criou-se o mecanismo da correção monetária e foram tomadas providências visando à modificação do perfil da dívida externa brasileira com base na emissão de títulos públicos. Ao mesmo tempo, foi instituída uma rígida política salarial, com a decretação do fim da estabilidade no emprego e a criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), sendo também reformulada a política previdenciária, com a criação do INPS.

Tais medidas, combinadas no terreno político com o acirramento do controle e da repressão sobre as entidades sindicais, viabilizaram o processo de achatamento da massa salarial e neutralização do movimento sindical que foram oferecidos como vantagens comparativas aos grandes investidores nacionais e estrangeiros. Esse programa de aceleração do crescimento econômico beneficiou-se ainda da existência de uma grande capacidade industrial ociosa e uma enorme reserva de força de trabalho não utilizada e de baixa remuneração. Valeu-se, também, de uma conjuntura internacional favorável, o que possibilitou a captação de volumes consideráveis de recursos externos e garantiu a existência de mercados consumidores para o escoamento das exportações brasileiras. O resultado produzido não poderia ser outro: entre o final dos anos 60 e o início dos anos 70, taxas de crescimento econômico da ordem de 9% ao ano. Era o então chamado “milagre brasileiro”.

Mas a miragem do “milagre brasileiro”, conquanto tenha inebriado significativos setores das camadas médias urbanas, que emprestaram legitimidade ao regime e sufragaram o partido do governo, não teve a capacidade de desorientar os setores mais engajados do campo ecumênico brasileiro. Iniciativas como a constituição do Centro Ecumênico de Informação (CEI/CEDI), a publicação da revista *Paz e Terra*, e a realização da reunião de consulta sobre Ajuda Interecle-

siástica, em agosto de 1972, revelavam a falta de fé dos ecumênicos brasileiros em relação às promessas “desenvolvimentistas” do governo militar.

Essa apreciação poderá ser mais bem ilustrada se nos remetermos ao tratamento até então concedido ao problema inflacionário, pelos governos militares. Aceitava-se tacitamente a ideia de que seria necessário conviver com níveis toleráveis de inflação durante um período mais ou menos longo, admitindo-se a inevitabilidade do crescimento econômico com uma inflação que deveria ser controlada, mas não necessariamente eliminada. Desenvolveram-se mecanismos como as correções monetária e cambial, cuja finalidade era viabilizar a coexistência da inflação com o crescimento da economia, neutralizando os aspectos mais perniciosos do processo inflacionário sobre a atividade econômica.

Esses mecanismos começaram a demonstrar suas limitações justamente a partir do ano de 1973. Verificou-se o desestímulo à poupança, o crescimento da especulação, a formação de estoques, a instabilidade e a incerteza que, entre outros fatores, propiciaram um ambiente pouco favorável à ampliação das inversões nas atividades produtivas. Porém, embora a economia brasileira registrasse, em 1973, uma taxa de crescimento da ordem de 11,4% (sendo 16% de incremento no setor industrial e 4,2% no setor agropecuário), alguns indicadores econômicos apontavam para a manifestação de sintomas de crise. O primeiro desses sintomas foi o recrudescimento dos índices da inflação. Os números oficiais registraram a marca de 13,7%, no então estado da Guanabara, ao passo que em outros estados os índices obtidos ultrapassaram algumas vezes a marca de 20%, indicando o sentido progressivo da taxa inflacionária.

A emergência de tais sintomas de crise mantém clara relação com as condições presentes na conjuntura internacional de então. Essa conjuntura caracterizava-se

pela alta internacional dos preços do petróleo e por uma crise monetária que se seguiu ao fim do sistema de conversibilidade dólar-ouro, ocasionando um aumento nos preços das matérias-primas e uma crise de liquidez nas principais economias ocidentais. No ano de 1971, o governo norte-americano, confrontado com o aparecimento de déficits em sua conta orçamentária e em sua balança comercial, decidiu unilateralmente retirar-se do acordo monetário firmado na Conferência Econômica Internacional de Bretton Woods (1944), que estabeleceu o sistema de conversibilidade dólar-ouro.

Entretanto, o ano de 1972 ainda assinalou um índice bastante elevado de crescimento econômico nas principais economias industrializadas do mundo, o que ensejou um aumento na demanda de matérias-primas para as indústrias daqueles países. Contudo, o fim da conversibilidade dólar-ouro conduziu a que grandes grupos econômicos internacionais optassem por estocar matérias-primas ao invés de convertê-las em papel moeda. Esses fenômenos combinados impulsionaram para cima a cotação do ouro e os preços das matérias-primas.

Já a primeira crise internacional dos preços do petróleo foi iniciada imediatamente após o desfecho da guerra travada entre Israel e alguns estados árabes, no mês de outubro de 1973. Anos antes da guerra, a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) havia estabelecido um acordo entre seus países-membros, através do qual se previa um aumento de 50% nos preços do petróleo ao longo de um período de cinco anos. Todavia, a derrota militar, seguida da ocupação dos territórios de alguns dos estados-membros por forças militares israelenses, desencadeou um aumento de 500% no preço do petróleo nas transações internacionais. O aumento do preço do petróleo e das matérias-primas repercutiu rapida-

mente na economia brasileira, desequilibrando a balança comercial do País.

Por outro lado, e como consequência do ciclo de crescimento econômico vivido pelas principais economias ocidentais naquele período, verificou-se a existência de um “excesso” de liquidez internacional favorecendo a realização de empréstimos e financiamentos a países em desenvolvimento, como o Brasil. Uma vez mais, o que se assistiu no ciclo autoritário foi a confirmação da concentração da renda com a criação de um segmento significativo das camadas médias urbanas (dotado de elevado poder aquisitivo e interessado no acesso a bens de consumo duráveis) em detrimento de maior acesso de bens populares para as classes ditas subalternas.

O governo Geisel e as redefinições na política econômica brasileira

Diante das condições dominantes na economia brasileira, o general Ernesto Geisel, imediatamente após a sua posse, iniciou a execução do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), cuja ênfase recaía sobre a necessidade de expansão da indústria de bens de produção (máquinas, equipamentos pesados, aço, cobre, fertilizantes, energia elétrica etc.), com a finalidade de consolidar a infraestrutura econômica brasileira e reduzir a dependência da importação de insumos, equipamentos e matérias-primas.

A partir da constatação do esgotamento da capacidade de absorção de alguns ramos industriais e da escassez de certas matérias-primas e insumos básicos como aço, fios de cobre, produtos petroquímicos e pneus, o governo previu a reorientação dos recursos de modo a privilegiar o desenvolvimento das indústrias básicas, além de propor uma diminuição nos ritmos de crescimento industrial (então situados no nível de 15% ao ano) para o patamar anual de 12%. Ao acentuar a

necessidade de realização de grandes obras de infraestrutura e a implementação de grandes projetos nos setores de mineração, energia e transportes, o governo Geisel apontava no sentido da reedição do processo de substituição de importações.¹⁹⁷

Esse novo “plano de desenvolvimento”, além de procurar aprofundar aspectos da orientação econômica delineada durante o governo de Médici, buscava ainda um reforço da presença estatal na economia, através da realização das custosas obras de infraestrutura já mencionadas. Esse reforço da presença estatal na economia operaria no sentido de redimensionar as relações do Estado com os grupos privados nacionais e, sobretudo, com o grande capital internacional.

A busca de fontes energéticas alternativas ao petróleo importado, cuja elevação dos preços no mercado internacional desequilibrara a balança comercial brasileira, estimulava a adoção de medidas governamentais de grande repercussão, como a criação do Programa Nacional do Alcool (Pró-Alcool), a autorização para a assinatura dos “contratos de risco” entre a Petrobras e companhias estrangeiras para a prospecção do petróleo em território brasileiro e o desenvolvimento do programa nuclear brasileiro.

Desde a sua gênese, esse programa tinha sido objeto de fortes críticas por parte dos círculos oposicionistas. Em primeiro lugar, em razão de suas implicações ecológicamente nocivas, na medida em que propiciava um aumento sem precedentes nas descargas de vinhoto sobre os leitos de alguns dos principais rios do País, comprometendo a sobrevivência dos mesmos. Em segundo lugar, em função de seu conteúdo socialmente retrógrado, já que impulsionava a concentração da propriedade da terra e reforçava o poder econômico e político dos grandes usineiros, sobretudo na região

nordestina¹⁹⁸. Não obstante, esse programa logrou, em seus primeiros anos de existência, atingir a maior parte dos objetivos estabelecidos quando de sua concepção, tendo-se obtido a aprovação, quatro anos após o início de seu funcionamento, de 243 projetos de construção de destilarias anexas e autônomas¹⁹⁹.

Cabe observar, no entanto, que, do ponto de vista de implementação prática, o Pró-Alcool careceu de uma planificação mais sistemática e eficiente. Na verdade, as medidas de planejamento realizadas a respeito do mesmo limitaram-se à concessão de determinados incentivos fiscais aos plantadores de cana, o que estimulou a valorização das grandes propriedades rurais adstritas à lavoura canavieira, ensejando o aprofundamento do processo de concentração da propriedade rural no interior do Brasil e animando a substituição de culturas agrícolas de subsistência por plantações de cana de açúcar.

Os mesmos propósitos inspiraram a decisão governamental, de outubro de 1975, que concedeu às companhias estrangeiras o direito de proceder à prospecção e à exploração do petróleo em território nacional, através da assinatura com a Petrobras dos chamados “contratos de risco”. Essa política suscitou acusações, por parte de círculos oposicionistas, de que ela representava o fim do monopólio estatal do petróleo e a desnacionalização da indústria petrolífera brasileira.

Além disso, destacou-se também o desestímulo representado pelos “contratos de risco” em relação ao desenvolvimento da tecnologia nacional e as possibilidades de açambarcamento das reservas de petróleo, disponíveis em nosso País, pelos grupos internacionais envolvidos nas atividades de prospecção e exploração do petróleo em território brasileiro²⁰⁰.

198 – Idem, *ibidem*.

199 – Idem, *ibidem*.

200 – OLIVEIRA, Adilson de. “Contratos de risco: o fim do monopólio estatal do petróleo”. In: *Encontros com a Civilização Brasileira*, No. 25, Julho de 1980, pp. 49-62.

197 – Cf. HOLLERMAN, Leo. Op. Cit; p. 51.

A evolução da crise econômica brasileira e as alternativas do último governo militar

A economia brasileira continuaria a sentir os abalos provocados na economia mundial, ao longo dos anos 80. Assim como outros países da América Latina e do Terceiro Mundo, o País também padeceu com o corte de novos créditos e financiamentos, elevação das taxas de juros, queda do valor das exportações e aumento no valor das importações. Tais fatores, por sua vez, produziram violentos efeitos recessivos, como a redução dos índices de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), a diminuição das taxas de investimento, o incremento da dívida externa, a deflagração da espiral inflacionária e a estagnação industrial.

Analisando em perspectiva histórica, podemos considerar que a primeira crise internacional do petróleo (1973) foi compreendida pelas autoridades econômicas brasileiras como um abalo de implicações duradouras, que demandariam a reversão das prioridades de investimento interno para o setor de bens de produção, em lugar do setor de bens de consumo duráveis, como até então se verificara.

Contudo, o “gigantismo” da estratégia adotada seria posto em cheque, quando, na sequência da segunda crise internacional do petróleo (1978), verificou-se a retração dos créditos internacionais, elevaram-se as taxas de juros, simultaneamente ao aprofundamento da deterioração dos termos de troca dos artigos primários exportados pelo País (com o consequente desequilíbrio da balança comercial). O Estado brasileiro viu-se, então, destituído dos recursos necessários à continuação de sua política de vultosos investimentos no setor de infraestrutura, deflagrando, assim, uma crise de redução das taxas de crescimento econômico, limitação das ofertas de emprego e estagnação.

A adoção da política de austeridade econômica a partir de 1980, que previa, entre outras coisas, uma diminuição substancial nos gastos públicos, provocou a retração dos investimentos estatais, favorecendo o desenvolvimento das tendências estagnadoras. Por outro lado, a ausência de uma poupança interna capaz de financiar aqueles projetos (decorrência lógica da política de concentração da riqueza e má distribuição de renda) agravou a situação, conduzindo a economia brasileira para um impasse sem fim.

Esse quadro recessivo adquiriria contornos mais definidos no ano de 1981. Na ocasião, diante da ausência de recursos para o pagamento dos juros da dívida externa, o governo adotou a decisão de “ajustar” o setor externo da economia brasileira, ou seja, estimular a obtenção de saldos comerciais amplamente favoráveis que restabelecessem a confiança dos credores na capacidade de pagamentos do País e, com isso, ensejasse a concessão de novos empréstimos. Contudo, tal política só poderia ser levada a cabo de forma satisfatória através de uma compressão extraordinária das importações, uma vez que se verificara uma depreciação do valor das exportações de artigos primários brasileiros. Isso, na prática, significava a contenção do crescimento econômico brasileiro.

Nessa conjuntura, um dos fatores de estímulo à obtenção de novos financiamentos no exterior foi a política de elevação drástica dos juros internos e o estabelecimento de limites para a concessão de novos créditos, gerando o fenômeno da chamada “ciranda financeira”.

O crescimento da especulação daí resultante, ao atrair para o mercado financeiro os capitais disponíveis e encarecer o crédito, ativou ainda mais as tendências recessivas já existentes, provocando um decréscimo na produção industrial na ordem de 10%. Um grande número de empresas foi atingido por essa política,

vendo-se na contingência de reduzir pessoal e limitar gastos, ampliando o desemprego e a recessão.

Após um declínio na taxa de incremento do Produto Interno Bruto entre os anos de 1980 e 1981, verificou-se, no ano seguinte, a contenção dos níveis de declínio do PIB e um esboço de estabilização, diretamente relacionados ao afrouxamento de algumas medidas de controle governamental à ampliação de alguns elementos do gasto público, possivelmente propiciados pelo fato de ser aquele um ano eleitoral. Porém, já no ano de 1983, presencia-se um recrudescimento das tendências recessivas, expressas por uma nova queda no índice de crescimento do PIB (cerca de 3%) e da renda per capita. Além disso, registra-se uma taxa anual de inflação da ordem de 154,5% e um aumento da desocupação, estimada então em cerca de 8 milhões de desempregados em todo o País, para uma população de cerca de 110 milhões de habitantes.

A configuração de um cenário de crise na economia mundial e suas implicações na economia brasileira contribuiu para acentuar ainda mais as já precárias condições de existência da grande maioria da população do País. Tal assertiva, válida para o conjunto dos setores populares na totalidade do território brasileiro, adquiria a vigência ainda maior nas áreas econômica e socialmente mais “atrasadas”, sequer tangenciadas, anteriormente, pelo chamado milagre brasileiro. Tal era o caso de várias zonas interioranas do Nordeste brasileiro, nas quais, a partir do final dos anos 1970, ao quadro secular de estagnação somou-se a ocorrência periódica de secas e evidenciou-se a omissão das autoridades governamentais para com as carências das populações atingidas.

Entretanto, ainda no final de 1983, ocorreria uma tímida retomada do crescimento econômico com um reajuste em setores da economia, permitindo aos mesmos certa margem de recomposição no

período. Além disso, há que se acrescentar a contribuição aportada pela política de contenção violenta dos salários, patrocinada pelo governo federal mediante decretos-leis, os quais, inspirados por uma visão monetarista do processo, preconizavam o controle da espiral inflacionária através da compressão da massa salarial.

Não obstante a atenuação dos fatores de crise nos anos de 1984 e 1985, a superação da recessão econômica e o ingresso em um ciclo de crescimento prolongado e estável demandavam o equacionamento de uma série de fatores de estrangulamento, então presentes na economia brasileira. Entre estes fatores contavam-se: o endividamento externo e interno, a inflação, a ausência de uma política efetiva de modernização industrial e a indefinição crescente acerca do papel a ser desempenhado pelo Estado no processo.

No que se refere à dívida externa, verificou-se uma progressão sistemática no valor da mesma ao longo do período 1978 - 1985, tendo oscilado de um montante total de 45.069 bilhões de dólares no primeiro ano para 103.582 bilhões no último. Nesse mesmo período, o pagamento anual de juros e serviços da dívida evoluiu de 3.344 bilhões para um total de 11.239²⁰¹. Entre 1978 e 1985, o Brasil transferiu para o exterior, a título de pagamento de juros da dívida externa, a quantia de US\$ 72.000.006.000, quantia superior ao total da dívida em 1981, que era de US\$ 45.069.000.000.

Essa progressão sistemática do endividamento, resultante de um aumento das taxas de juros em mais de 100% e a consequente elevação do valor do serviço da mesma, impôs à economia brasileira um ônus de especial magnitude, fazendo do País um exportador

201 – Dados do Banco Central, apud COSTA, Edmilson, “Plano Verão: consistência, contradições e perdas salariais”, in Revista Novos Rumos, Ano 4, No. 14, 1988, pp. 125-148.

líquido de capitais para as economias mais avançadas. Tal fator, conjugado à redução da capacidade do Estado brasileiro em arcar com os novos investimentos necessários à retomada do crescimento econômico, instituíram um sério componente de estrangulamento da economia do País.

A combinação da contração dos ritmos do crescimento econômico (de resto, sempre concentrador e excludente) e o aumento vertiginoso dos índices de inflação propiciaram um cenário econômico e social que minavam as bases do consenso político criado em torno do chamado “milagre brasileiro”. Inversamente, as dificuldades apresentadas ao processo de reprodução ampliada do capital para segmentos mais amplos do empresariado e das classes dirigentes brasileiras passaram a alimentar uma atmosfera de dissenso e insatisfação. A corrosão do consenso colocava em cheque, em primeiro lugar, os aspectos mais autocráticos e arbitrários do regime militar, criando constrangimentos ao pleno desempenho de seu aparato de coerção às forças oposicionistas e às então incipientes mobilizações populares.

A persistência e o aprofundamento desse cenário no último ano do governo de Geisel – e ao longo de todo o governo do general Figueiredo – teve como corolário o surgimento de um espaço, criado involuntariamente pelas forças políticas e sociais em crise, que seria dinamicamente aproveitado pela oposição e os movimentos sociais. Do ativismo oposicionista e das mobilizações sociais daí decorrentes teríamos, como se sabe, a abertura forçada da via histórica que conduziria à superação do regime. Mesmo no auge do entusiasmo dos expoentes do regime e seus consortes para com o crescimento econômico do País, setores representativos do mundo religioso brasileiro já marcavam suas posições em face das mazelas sociais daquele processo.

“Eu ouvi os clamores do meu povo”

A consciência religiosa acerca do caráter excludente do modelo de desenvolvimento econômico até então seguido e sua sensibilidade especial para a exploração e o abandono experimentados pelas massas populares do Nordeste brasileiro já fora manifestada em declaração assinada pelos bispos da região, em 6 de maio 1973. O documento, *Eu ouvi os clamores do meu povo*²⁰², assinado por 18 autoridades religiosas de seis estados do Nordeste brasileiro (Pernambuco, Maranhão, Ceará, Paraíba, Sergipe e Bahia), enquanto as cadeias estavam cheias de presos políticos e a CESE estava sendo gestada, empreendia uma crítica contundente do “modelo brasileiro de desenvolvimento econômico”. Assumindo-se como um documento profético, a declaração se propunha a denunciar “o sofrimento de nossa gente, humilhada e oprimida há tantos séculos em nosso País”²⁰³, fazendo também uma autocrítica “das nossas frequentes omissões e desacertos, ao longo da história da nossa Igreja no Brasil”.²⁰⁴ Era, portanto, como “servidores, ministros da libertação” que tomavam posição em face da realidade econômica e social do Nordeste brasileiro.

No tópico denominado “A Realidade do Homem Brasileiro”, o documento abordava a pobreza nordestina com base na participação dos estados dessa parte do País na composição da renda nacional. Citando dados da SUDENE, os bispos nordestinos referiam-se ao baixo nível da renda per capita nordestina – “um pouco acima

202 – Eu ouvi os clamores de meu povo (Êxodo, III, 7). Documento de Bispos e Superiores Religiosos do Nordeste. Salvador, Editora Beneditina Ltda, 1973. O documento era assinado pelos seguintes líderes eclesiais: Dom Hélder Câmara, Arcebispo de Olinda e Recife (PE); Dom José Lamartine Soares, Bispo Titular de Fussala e Auxiliar de Olinda e Recife (PE); Dom Severino Mariano de Aguiar, Bispo de Pesqueira (PE); Dom Francisco Austregésilo Mesquita, Bispo de Afogados da Ingazeira (PE); Frei Walfrido Mohn O.F.M., Provincial dos jesuítas do Norte, Recife (PE); Pe Hindenburgo Santana S.J., Provincial dos Redentoristas de Recife (PE); Dom João José da Motta e Albuquerque, Arcebispo de São Luís (MA); Dom Manoel Edmilson da Cruz, Bispo Titular de Vico de César e Auxiliar de São Luís (MA); Dom Rino Carlesi F.S.C.J., Bispo Titular de África e Prelado de S. Antônio de Balsas (MA); Frei Pascácio Rettler O. F. M., Bispo de Bacabal (MA); Dom Francisco Hélio Campos, Bispo de Viana (MA); Dom Antonio Batista Fragoso, Bispo de Crateús (CE); Dom José Maria Pires, Arcebispo de João Pessoa (PB); Dom Manoel Pereira da Costa, Bispo de Campina Grande (PB); Dom José Brandão de Castro, Bispo de Própria (SE); Dom Timóteo Amoroso Anastácio, O. S. B., Abade do Mosteiro de São Bento da Bahia e Pe. Tarcísio Botturi S. J., Vice Provincial dos Jesuítas da Bahia.

203 – Idem, p. 1.

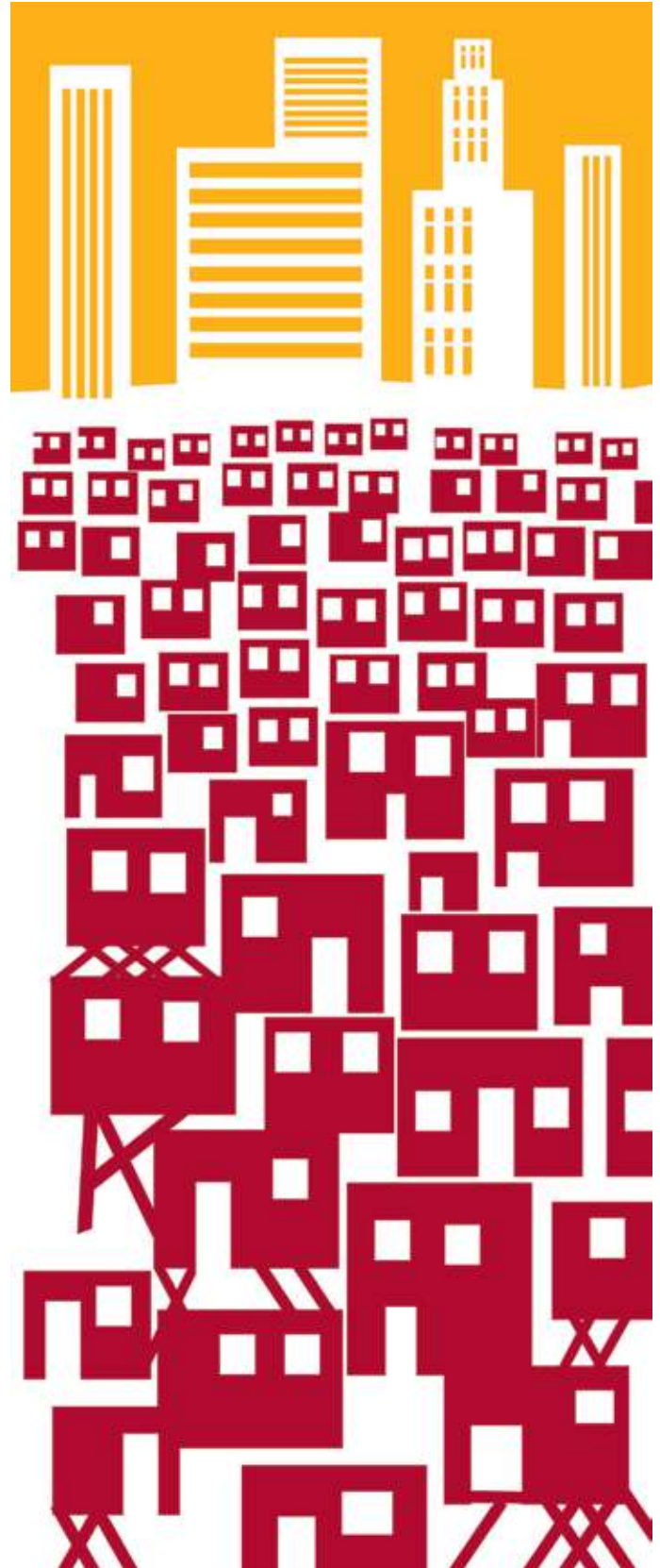
204 – Idem, ibidem.

de 200 dólares, ou seja, cerca de metade da renda per capita do Brasil e apenas um terço de um paulista²⁰⁵.

Em sua verve profética, o documento denunciava os altos índices de desemprego na região ("23% das pessoas em idade de trabalhar"), a fome e a desnutrição, que, segundo os religiosos assumiam "características epidemiológicas", incidindo sobre os quocientes de inteligência humana (QI), que em certas zonas da região recuavam aos níveis de 72,4 e 73,3, "o limite da debilidade mental. Um ponto abaixo estão os débeis mentais francos, o último degrau da imbecilidade humana (sic)".²⁰⁶

No item referente à habitação, a declaração denunciava a desproporção entre o crescimento demográfico e o do número de moradias, estimando, com base também em dados da SUDENE, o déficit habitacional nordestino de então em 2,3 milhões de unidades. Porém, além da quantidade insatisfatória, a qualidade das habitações existentes encontrava-se longe de atender às carências das populações nordestinas. Segundo os dados do IBGE, apresentados no documento, 76% das casas não dispunham de água encanada, 73% não contavam com instalações sanitárias, 75% não recebiam energia elétrica e apenas 50% eram construídas de materiais duráveis²⁰⁷.

No quesito educação, os dados não eram mais favoráveis. Para além do índice de 60% de analfabetos, a rede de ensino primário só atendia pouco mais de metade da população em idade escolar. Dentre esses, mais de 50% cursavam a primeira série, sendo o índice médio de evasão escolar estimado em 30% no primeiro ano primário e 78% no segundo. O número de professores leigos variava de 50% a 75% do pessoal docente, de acordo com os estados. A participa-



205 – Idem, p. 4.

206 – Idem, pp 5-6. Esta última citação foi reproduzida no documento a partir de matéria publicada no jornal "Opinião", N. 10, 1973.

207 – Idem, p.6.

ção nordestina no percentual de matrículas no ensino secundário brasileiro manteve-se inalterada em 17%, entre os anos de 1961 e 1970. Já no que concerne ao ensino superior, houve uma involução nesse período, de 16%, em 1961, para 14%, em 1970.

Os indicadores sanitários mencionados na declaração reafirmavam a tendência apresentada nos dados anteriores. A esquistossomose, na faixa litorânea que se estende do litoral potiguar ao recôncavo baiano incidia sobre 90% da população; a doença de Chagas vitimava 500 mil pessoas e irradiava-se num universo de 12 milhões; a tuberculose provocava uma taxa de mortalidade de 80 por 100 mil pessoas e a mortalidade infantil provocava a morte de 180 por cada mil nascidos vivos.

O documento dos bispos não se limitava a apontar os dados da difícil situação econômica e social do Nordeste, mas procurava também uma explicação para os mesmos. Essa explicação era buscada na história econômica e social da região e não em fatores sobrenaturais ou metafísicos: após o declínio da produção açucareira e a transferência do centro dinâmico da economia brasileira para o Sudeste do País, o Nordeste teria conhecido uma “evolução própria”, cuja característica determinante haveria sido a constituição de um complexo baseado, por um lado, na economia de exportação e, por outro, nas atividades de subsistência.

Ao evoluir com autonomia em face do desenvolvimento brasileiro, a economia nordestina preservou com mais fidelidade as relações de produção da economia colonial, fundadas na estrutura de propriedade fundiária. O latifúndio, em cujas fronteiras se dava a exploração da quase totalidade da força de trabalho, continuou sendo a base do poder econômico e político²⁰⁸

208 – Idem, p. 9.

A partir do final do século XIX, a região passou a ser atingida por secas, suscitando o desenvolvimento de uma *indústria da seca*, logo capitalizada pelos chefes locais e pelo latifúndio. Como resultado da crescente debilidade econômica da região e do enfoque assistencialista adotado pelo governo central, viabilizou-se o fortalecimento de um sistema de relações políticas e sociais marcado pelo mandonismo e o clientelismo dos chefes locais e pela apropriação dos recursos federais por uma minoria de privilegiados, em detrimento das grandes massas populares nordestinas, configurando-se, assim, um cenário de estagnação econômica, profunda desigualdade social e aguda concentração do poder político.

Mas, os religiosos nordestinos não se furtavam em apontar também a responsabilidade da igreja para com as mazelas anteriormente mencionadas. Fiéis ao espírito da conferência de Medellín, os bispos reviam autocriticamente a trajetória de apoio da instituição ao estabelecimento e preservação das estruturas econômicas e sociais existentes no Nordeste, acenando para uma nova “opção preferencial pelos pobres”.

“A Igreja, por sua vez, não raro, vem se ombrando com os detentores da dominação cultural, social, política. Muitas vezes ela se tem identificado mais com os dominadores do que com os dominados. Sua configuração piramidal fazia com que seus ministros falassem do alto dos púlpitos para um povo que os escutava passivamente. A Igreja dentro da cultura dominante, tornou-se, então, assistencialista, atrasando, conseqüentemente, por vezes, a marcha do Povo para se libertar”²⁰⁹

Os programas de desenvolvimento regional esboçados pelo governo federal também foram criticados

209 – Idem, p. 10.

na declaração dos pastores nordestinos. A própria SUDENE – cuja pertinência dos propósitos, quando de sua criação, é reconhecida no documento – tem sua ação avaliada negativamente, em razão do esvaziamento de sua função planejadora e da diminuição crescente de seus recursos orçamentários. A política de reforma agrária apregoada pelo governo era estigmatizada por sua inocuidade. O programa gerado pelo governo militar para fins de distribuição da propriedade fundiária (PROTERRA), teve sua atuação avaliada nos seguintes termos: “Não há sinal de que os mecanismos de desapropriação e de aquisição de terra, mediante financiamento, constantes do PROTERRA, farão surgir no Nordeste uma estrutura de propriedade fundiária diferente da que hoje se conhece.”²¹⁰

No documento, o chamado milagre brasileiro era violentamente estigmatizado: “O ‘milagre brasileiro’, despedido, de um lado, da crença popular, da devoção e da esperança, resulta de outro lado no favorecimento dos não necessitados, implicando num castigo aos que foram sacrificados, maldição para aqueles que não pediram.”²¹¹ E o caráter ditatorial e alienante do regime político abertamente denunciado: “A ausência de liberdade, a violência da repressão, as injustiças, o empobrecimento do povo e a alienação dos interesses nacionais ao capital estrangeiro não podem constituir sinal de que o Brasil tenha encontrado o caminho de sua afirmação histórica.”²¹²

Diante de um quadro como o apresentado no texto, não restaria aos trabalhadores da cidade e do campo, bem como às grandes massas populares, alternativa a não ser o desenvolvimento da conscientização e a atuação em prol da libertação, cabendo à Igreja o papel de suporte para o avanço de tal movimento:

210 – Idem, pp 14-15.

211 – Idem, p. 18.

212 – Idem, p. 20.

A classe dominada não tem outra saída para se libertar, senão através da longa e difícil caminhada, já em curso, em favor da propriedade social dos meios de produção. Esse é o fundamento principal do gigantesco projeto histórico para a transformação global da atual sociedade, numa sociedade nova, onde seja possível criar as condições objetivas para os oprimidos recuperarem a sua humanidade despojada, lançarem por terra os grilhões de seus sofrimentos, vencerem o antagonismo de classes, conquistarem, por fim, a liberdade.²¹³

Esse documento emblemático assinalava uma virada histórica na posição até então adotada por setores da hierarquia católica face aos problemas econômicos e sociais brasileiros. Sua crítica contundente às relações econômicas e sociais prevalecentes, sua autocrítica do papel historicamente desempenhado pela Igreja e sua contestação sem rebuços ao regime militar e suas diretrizes econômicas, políticas e sociais, representam o apogeu da radicalização de um segmento da hierarquia eclesiástica brasileira. Doravante, a Igreja, enquanto instituição, não seria mais vista como incondicionalmente confiável aos olhos das classes dirigentes e do governo ditatorial brasileiro.

Mas, o documento teria ainda outro significado: redigido no Nordeste, no mesmo ano da fundação da CESE, influenciaria alguns dos posicionamentos adotados pela nascente instituição frente à realidade nordestina circundante. Tal influência manifestar-se-ia, principalmente, no apoio da CESE aos projetos e movimentos de conscientização popular em seus primeiros anos de estruturação, bem como na publicação, pela entidade, da versão anotada e comentada da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

213 – Idem, p. 29.

■ Parte II

Capítulo I



A fundação da CESE em junho de 1973



Edilece Couto
Elizete Silva
Muniz Ferreira

ANALISAMOS, no primeiro capítulo deste livro, a trajetória da Confederação Evangélica do Brasil (CEB) e a linha de atuação social que a mesma desenvolveu por mais de uma década. Com o golpe militar de 1964, muitos líderes leigos e pastores progressistas foram perseguidos pela ditadura e os setores da CEB, que se dedicavam às intervenções sociais e políticas, foram desativados. Persistiram apenas alguns projetos como o Gurupi e o Apodi vinculados ao departamento de projetos, o qual prosseguiu suas atividades de forma moderada e conciliadora sem as críticas e a oposição que caracterizavam o Setor de Igreja e Sociedade na década anterior.

Conforme a documentação pesquisada, constata-se que persistiram as preocupações sociais e políticas do

setor protestante progressista, numa tentativa de resistência e organização coletiva. A CESE é legítima herdeira desse grupo, especificamente do setor de Projetos da CEB, onde trabalhou Enilson Rocha Souza, como gestor do Projeto Gurupi e, posteriormente, um dos fundadores da entidade cuja história é resgatada neste livro.

Para desenvolver o ecumenismo de serviço no Brasil, no início da década de 1970, setores das Igrejas protestantes retomaram o ideal das Reuniões de Consulta, a fim de aperfeiçoar o sistema de ajuda institucional, técnica e financeira aos projetos sociais – de processo de desenvolvimento de comunidades, saúde, educação, migrações, direitos humanos, menores desamparados etc. – dessa vez com a participação da Igreja Católica Romana.



Antecedeu à fundação oficial da CESE uma pré-consulta, realizada em Feira de Santana, em 1970, sob os auspícios do Conselho Mundial de Igrejas, na qual se discutiram os problemas sociais do País, especialmente os nordestinos. Participaram do evento várias denominações evangélicas e a Igreja Católica, representada pelo Padre Albertino Carneiro, na época um atuante clérigo progressista na região e vinculado à Teologia da Libertação²¹⁴.

Em 1971, foi realizada uma reunião ecumênica em Porto Alegre – RS, tendo como principais participantes religiosos e leigos das igrejas-membros do CMI, o pastor metodista João Parahyba da Silva, representante no CMI para a América Latina, o cardeal Vicente Scherer e o secretário geral da CNBB, dom Ivo Lorscheiter. Tinham como objetivo desenvolver um ecumenismo de serviço às populações mais carentes e necessitadas. Almejavam um novo tipo de relação ecumênica, diferente da união das estruturas eclesiais para discussões teológicas, ou ecumenismo eclesiástico ou de cúpula, desenvolvido até aquele momento pelas Igrejas cristãs.²¹⁵

A fim de aprofundar as discussões da primeira reunião e tomar uma atitude prática, ou seja, a criação de uma comissão para realizar a ação social pretendida pelas Igrejas, no ano seguinte foi realizada a “Consulta sobre Ajuda Intereclesiástica Norte/Nordeste”, em Salvador - BA, no Centro de Treinamento de Líderes da Igreja Católica, localizado em Itapuã, entre os dias 1 e 4 de agosto de 1972. A meta era reunir membros das Igrejas cristãs e das agências internacionais de ajuda intereclesiástica para avaliar os “reais resultados” dos projetos financiados, como Gurupi, Apodi e SIM, por meio de

[...] um debate franco com baseamento (sic) técnico, com perspectiva teológica profunda e com ampla participação ecumênica sobre a problemática do nordeste, a possibilidade de

atuação da Igreja e o sentido dos seus projetos concretos de ação, principalmente os relacionados com a ajuda intereclesiástica.²¹⁶

Participaram do “Encontro Ecumênico de Salvador” os membros de quatro Igrejas vinculadas ao CMI: Metodista, Luterana, Episcopal e Pentecostal O Brasil para Cristo, das agências internacionais de cooperação ecumênica, como a Central Evangélica Alemã – EZE representada pelo diretor Klaus Poser, o secretário para a América Latina do CMI, Rev. João Parahyba da Silva, o representante da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, dom Avelar Brandão Vilella, técnicos de órgãos governamentais (SUDENE e SUVALE) e da Universidade Federal da Bahia - UFBA, dirigentes de projetos de ação social e o Coordenador Executivo do Projeto Gurupi, Enilson Rocha Souza.²¹⁷

Além desses, participaram o Frei Felix Neefjes (católico), os Reverendos presbiterianos Josué Mello e Celso Dourado, atuantes líderes ecumênicos e vinculados a projetos sociais como o SIM, além de fiéis discípulos de R. Shaull, e representando o CMI os Reverendos Allan Brash e João D. Parahyba da Silva, líder metodista atuante desde a década de 1950, que inaugurou a Consulta com uma palestra sobre o avanço da pobreza no mundo e no Brasil, quando criticou duramente as formas de “ajuda”.

Conforme Rev. Parahyba, secretário do CMI para a América Latina, os pobres precisavam de auxílio, porém numa perspectiva de dignidade, de respeito humano. A linha de ação do CMI poderia ser assim entendida:

A palavra ajuda não está conseguindo mais transmitir relação de solidariedade humana, porque existe nestas relações entre os povos

214 – Correspondência da CEB, 26/02/1970 e entrevista aos pesquisadores em 15/12/2006

215 – CESE – RELIGIÃO – A salvação total. *Revista Veja*, 17 jan. 1973, p. 42.

216 – CESE – DOCUMENTO A Ajuda Inter-Eclesiástica no Brasil: Encontro Ecumênico de Salvador. Rio de Janeiro: CEI, 1972, p. 2.

217 – *Ibidem*, p. 1-2.

algo fundamentalmente errado: faltam justiça, amor e humildade. E nenhuma dessas três coisas se compra no mercado²¹⁸.

Ao final da sua conferência, o Rev. Parahyba da Silva clamou as igrejas a incluírem na sua agenda “Justiça, amor e humildade como frutos do Espírito”, frente ao desafio “do aumento do número de necessitados no mundo, segundo a Comissão de Desenvolvimento da ONU”²¹⁹.

Nessa Consulta, os fundadores traçavam um programa de ação, calçado em uma “filosofia de colaboração”, a qual reconhecia as relações sociais injustas e preconizava eficácia do Evangelho Libertador na promoção das transformações sociais. Conforme o documento final do conclave: “a igreja, serva do mundo, continua no tempo a missão de Cristo. Sua ação no campo social consiste na evangelização libertadora, esperança para os homens no desespero que caracteriza o tempo presente”²²⁰.

O Rev. Jaime Wright, presbiteriano progressista e engajado nessa perspectiva transformadora do Evangelho, assim se expressou:

“A igreja deve cuidar não apenas da salvação da alma, mas do homem como um todo, dar a ele condições de vida; de se integrar ativamente no contexto da sociedade. Nas regiões Norte e Nordeste se concentram um dos maiores focos de pobreza do mundo”²²¹.

Após quatro dias de intensos debates, críticas e apresentação dos projetos Gurupi, Apodi e do Serviço de Integração do Migrante (SIM), quando seus diretores discutiram sobre o alcance social e político dos mesmos, a plenária da Consulta Ecumênica decidiu:

218 – Jornal A TARDE, 01/08/1972

219 – A TARDE, 01/08/1972

220 – CESE – Conclusões do Encontro Sobre Consulta Ecumênica

221 – TRIBUNA DA BAHIA. 15/07/1974, p. 3

A. Recomendar às quatro Igrejas-membros do CMI (WCC) a criação de uma Comissão de Projetos, localizada numa cidade nordestina.

B. Indicar quatro nomes, a ser referendado um entre estes, pelas igrejas-membros, como coordenador geral da Comissão de Projetos²²².

A entidade foi criada e sediada no Nordeste, em Salvador, por razões muito claras. As desigualdades e as distorções regionais que assolavam o território brasileiro adentraram também nos arraiais protestantes, especialmente na divisão do “bolo” da ajuda financeira que era enviada pelas instituições eclesiais da Europa e dos EUA. Os nordestinos ficavam sempre com a menor fatia. Segundo Enilson Rocha, primeiro secretário executivo da CESE, a escolha da sede em terras soteropolitanas foi uma forma de reverter “o pecado da má distribuição dos recursos cooperantes aportados no País. Cerca de 82% desses recursos eram destinados, na década de 60, à Região Sul”.²²³

Em entrevista concedida aos pesquisadores, o Rev. Josué Mello referiu-se à escolha da Bahia para sediar a CESE de forma semelhante. “Era preciso acabar com as distorções na administração dos recursos que vinham das agências estrangeiras...”²²⁴. Na sua concepção, a criação da Coordenadoria Ecumênica de Serviço resolveria o problema.

A linha de atuação seguida pelo CMI norteou a CESE desde as origens. Em junho de 1973, as igrejas nacionais que participavam do Conselho organizaram formalmente a Coordenadoria Ecumênica de Serviço com uma proposta corajosa de cooperação, recusando o assistencialismo e o proselitismo dominante entre as instituições eclesiais cristãs. Buscava-se um serviço

222 – Documentos avulsos da CESE, Salvador, 1972

223 – DOC. CESE. Souza, Enilson Rocha in. *Economia Popular Viabilidade e Alternativas*. p. 43, CESE, 1997

224 – Entrevista de Josué Mello aos pesquisadores, realizada em 12/01/2007

social aos empobrecidos, com uma visão ecumênica de respeito à diversidade religiosa reinante no País.

A primeira assembleia da CESE ocorreu em 13 de junho de 1973, sob a coordenação do Missionário Manoel de Mello, instalada em Salvador, nas dependências do Retiro São Francisco. Também participaram dessa assembleia outras pessoas ligadas aos projetos sociais desenvolvidos por evangélicos naquele momento e representantes do setor católico: Rev. Josué Mello, representando o projeto Serviço de Integração do Migrante (SIM), sediado em Feira de Santana, Bahia; Pastor Diomédio Alves da Silva, representando o projeto Apodi, Rio Grande do Norte; Enilson Rocha Souza, representando o Projeto Gurupi, sediado no Maranhão, e o Frei Neefjes, representando o Arcebispo de Salvador, D. Avelar Brandão Vilela.²²⁵

Era uma assembleia ecumênica, com representação de diversos grupos cristãos, em pé de igualdade com direito a voz e voto. Esta perspectiva ecumênica foi uma característica forte ao longo da trajetória da CESE, a marca diferenciadora da entidade em meio a um campo religioso baiano e brasileiro marcado pela intolerância religiosa e as disputas proselitistas.

Em julho de 1974, após um ano de funcionamento, a CESE reuniu-se para planejar e avaliar a sua política de atuação. Além da diretoria, participaram vários especialistas em projetos, a exemplo de economistas, sociólogos, assistentes sociais, médicos e pedagogos, dentre esses alguns da SUDENE. Rev. Jaime Wright, primeiro secretário, fez uma avaliação contundente da forma como anteriormente eram geridos os recursos:

Tradicionalmente, tanto a Igreja Católica como a Igreja Evangélica no Brasil recebem verbas da Europa e dos Estados Unidos, mas só aplicavam nas próprias comunidades. Eram



Apresentação banda mirim do olodum

projetos egocêntricos. Constatou-se que mais de 80 por cento destas verbas eram aplicadas nas obras desenvolvidas por estas igrejas e no Sul do País²²⁶.

A motivação principal que animou a organização da CESE foi a preocupação com os problemas sociais do País e a possibilidade de intervir e transformar a realidade excludente que se vivia e vive na sociedade brasileira. Buscava-se servir ao próximo na perspectiva cristã, sobretudo à maioria da população que vivia na pobreza ou na linha da miséria. A concepção de serviço que presidiu as atitudes e ações dos fundadores da entidade partia de uma visão cristã, cara aos defensores do Evangelho Social ou da teologia barthiana, na qual o Evangelho é para totalidade do homem, não apenas para a salvação futura, mas também para antecipar na vivência cotidiana os valores do Reino de Deus, de promoção da justiça e transformação social.

225 – Livro de Atas das Assembleias da CESE, no 1, p. 10 – 12.

226 – TRIBUNA DA BAHIA – 15/07/1974 p. 3



Túnel do tempo. CESE – 20 anos – 1993

Os fundadores da CESE eram portadores de uma visão articulada da realidade, queriam a promoção humana dos indivíduos, porém vinculada ao contexto social: as estruturas dominantes e determinantes também precisavam modificar-se, a partir da proclamação e prática das doutrinas cristãs. Numa perspectiva profética – entendemos tal perspectiva no sentido usado por Pierre Bourdieu,²²⁷ isto é, de agentes religiosos portadores de uma nova mensagem vivificadora em meio à crise – denunciavam os pecados/problemas sociais e anunciavam a possibilidade de mudanças sociais estruturais: “para humanizar as estruturas, a Igreja apresentará na sua vida e na sua ação sinais do Reino. Isso implica numa ação não só anunciadora, mas crítica de si mesma e do mundo”²²⁸.

Convém destacar que ao longo da trajetória da CESE essa perspectiva de colaboradora nas transformações sociais tem persistido como princípio fundante e norteador de sua estratégia de ação. D. Jubal Pereira Neves, presidente da CESE no triênio 2000 a 2002, apresentando o relatório de atividades de 2002, destacou de forma precisa a missão da entidade:

**Na nossa atividade diaconal de semear a vida,
na busca de cumprir nossa Missão, sejamos**

227 – BOURDIEU, P. *Economia das Trocas Simbólicas*. 1974.

228 – DOC. CESE – Conclusões do Encontro Sobre Consulta Ecumênica



reanimados a prosseguir com saúde, força e vigor no trabalho também profético de conformismo com estruturas injustas da sociedade, de zelar pela integridade da Criação de Deus e de servir com amor aos pobres necessitados e oprimidos²²⁹.

Para um setor protestante ecumênico e progressista, vinculado organicamente ao CMI, e para a Igreja Católica, a CESE funciona como uma entidade central que favorece e apoia as ações sociais em que as comunidades religiosas estão envolvidas. Segundo o bispo primaz da Igreja Episcopal Anglicana, D. Maurício Andrade, a sua comunidade “tem na CESE um parceiro, um companheiro em missão, missão no sentido largo da palavra, missão de ver as transformações das estruturas injustas da sociedade”.²³⁰

Eram, inicialmente, membros natos da CESE as igrejas evangélicas filiadas ao CMI, a saber: a Igreja Episcopal Anglicana (na época denominada Igreja Episcopal do Brasil), a Igreja Metodista (na fundação, denominada Associação da Igreja Metodista), a Igreja Presbiteriana Independente (filhou-se em 1991), a Igreja Evangélica Pentecostal O Brasil para Cristo, a

229 – Relatório de Atividades 2002 – CESE. p. 1

230 – Entrevista concedida aos pesquisadores em 27/03/2007

Missão Presbiteriana do Brasil Central, Igreja Cristã Reformada do Brasil e a Igreja Católica, presente desde as primeiras articulações através da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Deixava-se aberta a possibilidade de outras filiações de “entidades congêneres que assinarem a ata de fundação”²³¹. A Igreja Presbiteriana Unida e a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil filiaram-se em 1983.

Episcopais (mais tarde denominados episcopais anglicanos), presbiterianos e metodistas já tinham uma trajetória de engajamento na resolução das questões sociais e experiências ecumênicas desde a década de 50, como analisamos anteriormente. Portanto, não seria novidade a sua participação na CESE.

A presença ativa da Igreja Evangélica Pentecostal O Brasil Para Cristo, fundada por brasileiros em 1956, constituía-se em algo inusitado, especialmente pelo caráter conservador e fechado às inovações teológicas que o pentecostalismo clássico assumiu no território brasileiro. Certamente a liderança nacional e o peso do carisma do Missionário Manoel de Mello – um nordestino imigrante em São Paulo, que tinha uma visão social do Evangelho – muito contribuíram para sua aproximação à CESE e ao CMI. Outro fator relevante foi a capacidade de articulação de Enilson Rocha, presbiteriano de origem, que posteriormente se tornaria membro da Igreja Evangélica Pentecostal O Brasil Para Cristo, certamente entusiasmado com essa comunidade totalmente nacional e que crescia vertiginosamente nas décadas de 70 e 80 do século passado.

Por outro lado, convém lembrar que o CMI também estava interessado em atrair os pentecostais. Nas correspondências das duas pré-consultas – de Feira de Santana e de Salvador –, os líderes do órgão

ecumênico insistiam na participação dos católicos e dos pentecostais. Prova incontestável que o CMI queria ampliar o seu arco de atuação e alianças, desde que os pentecostais se apresentavam como uma força evangélica emergente no Brasil e em toda a América Latina no período.

Com objetivos tão amplos e uma proposta tão inovadora de prestação de serviços e apoio a projetos de intervenção social, fez-se necessário a montagem de uma estrutura organizacional ao mesmo tempo consistente e democrática para a CESE. O primeiro Estatuto foi amplamente discutido pelos seus membros fundadores. Em 06 de setembro de 1973, foi publicado no Diário Oficial do Estado, assinado pelo Rev. Jaime Wright, diretor/secretário e pelo Missionário Manoel de Mello Silva, como diretor.²³²

O órgão máximo da CESE era a Assembleia Geral, composta por dois representantes de cada instituição eclesial membro, com direito a voz e voto. Tal representação se concretizava “em pessoas físicas por elas designadas”.²³³ A Assembleia Geral reunia-se uma vez anualmente e extraordinariamente, quando necessário. Além das tarefas administrativas e fiscais era da competência da Assembleia Geral eleger a Diretoria da CESE, “entre os representantes da Assembleia, com mandato de dois anos”.²³⁴

Compunham a Diretoria da entidade: Presidente, Vice-presidente, Secretário, Tesoureiro e um Vogal. A mesma era responsável pela execução e encaminhamento de todas as atividades internas e articulações externas com outras instituições congêneres. A primeira diretoria foi assim constituída: Presidente Bispo Sady Machado da Silva (metodista); Vice Presidente Bispo Jesus Teixeira Gurgel (católico romano); Secretário

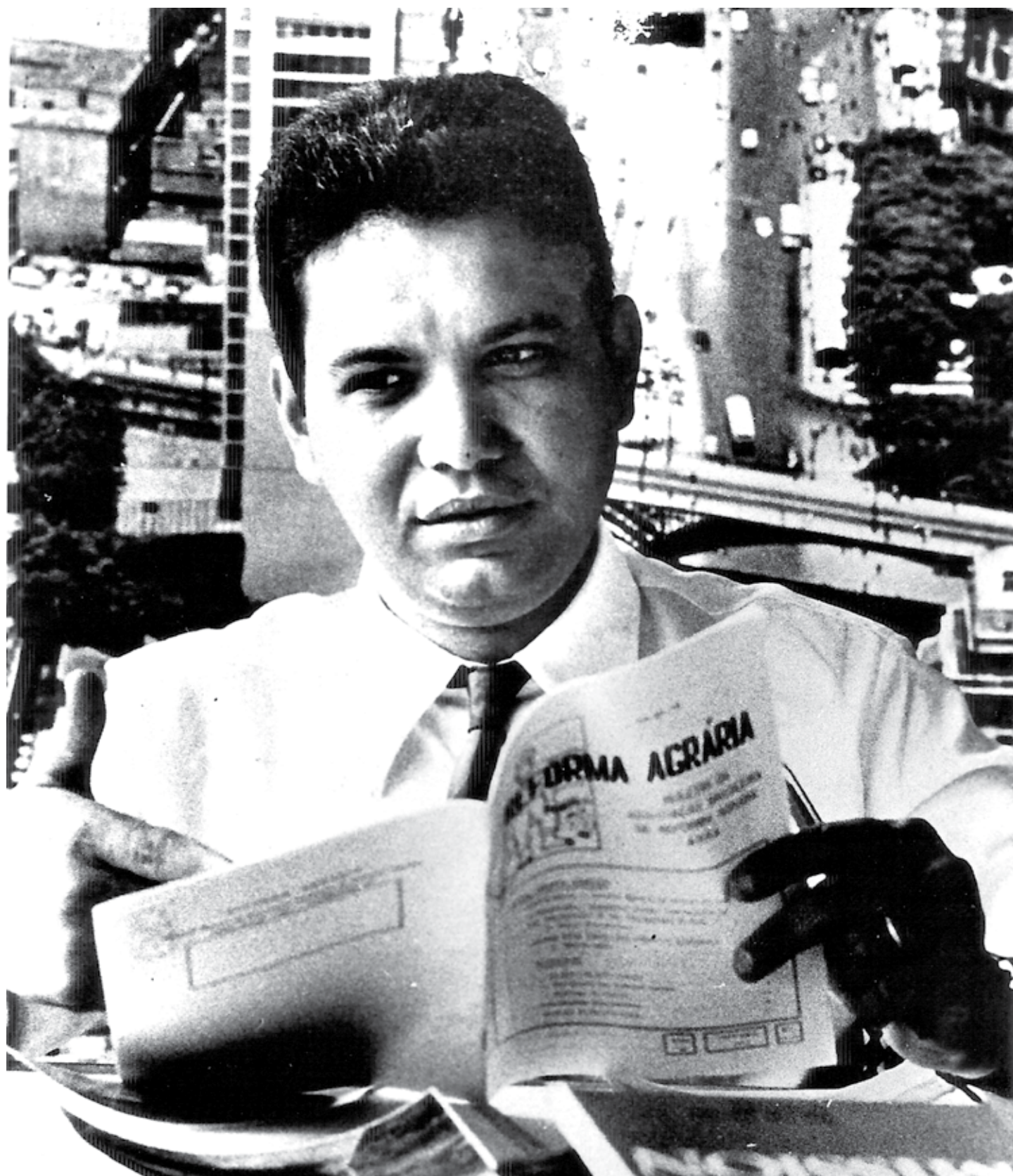
232 – Diário Oficial do Estado da Bahia 06/09/73, p. 25.

233 – Estatuto da CESE, Art. 13.

234 – Estatuto da CESE, Art. 20.

231 – Estatuto da CESE art. 11.

Abaixo e na página seguinte o Fundador
e 1º secretário executivo da CESE
Enilson Rocha Souza



rio Jaime Wright (pastor presbiteriano); Tesoureiro Bispo Arthur Kratz (episcopal); vogal missionário Manoel de Mello Silva (pastor da Igreja Evangélica Pentecostal O Brasil para Cristo).²³⁵

Participavam ainda da administração da entidade um Coordenador Executivo e uma Comissão Especial de Projetos (CEPRO), os quais estavam diretamente vinculados à Diretoria. O coordenador, posteriormente designado como secretário executivo, tinha sobre os seus ombros a tarefa de “gerir toda a administração interna da CESE”, além de encaminhar todos os projetos aprovados pela Diretoria.²³⁶

Essa estrutura organizacional da CESE foi mantida com poucas alterações ao longo de três décadas. Em 1984, foram alterados alguns dispositivos estatutários, mas mantiveram-se essencialmente os órgãos constitutivos.

Enilson Rocha Souza foi o primeiro secretário executivo e desempenhou competentemente a função até seu falecimento, em 2000. Conforme o Pastor Djalma Torres, “Enilson era a alma da CESE”.²³⁷

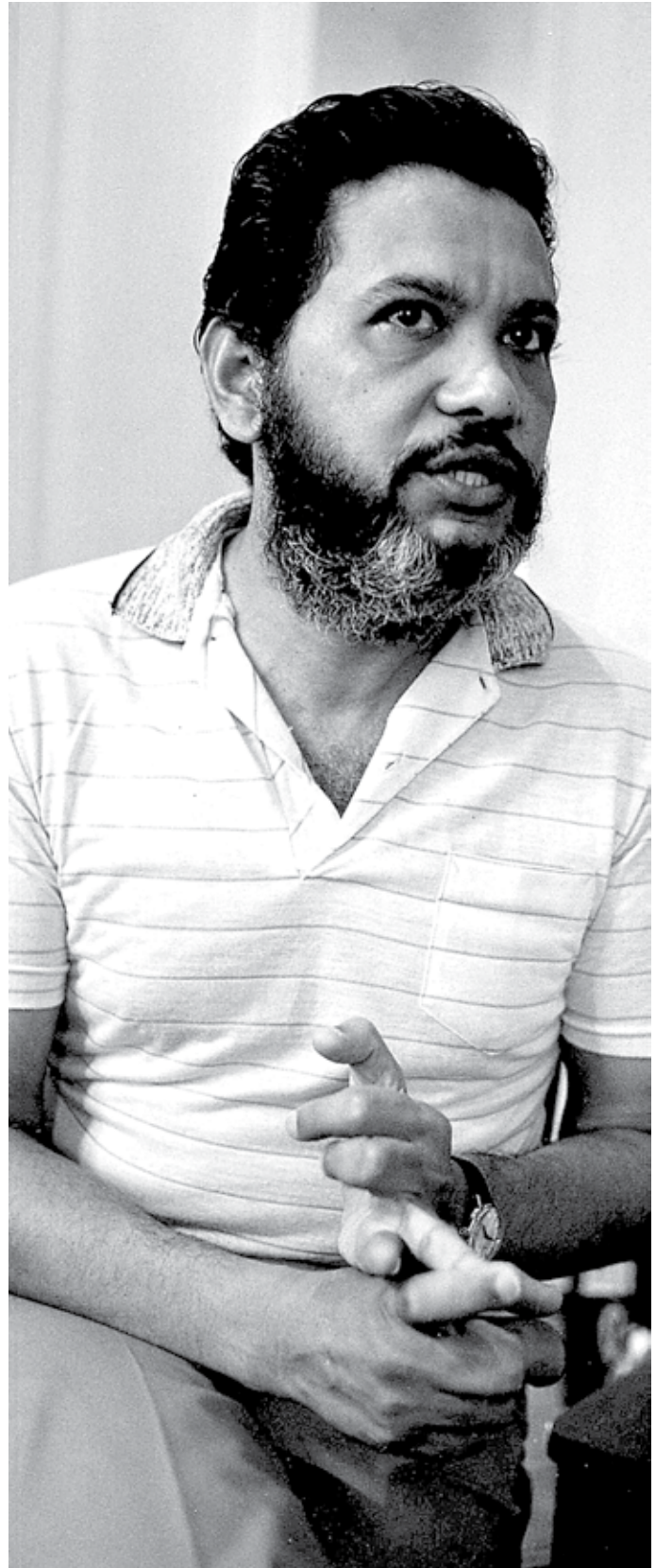
Além de secretário executivo da CESE, Enilson Rocha participou de vários organismos internacionais como representante brasileiro do campo evangélico. Em 1974, foi indicado para participar do Comitê Ecumênico Latino-americano, tomando como referência a sua militância eclesial na área social. Conforme o pensamento dos diretores da CESE, a indicação de Enilson Rocha devia-se:

...à sua incomparável experiência no setor da problemática de ajuda intereclesial internacional e a sua identificação com os problemas das massas marginalizadas o qualificam sobremaneira não somente para representar

235 – Livro de Atas das Assembleias da CESE, no 1, p. 10 – 12.

236 – Estatuto da CESE, Art. 28.

237 – Entrevista aos pesquisadores, concedida pelo Pastor Djalma Torres, em 8/2/2007



o Brasil, mas principalmente para dar uma colaboração existencial à dinâmica interna do Comitê Ecumênico Latino-Americano.²³⁸

A atuação de Enilson Rocha Souza como secretário executivo da CESE contribuiu significativamente para a consolidação da instituição, bem como para a sua visibilidade nacional e internacional. Segundo o Rev. Áureo Bispo, que foi diretor da entidade em várias gestões, como representante da Igreja Presbiteriana Unida, Enilson Rocha Souza teve um papel decisivo:

Enilson foi realmente o secretário-executivo que consolidou a CESE. Inteligente, competente, político e muito trabalhador. O que a CESE é hoje – uma organização essencialmente ecumênica consolidada, voltada para os pobres e ao mesmo tempo uma convocação para que as igrejas cumpram o propósito de Deus para o mundo – é fruto do trabalho de Enilson, claro, com todos (as) aqueles (as) que estiveram segurando as mãos de Enilson.²³⁹

A CESE, estabelecida em pleno governo militar, quando as práticas persecutórias atingiram também os setores eclesiásticos, teve algumas dificuldades políticas para tornar práticos seus ideais ecumênicos e progressistas. O secretário executivo soube transitar e articular positivamente o lugar da entidade no cenário nacional. Os entrevistados e outros seus contemporâneos ressaltaram esta capacidade de trabalhar em equipe e de articulação política como absolutamente necessárias à entidade. Conforme o Rev. Mozart Noronha, diretor da CESE na década de 1980, Enilson Rocha:

É uma pessoa conciliadora, capaz de dialogar e conciliar. É um político no sentido puro da palavra porque soube conciliar, transitar.

238 – Ata no 2, Assembleia da CESE em 20/07/74, p. 18.

239 – Entrevista concedida pelo Rev. Áureo Bispo aos pesquisadores em 05/04/2007.

Enilson, em termos políticos sempre teve uma posição moderada (um socialdemocrata, como se diz), e talvez por isso, foi capaz de dialogar com todas as posições e segmentos, sem esquecer que a CESE nasce num regime autoritário. Sem marginalizar esta ou aquela pessoa, sabe conviver.²⁴⁰

Em 1982, uma reforma no estatuto da CESE, dá destaque para a opção pelo *ecumenismo de serviço*. O art. 4º do primeiro estatuto, citado anteriormente, foi transformado no art. 39 “Das Diretrizes e Fins” e acrescido do seguinte texto: “[...] tem por finalidade precípua a promoção, orientação, coordenação, financiamento e acompanhamento, em todo o território nacional, especialmente ao Norte e Nordeste, das atividades ecumênicas de serviço”²⁴¹.

Após o falecimento de Enilson Rocha Souza, assumiu a Secretaria Executiva Eliana Rolemberg, com a designação de Diretora Executiva. Sua atuação firme e articulada tem sido reconhecida pelas entidades membros e observadores participantes. Segundo o pastor Djalma Torres, de origem batista e que tem acompanhado a trajetória da CESE como observador “Eliana é muito democrática, eu acho. Para mim é espetacular”²⁴². Para o Rev. Áureo Bispo, que convive com Eliana Rolemberg desde 1983, quando a mesma era coordenadora de projetos da entidade, sua atuação tem sido positiva e determinante na trajetória da CESE: “ela está fazendo muito bem, com o seu carisma feminino, a sua capacidade de trabalho e o seu talento executivo... Eliana vem realizando os objetivos e os projetos da CESE.”²⁴³

Ex-militante da JUC e da Ação Popular, socióloga de origem católica, atualmente luterana, a Diretora Executiva

240 – Depoimento in *Enilson: a trajetória de um bom-pastor*, Salvador 08/06/2000.

241 – CESE – Reforma do Estatuto da Coordenadoria Ecumênica de Serviço. *Diário Oficial*, 05 ago. 1982, p. 130.

242 – Entrevista aos pesquisadores em 08/02/2007.

243 – Entrevista aos pesquisadores em 05/04/2007.

da CESE, Eliana Rolemberg, assumiu em 2000 a difícil tarefa de gerir a entidade continuando a trajetória ascendente e vitoriosa consolidada por Enilson Rocha. A conjuntura política vigente no País contribuiu para ampliação do espectro de ação e atuação da entidade em vários segmentos sociais. Segundo Ildes Ferreira Oliveira, ex-assessor *ad-hoc* da entidade, posteriormente Secretário de Ciência e Tecnologia do Estado da Bahia:

Não houve retrocesso com Eliana, pelo contrário avançou com muita clareza do ponto de vista mais político; o período com Eliana foi uma continuidade, a conjuntura permitia que pudesse se expressar... enfim... Não se precisava mais usar subterfúgios para fazer projetos, pois a conjuntura permitia isso.²⁴⁴

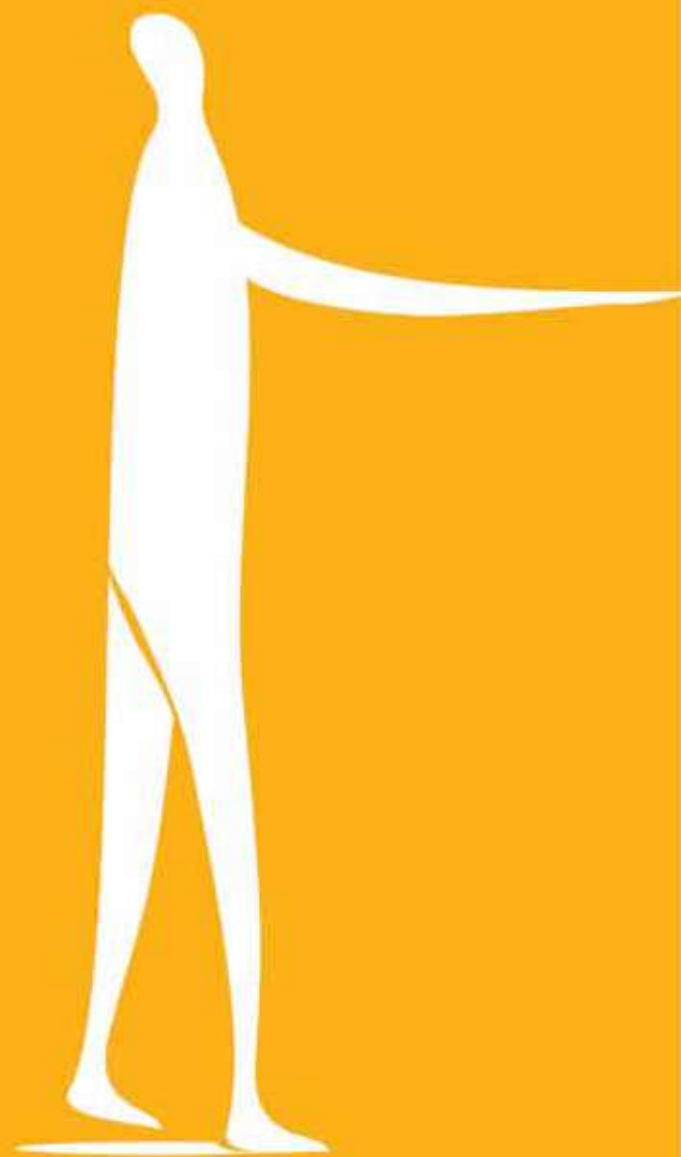
244 – Entrevista com Ildes Ferreira Oliveira concedida aos pesquisadores em 25/02/07.



Campanha Outdoor – CESE 30 anos – Salvador

■ Parte II

Capítulo 2



A CESE e o diálogo ecumênico



ORDENADA como Primeira Pastora de Belém, há 25 anos, em plena ditadura militar, sou testemunha da solidariedade com a qual a CESE nos tem agraciado. Fomos a primeira comunidade evangélica a contar com apoio da CESE para projetos e atividades ecumênicas que, posteriormente, seriam importantes para a criação da Universidade Popular (UNIPOP), do Conselho Amazônico de Igrejas Cristãs (CAIC) e também da articulação com outras expressões religiosas, em nossa região.

Na época, o discurso do então Pastor Sinodal, Henrique Seick, destacou que eu teria não só o direito – mas, principalmente, o dever – de lembrar à minha igreja de que ela deveria evidenciar uma postura crítica em relação a ambas. Na época, os cristãos ali reunidos consideraram tal declaração muito corajosa. Hoje, 25 anos depois, tal declaração continua a atuar e eu, embora aposentada, nunca me desliguei de nossa comunidade. Agora faço algumas reflexões sobre esse período, sabendo que a memória tem sido bastante falha e apresentando muitas lacunas. Mas, o mais importante é saber que sempre podemos contar com o apoio da CESE e sua diretoria, especialmente na pessoa de sua coordenadora, Eliana Rolemberg.

Rosa Marga Rothe

Pastora luterana, defensora dos direitos humanos, premiada pela Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República na categoria “Segurança Pública”, em 2004.

Edilece Couto
Elizete Silva
Muniz Ferreira

Ecumenismo eclesial ou de serviço?

Os teólogos costumam dividir a história do ecumenismo latino-americano e do Brasil em etapas. O metodista uruguaio Julio de Santa Ana acredita na existência de três fases: a primeira compreende o período de 1913 a 1929, caracterizada por ser interdenominacional ou interconfessional de Igrejas protestantes; a segunda, entre os anos de 1929 a 1961, com o surgimento dos movimentos eclesiais e a tomada de consciência latino-americana; a última, iniciada em 1991, teria como principal inovação a opção pelos setores populares.²⁴⁵

Já o presbítero católico Elias Wolff, ao tratar do ecumenismo no Brasil, toma como ponto de partida o ano de 1903, com a fundação da Aliança Evangélica, pelo metodista Hugh Clarence Tucker. Segundo o autor, a primeira fase encerra-se em 1960. Seria também um período de relações interprotestantes. A segunda se estenderia de 1960 a 1982 e foi marcada pelo encontro entre anglicanos e católicos. A formação do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (CONIC), em 1982, deu início à terceira fase.²⁴⁶

No entanto, a caracterização da segunda fase, na qual Wolff afirma que o diálogo foi estabelecido entre anglicanos e católicos, não faz jus às reuniões ecumênicas realizadas com a participação de outras denominações cristãs. Afinal, setores ecumênicos das Igrejas Presbiteriana, Metodista e Luterana participaram ativamente das Reuniões de Estudos organizadas pela Confederação Evangélica do Brasil (CEB), nas décadas de 1950 e 1960.

Apesar do enfraquecimento desse trabalho e das perseguições a muitos pastores e leigos dessas denominações, a partir de 1964, seus membros continuaram imbuídos dos ideais de justiça social e filiando-se a

outros movimentos, como as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e a Teologia da Libertação. É mais apropriado falar de um diálogo estabelecido entre os protestantes históricos, membros da Igreja Pentecostal O Brasil para Cristo e os católicos romanos. Poderíamos citar outras divisões elaboradas para a compreensão do movimento ecumênico, mas nos parece que são suficientes esses dois exemplos, formulados por um teólogo protestante e outro católico, ambos os autores expressivos na temática abordada.

Como foi demonstrado no capítulo 3 da primeira parte deste livro, até a década de 1960, católicos e protestantes tentaram, mesmo que separadamente, discutir a possibilidade de desenvolver o ecumenismo. Em linhas gerais, os dois grupos tinham como principais preocupações as rápidas transformações do mundo e a necessidade de desenvolver algumas ações para melhorar as condições de vida dos pobres e oprimidos. Pensava-se, naquele momento, na (re)construção das nações colonizadas pelos europeus, especialmente na situação socioeconômica e política de dois continentes: África e Ásia.

No início da segunda metade do século XX, o ecumenismo seria o diálogo entre diferentes confissões cristãs. Havia, principalmente por parte das lideranças eclesiais, o desejo de aproximação entre os cristãos. É preciso lembrar que o movimento ecumênico não se restringia ao plano teológico. Desde a criação do CMI e da CEB, no Brasil, havia a preocupação, discussão e tentativas de solucionar problemas relacionados à saúde, educação e imigração/migração. Porém, esse trabalho era realizado dentro dos espaços evangélicos, do ecumenismo interdenominacional. Assim, aos poucos, o ecumenismo saiu do plano teológico para a ação em favor da paz e da justiça para os menos favorecidos da sociedade. O sentido do termo foi ampliado, inclusive com a união com outros cristãos, a exemplo dos católicos.

245 – SANTA ANA, Julio de. *Ecumenismo e Libertação*. Petrópolis: Vozes, 1987.

246 – WOLFF, Elias. *Caminhos do ecumenismo no Brasil*. São Paulo: Paulus, 2002, p. 76.

Especialmente na América Latina, emergiu um movimento ecumênico que assumiu dimensões políticas “tomando posição no conflito ideológico e assumindo a causa da justiça e do direito dos pobres à vida plena”²⁴⁷. Houve uma redefinição temática. As discussões estavam centradas em torno de temas como dependência e libertação; luta contra a doutrina de segurança nacional e pelos direitos humanos. Segundo o teólogo metodista argentino e ex-presidente do CMI, José Míguez Bonino, “a problemática ecumênica na América Latina se latino-americanizou”²⁴⁸, ou seja, voltou-se para os problemas, contradições, opções, lutas e esperanças do povo latino-americano.

A luta pela libertação política e da exploração socioeconômica modificou o sentido do termo ecumenismo, a ponto de muitos teólogos e estudiosos do cristianismo terem se dedicado à discussão do conceito e suas variantes. No plano teórico, existe um ecumenismo oficial, eclesial, eclesiástico, eclesiológico, institucional ou de cúpula, baseado nos diálogos doutrinários, e um ecumenismo de base ou de serviço, realizado a partir de uma prática comum em favor da promoção humana.²⁴⁹ No entanto, na prática, não há essa distinção tão radical. Os dois aspectos do ecumenismo não são excludentes; na verdade, eles são complementares.

As Igrejas cristãs iniciaram o diálogo e as discussões teológicas na busca de soluções para a transformação do ser humano na sociedade. O ecumenismo institucional não foi um fenômeno popular; atingiu um pequeno número de participantes dentro das Igrejas. Mas, como afirma Bonino, “Deve-se reconhecer, entretanto, que foi capaz de gerar e dar legitimidade a movimentos ecumênicos que se comprometeram

fortemente com as lutas pela justiça e com as organizações populares”²⁵⁰. Não podemos ignorar as tensões, afinal elas também trazem elementos para reflexões e análises das práticas.

Apesar dos conflitos ideológicos e do combate à prática ecumênica, por parte de setores das Igrejas comprometidos com as estruturas de poder na sociedade, inúmeras ações foram realizadas com o objetivo da “promoção do homem todo e de todos os homens”. É preciso considerar que as instituições eclesiásticas também evoluíram.

A partir da década de 1980, desenvolveu-se o diálogo inter-religioso, ou seja, o encontro entre cristãos e não cristãos.²⁵¹ Na América Latina, foi possível realizar o diálogo entre Igrejas cristãs e religiões ameríndias e afro-brasileiras, principalmente no desenvolvimento de projetos e ações sociais para a promoção de grupos de origem indígena e afro-brasileira, ligados ou não às instituições eclesiásticas.

A CESE nasce do diálogo entre católicos e protestantes históricos e sua existência é marcada pela relação com diversos organismos ecumênicos com os quais tem desenvolvido importantes reflexões e ações na luta em favor dos direitos humanos no Brasil.

Relação CESE-CMI

O CMI é uma comunidade que procura promover e tornar visível a Unidade entre os Cristãos, testemunhando-a conjuntamente. O Conselho é composto por mais de 300 igrejas evangélicas, ortodoxas e livres, oriundas de mais de 100 países, atuando na perspectiva de respeito à riqueza e tradição de todas as igrejas, aos cultos, à espiritualidade e à educação teológica ecumênica; de incorporar a questão da Justiça, Paz e

247 – DIAS, Zwinglio Mota. Movimento ecumênico na América Latina. In: *Revista Tempo e Presença*. 1988, p. 5.

248 – BONINO, José Míguez. Dor e esperança. In: *Revista Tempo e Presença*. 1988, p.6.

249 – TIEL, Gerhard. *Ecumenismo na perspectiva do reino de Deus: uma análise do movimento ecumênico de base*. São Leopoldo: Sinodal, 1998, p.13. Há ainda autores que preferem falar de ecumenismo de justiça. Cf. SINNER, Rudolf von. Compromisso com o ecumenismo de justiça: 30 anos da Coordenadoria Ecumênica de Serviço – CESE. *Estudos Teológicos*, v. 43, n° 2, 2003, p. 126.

250 – BONINO, op. cit., p. 12.

251 – BEOZZO, José Oscar. Ecumenismo e mundo afro-brasileiro. In: *Revista Tempo e Presença*. 1988, p. 26.

Integridade da Criação, em seus aspectos teológico e ético, referidos ao estágio de desenvolvimento socio-econômico; e promover a solidariedade, na perspectiva da Diaconia, suscitando novas formas de compartilhar.

É histórica a relação da CESE com o CMI. Muitas participações poderiam ser apontadas, desde os primórdios da CESE, na organização e apoio a Consultas Mundiais e em reuniões específicas sobre cooperação internacional – entre tantas outras.

Entre 2 e 5 de outubro de 1980, a CESE e o CMI realizaram a “Consulta Latino-americana sobre Corporações Internacionais”. A reunião teria um caráter multiplicador. Por isso, cada Igreja ou grupo ecumênico deveria enviar um agente pastoral. A carta-convite enviada ao secretário executivo Enilson Souza traz um pequeno relato da situação econômica e política do continente e os objetivos do órgão:

O programa do CMI sobre Corporações Transnacionais [CTN] foi criado, entre outras coisas, para ajudar a despertar a consciência das igrejas e dos grupos eclesiais e ecumênicos sobre o papel das CTNs; servir de catalisador de ação e reflexão para esses grupos; e estar pronto para aprender com a experiência das vítimas das CTNs e apoiar seus programas.²⁵²

A CESE também teve participação ativa nas Assembleias do CMI e nas suas comissões, a exemplo de CICARWS (*Comission on Interchurch Aid, Refugee and World Service*), que tinha responsabilidade pela cooperação ecumênica no CMI. Posteriormente, essa comissão foi substituída pelas estruturas do CER.

252 – CESE – Carta de Marcos Arruda (representante do CMI) a Enilson Rocha Souza. Genebra – Suíça, 25 abr. 1980. Pasta Correspondências, p.1.



Ermano Allegri, Enilson Rocha, D. Paulo Evaristo Arns, Rev. João Dias e Eliana Rolemberg na Conferência CMI (CICARWS) – Painel sobre questão da terra



Gertraude Wanke, presidenta da CESE, no Jubileu 2000 Köln – Sto Gereon. O momento da Christian Aid e seus parceiros

O CMI favoreceu consideravelmente o diálogo com as agências ecumênicas internacionais, com destaque para o processo de articulação entre quatro agências europeias, denominado “Discernindo Juntos o Caminho”, no qual suas diretorias se propuseram a uma avaliação dos rumos da cooperação internacional, procurando definir uma trajetória conjunta. A Unidade III, do CMI, propôs a participação de representantes dos três continentes do Sul (África, Ásia e América Latina) e uma dessas representações coube à CESE.

Em 1998, o CMI, através de sua Unidade IV, promoveu em Bossey, Suíça, um seminário sobre Ecumenismo e Desenvolvimento, destinado a funcionários das agências ecumênicas. A CESE foi chamada a participar, discutindo o tema Avaliação.

A CESE também colaborou com o Conselho Mundial de Igrejas, em seu conjunto, na preparação e realiza-

ção da Conferência Mundial sobre Missão e Evangelização, realizada no final de 1996, em Salvador, sob a coordenação de sua Unidade II.

A CESE e o CMI no Jubileu 2000: década para superar a violência

Apesar da apreensão provocada pela *Dominus Iesus*, os organismos ecumênicos deram prosseguimento às ações programadas para o Jubileu 2000. Na sua 8ª Assembleia Geral, realizada em Harare - África, o CMI sugeriu às Igrejas a realização de uma campanha, que se estendeu de 2001 a 2010, denominada *Década para Superar a Violência*, como compromisso concreto com as causas da Justiça, da Paz e da Integridade da Criação, reafirmando a unidade cristã em um mundo fragmentado. Essa iniciativa articulou-se com o movimento lançado pela UNESCO, a “Década Internacional de uma cultura de paz e não violência para as crianças do mundo”.

No Brasil, o movimento foi lançado pelo Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (CONIC) e pelo Conselho Latino Americano de Igrejas (CLAI), praticamente dando continuidade ao tema *Dignidade humana e paz* lançado pela Campanha da Fraternidade 2000 Ecumênica.

As Igrejas, entidades e organismos ecumênicos empreenderam a campanha como uma forma de conclamar as Igrejas, os movimentos sociais e a população brasileira em geral a lutar contra a violência e a intolerância religiosa, partilhando da iniciativa do Conselho Mundial de Igrejas. Foram objetivos da campanha:

- Instar as Igrejas para que enfrentem o espírito, a lógica e a prática da violência. Isso exigirá renúncia à justificação teológica da violência e a reafirmação de uma espiritualidade que valorize a reconciliação;

- Reconhecer em todas as religiões sua contribuição para a construção da paz e aprender com elas. Alertar as igrejas, organismos ecumênicos e outras entidades sobre o mau uso da identidade religiosa e étnica, num mundo pluralista, pregando a superação das desigualdades e o respeito às diferenças;
- Denunciar as situações de desrespeito à dignidade humana e de violência, seja no plano mundial, como internamente.

No bojo da campanha do CMI, a CESE aderiu à campanha pela não violência e implementou a *Campanha de Entrega Voluntária de Armas*, a fim de contribuir para a promoção de justiça com paz; estreitar as relações com as Igrejas e outras entidades ecumênicas; reforçar a solidariedade com os excluídos; ajudar, por meio do apoio e financiamento aos projetos, na recuperação econômica e da dignidade de diversas comunidades.



Visita da delegação CESE-CONIC ao local do massacre de Eldorado dos Carajás

Assembleia do CMI no Brasil e ACT Desenvolvimento

Em 2006, o ponto alto das relações da CESE com Igrejas e organismos ecumênicos foi a realização e participação dos seus membros na IX Assembleia do Conselho Mundial de Igrejas, cujo tema foi *Deus, em sua graça, transforma o mundo*.

O fato de o evento ser realizado pela primeira vez na América Latina, tendo como sede uma capital brasileira (Porto Alegre - RS, 14 a 23 de fevereiro de 2006), encheu todos os participantes de ânimo, expectativas e a convicção de que “O ecumenismo no Brasil vive, atualmente, um momento de constituição e consolidação de articulações nos âmbitos regional, nacional e mundial”, como destacou o boletim informativo²⁵³ da CESE.

Afinal, aquele momento significou a possibilidade de encontro entre grupos ecumênicos de todo o Brasil e da América Latina, não apenas na preparação da assembleia, mas também durante o evento, especialmente na “Noite Latino-americana”, na qual foi possível realizar discussões sobre temas próprios do continente, envolvendo entidades e organismos ecumênicos, delegados das Igrejas, representantes de movimentos populares e organizações não governamentais.

Outra atividade do mesmo período, considerada pela CESE de fundamental importância para o envolvimento de entidades brasileiras na caminhada ecumênica internacional, foi o processo de construção e engajamento na aliança global para o desenvolvimento, chamada *Action by Churches Together – Development* – ACT-D, em português ACT Desenvolvimento, que nasceu por iniciativa de algumas entidades e agências ecumênicas, uma nova aliança de Igrejas e agências, no trabalho ecumênico em

prol do desenvolvimento, na luta contra pobreza, injustiça e abusos de direitos humanos.

Apesar do reconhecimento do papel das Igrejas no combate à pobreza e à injustiça social, considerava-se que suas iniciativas ainda tinham pouca visibilidade e também que era preciso vencer a competição entre as entidades e potencializar a captação e distribuição de recursos. A CESE participou da Assembleia constitutiva de ACT-D, em Nairobi, em fevereiro de 2007.

Muitas – e fundamentais – são as contribuições do CMI para as igrejas, seus organismos ecumênicos e a sociedade em geral. O aprofundamento de temas e questões pertinentes ao próprio Ecumenismo; a maior aproximação entre igrejas e agências ecumênicas de diferentes países; a promoção da reflexão sobre o papel social de igrejas e grupos ecumênicos na América Latina, e sobre os desafios da autossustentação do movimento ecumênico; o apoio a vítimas da seca e das enchentes no Brasil, em diversas ocasiões; a formação, juntamente com a CESE e o CONIC, de uma delegação internacional que visitou a região do massacre dos sem-terra em Eldorado de Carajás, no Pará, para prestar solidariedade e denunciar a impunidade dos crimes contra trabalhadores rurais no Brasil – são alguns dos exemplos.

Queremos ressaltar o papel político do CMI no estabelecimento de relações entre diversos organismos e o estímulo a discussões e intercâmbios, na busca constante da superação dos problemas que se apresentam ao mundo ecumênico, mantendo uma postura aberta ao diálogo permanente.

No Brasil, além da intermediação política, a contribuição financeira do CMI foi determinante para a consecução de ações concretas de solidariedade, na busca da Unidade e na definição de políticas de cooperação. A sensibilidade para com os projetos de igrejas, com

253 – CESE – **Informativo Semente**. Salvador: CESE / Fast Design, ano XXI, nº 47, maio 2007, p. 7.

sentido social, a valorização das propostas que favorecem avanços no engajamento dessas igrejas, sua Diaconia, tem mostrado a eficácia do CMI.

CESE em rede: CER e FE-Brasil

O desdobrar-se do Movimento Ecumênico – enquanto Diaconia – deu origem e está no centro do Compartilhar Ecumênico de Recursos (CER).

Retomando sua trajetória, constata-se que a noção de Diaconia já teve um significado limitado, quando, especialmente no século XIX, consistia em uma tarefa transferida aos missionários, apenas como forma de catequese nas colônias. Posteriormente, Diaconia tornou-se assunto de teólogos especialistas. Só mais tarde, com as lutas pela independência em várias partes do mundo, esse modelo começou a ser questionado e passou a incorporar a noção de solidariedade.

Com a abertura teológica que se processou a partir de então, procurou-se concretizar o Serviço Mundial Diaconal e o CMI assumiu decisivo papel, adotando o conceito de Diaconia Ampla. Nesse processo, o Conselho privilegiou a relação entre Diaconia e Compartilhar Ecumênico de Recursos, incluindo a dimensão da justiça social e do compromisso das igrejas com o desenvolvimento. Para isso, passou a relacionar-se com a cooperação internacional e a assumir o compartilhar em todos os níveis: espiritual, cultural, material, financeiro, sempre tendo em vista as transformações sociais, rumo a um mundo liberto das injustiças. Tal compartilhar implica, também, em transferência de poder igualmente. E este é um grande desafio, considerando-se as diferenças no mundo, as tensões entre as diversas igrejas e dessas com os movimentos sociais.

Em 1987, a CESE, representada por Eliana Rolemberg (que naquele momento era Coordenadora de Programas e Projetos), participou da Consulta sobre o Com-

partir Ecumênico de Recursos (CER), organizada pelo CMI, que aconteceu em El Escorial (Espanha). Um dos desdobramentos dessa Consulta foi a formação de um Comitê Latino-Americano para o Compartilhar Ecumênico de Recursos, responsável por definir as linhas de trabalho no Continente. Destacou-se a importância do trabalho ecumênico realizado em cada país para permitir a participação de grupos marginalizados – como das mulheres –, nas discussões sobre as injustiças, exploração, opressão, atentados contra a dignidade humana, dívida externa e soberania nacional.

Eliana Rolemberg salienta a importância da consulta de El Escorial para a América Latina, ao considerá-la um referencial para o trabalho das Igrejas. Em plenária do Comitê Central do CMI (Hannover/1988), Rolemberg destacou a posição da CESE em relação às conquistas femininas, principalmente a convicção de que a participação da mulher não deve estar restrita às lutas concretas, mas também em tomadas de decisões e cargos de direção e representação.²⁵⁴ O testemunho estava de acordo com as discussões em voga naquele ano, em que o CMI instituiu a Década Ecumênica da Mulher. No ano seguinte, o CONIC criaria a Comissão da Década de Solidariedade com a Mulher, com o objetivo de incentivar e acompanhar atividades, no Brasil, de valorização do papel da mulher na sociedade.²⁵⁵

Em 1991, o CMI formou também grupos sub-regionais dentro do CER. A CESE, que fazia parte da Comissão Regional, passou a integrar também a Comissão Sub-regional da América do Sul, num processo regional onde se discutem os desafios, mudanças e transformações sociais, políticas e econômicas dos países sul-americanos. Foram realizados encontros periódicos nos países latino-americanos e seus representan-

254 – ROLEMBERG, Eliana. Testemunho referente às resoluções da Consulta Mundial sobre o Compartilhar Ecumênico de Recursos (El Escorial-Espanha). In: **Plenária para uma Diakonia Libertadora**. Hannover (Alemanha): CMI, 1988. Inédito, p. 2.

255 – CESE – MULHERES: reconhecimento por parte do movimento ecumênico. In: **Relatório de Atividades**, p. 16.

tes participavam também de reuniões de avaliação a convite do CMI, em Genebra-Suíça.

A CESE teve a oportunidade de participar de diversas frentes de trabalho do CER-CMI.

Com a Comissão sobre Educação, promoveu encontros de articulação de experiências em educação popular, um dos quais, realizado em Recife, com representantes das Regiões Norte e Nordeste, e outro em São Paulo, com representações do Sul, do Sudeste e do Centro-Oeste. Também esteve presente em dois encontros internacionais – o primeiro promovido por todas as unidades do CMI e o segundo, pelas Unidades II e IV.²⁵⁶

Participou da Rede de Meninos e Meninas Vítimas da Violência, com a coordenação conjunta dos três conselhos de igrejas: CMI, Conselho Latino-americano de Igrejas (CLAI) e Conselho Nacional de Igrejas Cristãs dos Estados Unidos (CNI-USA).

A CESE também participou de encontros como o promovido pelo CMI, em Salvador, em 1998, sobre a Viabilidade Econômica do Movimento Ecumênico na América Latina. Após o encontro, a CESE colaborou ainda, juntamente com outros organismos latino-americanos, com a Unidade III e a Unidade IV, na elaboração de uma proposta de diálogo mais amplo, que incluía igrejas da Europa e dos Estados Unidos. Participou da Comissão de Avaliação e Acompanhamento a Projetos, integrada por representantes de igrejas e organismos latino-americanos e de agências ecumênicas de cooperação europeias e norte-americanas.

Essa comissão de trabalho, formada por Eliana Rolemberg (CESE), Ana Maria Bianchi dos Reis (assessora), Oscar Bolioli (*National Council of Churches of Christ/USA*), Noemi Espinoza (*Comisión Cristiana para el Desarrollo / Honduras*) Bert Noordergraaf (ICCO) e

Humberto Shikiya (Igreja Evangélica Metodista Argentina) formulou o documento *Avaliação cooperação: contexto e diretrizes*²⁵⁷, cujo objetivo foi “partilhar uma sistematização referente à questão da avaliação”²⁵⁸ de projetos de Igrejas e entidades ecumênicas que têm por fim o desenvolvimento com justiça”. O livro foi publicado em espanhol, português e inglês.

A CESE, que desde a sua fundação mantém relações com o CMI, estreitou os laços a partir da criação do CER, da intensa participação nas unidades III e IV, especialmente no trabalho da Comissão para a América Latina. Por um período de sete anos, a CESE fez parte da Mesa Diretora Regional do CER - América Latina e da Mesa Sub-regional da América do Sul.

A criação desse espaço de articulação foi um importante momento de diálogo entre Igrejas e organismos ecumênicos, inclusive para dissipar desconanças e tensões e o conhecimento mútuo de suas atuações. Para as Igrejas, foi importante compreender que as entidades e organismos ecumênicos, mesmo não sendo confessionais, eram espaços de vivência cristã e promoção da dignidade humana. Por sua vez, as entidades e organismos não poderiam negar o valor das instituições eclesiais e a importância do trabalho social por elas desenvolvido. O diálogo possibilitou a cooperação entre esses grupos e um caminhar ecumênico comum, em favor do ecumenismo de serviço.²⁵⁹

A unidade IV fomentou a criação de um Fórum Ecumênico do CER no Brasil, em 1994. O trabalho de articulação ficou sob a responsabilidade do CONIC e da CESE, que, juntos com KOINONIA, Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil e a Secretaria Regional do CLAI, organizaram o CER-Brasil.

257 – **AValiação cooperação:** contexto e diretrizes. Genebra: Comissão de Avaliação do CER/CMI, edição bilingue Espanhol/Português, 1995.

258 – Idem, p.81-82.

259 – DIAS, Zwinglio M.; OLIVEIRA, Rafael S.; PADILHA, Anivaldo (Editores). *Ecumenismo, direitos humanos e paz: a experiência do Fórum Ecumênico Brasil*, p. 24-26.

256 – Os documentos produzidos pela CESE para subsidiar tais encontros são disponíveis em português e inglês.

A partir de 2003, o CER se tornaria o Fórum Ecumênico Brasil (FE-Brasil), com uma proposta de solidariedade e compartilhamento religioso e contrário a quaisquer práticas de intolerância cultural e religiosa. O FE Brasil é formado por igrejas, os conselhos (CLAI e CONIC) e organismos ecumênicos, como: KOINONIA, Centro de Estudos Bíblicos (CEBI), Centro Ecumênico de Evangelização, Capacitação e Assessoria (CECA), Comissão Ecumênica dos Direitos da Terra (CEDITER), Centro Ecumênico de Serviços à Evangelização e Educação Popular (CESEP), Diaconia e Instituto Universidade Popular (UNIPOP).

Em 2007, na assembleia constitutiva de ACT-Desenvolvimento, em Nairobi, foi proposto que FE-Brasil poderia ampliar sua base para América do Sul e ser reconhecido como fórum regional de ACT-D.

A CESE debate grandes temas em parceria com os conselhos

O ano de 1982 foi emblemático para a CESE e também para o movimento ecumênico da América Latina e do Brasil. Com o apoio do CMI, o Conselho Latino-americano de Igrejas (CLAI), fundado em setembro de 1978, na cidade de Oaxtepec - México, foi formalmente constituído pela Assembleia Geral de Igrejas em novembro de 1982, na cidade de Huampani - Peru, com a função de fortalecer a ação e o compromisso das igrejas evangélicas no continente. No território brasileiro, o CLAI visa promover a unidade e fortalecer a cooperação entre as Igrejas e as organizações ecumênicas.²⁶⁰

260 – DIAS, Zwinglio M.; OLIVEIRA, Rafael S.; PADILHA, Anivaldo (Editores). *Ecumenismo, direitos humanos e paz: a experiência do Fórum Ecumênico Brasil*. Rio de Janeiro: Koinonia - Presença Ecumênica e Serviço, 2006, p. 101.



Diretorias CESE-CONIC com presidente Lula

No mesmo ano de 1982, no Brasil, foi fundado o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (CONIC). Participaram da fundação as seguintes instituições eclesiais: Igrejas Católica Apostólica Romana, Metodista, Episcopal do Brasil, Evangélica de Confissão Luterana no Brasil e Cristã Reformada. Era a realização de um sonho acalentado pelas Igrejas brasileiras desde a década de 1970, como vimos anteriormente. Além da promoção da unidade cristã, o CONIC trabalha na defesa dos direitos humanos. Seu principal objetivo é apoiar, estabelecer parcerias e promover o diálogo entre as Igrejas, por compreender que a paz e a unidade são possíveis na diversidade e na promoção do bem comum.²⁶¹

A atuação da CESE no campo das relações ecumênicas tem estreita relação com os conselhos de igrejas – CMI, CLAI e CONIC. Eles sempre desempenharam um papel importante na vida da instituição, sobretudo nas parcerias estabelecidas para a discussão de grandes temas nas esferas nacional e internacional.

Constituinte

Em 1986, CESE e CONIC estavam atentos aos debates sobre a Constituinte. Num esforço conjunto dessas entidades, foi lançado o documento *As Igrejas no Debate da Constituinte*, um apelo às instituições religiosas para que discutissem o assunto e lutassem pela garantia de representatividade popular no Congresso Constituinte. Com o mesmo objetivo, foi realizado um seminário sobre Igrejas e Constituição. Não havia ingenuidade ou otimismo exagerado quanto a mudanças profundas na realidade brasileira, mas falava-se em solidariedade nas lutas dos movimentos populares em busca de uma sociedade justa.²⁶²

O trabalho de divulgação e conscientização sobre a Constituinte, de intensa participação política, conti-

nuaria em 1987. Uma comitiva com integrantes da CESE e do CONIC foi a Brasília para entregar ao Presidente da República, José Sarney, e ao Presidente da Assembleia Nacional Constituinte, Ulysses Guimarães, o documento *Apelo por um Compromisso Coletivo pela Democracia*.

A CESE participou ainda da campanha de coleta de assinaturas para apresentação de emendas populares à Constituinte. Entre os temas propostos estão aqueles pelos quais a entidade trabalha desde a sua fundação: reforma agrária, política agrícola e fundiária, educação, saúde, participação popular, direito dos trabalhadores do campo e das cidades, reforma urbana, direitos da mulher e das populações indígenas. Na política baiana, a CESE participou de reuniões com entidades do movimento popular para discutir alguns dos temas citados acima, a fim de ajudar na elaboração do Plano de Metas dos primeiros cem dias do governo de Waldir Pires.²⁶³

Dívida externa

No final da década de 1980, dívida externa era um tema que fazia parte das preocupações dos países latino-americanos, envolvia os organismos ecumênicos e as Igrejas, e tinha repercussão internacional. Em 1987, a CESE e o CONIC fizeram a primeira reunião preparatória para a realização de uma consulta sobre o assunto. Em março do ano seguinte, foi lançado o documento *Desafio às Igrejas: a questão da Dívida Externa*, resultado de uma parceria entre as duas entidades. A *Consulta sobre a Dívida Externa* aconteceu em 1989 e, além da importância política por servir como referência para que as Igrejas pensassem o endividamento dos países mais pobres (especialmente os latino-americanos), foi saudada pela CESE como um momento de “estreitamento de laços ente CESE/CONIC/CEDI”.²⁶⁴

261 – Idem, p. 102-103.

262 – Idem, p. 20-21.

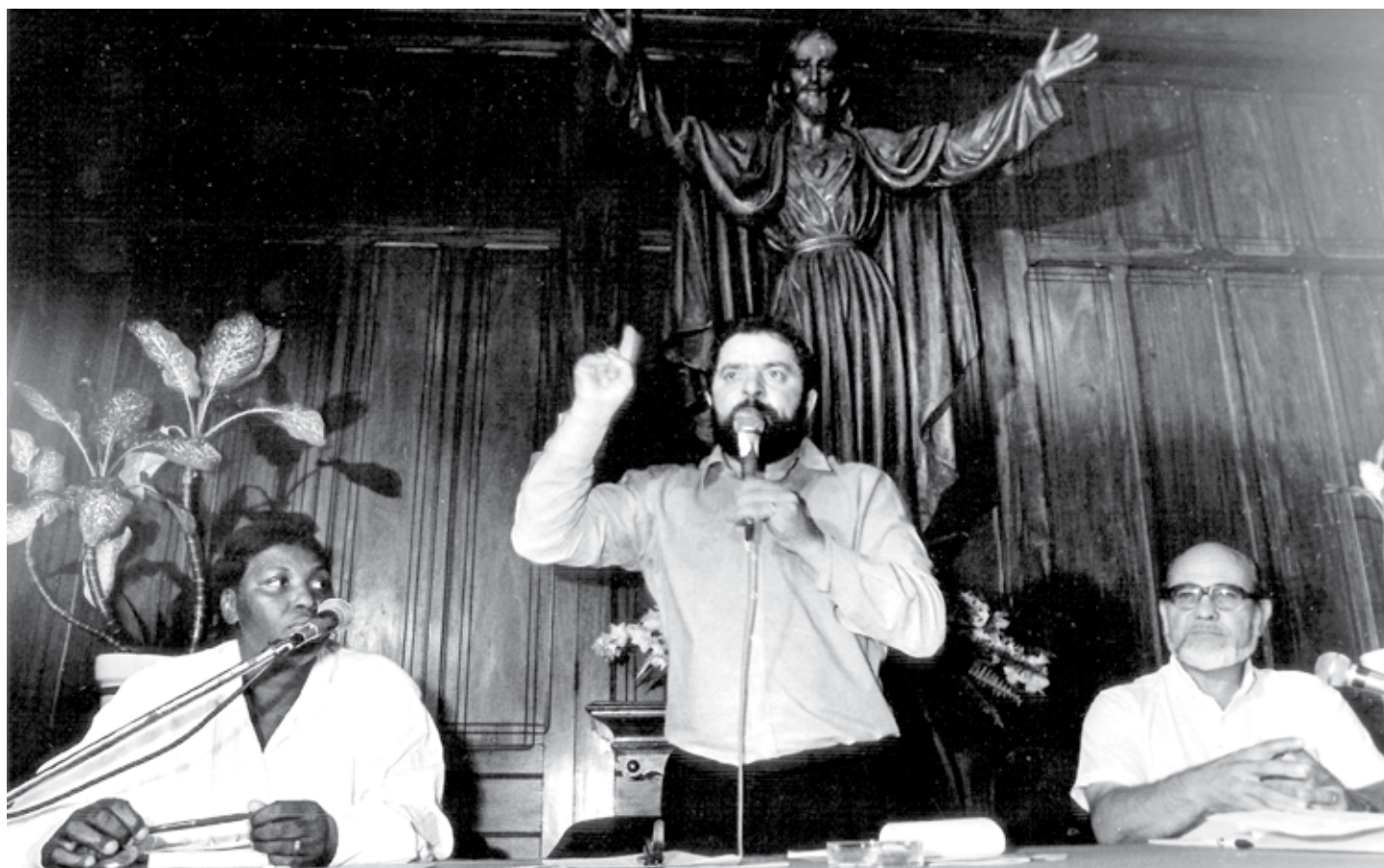
263 – CESE – Relatório de Atividades, 1987.

264 – CESE – Relatório de Atividades, 1989, p. 1.

A dívida externa atingia de forma dramática os países latino-americanos. Os pagamentos feitos e a incessante cobrança dos juros pelo principal credor, os Estados Unidos, e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) pareciam não ter fim e geraram uma imensa dívida social nos países endividados. Membros das Igrejas cristãs e entidades ecumênicas afirmavam que o endividamento foi contraído ilegalmente, com o sangue do povo. Havia uma ética da dívida, ou seja, uma defesa por parte dos economistas, religiosos e das populações menos favorecidas de que quem fez empréstimo – seja o Estado ou os cidadãos – tem que pagar. No entanto, esses mesmos sujeitos também argumentavam que era preciso pagar a dívida externa, mas era imprescindível pagar a dívida social interna.

Em 1990, Espanha e Brasil, por meio de Igrejas, denominações e organismos ecumênicos, como CLAI, CONIC, Arquidiocese de São Paulo, Igreja Presbiteriana Unida (IPU) e o Centro de Criação de Imagem Popular (CECIP), produziram um documentário intitulado *Jogo da Dívida: quem deve a quem?* Economistas, pastores e padres concederam entrevistas para o vídeo e, além da análise histórica da dívida externa latino-americana, apontaram as suas consequências sociais e falaram das alternativas de solução para o problema.

As falas de dois participantes do movimento ecumênico brasileiro nos chamam a atenção. Frei Betto pergunta: “Que papel têm os cristãos diante da calamidade da dívida externa?”. Ele mesmo responde que é preciso três coisas: denunciar; suspender o paga-



Consulta Igrejas e a Dívida Externa. Benedita da Silva. Luiz Inácio Lula da Silva, Bispo Isaac Aço

mento; e pressionar o governo para investir no desenvolvimento social. O reverendo da IPU, Jaime Wright, lembrava que estava próximo de completar 500 anos da chegada dos europeus ao continente americano, da consequente dominação e exploração do território e de seus habitantes. Segundo Wright, em 2000 teríamos um ano jubilar²⁶⁵: Após “499 anos de uso da América Latina”, seria hora da sua devolução, ou seja, do perdão da sua dívida. Por isso, afirmava que ainda havia esperança para o povo latino-americano.²⁶⁶

Um mês após uma reunião realizada em Salvador, em 15 de agosto de 1991, envolvendo membros da entidade e também do CONIC, foi lançado um documento intitulado *Mensagem de esperança*, e uma proposta de trabalho aos dirigentes de outras entidades ecumênicas – Jether Ramalho (CEDI), Julio de Santa Ana (CESEP) e Luiz Eduardo Wanderley (PUC). O texto aponta um “agravamento da situação” com o aumento do desemprego e do preço da cesta básica, o retorno de doenças endêmicas tidas anteriormente como controladas, maior proporção de crianças abandonadas nas ruas, corrupção no alto escalão governamental e dificuldade em equacionar a dívida externa. Considerava-se que os desafios seriam grandes para se enfrentar a crise e que talvez o maior deles fosse recuperar a confiança dos brasileiros no futuro. Afirmava-se, ainda, que a sociedade civil não deveria esperar apenas pelas ações do Estado; até as emendas da Constituição eram medidas de caráter financeiro, tributário e fiscal, sem reais perspectivas de mudanças sociais.

A imprensa havia divulgado uma pesquisa na qual se constatava que as Igrejas eram as instituições que mais recebiam credibilidade da sociedade brasileira e, por isso, não poderiam estar ausentes das discussões

e busca de soluções para a crise; deveriam, com “um espírito de humildade e de serviço”, incentivar o diálogo. A primeira providência seria, portanto, realizar um encontro com representantes das entidades – OAB, CNBB, CEDI, Centrais Sindicais, Associação Médica – dos diversos setores da sociedade, e personalidades – Dom Paulo Evaristo Arns, Jânio de Freitas, Raymundo Faoro, Fábio Konder Comparato etc. – reconhecidamente comprometidas com a realidade nacional.²⁶⁷

A análise da realidade nacional e a busca de soluções para os problemas sociais levaram as Igrejas a formular e entregar um documento dirigido ao papa João Paulo II durante sua visita a Salvador, em outubro de 1991. Enilson Rocha Souza, acompanhado por alguns membros da diretoria da CESE, entregou-lhe um texto, assinado pelo próprio secretário executivo, bispos, pastores e leigos das seguintes Igrejas: Episcopal Anglicana do Brasil (IEAB), Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), Presbiteriana Unida do Brasil (IPU), Batista Nazareth (Salvador - BA), Católica Romana e Católica da Congregação de Sion, no qual expunha a marginalização e miséria do povo nordestino e, ao mesmo tempo, pedia a intervenção do pontífice junto aos países desenvolvidos:

Recentemente a Pontifícia Comissão Justiça e Paz publicou um documento relativo aos problemas éticos da dívida internacional. Sugerimos a Sua Santidade que, inspirado nesse documento e no conhecimento da realidade brasileira e latino-americana, convoque os representantes das grandes potências para o perdão de uma dívida vergonhosa, que escraviza milhões de homens, mulheres, crianças e velhos. ²⁶⁸

265 – Entre os antigos hebreus, Jubileu significava remissão de servidão, dívidas e culpas de 50 em 50 anos. Referência ao texto bíblico Levítico 25: 8, no qual Deus ordena ao povo de Israel “Declarareis santo o quinquagésimo ano e proclamareis o perdão das dívidas no país para todos os habitantes. Será para vós um jubileu. Cada um de vós poderá retornar à sua propriedade e voltar para a sua família”.

266 – DOCUMENTÁRIO *Jogo da dívida: quem deve a quem?* Rio de Janeiro: CECIP/Base Vídeo, 50', 1990.

267 – CESE – Manter viva a esperança. Chamamento para um diálogo com segmentos da sociedade frente à atual crise nacional. Salvador, 27 set. 1991, p. 1-3.

268 – CESE – Documento entregue a Sua Santidade, o papa João Paulo II, quando de sua visita à Bahia, em 20 de outubro de 1991. Salvador, 20 out. 1991, p.1.



Enilson Rocha e Pastor Djalma Torres com o Papa João Paulo II em Salvador – Bahia – 1991

O apelo foi feito em nome da unidade cristã, dos esforços ecumênicos empreendidos pelo papa João XXIII e pelos conselhos de Igrejas – CMI, CLAI e CONIC. O desejo era de que “os gestos ecumênicos se [tornassem] mais transparentes e significativos” por acreditarem que a união dos cristãos era “a verdadeira força capaz de combater a injustiça, as desigualdades sociais e econômicas, o preconceito e a proliferação dos exploradores dos sentimentos religiosos do povo”.²⁶⁹

Em 1998, as discussões sobre a dívida externa foram intensificadas com a realização do simpósio *Dívida Externa: implicações e perspectivas*, que teve membros brasileiros de Igrejas, entidades ecumênicas, ONGs e

movimentos sociais, além de dezessete convidados de outros países da América Latina, Estados Unidos e Europa e representantes do CLAI, CMI e Vaticano. Para o evento, a CESE publicou o livreto *Deus disse: Cancelem a dívida! A Bíblia e a Dívida Externa*²⁷⁰. No final, os participantes posicionaram-se a favor do cancelamento de qualquer dívida ilegítima e injusta. Como parte de uma campanha internacional, foi lançado um abaixo-assinado pelo não pagamento da dívida dos países pobres, cujas assinaturas deveriam ser recebidas pela CESE e entregues durante a reunião do G8 no ano seguinte, na Alemanha. Foi também formulada a proposta de realização de um Tribunal sobre a Dívida Externa.²⁷¹

270 – A elaboração deste documento contou com importante aporte do monge beneditino Marcelo Barros.

271 – CESE – Relatório de Atividades, 1998, p.8.

269 – Idem, p.2.

Em 1999, para acompanhar o livreto *Deus disse: Cancelem a dívida!* a CESE lançou o *ABC da Dívida Externa*, com considerações políticas e técnicas, além de um glossário dos termos mais recorrentes. No mês de abril, foi realizado no Teatro João Caetano, no Rio de Janeiro, o Tribunal da Dívida Externa. O veredicto foi traduzido para outros idiomas. A CESE ainda enviou representante ao seminário *Coalizão Latino-Americana e Caribenha: Por um Novo Milênio sem Dívidas*, realizado em Buenos Aires - Argentina.²⁷²

Questão agrária

A questão agrária sempre esteve presente nos debates e nas ações da CESE, inclusive no acompanhamento de projetos ligados à melhoria de qualidade de vida da população do campo e nas lutas relacionadas à posse da terra. Em 1996, em parceria com o

CONIC, a CESE realizou o seminário *As Igrejas e a Questão da Terra no Brasil*, com a participação de lideranças nacionais das igrejas associadas para discutir a questão da terra. Houve o lançamento do documento *Os Pequenos Possuirão a Terra* e, logo após, a solicitação de uma audiência com o então presidente Fernando Henrique Cardoso para pedir providências quanto à grave questão social, mais especificamente, a questão da terra no Brasil.

Na apresentação do documento *Os Pequenos Possuirão a Terra*, Gertraude Wanke e Glauco Soares de Lima, os respectivos presidentes da CESE e do CONIC àquela época, deixavam claro a quem se destinava a publicação: “Estas páginas foram escritas como uma contribuição das nossas Igrejas às suas próprias bases, às demais comunidades, sindicatos, associações e pessoas sensíveis à questão agrária no Brasil”.²⁷³

272 – CESE – Relatório de Atividades, 1999, p.68.

273 – CESE – *Os Pequenos Possuirão a Terra*. Salvador/Brasília: CESE/CONIC/ Fast Design, 1996, p.7.



CESE e CONIC com o Presidente Fernando Henrique Cardoso, após Seminário Igrejas e a Questão da Terra no Brasil, 1996

A proposta era de que o livreto seguisse o mesmo método de reflexão das comunidades cristãs populares na América Latina. Por isso, os capítulos foram divididos em três partes: a primeira com notícias veiculadas nos jornais sobre as questões de terra e reforma agrária, quase sempre relatos de conflitos; a segunda, o que dizem as leis federais brasileiras; e, por último, o que diz a Bíblia, além de comentários de pastores e membros de comunidades, Igrejas e organizações populares. Uma nova edição foi realizada em 2003, em comemoração ao 30º aniversário da CESE.

Direitos da infância

Entre os dias 14 e 18 de maio de 1990, a CESE participou da Consulta *Meninos e Meninas Vítimas de uma Sociedade Demente*, promovida pelo CMI, CLAI e Serviço Mundial de Igrejas (CWS), organismo ecumênico norte-americano.²⁷⁴

Dando continuidade a esse trabalho, o CMI, CLAI e CWS realizaram um encontro em Honduras, em 1992, cujos principais resultados foram a formação da Rede Latino-Americana de Apoio à Criança e ao Adolescente e realização de um vídeo de divulgação da problemática das crianças. A CESE é membro-nato da Rede e, a partir da participação nesses eventos, intensificou o apoio aos projetos que tratavam da criança e do adolescente, revigorou sua relação com CMI e CLAI, assim como manteve contatos e intercâmbios com Igrejas e agências internacionais, como Finchurchaid, Igreja da Suécia, Igreja Anglicana do Canadá, Serviço Mundial Cristão de Aotearoa – Nova Zelândia, em busca de recursos e ajuda para ações em prol das crianças brasileiras desamparadas.²⁷⁵

A luta de movimentos sociais e organismos ecumênicos em favor da infância contribuíram para o lança-

mento do *Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)*, em 13 de julho de 1990. A CESE fez a publicação do Estatuto, com 10 mil exemplares.

Porém, a primeira publicação do ECA parecia estar muito atrelada à Igreja Católica. Por considerar que a defesa das crianças e adolescentes era responsabilidade de toda a sociedade, sem exclusividade de denominação religiosa, a diretoria da CESE resolveu fazer uma segunda edição do Estatuto, em 1996. Dessa vez, a publicação, em parceria com a Igreja Metodista, com tiragem de 15 mil exemplares, foi acrescida de versículos bíblicos, a exemplo da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Assim, a primeira parte ou livro I proclama o direito. Os 85 artigos dispõem sobre o que deve ser feito e trazem passagens dos livros proféticos. Já a segunda parte ou livro II, dos artigos 86 a 267, tem conteúdo operacional, de como deve ser cumprida a lei; vem acompanhada de trechos dos Evangelhos, por serem textos de conversão e chamada à prática da justiça. Houve uma reimpressão, em maio de 2003, em comemoração ao 30º aniversário da CESE.

A CESE no Jubileu 2000: Campanha da Fraternidade Ecumênica

A chegada do novo milênio em todo o mundo motivou as Igrejas, entidades e organismos ecumênicos a avaliar suas ações e planejar o futuro. No Brasil, as comemorações pelo Jubileu 2000 revelaram-se propícias à reflexão e ao debate sobre o pagamento ou o perdão da dívida externa dos países mais pobres, sobre os 500 anos da chegada dos portugueses e os problemas advindos da colonização. Discutia-se também a busca da unidade cristã e do respeito entre as religiões. Portanto, era um momento de grandes desafios, avanços e também abalos no movimento ecumênico.

Em 2000, houve uma mudança significativa na forma de se realizar a Campanha da Fraternidade, promovida

274 – CESE – Relatório de Atividades, 1990, p. 29.

275 – CESE – Relatório de Atividades, 1991, p. 5.

há décadas pela Igreja Católica, no período da Quaresma, momento de reflexão para os cristãos e também de chamado ao engajamento em ações solidárias. A iniciativa foi do próprio clero católico, representado pela CNBB na assembleia do CONIC.

A união das igrejas cristãs em torno desse movimento ficou evidente no título da campanha lançada em 8 de março de 2000: *Campanha da Fraternidade Ecumênica (CFE) 2000*. Teve como lemas de divulgação, *Dignidade Humana e Paz* e *Novo Milênio sem Exclusões*. CNBB e CONIC foram responsáveis pela coordenação da Coleta Ecumênica Nacional de Solidariedade. O dinheiro arrecadado foi dividido em 2 partes: 60% permaneceram na comunidade que fez a doação, sendo as igrejas locais responsáveis pelo emprego dos recursos; e os outros 40% foram depositados num Fundo Ecumênico de Solidariedade para ajuda em projetos comunitários. CESE e Cáritas administraram a aplicação dos recursos do Fundo Ecumênico.²⁷⁶

A Campanha da Fraternidade Ecumênica foi saudada por líderes religiosos como um grande acontecimento para o movimento ecumênico. O então secretário executivo do CONIC, Pastor Ervino Schmidt, considerou o evento “um vigoroso sinal de unidade” das Igrejas cristãs. O anglicano Dom Jubal Pereira Neves, na época vice-presidente da CESE, destacou que a coleta tinha três grandes desafios: promover mudanças que atendessem à falta de condições básicas de muitas famílias; proporcionar dignidade para os moradores e trabalhadores das ruas; e oferecer esperança para os povos indígenas. O arcebispo de Salvador, Dom Geraldo Majella Agnelo, afirmou que “É preciso organizar esforços para uma ação comum dos discípulos de Cristo e passar da reflexão para ações concretas”.²⁷⁷

276 – CESE – CESE e Cáritas coordenam a Coleta Nacional na Campanha da Fraternidade. In: *Informativo Semente*. Salvador – BA: CESE, ano XIV, nº22, março de 2000, p.3.

277 – CESE – Líderes religiosos falam sobre a Campanha da Fraternidade Ecumênica. In: *Informativo Semente*. Salvador – BA: CESE, ano XIV, nº22, março de 2000, p. 2.

De acordo com o relatório anual de atividades da CESE, a CFE aproximou as denominações, além de ter provocado debate, diálogo e ações comuns de solidariedade. “Para a CESE, significou maior visibilidade nas bases das igrejas e um campo mais fértil para o trabalho diaconal-ecumênico das mesmas”.²⁷⁸ Portanto, cada um a seu modo reafirmava o compromisso dos cristãos com a unidade e a realização do ecumenismo de serviço.

Segundo Eliana Rolemberg, “A Campanha da Fraternidade Ecumênica era desejada desde os anos 80; aconteceu dentro do espírito do Jubileu 2000, mas não havia a intenção por parte dos coordenadores de torná-la permanente”.²⁷⁹ De fato, a possibilidade de realização da CFE estava referendada em 1986, numa “Consulta sobre Diaconia”, realizada pela CESE em Salvador - BA. Ao final dos trabalhos, concluiu-se que havia a necessidade de uma diaconia efetivamente ecumênica e de buscar formas de compartilhar os recursos nos serviços prestados à comunidade. Os participantes solicitaram que a CESE, junto às igrejas-membro, e o CONIC viabilizassem “a realização anual da Campanha da Fraternidade Ecumênica na busca de uma vivência ecumênica em todos os âmbitos”.²⁸⁰

Esse desejo só se tornou realidade no ano 2000. E apesar da importância da mobilização das várias igrejas cristãs, não houve continuidade e a campanha só voltou a acontecer em 2005, com o tema “Solidariedade e Paz”, exatamente quando, diante do aumento da violência urbana, os brasileiros estavam sendo convidados pelas organizações da sociedade civil a promover o desarmamento.²⁸¹

A 3ª CFE foi realizada em 2010, marcando o final da Década Ecumênica para Superar a Violência.

278 – CESE – Relatório de Atividades, 2000, p.28.

279 – Entrevista concedida aos pesquisadores em 06 jul. 2007.

280 – CESE – Relatório de Atividades, 1986, p.21.

281 – DIAS, Zwinglio M.; OLIVEIRA, Rafael S.; PADILHA, Anivaldo (Editores). *Ecumenismo, direitos humanos e paz: a experiência do Fórum Ecumênico Brasil*, p.55-56.

CESE em rede: Processo de Articulação e Diálogo entre Agências de Cooperação Ecumênicas Europeias e Parceiros Brasileiros (PAD)

O PAD é uma iniciativa conjunta de articulação e diálogo entre um grupo de agências ecumênicas europeias de cooperação internacional e as respectivas organizações apoiadas no Brasil, gestada no final dos anos 80 e iniciada formalmente nos anos 90.

Naquele momento, a grande preocupação dessas agências era avaliar a cooperação internacional para o combate e a superação da miséria no mundo, especialmente o trabalho até então realizado com esse fim, no Terceiro Mundo. Para tomar parte no debate, os dirigentes das agências convidaram membros do CMI e seus parceiros na Ásia, África e América Latina.²⁸²

A rede formada foi chamada Processo de Articulação e Diálogo (PAD), com o objetivo central de orientar a promoção de uma nova cultura de diálogo multilateral e a construção de um espaço de compreensão das políticas de cooperação internacional. Assim, o PAD organizou-se a partir de dois eixos: Direitos Humanos e Desenvolvimento Institucional. Além das quatro agências europeias fundadoras, que compuseram o EuroPAD, outras agências incorporaram-se ao processo: *Norwegian Church Aid (NCA)* / Ajuda da Igreja Norueguesa, Serviço das Igrejas Evangélicas na Alemanha para o Desenvolvimento (EED, sucessora da EZE), *Hilfswerk der Evangelischen Kirchen Schweiz (HEKS)* / Igrejas Protestantes da Suíça e *Solidaridad* – Organização Intereclesial de Desenvolvimento para a América Latina.

Com uma composição heterogênea – agências de cooperação, representantes de movimentos sociais,

entidades ecumênicas e organizações não governamentais de diversos países – um dos desafios do PAD é exatamente manter o multilateralismo das relações, a interação, o diálogo e a sintonia permanente entre agências e parceiros e, ao mesmo tempo, preservar a identidade de cada um.

Em 1988 foi formado um “Petit Comité”, por iniciativa da ICCO, com apoio de FASE, CEDI, CUT Nacional e CESE. Em 1990, teve início o processo de consultas regionais (ICCO/ contrapartes) com apoio do Petit Comité. No período de 1990-1994, ocorreu o processo *Discerning the Way Together* (DWT – Discernindo Juntos o Caminho), por iniciativa de Christian Aid, ICCO, EZE e Pão para o Mundo, tendo como objetivos avaliar conjuntamente os resultados da cooperação e definir, em conjunto, caminhos para os 10 anos seguintes.

Em 1992, o PAD realiza encontro em Genebra, com a participação de parceiros do Sul (África, Ásia, América Latina), via Unidades III e IV do CMI. Naquele mesmo ano, parceiros do Sul promovem consultas em seus países. No Brasil, a consulta aconteceu no Rio de Janeiro.

Em 1993, acontece novo encontro, desta vez em Berlim (parte oriental), com as quatro agências, para discussão do documento *Perspectivas do Sul*. Em 1994, as quatro agências comprometem-se a construir um processo de diálogo, o que fica registrado na Carta de Stuttgart. Naquele mesmo ano, ICCO apresenta a proposta do Comitê no Brasil, incentivando sua ampliação.

O ano de 1996 foi de grande efervescência do PAD. As agências reafirmam o compromisso de diálogo e contribuem com propostas para o Seminário Internacional, por meio da Carta de Copenhague. Realiza-se o Seminário Internacional, que teve como objetivo a elaboração de uma agenda comum que respondesse aos novos desafios da cooperação internacional, com a criação de novos mecanismos de atuação multilate-

282 – ROLEMBERG, Eliana; GILHUIS, Jan. A experiência do PAD. In: *Outro diálogo é possível na cooperação Norte-Sul*. Cadernos ABONG. São Paulo: Editora Peirópolis/ Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais - ABONG, nº 31, agosto/2003, p. 55-63.

ral, a partir dos seguintes temas: identidade e postura das agências; igrejas, entidades ecumênicas, movimentos sociais e ONGs diante das mudanças conjunturais; e mudanças conjunturais, seus impactos, e a necessidade de alternativas comuns no contexto da cooperação internacional.

Em 1996, acontece, também, o Planejamento da Coordenação Nacional que aponta três prioridades: reunião dos Regionais; pesquisa sobre a situação institucional das entidades; mapeamento das experiências de diálogos. As agências lançam a Carta de Londres, que apresenta *Direitos Humanos e Sociais* como proposta de eixo temático para o diálogo e articulação em torno da agenda comum. A Coordenação Nacional debate a proposta das agências e estabelece como objetivo estratégico a construção de um “Novo Pacto de Cooperação”. Formula uma proposta de Plano de Ação e indica a organização de dois grupos de trabalho: GT Fórum Multilateral e GT PROPAD / PMA.

Entre os anos de 1996 e 1999, foram realizadas quatro reuniões plenárias do Projeto Conjunto PMA – Holanda, 1996; Tanzânia, 1997; Bangladesh, 1998 e Honduras, 1999. Na primeira plenária foram definidos os objetivos do PMA para ajuda às ONGs:

Melhorar seus métodos internos de trabalho, para otimizar seus limitados recursos humanos e financeiros na luta contra a pobreza e a injustiça;

Melhorar a comunicação entre as organizações do Sul e as agências de cooperação do Norte, através da harmonização dos sistemas de gerenciamento de informação, orientando-os para a aprendizagem e não somente para a prestação de contas, e garantindo a troca oportuna de informações relevantes nas etapas essenciais de cada projeto ou pro-

grama. Isso deve melhorar a cooperação entre parceiros que colaboram para alcançar os mesmos objetivos de desenvolvimento.²⁸³

A CESE teve participação direta na construção do Projeto Conjunto PMA, por meio do seu primeiro secretário executivo, Enilson Rocha Souza, que esteve presente nas três primeiras reuniões plenárias e só não participou da última por estar doente, na ocasião²⁸⁴. Esse trabalho teve continuidade com Eliana Rolemberg – que assumiu a direção executiva após o falecimento de Enilson Rocha – e com Alonso Roberts, que teve participação ativa na quarta reunião plenária (Honduras) e na elaboração do produto final, o documento *Construindo pontes em PMA*.

Em todas as plenárias realizadas, os participantes tiveram acesso aos conceitos e sistemas de PMA, explicações de como seria a comunicação entre agências de cooperação e os parceiros, discussões sobre pontos positivos e os limites do sistema e acordos de orientações para uma boa prática de PMA.

Apesar de inicialmente haver um receio de que o PMA fosse uma imposição das agências, a troca de informações e conhecimento entre os parceiros passou a ser encarada como uma “capacidade de aprendizagem” que possibilitou o aprimoramento e a aplicação de métodos e instrumentos em outras ONGs de seus países. O entusiasmo com a experiência gerou a publicação do documento *Construindo pontes em PMA*, cujo subtítulo, “Orientações para uma boa prática de Planejamento, Monitoramento e Avaliação de projetos de desenvolvimento com base comunitária, implementados por ONGs dos países do Sul com o apoio das agências ecumênicas europeias”, nos dá a ideia exata dos seus objetivos.

283 – ICCO. *Construindo pontes em PMA*. Orientações para uma boa prática de Planejamento, Monitoramento e Avaliação de projetos de desenvolvimento com base comunitária, implementados por ONGs dos países do Sul com o apoio das agências ecumênicas europeias. ICCO: 2000, p.6.

284 – O compromisso de Enilson Rocha Souza com o movimento ecumênico e também com o PMA rendeu uma nota de agradecimento in memoriam, na publicação dos resultados das reuniões.



Projeto Conjunto PMA

O trabalho desenvolvido no Projeto Conjunto PMA está baseado em valores comuns estabelecidos a partir das relações Norte-Sul. Apesar de terem papéis, recursos e poderes diferentes, e serem em muitos pontos divergentes, as agências de cooperação do Norte e as ONGs implementadoras do Sul são interdependentes e procuram estabelecer princípios para o relacionamento, afinal existem propósitos comuns, como contribuir para a luta por uma vida digna e uma sociedade justa e democrática.

Os anos de 1997 e 1998 foram de estruturação do PAD, bem como de elaboração e consolidação do Plano de Ação (PdA). Nesse último ano, por meio da Carta de Stuttgart, o EUROPAD elabora proposta de agenda a partir do PdA e encaminha debate no inte-

rior das agências sobre Orçamento e eixos temáticos. A partir de 1998, o PAD adota como eixo de diálogo e articulação os Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (DhESCA).

Outro período bastante intenso de atividades do PAD, no Brasil, foi entre 1999 e 2000, com o PdA em execução. Foram criados os Grupos de Trabalho Desenvolvimento Institucional e Organizacional (DI/DO) e Direitos Humanos (DH) e uma série de eventos foi realizada: seminários regionais; oficinas regionais de DH em conjunto com o Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH); Consultas Nacional e Europeia sobre DI/DO; Consulta Nacional sobre Direitos Humanos, por regiões; participação no Relatório e divulgação do Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, So-

ciais e Culturais (PIDESC); oficinas regionais de DI/DO (2000) e reuniões da Coordenação Nacional (abril e dezembro/99), da Coordenação Executiva Ampliada (agosto/2000), do EUROPAD (maio e novembro/99; maio/2000) e encontros regionais (abril/2000).

O PAD realizou também um segundo seminário internacional, em Brasília, no ano de 2000, intitulado *Solidariedade Internacional no Novo Milênio – Enfrentando velhos e novos desafios*. O objetivo geral do Seminário foi aprofundar as diversas visões e práticas em relação aos eixos temáticos trabalhados pelo PAD, à época: Direitos Humanos (DH) e Desenvolvimento Institucional e Organizacional (DI/DO).

Vários desses eventos resultaram na elaboração de documentos, como: Documento das Igrejas do Norte sobre DH (setembro/99); sistematização das consultas regionais; sistematização Nacional das Consultas DIDO e DH; e Mapeamento de Fundos Públicos e Privados (PAD e ABONG/2000).

Essa iniciativa tem sido original no âmbito da cooperação internacional, ao apostar na importância de um espaço multilateral e no diálogo permanente entre as organizações parceiras, entre as agências e entre essas e as organizações parceiras.

Em 2005, em apresentação do PAD no Fórum Social Mundial, em Porto Alegre – RS, Eliana Rolemberg e Jan Gilhuis²⁸⁵ destacaram entre as conquistas do PAD: o planejamento participativo das atividades entre agências e parceiros; os diagnósticos realizados pelas entidades europeias e brasileiras sobre os eixos temáticos Direitos Humanos e Desenvolvimento Institucional; as oficinas e os seminários regionais de capacitação e diálogo; os seminários internacionais; a elaboração e divulgação de documentos das agências sobre as ações das Igrejas em relação aos direitos humanos em seus

países; e a exposição fotográfica Direitos Humanos no Brasil e na Europa.

Também é considerada uma conquista do PAD, especialmente para os movimentos sociais no Brasil, a adoção de mecanismos de Planejamento, Monitoramento e Avaliação (PMA), com orientações práticas e métodos de trabalho elaborados por agências ecumênicas europeias de cooperação e organizações do Sul da América Latina, África, Oriente Médio e Ásia, para ajudar as ONGs no desenvolvimento de projetos com base comunitária.

Em 2006, foi realizado o III Seminário Internacional do PAD com o tema *O papel das relações de cooperação internacional na exigibilidade dos DhESCA*. O evento visava qualificar a luta para a implementação dos DhESCA; contribuir para melhor desempenho do papel e possibilidades de cooperação internacional neste campo complexo; contribuir para uma melhor visibilidade de experiências brasileiras trabalhando com DhESCA; e promover intercâmbio entre as organizações. O seminário reuniu pessoas de agências de desenvolvimento e organizações parceiras no Brasil (movimentos sociais, ONGs, organizações ecumênicas), organizações de Direitos Humanos da América Latina e de outros continentes.

Jornadas Ecumênicas: uma experiência de vivência do ecumenismo

A Jornada Ecumênica é uma experiência que teve início em 1994, por iniciativa de KOINONIA, importante entidade ecumênica de serviço, formada por pessoas vinculadas a Igrejas cristãs e outras tradições religiosas, que deu continuidade ao trabalho desenvolvido pelo CEDI. Outros organismos como CMI, CLAI, CONIC e CESE foram convocados e apoiaram o evento, que teve a participação de quatrocentas pessoas, entre protestantes e católicos.

285 – ROLEMBERG, Eliana; GILHUIS, Jan. Op. Cit., p.58.

A primeira Jornada visava realizar um balanço da experiência ecumênica no Brasil, assim como identificar e analisar os desafios enfrentados. Os temas eram vastos. Os participantes foram convidados à reflexão sobre a unidade cristã, as lutas por justiça e paz, a integridade da criação (demonstrando já uma preocupação com o meio ambiente, tema constante nas consultas e assembleias ecumênicas, a partir do ano 2000) e o diálogo inter-religioso e intercultural.

A partir da segunda edição, as jornadas passaram a ser realizadas, de forma conjunta, pelas entidades ecumênicas e Igrejas reunidas no FE-Brasil. A 2ª Jornada aconteceu em 2002, com apoio das Agências Ecumênicas de Cooperação. Foram retomadas as questões do primeiro evento, principalmente a análise da situação brasileira e os desafios do movimento ecumênico no País, mas também houve ênfase na necessidade de articulação das entidades nos âmbitos local, regional e nacional. Acreditava-se que era preciso consolidar os laços de compromissos, ou seja, de solidariedade e cooperação entre Igrejas e organismos ecumênicos.

A 3ª Jornada, em 2005, teve como principal inovação e símbolo as redes estabelecidas entre jornadeiros (participantes das Jornadas), membros das Igrejas, entidades e segmentos das organizações sociais. Participaram também do evento representantes do movimento ecumênico da América Latina e do Caribe, o que contribuiu para atingir seu principal objetivo: criar, ampliar e fortalecer as redes de solidariedade entre os mais diversos organismos ecumênicos do continente.

A experiência das jornadas desdobrou-se, no Brasil, em um conjunto de jornadas regionais, que aconteceram entre 2006 e 2009, com especial ênfase na participação da juventude.

A 4ª Jornada foi realizada somente em 2010, com o lema Ecumenismo, Ecologia, Economia e Vida e o

tema “O desafio dos direitos humanos e a promoção do desenvolvimento transformador”. O lema indicava a preocupação do movimento ecumênico brasileiro com a construção de incidência público-política que desse expressão aos históricos compromissos desse segmento com a promoção, garantia e defesa dos direitos humanos (civis, políticos, sociais, econômicos, culturais e ambientais).

Essa 4ª Jornada reuniu aproximadamente 312 participantes, em sua maioria jovens de movimentos e organizações sociais, de populações tradicionais (quilombolas e indígenas), de religiões cristãs e outras expressões religiosas, de diferentes regiões do Brasil e demais países da América do Sul (Argentina, Bolívia, Colômbia, Paraguai, Peru e Uruguai).

As consultas, reuniões, publicações, processos de fundação ou rearticulações de entidades e organismos ecumênicos nos quais a CESE esteve envolvida, ao longo dos seus 40 anos, demonstram a importância do seu ecumenismo de base ou de serviço na manutenção do diálogo, na luta pela melhoria da qualidade de vida, direitos humanos e preservação da dignidade humana no território brasileiro e sua colaboração e compromisso com o ecumenismo latino-americano. Além disso, a entidade possui também articulação no âmbito internacional, especialmente com o CML, numa ação conjunta em prol da unidade na diversidade cultural e religiosa, de justiça social, paz e desenvolvimento entre os povos.

A busca da unidade está na essência do movimento ecumênico. Porém, como vimos no decorrer desse capítulo, durante a caminhada encontramos avanços satisfatórios e significativos, como os encontros e as consultas que deram origem à CESE e outras entidades ecumênicas, importantes no desenvolvimento do ecumenismo de serviço, mas também muitas resistências, cisões, retiradas, diálogos truncados ou a falta de diálo-

go. Porém, os empecilhos e as dificuldades não podem ser encarados apenas como retrocesso ou decadência, mas como tensões inerentes à tarefa ecumênica.

A Campanha Primavera para a Vida (CPPV)

A CPPV foi criada pela CESE em 2001, com o objetivo de sensibilizar diversos públicos, em especial as igrejas, para reflexão temática relacionada com direitos e justiça e mobilizar recursos para o trabalho da instituição.

A Campanha pretende reforçar a solidariedade das igrejas e da sociedade para com os excluídos, ajudar a recuperar a esperança e chamar a atenção para a luta por cidadania com justiça, paz e integridade da criação. Busca também estimular o exercício da responsabilidade cidadã.

Desde a sua criação, a Campanha buscou estabelecer um vínculo lógico com a Década para Superar a Violência (2001-2010) proposta pelo Conselho Mundial de Igrejas, bem como fomentar a reflexão conjuntural e bíblico-teológica sobre a temática escolhida a cada ano, articulando suas bases em torno dela. A Campanha tem procurado tornar públicos exemplos concretos de uma cultura de paz com justiça e solidariedade.

Naquele ano de 2001, a CESE fez repercutir, no Brasil, a Campanha pelo Comércio Justo, promovida na Grã Bretanha pela agência ecumênica Christian Aid. Aqui, o tema da Campanha foi “Você faz diferença”. Na ocasião, foram realizados diversos eventos em Salvador, com significativa participação das igrejas, movimentos e público em geral, amplamente divulgados pela imprensa local.



Campanha comércio justo – 2001 – Salvador. Painel: Gabriel Kraychete (UFBA), Eliana Rolemberg (CESE), Jaime Amorim (MST), Prof. Reinaldo Gonçalves (UFRJ)



Culto de abertura – Campanha comércio justo – 2001 – Salvador

A experiência foi um aprendizado que motivou a CESE a iniciar sua própria campanha, sob a denominação Primavera Para a Vida. Em sua primeira edição, a Campanha trabalhou o tema “Vamos juntos semear justiça”. Foi uma iniciativa exitosa, iniciando, embora timidamente, um processo de arrecadação de recursos nacionais e abrindo novos espaços públicos para a atuação da CESE, propiciando novas parcerias e fortalecendo a visibilidade da instituição junto às igrejas e aos mais diversos públicos.

Ainda em 2001, inspirada na Campanha em curso, a Câmara Municipal de Salvador homenageou a história e a atuação da CESE no apoio às camadas mais desfavorecidas da população brasileira, fortalecendo a promoção ecumênica da vida.

Christian Aid disponibilizou recursos financeiros e materiais e ajudou a equipe na idealização e realização das primeiras edições da Campanha.

Na edição de 2002, a CPPV refletiu sobre a necessidade de “Semear Solidariedade e Paz”. Em 2003, voltou-se para uma das carências que mais afligem o País e clamou por “Pão e Paz”. Em 2004, buscou animar a juventude brasileira a se engajar na construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, com o tema “Juventude e Paz”. Em 2005, exortou a sociedade a sonhar com uma “Cidade de Paz”. Em 2006, seguiu com o tema de 2005, mas com um apelo distinto: “Mulheres e Homens construindo cidades de paz”. No ano de 2007, adotou o tema: “Direitos e Justiça para a Paz”. Em 2008, a mesma temática foi relacionada com a de outra campanha iniciada pela CESE: “Uma ação para Crianças”.

A primavera é a estação propícia para a realização de uma campanha que tem o girassol como seu símbolo. Sua flor, com inúmeras sementes, quer representar a vida que se reproduz através do apoio de cada pessoa, comunidade, grupo, movimento social e igreja ao serviço que a CESE desenvolve na defesa da justiça e dos direitos humanos.

A Campanha Primavera Para a Vida é realizada, anualmente, de setembro a dezembro, em todo o território nacional, com celebrações, atividades de reflexão sobre o tema do ano e ações para mobilizar recursos para a CESE.



Campanha Primavera para a Vida



Campanha Primavera para a Vida

A CESE face à intolerância religiosa

As Igrejas e organismos ecumênicos desenvolveram, desde 2005, em âmbito nacional, a *Campanha contra a Intolerância Religiosa*, com ênfase nas ações jurídicas para garantir a liberdade religiosa, na reparação de ofensas sofridas e nas discussões em torno do ensino não confessional e laico nas escolas públicas brasileiras.

A Bahia, cenário de vivência do pluralismo religioso, recebeu atenção especial na campanha, dada a atitude discriminatória de setores das Igrejas protestantes históricas, pentecostais ou neopentecostais e Católica Romana contra as religiões afro-brasileiras, com campanhas difamatórias e demonizadoras contra o Candomblé.²⁸⁶ Em Salva-

dor, uma iniciativa de vereadores e ativistas negros instituiu o dia 21 de Janeiro como *Dia Municipal contra a Intolerância Religiosa*.

A busca da pureza doutrinária, o fundamentalismo²⁸⁷ e o proselitismo de alguns grupos protestantes têm, sistematicamente, desembocado em práticas excludentes e intolerantes frente às outras matrizes religiosas ou ramos cristãos que fazem uma leitura mais progressista e ecumênica. Tal postura excludente de “donos da verdade” de setores históricos do protestantismo e dos novos grupos pentecostais leva à condenação de outras formas de fé como errôneas, equivocadas ou, no extremo, diabólicas.

286 — DIAS, Zwinglio M.; OLIVEIRA, Rafael S.; PADILHA, Anivaldo (Editores). *Ecumenismo, direitos humanos e paz*, p.47.

287 — Entendemos fundamentalismo como um movimento conservador e biblicista, o qual se desenvolveu, inicialmente, no seio do protestantismo norte-americano, no século XIX, com uma postura arrogante e excludente. Chegou ao Brasil através dos missionários norte-americanos.

A Igreja Universal do Reino de Deus, em particular, tem protagonizado incidentes condenáveis de desrespeito e discriminação religiosa em todo o País contra comunidades candomblecistas. A reação tem sido feita, inicialmente de forma particular e assistemática, porém, a partir do ano de 2000, campanhas organizadas e ações jurídicas começaram a tratar a questão como um problema público, de desrespeito às leis brasileiras que asseguram a todos os cidadãos o direito de praticar livremente a religião escolhida.

Fiel ao seu perfil ecumênico, a CESE tem desenvolvido atividades e apoiado projetos que buscam a cooperação e o compartilhamento de várias comunidades religiosas cristãs, de tradição africana, indígena ou outros grupos religiosos mais recentes, que compõem atualmente o campo religioso nacional, visando contribuir para a construção de uma cultura ecumênica e da paz, em meio ao acirramento de posições de alguns grupos religiosos.

Vale destacar as recomendações da CNBB quanto à atuação dos católicos brasileiros diante do respeito à liberdade religiosa, presentes nas “Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil”, para os anos de 2003 a 2006. O documento afirma a necessidade de “fazer crescer o conhecimento e a compreensão das outras religiões” por meio de uma formação sistemática para o estudo das religiões e participação em eventos inter-religiosos. A Igreja Católica solicitava aos seus fiéis que demonstrassem sincero respeito pelas convicções em termos de costumes e vivências religiosas dos outros, que evitassem polêmicas estéreis e contraproducentes, agindo com paciência e perseverança diante de posições sectárias e fundamentalistas que dificultam o trabalho ecumênico.²⁸⁸

288 – DOCUMENTOS da CNBB, nº71 – Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil (2003-2006). In: BIZON, José; DARIVA, Noemi; DRUBI, Rodrigo (orgs.). *Diálogo Inter-Religioso: 40 anos da Declaração Nostra Aetate, 1965-2005*, p. 315.

Abalos no movimento ecumênico: *Dominus Iesus*

Em 06 de agosto de 2000, quando se comemorava o sucesso da Campanha da Fraternidade Ecumênica (CFE) no Brasil, alguns setores da Igreja Católica Romana, das Igrejas e denominações protestantes, entidades e organismos ecumênicos, receberam com apreensão, indignação e repúdio a Declaração *Dominus Iesus*, da Congregação para a Doutrina da Fé, órgão do Vaticano, na época presidido pelo Cardeal Joseph Ratzinger. O documento pede aos católicos que continuem acreditando firmemente em Deus, que se fez conhecer por meio de seu filho, Jesus Cristo, e que a salvação de todos os homens se dá pelo mistério realizado na vida, morte e ressurreição de Cristo. Na introdução, ao justificar a necessidade da declaração, se expõem também seus objetivos:

Não se pretende tratar de forma orgânica a problemática da unicidade e universalidade salvífica do mistério de Jesus Cristo e da Igreja, nem apresentar soluções aos problemas e questões teológicas que são objeto de livre debate, mas voltar a expor a doutrina da fé católica em propósito, indicando, ao mesmo tempo, alguns problemas fundamentais que se mantêm abertos a ulteriores aprofundamentos, e confutar algumas posições errôneas ou ambíguas (grifo dos pesquisadores).²⁸⁹

Entre as posições errôneas ou ambíguas está o ponto mais polêmico, debatido e refutado por protestantes e organismos ecumênicos: o poder salvífico. As Seções III e IV abordam o mistério salvífico de Jesus Cristo e a unicidade e unidade da Igreja. Há uma identificação exclusiva da Igreja de Jesus Cristo com a Igreja Cató-

289 – DECLARAÇÃO *Dominus Iesus*. In: http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_20000806_dominus-iesus_po.html, acesso em 05/07/2008, nº3.

lica Romana, quando determina que os fiéis são obrigados a professar que existe uma continuidade histórica, baseada na sucessão apostólica, entre a Igreja fundada por Cristo e a Igreja Católica, ou seja, que esta é a única Igreja de Cristo e confiada ao apóstolo Pedro.

Apesar de recorrer aos documentos do Concílio Vaticano II, a *Dominus Iesus* ignora toda a discussão da segunda seção conciliar, na qual os bispos debateram conceitos e realizaram uma mudança sutil, porém significativa no texto. Ao invés de “A Igreja de Cristo é a Igreja Católica”, pode-se ler no documento final sobre o tema, na *Lumen Gentium* n° 8, “Esta Igreja de Cristo, constituída e organizada no mundo como sociedade, subsiste na Igreja Católica”. Na *Dominus Iesus* n°16, no entanto, reafirma-se que a verdadeira Igreja é somente a Católica Romana e nela reside a salvação. Se outros cristãos serão salvos, isso significa que em suas comunidades existem elementos da *verdadeira Igreja*. As outras denominações não deveriam sequer ser chamadas de igrejas; decreta também que a verdadeira religião é o Cristianismo, as outras são apenas crenças.

A reação entre católicos e protestantes ecumênicos foi imediata. Igrejas, denominações e entidades ecumênicas fizeram declarações nas quais a *Dominus Iesus* foi considerada uma posição arrogante, autoritária e sectarista, um retrocesso na caminhada ecumênica iniciada pelos católicos após o Concílio Vaticano II, uma desqualificação das igrejas de tradição protestante e um obstáculo ao diálogo com a Igreja Católica Romana.

Para se ter ideia da preocupação causada pela *Dominus Iesus* no meio ecumênico, vale destacar os pronunciamentos da CESE, Igreja Metodista e Igreja Presbiteriana Unida (IPU) e a resposta da CNBB. O Colégio Episcopal da igreja Metodista declarou que o compromisso ecumênico dos metodistas os levava

a “repudiar de forma veemente as posições anunciadas por Roma”, mas, ao mesmo tempo, a continuar as “relações de diálogo, cooperação e solidariedade com aqueles setores da Igreja Católica Romana, genuinamente comprometidos com o movimento ecumênico”.²⁹⁰ Afirmava ainda que a Declaração forçava o início de um processo de revisão das relações oficiais com aquela Igreja.

Em correspondência dirigida a Dom Jaime Chemello, então presidente da CNBB, Dom Jubal Pereira Neves, bispo da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil e presidente da CESE, revelava preocupação e aflição diante do “impacto antiecumênico” do documento do Vaticano. Na carta, o bispo anglicano lembrava que católicos romanos, anglicanos e protestantes lutaram juntos contra a ditadura militar no Brasil, fundaram a CESE e, por meio dessa entidade ecumênica, prestaram apoio e ajuda aos “desfavorecidos, espoliados, humilhados e excluídos” em todo o território brasileiro. E perguntava ao bispo católico como poderiam caminhar juntos, na unidade cristã, contra a intolerância, e como construiriam – juntos – o reino de Deus na terra, com justiça, paz e vida plena. Pedia, por fim, que a CNBB se pronunciasse para tranquilizar a todos e para que, como Igrejas irmãs, pudessem “prosseguir na caminhada de diálogo, cooperação e serviço ecumênicos”.²⁹¹

A resposta da CNBB veio em forma da Nota *Sobre o compromisso ecumênico da Igreja Católica*. O texto faz referência ao Decreto sobre o Ecumenismo, *Unitatis Redintegratio*, para reafirmar que as Igrejas protestantes não são destituídas do mistério da salvação e para reconhecer a importância do movimento ecumênico para restaurar a unidade dos cristãos. Reafirma ainda que a CNBB daria continuidade às ações e compro-

290 – CESE – DECLARAÇÃO do Colégio Episcopal da Igreja Metodista sobre recentes documentos publicados pelo Vaticano. Rio de Janeiro, 06 de setembro de 2000.

291 – CESE – Carta de Dom Jubal Pereira Neves a Dom Jayme Henrique Chemello. Salvador-Ba, 22 de setembro de 2000.

missos assumidos com igrejas parceiras no CONIC e na CESE e que os católicos estavam dispostos “a sentar-se à mesa do diálogo *‘de igual para igual’*, na busca comum da verdade e no serviço à humanidade”.²⁹²

O Rev. Josué da Silva Mello, moderador do Conselho Coordenador da Igreja Presbiteriana Unida (IPU), também se pronunciou em relação às declarações do Vaticano. Mello afirma que a *Dominus Iesus* contradiz o comprometimento da Igreja Católica com a cooperação ecumênica, “vulnerabiliza decisões do Concílio Vaticano II e ameaça propiciar retrocesso no pensamento teológico e na próspera caminhada ecumênica”. Apesar de falar em apreensão, a carta traz um tom de esperança, afinal foi escrita após os pronunciamentos da CESE, do CONIC e da CNBB. O reverendo presbiteriano diz que os protestantes estão revigorados e fortalecidos com o “firme posicionamento do CONIC e da CESE quando repudiam as ameaças de estagnação ou de retrocesso de construção da dignidade, da paz e da Unidade cristã” e também pela atitude da CNBB ao recomendar a prioridade no ecumenismo, no diálogo e no reconhecimento de que todas as Igrejas são irmãs em Cristo.²⁹³

Diante desse clima de apreensão provocado pela *Dominus Iesus*, especialmente no campo religioso brasileiro, em que os cristãos estavam unidos e confiantes no sucesso das comemorações do Jubileu 2000 e da CFE, coube à CNBB a tarefa de responder às críticas e questões levantadas em relação ao documento. O Pe. Gabrielle Cipriani, que naquele momento ocupava o cargo de assessor de ecumenismo e diálogo inter-religioso da CNBB, escreveu um texto²⁹⁴ de perguntas e respostas para tirar dúvidas sobre a *Dominus Iesus*.

292 – CESE – CHEMELLO, Dom Jayme Henrique; ASSIS, Dom Raymundo Damasceno. Nota sobre o compromisso ecumênico da Igreja Católica. CNBB, s/d.

293 – CESE – MELLO, Josué da Silva. Por um ecumenismo que emerge do Evangelho: pronunciamento da IPU sobre a Declaração “*Dominus Iesus*” da Congregação do Vaticano para a Doutrina da Fé. Vitória-ES, 30 de setembro de 2000.

294 – CESE – CIPRIANI, Gabriele. Para fazer frente ao relativismo: Declaração “*Dominus Iesus*”. Brasília: CNBB, p. 1-4, 2000.

As duas últimas questões são significativas: “A Igreja Católica merece ainda a confiança do mundo ecumênico?” Cipriani responde com firmeza: “Ela merece!”. E justifica essa resposta dizendo que o CMI também acredita na afirmação e recomenda o diálogo entre protestantes e católicos. O autor reconhece que ainda há resistência ao ecumenismo e ao diálogo inter-religioso no interior da Igreja Católica, porém que mais importante é a confirmação de que existem cristãos católicos e evangélicos que buscam a unidade no diálogo, conversão e colaboração. À última questão “Como podemos acolher a Declaração *Dominus Iesus*?”, o padre responde que se o documento trouxe algum bem foi a obrigação dos católicos de revisitar seu percurso ecumênico, a partir do Concílio Vaticano II, além da necessidade de “reassumir em todos os ambientes o compromisso ecumênico com nossos irmãos e irmãs parceiros há anos no diálogo e, neste ano 2000, na Campanha da Fraternidade”.²⁹⁵

Abalo e desafio para o movimento ecumênico brasileiro

Em julho de 2006, o Colégio Episcopal da Igreja Metodista, reunido em Aracruz - ES, em seu 18º Concílio, decidiu retirar-se dos organismos ecumênicos dos quais fazia parte e onde a Igreja Católica estivesse presente. A decisão polêmica foi lamentada por líderes das diversas Igrejas cristãs e entidades ecumênicas. As diretorias da CESE, CNBB e CONIC demonstraram indignação e estranhamento diante do fato, por se tratar de uma Igreja sempre presente e atuante na caminhada ecumênica brasileira e latino-americana.

A decisão, considerada um retrocesso para o ecumenismo e diálogo inter-religioso, foi encarada com pre-

295 – Idem, p. 3.

ocupação e afetava diretamente o CONIC, cujo presidente na época era justamente o bispo metodista Adriel de Souza Maia.

Na introdução do relatório de atividades da CESE de 2006, a diretora executiva, Eliana Rolemberg, escreveu sobre a tristeza das pessoas ligadas ao movimento ecumênico diante da posição dos metodistas, mas também falou de esperança. “Ficou a esperança, na CESE, de manutenção dos trabalhos com essa Igreja, na medida em que não existem razões para o distanciamento, quando se trata de ação no campo social. Em nossa compreensão, o *serviço* atrai e não separa” (grifo dos autores).²⁹⁶

Quase um ano depois, a saída da Igreja Metodista ainda preocupava e era tema de discussão nas entidades ecumênicas. Durante um debate sobre *As Igrejas diante dos desafios atuais do movimento ecumênico*, realizado na sede da CESE, em 14 de junho de 2007, a entidade recebeu uma carta/documento da Igreja Metodista, em Salvador, manifestando o apoio às suas atividades ecumênicas e o compromisso de participação dos metodistas da Bahia nas reuniões, assembleias, consultas e no desenvolvimento de projetos.

Em janeiro de 2008, uma carta do bispo João Carlos Lopes, presidente do Colégio Episcopal da Igreja Metodista, enviada a Dom Jubal Pereira Neves, presidente da CESE, trouxe nova esperança.²⁹⁷ A correspondência informa que, por orientação do 18º Concílio Geral, a Igreja Metodista criou o grupo de trabalho Ecumenismo. Pede que no “processo de diálogo e estudo”, a CESE, em nome do “relacionamento e caminhada comuns”, esteja junto, em oração, nos próximos quatro anos em que o trabalho seria realizado. Destaca quatro pontos principais:

1. esclarecer à Igreja e à sociedade a respeito das “implicações” decorrentes da decisão; 2. estabelecer caminhos e condições para que a Igreja Metodista possa cumprir o que Jesus pediu a seu discipulado [...], a unidade; 3. definir estratégias de ação para que o primeiro sinal do Espírito seja uma realidade na prática de Igreja Metodista; 4. rever a Carta Pastoral sobre Ecumenismo produzida pelos bispos metodistas em 1999 para que responda a esta nova conjuntura.²⁹⁸

Em resposta, Dom Jubal Pereira Neves considerou saudável a preocupação dos metodistas com as implicações do Concílio, mas demonstra tristeza com a revisão da Carta Pastoral, por considerá-la “um dos documentos fundamentais da caminhada ecumênica brasileira”.²⁹⁹

A retirada da Igreja Metodista dos organismos ecumênicos foi vista como retrocesso. Porém, podemos pensar esse fato como mais uma tensão dentro da experiência ecumênica. Para finalizar, gostaríamos de retomar o pensamento de um dos mais notáveis teólogos do ecumenismo e lembrar o seu testemunho. Trata-se de uma fala do teólogo metodista José Míguez Bonino sobre a suposta decadência do movimento ecumênico. Bonino afirmava, no final da década de 1980, que na sua caminhada viu “aparecer, desaparecer e reaparecer movimentos, iniciarem-se e dissolverem-se diálogos e surgir outros”; também acompanhou e participou de modos de ação traçados e postos em prática que foram “desfeitos, modificados ou incrementados em novas direções”³⁰⁰. Por tudo isso não acreditava na decadência, mas num campo de conflitos com suas unidades e divisões.

296 – ROLEMBERG, Eliana. Introdução. In: Relatório de Atividades, 2006, p. 5.

297 – Apesar da pesquisa para este livro ter sido encerrada em 2007, foram acrescentadas estas correspondências de 2008 por serem consideradas fundamentais para a compreensão das atitudes tomadas pela Igreja Metodista e demonstrarem que há continuidade no diálogo entre os metodistas e os organismos ecumênicos.

298 – CESE – Carta de Dom João Carlos Lopes a Dom Jubal Pereira Neves, 16 de janeiro de 2008.

299 – CESE – Carta de Dom Jubal Pereira Neves a Dom João Carlos Lopes, 24 de janeiro de 2008.

300 – BONINO, José Míguez. Dor e esperança. In: *Revista Tempo e Presença*. 1988, p.7.

■ Parte II

Capítulo 3



Os projetos sociais apoiados pela CEE:
O bom combate pelos direitos humanos



Elizete Silva
Fátima Nascimento
Lucyvanda Moura

"EU CREIO que a CESE, em seus quase 40 anos, mostrou fidelidade e continuidade. Fidelidade em apoiar os projetos da base, especialmente aqueles ligados aos Direitos Humanos, mas os Direitos Humanos na perspectiva dos pobres, que é o direito à vida..."³⁰¹

A Coordenadoria Ecumênica de Serviço nasceu no contexto da ditadura militar, quando a sociedade civil brasileira vivia sob opressão política, os movimentos sociais foram silenciados e muitos de seus líderes foram banidos do País, presos ou mortos. Em tal conjuntura, a criação de um Serviço de Projetos ecumênico representou também uma reação política, uma forma de resistência propositiva, um apoio explícito e efetivo a entidades e movimentos coletivos.

É emblemático que o primeiro grande projeto apoiado pela CESE tenha sido a luta pelos Direitos Humanos, numa articulação nacional e com organismos internacionais, iniciado em 1973.

Conforme os documentos da diretoria da CESE, o sociólogo Waldo Cesar, um dos articuladores do setor progressista protestante, foi redator e um dos executores do projeto, o qual incluía palestras, grupos de apoio e a publicação do texto integral da declaração Universal dos Direitos Humanos, em forma de cartilha, acrescida "onde possível de um texto por extenso do Velho Testamento e outro do Novo Testamento"³⁰². Os 30 artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos foram apresentados de per si, acompanhados de textos bíblicos e um pequeno comentário extraído de documentos das diversas comunidades religiosas próximas ou organicamente vinculadas à CESE.

301 – Depoimento de Leonardo Boff, teólogo e ativista da luta pelos direitos humanos, à equipe da CESE, por ocasião do lançamento da Campanha Primavera para a Vida, em São Paulo, 2010.

302 – Livro de Atas da Diretoria ata no 3, 14/09/1973 p. 4.

Além de Waldo Cesar, o Rev. Jaime Wright participou ativamente do projeto sobre os Direitos Humanos, tornando-se também um dos executores do *Brasil Nunca Mais*, juntamente com líderes católicos, a exemplo de D. Paulo Evaristo Arns, arcebispo de São Paulo. Entre 1973 e 1978 "foram publicados um milhão e oitocentos mil exemplares da cartilha".³⁰³

O projeto Brasil Nunca Mais em defesa dos Direitos Humanos e contra a violência política do governo militar contou com o aporte financeiro do CMI e intermediação institucional da CESE. A Pastoral dos Direitos Humanos encetada pelo arcebispo católico D. Arns contou com substancial apoio logístico e financeiro da entidade. Correspondências entre representantes da Arquidiocese de São Paulo e a CESE comprovam o envolvimento e a parceria ecumênica na luta dos cidadãos brasileiros contra a ditadura militar e o terrorismo de Estado que se instalaram no País, após 1964.

A cartilha dos Direitos Humanos pretendia ser didática e atingir prioritariamente os grupos cristãos, sensibilizando-os para o cumprimento das normas prescritas na declaração, dentro do território nacional. Ao final da cartilha, apresentava-se um índice dos textos bíblicos citados em cada artigo. Tratava-se de uma leitura contextualizada, fundamentando a participação política dos fiéis, enfocando as relações entre a fé e a intervenção social, originárias das concepções progressistas e ecumênicas de setores protestantes e católicos, já analisadas anteriormente na primeira parte deste livro.

Na última página da cartilha apresentavam-se sugestões para melhor aproveitá-la, individualmente ou em grupos, e de forma clara conclamava os leitores à reflexão e a ações práticas tais como:

303 – Documento da CESE, Declaração Universal dos Direitos Humanos 2000 p. 3.

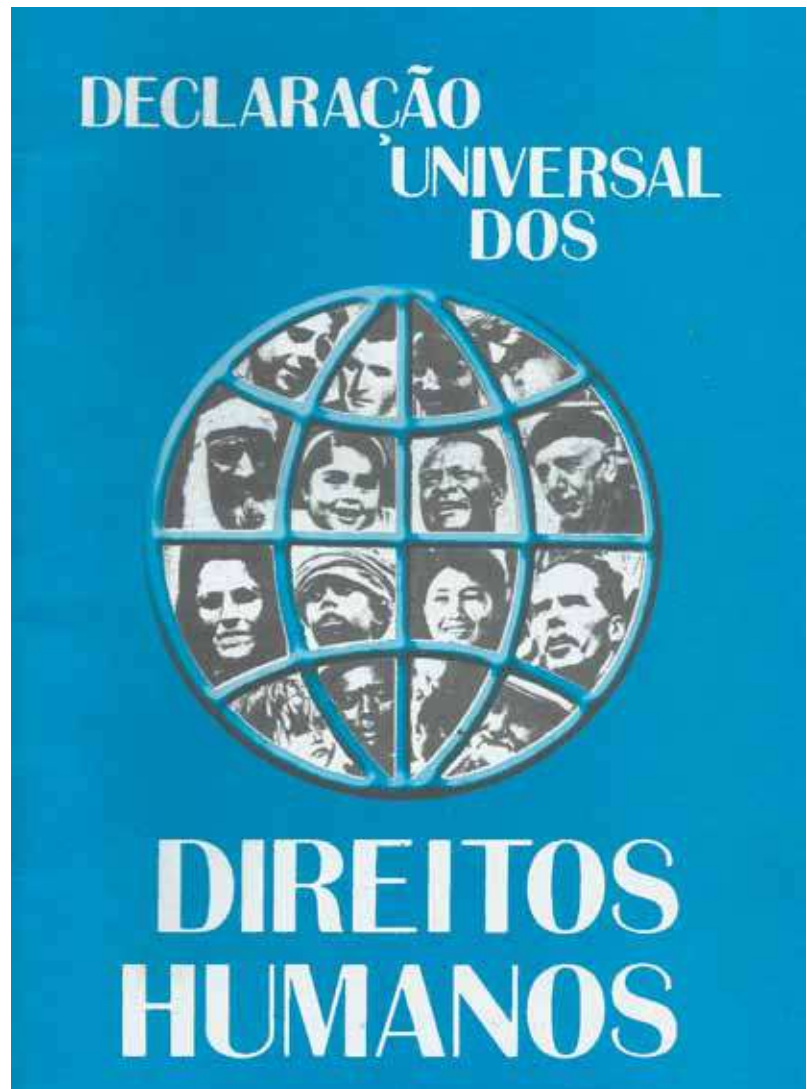
...a) comparar com a nossa realidade e verificar quais são os artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos mais violados entre nós.

b) que tipo de ação você ou seu grupo poderia desenvolver para diminuir ou preferivelmente, eliminar estas violações?³⁰⁴

Num momento em que o Brasil vivia sob o arbítrio dos governos militares, a eficácia de tal movimento, inclusive o caráter formador de construção de cidadania e resistência política, certamente incomodou os defensores do golpe. Além de orações e reflexões bíblicas, incentivava-se a criação de grupos organizados e atuantes. “Para as circunscrições eclesiais (dioceses, presbitérios, paróquias etc.) criar centros de Defesa dos Direitos Humanos”, recomendava a sugestão de número 3. Aos grupos não eclesiais sugeriam reuniões, teatro, concurso de cartazes, poesias e a denúncia de violações dos Direitos Humanos de que tomassem conhecimento.³⁰⁵ O processo de conscientização deveria culminar com ações práticas de conotação política.

A CESE apoiou orgânica e financeiramente a criação de vários comitês que lutavam pela anistia de presos políticos e direitos humanos no Brasil, a exemplo do comitê de Santo André, da Bahia, Maranhão, Ceará, Minas Gerais, dentre outros.

A cartilha contendo a Declaração Universal dos Direitos Humanos espalhou-se de norte a sul do território nacional, cumprindo o seu papel de ins-



trumento na alfabetização política de brasileiros, que em sua maioria vivia destituída de um patamar mínimo de civilidade, que pudesse ser compreendido como cidadania.

Um exemplo eloquente do raio de ação desse projeto da CESE foi o episódio do massacre de presidiários em Carandiru, São Paulo, em 1992, quando os sobreviventes – aos gritos e acuados – empunharam um exemplar da cartilha dos Direitos Humanos, publicada pela entidade, lutando pelo mais básico direito humano: o direito à vida, de dispor da sua própria existência.

304 – Idem p.36.

305 – Ibidem.

A foto, testemunho histórico para a posteridade do massacre, foi estampada em vários meios de comunicação nacional e internacional. Não sabemos o percurso da cartilha até chegar às mãos de presidiários de Carandiru. Talvez levada por algum religioso devoto, ou advogado atencioso e consciente do seu ofício; o certo é que aqueles homens, tratados como bestas-feras, brandiram a Declaração dos Direitos Humanos como um grito de liberdade, “um suspiro da criatura oprimida”, como nos dizia Marx³⁰⁶ ao referir-se à alienação humana impingida pela sociedade desigual e injusta.

A campanha pelos Direitos Humanos, encetada pela CESE, foi financiada pelo CMI, o qual desde o final dos anos 60 apoiou vários movimentos sociais que lutavam por liberdades democráticas na América Latina, prenhe de governos golpistas liderados por militares naquela conjuntura. O CMI organizou um comitê específico para tratar dos Direitos Humanos, o qual teve uma intensa atuação na resistência à violência dos militares. Em Genebra, criou-se a sede de uma rede internacional de luta que denunciava violações de direitos, acolhia e dava asilo a perseguidos políticos.

A iniciativa da CESE, levada a cabo com o apoio incondicional do CMI, foi rapidamente imitada por outros organismos eclesiais da América Latina, América do Norte e Europa, que publicaram documentos similares, adaptados às circunstâncias de seus próprios países.³⁰⁷

Vários brasileiros perseguidos pelo governo militar receberam apoio e acolhimento da entidade, a exemplo do Missionário Manoel de Mello, preso pelos militares, em 1975, e a diretoria da entidade prontamente oficiou ao então ministro da justiça, Armando Falcão, exigindo a sua liberação e respeito aos Direitos Humanos.³⁰⁸

306 – MARX, Karl. *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*. p.46.

307 – HARPER, Charles. *El acompañamiento*. Trilce. 2007, p. 36.

308 – Livro de Atas da Diretoria da CESE. 14/03/1975, p. 15.

Eliana Rolemberg, como militante política da AP (Ação Popular), foi presa pelos militares e ao exilar-se na França, encontrou acolhida no CMI, onde atuou no asilo de refugiados políticos e em contatos com o Comitê Brasileiro de Anistia. O Conselho Mundial de Igrejas teve uma atuação fundamental na época da ditadura, ajudando perseguidos que precisavam sair do País, e também no projeto Brasil Nunca Mais.³⁰⁹

Quando do assassinato do jornalista Wladimir Herzog pelos prepostos militares, em 1975, a CESE programou, juntamente com várias entidades da sociedade civil, uma campanha de denúncia da violação dos Direitos Humanos ao nível internacional, utilizando-se da rede de apoios políticos, sediada no CMI, em Genebra. No culto ecumênico realizado em 31 de outubro de 1975, com a participação de líderes religiosos judaicos, islâmicos, católicos e protestantes, a entidade foi representada pela sua diretoria naquele grande ato político que marcou, como num ponto de inflexão, a resistência da sociedade civil brasileira contra o governo ditatorial.

O Rev. Jaime Wright, também diretor da CESE, oficiou o culto, ao lado de outros sacerdotes religiosos. Dir-se-ia que os sonhos libertários e ecumênicos do judeu e comunista Herzog cumpriam-se naquela cerimônia fúnebre em sua homenagem. Morto, mas simbolicamente vivo, continuava a conclamar os brasileiros à resistência ao golpe.³¹⁰

Emiliano José, um ex-presos político da ditadura na Bahia, acompanhou a trajetória da entidade: “Foi significativa a intervenção política da CESE no período da ditadura, expressa, por exemplo, nas quatro edições do livreto sobre a Declaração Universal dos Direitos Humanos.”³¹¹

309 – Entrevista concedida aos pesquisadores por Eliana Rolemberg em 06/07/2007.

310 – Documentos avulsos da CESE. Correspondências de 1975.

311 – Jornal Tribuna da Bahia 07/06/2000.

Em 1982, 33 grupos dos Regionais de Direitos Humanos reunidos em Petrópolis no I Encontro Nacional de Direitos Humanos, decidiram criar o Serviço de Intercâmbio Nacional (SIN), o qual, a partir de 1986, foi denominado como Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos no Brasil. Com o apoio efetivo do CMI, a CESE financiou totalmente a criação desse movimento e sua articulação política no território nacional, bem como internacionalmente.

Ao longo do período do governo militar, a CESE continuou a apoiar núcleos e comitês de Direitos Humanos que se espalharam no País. Mesmo após o pro-

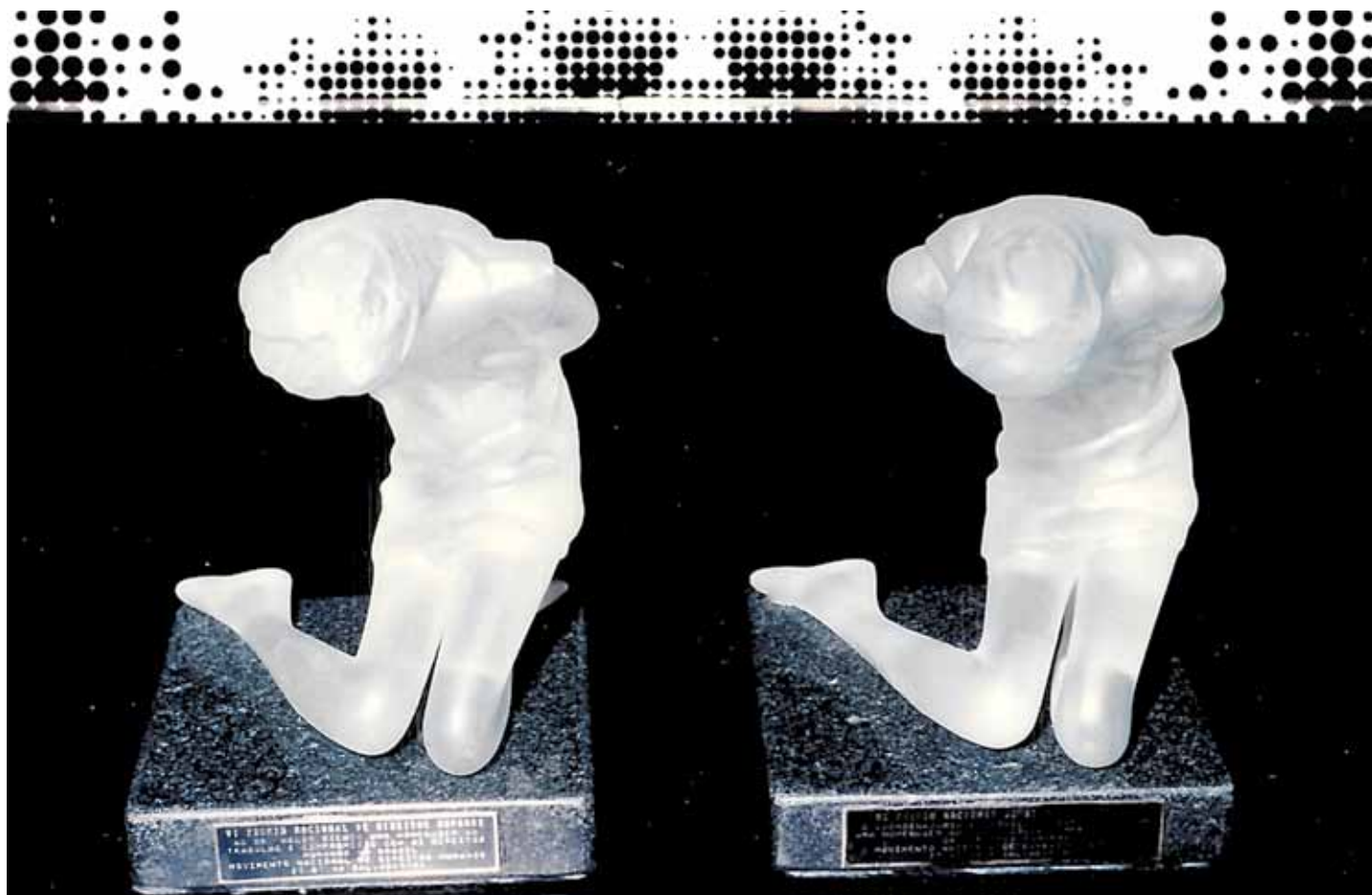
cesso de democratização nacional, a partir de 1987, com a Convocação da Constituinte, a entidade seguiu apoiando as lutas pelos direitos fundamentais.

Embora não se constitua como entidade de caráter político, podemos afirmar que a CESE deu uma relevante contribuição no processo de abertura política na década de 80, com apoio a projetos de organizações sindicais, realização de seminários de discussão política, bem como na formação de quadros atuantes em defesa dos Direitos Humanos no Brasil.

Em 1998, na celebração dos 50 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, a entidade organizou



CESE recebe prêmio direitos humanos



Estatueta Prêmio Direitos Humanos

a publicação *Debate – Direitos Humanos*, na qual vários especialistas religiosos e acadêmicos discutiram sobre a temática, abordando direitos da infância, étnicos, políticos e econômicos, além de fazer um balanço do Movimento Nacional de Direitos Humanos. Ampliava-se o espectro das questões específicas dos direitos civis para as necessidades básicas da sociedade brasileira.

Em 2003, com a ampliação da luta pelos direitos humanos também nas esferas econômica e cultural (DESC), a CESE reeditou a Declaração Universal dos Direitos Humanos e publicou o livro *O Compromisso Ecumênico com os Direitos Humanos*, contendo textos sobre a temática, reafirmando, assim, os seus objetivos em defesa da vida e da cidadania.

Os direitos humanos na centralidade da ação da CESE

Como demonstrado até aqui, a CESE nasce referenciada no forte compromisso com os Direitos Humanos e apoiou diversas iniciativas que contribuíram para a garantia desses direitos, no País. Ao longo da sua trajetória, os direitos humanos foram ganhando mais espaço e pode-se afirmar que eles ocupam lugar central nas diversas linhas de atuação da instituição.

Nos anos 70, a preocupação mais imediata foi com os direitos civis e políticos, seriamente feridos pela ditadura militar. Ainda hoje, os direitos civis sofrem frequentes abusos e os direitos políticos muitas vezes são mera-

mente retóricos. O agravamento da crise social tem levado, inclusive, a um rebaixamento desses direitos, notadamente nos grandes centros urbanos, que se expressa, principalmente, na banalização da violência, num mal estar de insegurança, no impedimento elementar de ir e vir - pela ausência de uma efetiva segurança pública.

Nos anos 80, a CESE acompanhou a Sociedade Civil na crescente luta pelos direitos econômicos, sociais e culturais, especialmente a mobilização em torno da Assembleia Constituinte. Ainda hoje, depois de ser promulgada a Constituição, com extensas garantias sociais, e depois do Brasil ratificar o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC), em 1992, esses direitos estão longe de ser realizados. E só muito recentemente, a partir de 2000, é que os DESCs iniciam sua internalização nas agendas dos movimentos, processo no qual a CESE esteve e está fortemente envolvida.

Na virada do milênio, o País se defronta com o alerta ambiental, no auge da insustentabilidade do modelo urbano-industrial e do consumismo, e a consequente utilização intensiva e predatória dos recursos naturais. Os movimentos sociais, ouvindo o clamor das populações urbanas e rurais, que viam seus territórios ameaçados pela insalubridade, pela espoliação da terra, pelo desmatamento e destruição das paisagens, incorporaram questões referentes aos direitos ambientais, inaugurando conceitos ousados como o da Dívida Ecológica e Justiça Ambiental, em face à crise ecológica e às mudanças climáticas.

Com a mesma ênfase, a CESE adota os princípios éticos de equidade de gênero e raça, bem como as dimensões das identidades e da subjetividade segundo uma visão multicultural e ecumênica dos direitos. Em 2006, internalizando a compreensão da interdependência e indivisibilidade, a CESE coloca no centro de seu planejamento para o novo quinquênio o termo

Direitos Humanos, em lugar de especificar os DhES-CAs como no período anterior.

Ressalta ainda, a existência de uma relação íntima entre os Direitos Humanos e o modelo de desenvolvimento. Rejeitando qualquer projeto de crescimento econômico ambientalmente destrutivo ou socialmente excludente, a CESE defende e promove formas de desenvolvimento, geradoras de trabalho e renda, que respeitem a igualdade de direitos e que sejam economicamente viáveis, socialmente justas e ambientalmente sustentáveis.

Nos marcos da globalização – que tem como pano de fundo a permanência das crises financeira, alimentar, energética e ecológica – a CESE, igualmente, se identifica e atua em iniciativas solidárias na luta por direitos no plano regional latino-americano, bem como nos diálogos que se estabelecem nos âmbitos Sul-Sul e Norte-Sul, no que se convencionou como sendo articulações de caráter *altermundista* – por uma nova ordem mundial.

A CESE continua comprometida com a luta pela defesa, garantia e promoção dos direitos, tantas vezes reconhecidos e geralmente respaldados por normas internacionais aceitas e ratificadas pelo Brasil. Do mesmo modo comunga com a visão de que democracia, desenvolvimento e respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais são conceitos interdependentes que se reforçam mutuamente. Mas considera que a concepção de direitos é dinâmica, que a visão dos direitos vem se amplificando durante décadas e que este é um processo em constante evolução (as pessoas como sujeitos de direitos). Portanto, a CESE acompanha os movimentos sociais na definição e afirmação por novos direitos.

Como expressão do acúmulo da CESE quanto à contemporaneidade das demandas sociais que se propõe atender e às possibilidades de intervenção coe-

rente com sua Missão, a instituição formulou Políticas Referenciais, que orientam suas ações no campo do apoio a projetos e no diálogo com grupos apoiados e parceiros. Elas estão baseadas nos direitos humanos e guardam entre si um sentido de interdependência e interdisciplinaridade. Numa sociedade em conflito, cuja marca estrutural é a desigualdade, tais políticas devem assumir uma perspectiva emancipatória visando contribuir para a construção de uma nova cultura de Direitos Humanos que interfira nas mudanças das relações sociais e dessas com a natureza.

Com esse espírito, foram criadas as políticas referenciais Direito a Terra, Água e Território; Direito à Cidade; Direito a Trabalho e Renda e Direito à Identidade na Diversidade, que apresentamos, de forma breve.

Direito a terra, água e território

As preocupações com a questão agrária estão presentes desde os primórdios da atuação do setor progressista evangélico, configuradas nos projetos Apodi e Gurupi, analisados anteriormente. A CESE, ao longo dos seus 40 anos, também tem apoiado iniciativas de organizações e movimentos voltados à posse e ao uso da terra.

Frente ao episódio desumano do massacre de camponeses em Eldorado de Carajás (Pará), a CESE fez uma vigorosa campanha de denúncias a organismos internacionais, exigindo a punição dos culpados. Enilson Rocha, na época, secretário executivo, visitou pessoalmente o local da chacina com jornalistas e ativistas dos Direitos Humanos, protestando contra a omissão das autoridades constituídas. "Quando do massacre de Eldorado dos Carajás, organizou uma comitiva, e foi ao Pará, e na sequência, organizou a vinda de uma comissão internacional com representantes do Conselho Mundial de Igrejas e autoridades alemãs para tentar evitar a impunidade", testemunhou Emiliano José.³¹²

312 – Depoimento in Enilson: a trajetória de um bom-pastor. Salvador 08/06/2000.

Os projetos apoiados pela CESE para as comunidades rurais são fundamentais para a sustentação da pequena produção agrícola de subsistência ou para um pequeno mercado local, alimentado pelos trabalhadores rurais.

A CESE reconhece a distribuição desigual de terra e da água como um elemento central nas relações de poder no Brasil e, desde sua fundação, tem apoiado as lutas pelo direito a terra e água, considerando toda a diversidade que essa questão comporta, no campo e na cidade. Alguns dos elementos fundamentais dessa política referencial são: o apoio à luta pela reforma agrária e a demarcação de territórios indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais; à conservação da biodiversidade; a estratégias de acesso à água para consumo e produção; à agricultura camponesa agroecológica; ao combate ao hidronegócio e à luta pelo acesso à terra urbana, com regularização fundiária.

Direito à cidade

Os problemas urbanos também têm constado da agenda da CESE. São projetos das mais diversas naturezas, propostos, no geral, por associações de bairros, entidades e movimentos organizados em busca de apoio e melhoria da vida urbana, além de formação política e afirmação de direitos sociais.

Nos primeiros anos de funcionamento da entidade os projetos urbanos voltavam-se basicamente para a temática educativa e comunitária ou destinavam-se à formação e capacitação de mão-de-obra específica.

Na década de 1990, desenvolveu uma linha de atuação denominada Reforma Urbana e Moradia, a qual tinha como objetivos ampliar o acesso à moradia e à infraestrutura básica para as populações da periferia das cidades; e ampliar a participação dos grupos do movimento popular nos espaços de discussão das políticas públicas direcionadas à Reforma Urbana.

O conceito de “direito à cidade” passou a ser incorporado no plano de ação da entidade, a partir do ano 2000, em sintonia com a nova formulação adotada pelos movimentos de luta pela reforma urbana no Brasil. O direito à cidade é entendido como a luta por moradia em condições de efetiva habitabilidade, saneamento ambiental, transporte e demais serviços públicos e pressupõe a participação popular na definição das políticas públicas (“gestão democrática das cidades”).

A CESE definiu esta política referencial considerando o grave contexto de violações de direitos nas cidades brasileiras, incluindo a violência urbana, reflexo das profundas desigualdades sociais no País e agravado pelo processo de urbanização acelerada vivido no Brasil a partir da década de 70. Nessa política, a CESE prioriza o apoio a organizações urbanas de atuação local e os movimentos sociais pela reforma urbana e direito à cidade.

Direito a trabalho e renda

Duas abordagens, interdependentes, introduzem a discussão sobre Trabalho e Renda: a primeira, a defesa da vida com dignidade – nesse sentido, o espaço e dinâmicas em que as estratégias de reprodução da vida se materializam tornam-se fundamentais para construção dessa política; a segunda abordagem é a dos Direitos Humanos. O Direito a Trabalho e Renda figura entre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Por ter como base a igualdade, o direito ao trabalho prevê que toda pessoa tem direito de ganhar a vida por meio de um trabalho livremente escolhido, de possuir condições equitativas e satisfatórias de trabalho e renda e de ser protegida em caso de desemprego.

Outro elemento de análise é a reestruturação produtiva que quebrou o chamado ciclo virtuoso do capitalismo depois de 1945, resultando em perda definitiva

de postos de trabalho. Este processo que se acentua, depois de 1970, nos países centrais, trouxe profunda crise dentro do movimento operário afetando a materialidade da classe trabalhadora, com inevitáveis rebatimentos no plano ideológico e político, ou seja, arrefecendo sua capacidade de incidir nas lutas sociais.

O movimento sindical brasileiro, grande vetor de conquistas políticas no final da década de 70 e durante a década de 80, enfrenta uma crise profunda a partir dos anos 90. Os setores de maior poder organizativo sofrem uma fratura estrutural. Muitos tiveram um processo de terceirização intensa que agudizou a crise no sindicalismo urbano. No campo, observa-se um movimento distinto, mas igualmente perverso: a extensão dos direitos previdenciários ao trabalhador rural concorreu, paradoxalmente, para a perda de combatividade dos sindicatos, enredados na administração dos benefícios conquistados.

A lógica neoliberal rompe as fronteiras dos estados nacionais, mas mantém e reforça a lógica da acumulação capitalista sob a batuta dos países centrais e das transnacionais. Assim, a reprodução da força de trabalho pode se dar em qualquer parte do mundo, desde que as taxas de lucros não sejam comprometidas. A sociedade contemporânea revela, assim, um modelo de desenvolvimento internacionalizado, ambientalmente predatório e socialmente injusto, que apregoa o livre comércio, mas não abre mão do protecionismo.

Com a Política Referencial Direito a Trabalho e Renda, através de seu serviço de projetos e do diálogo com os diversos segmentos da sociedade civil, a CESE busca fortalecer as estratégias de superação do desrespeito aos direitos econômicos. Sem fronteiras entre o rural e urbano e considerando a diversidade de dinâmicas, visa-se com essa política ter um olhar mais atento ao mundo do trabalho numa perspectiva transformadora rumo a uma sociedade democrática, justa e sustentável.

Direito à identidade na diversidade

Enquanto organismo ecumênico, a CESE vem desenvolvendo atividades e projetos sistemáticos que contemplam uma postura de defesa da diversidade cultural e religiosa. Em contraposição ao etnocentrismo cristão, camuflado de preceitos doutrinários, a entidade ecumênica tem demarcado o campo religioso brasileiro e a sociedade em geral com práticas e ações inclusivas, nas quais o direito à diversidade religiosa é considerado como parte dos direitos humanos fundamentais. Fiel ao seu perfil ecumênico a CESE tem desenvolvido várias atividades e apoiado vários projetos que buscam a cooperação e o compartilhamento com várias comunidades religiosas cristãs, de tradição africana, indígena ou outros grupos religiosos mais recentes, que compõem atualmente o campo religioso nacional.

No que se refere a gênero, só a partir da primeira metade do século XX essa questão começou a preocupar alguns setores da sociedade brasileira. Num País de passado escravista, o patriarcalismo e a subserviência invadiam todas as relações sociais. Na década de 1960, com vários movimentos contestatórios e de

contracultura espocando no cenário internacional, as questões da desigualdade entre homens e mulheres passaram a fazer parte da agenda social de forma sistemática e militante.

Historicamente, a CESE tem colaborado nas lutas pela equidade de gênero, de oportunidades e direitos entre homens e mulheres, seja apoiando iniciativas protagonizadas por grupos de mulheres e feministas, quer estimulando a discussão sobre relações de gênero em projetos apresentados por grupos mistos.

Esta política referencial parte do reconhecimento do direito à organização a partir de identidades coletivas. A CESE enfatiza aspectos fundamentais da sociedade brasileira, em especial as desigualdades de gênero, raça e etnia, que, articulados à péssima distribuição de renda no País, estruturam relações sociais marcadas pela injustiça. Assim, alguns dos principais interlocutores nesse campo são: o movimento de mulheres, negro, indígena e de juventude, além de comunidades tradicionais. Considerando a identidade ecumênica da CESE, também são elementos centrais dessa política a promoção do diálogo inter-religioso e da diaconia ecumênica.



A solidariedade entre os povos e a promoção de direitos: o apoio das agências de cooperação internacional ao trabalho da CESE

O Conselho Mundial de Igrejas desempenhou papel relevante na história da CESE, tanto pela articulação das igrejas para apoio à instituição, bem como das agências de cooperação internacional ecumênicas para uma fundamental contribuição financeira.

A atividade de apoio a projetos da CESE teve início a partir da formação de um *fundo*, constituído, principalmente, por recursos oriundos de agências de cooperação da Europa e da América do Norte (Estados Unidos e Canadá). As bases operacionais de aplicação dos recursos foram definidas ainda em 1973 e divulgadas no documento de difusão pública da criação da CESE. O referido documento apresenta as bases – conceitual e metodológica – da ação da organização, que vigoram até os dias atuais, com as devidas atualizações de contexto. Dessa forma, seu funcionamento continua intimamente ligado à cooperação internacional ecumênica.

Na década de 1970, a Europa ocidental e a América do Norte viviam o apogeu do Estado de bem-estar social, com o pleno emprego, enquanto o Sul (América Latina, Ásia e África) era marcado pela pobreza. Era também o período da chamada guerra-fria entre os países do bloco capitalista versus aqueles tidos como comunistas ou socialistas. Por sua vez, em boa medida, países do Sul viviam um momento político particular, seja de guerras anticolonialistas na África, seja de efervescência social e política na América Latina, com movimentos antiterroristas e guerras civis.

Esse contexto favoreceu o surgimento de um sentimento de solidariedade das populações do Norte (Europa Ocidental, EUA e Canadá) com as populações

dos países pobres ou em desenvolvimento, como o Brasil, expresso por doações materiais e financeiras e pela contribuição em forma de trabalho voluntário. A conjunção entre pleno emprego no Norte – que facilitava as doações – as preocupações com a pobreza e miséria no Sul e com um possível avanço do comunismo/socialismo, com a redução ou resignificação do papel das igrejas, levou as agências de cooperação internacional ecumênica a canalizar recursos para projetos de desenvolvimento pautados, fundamentalmente, na agenda dos direitos humanos, tal qual proposta pela Declaração Universal de 1948.

Assim, influenciado pela teologia da libertação, o apoio das agências de cooperação internacional ecumênica tinha como objetivo contribuir para o processo de resistência, tomada de consciência e organização do povo, visando ao desenvolvimento dos países do Sul, com o Brasil sendo um dos destinos dos recursos que aqui muito contribuíram para a reorganização do movimento social e sindical ainda em meio à ditadura militar.

Conforme Gertrude Roebeling, representante da ICCO para o Brasil, nos anos 1990, as agências partem da compreensão de que a pobreza é derivada da injustiça e que, portanto, querem “contribuir para a diminuição da pobreza e para a construção de uma sociedade civil democrática” (ABONG; PAD. 1996), com o apoio das agências ecumênicas se sustentando nos princípios do amor, da justiça e da ajuda ao próximo³¹³. É também com esse sentimento que as pessoas, famílias e comunidades europeias e da América do Norte doam parte de sua renda para suas igrejas. Para Roebeling “esta ética é baseada na religião, portanto, no cristianismo”, tendo como base os dois primeiros mandamentos cristãos, quais sejam: 1) Amar a Deus sobre todas as coisas e 2) Amar ao próximo como a si mesmo³¹⁴.

313 – Relatório do Seminário Internacional do Processo de Articulação e Diálogo entre Agências Ecumênicas Europeias e entidades parceiras no Brasil (PAD). FASE/Ação Educativa: Rio de Janeiro, 1996.

314 – Idem.

Era, pois, com esse sentimento que, no surgimento da CESE, as agências já estavam no Brasil apoiando muitas iniciativas, tanto por meio de canais institucionais das igrejas, como por organismos ecumênicos ou afins. Portanto, a crítica que se fazia aos grandes projetos de desenvolvimento, no início dos anos 1970, não deixava de ser também uma crítica ao apoio das agências ecumênicas. Assim, algumas delas entenderam que a proposta de criação da CESE atendia suas expectativas de ampliar a capilaridade do apoio, ao tempo em que permitia que os recursos chegassem ao destinatário-fim, ou seja, aos mais pobres.

Christian Aid, do Reino Unido, a Organização Intereclesiástica para Cooperação e Desenvolvimento (ICCO), da Holanda, a Igreja Unida do Canadá (UCC) e Pão para o Mundo (PPM), da Alemanha, foram as primeiras agências a aportar recursos para o fundo de apoio a pequenos projetos da CESE. Ao aportar recursos para o fundo, elas estavam também apoiando o conjunto de ações com as quais a nova instituição colaborava.

Conforme Alonso Roberts, representante de Christian Aid para o Brasil entre as décadas de 1970 e 1980, o primeiro apoio dessa agência foi ainda em 1974, para o ano de 1975, portanto um ano após a criação da CESE. Os apoios eram decididos pela diretoria da agência. Era um apoio para manutenção institucional que, até o início dos anos de 1980, foi facilitado pelo Conselho Mundial de Igrejas. Havia, no período, uma grande disponibilidade de apoio a organizações ecumênicas, mas havia também o temor de que os setores conservadores das igrejas passassem a dominar essas organizações.

Em 1981, os apoios passaram a ser diretos entre a Christian Aid e a CESE, tendo essa última passado a ser o principal contato da agência no Brasil, assumindo a intermediação de recursos para alguns projetos antes apoiados diretamente pela agência britânica.

A proposta de constituição de um *fundo delegado*, apresentada pela CESE, foi uma inovação para a cooperação, na medida em que possibilitava às agências, por meio de sua parceira nacional, apoiar diversas iniciativas que tinham por fim promover os direitos humanos, a justiça e a democracia no Brasil. O fundo delegado permitiu uma maior agilidade no atendimento de demandas e acompanhamento aos grupos locais, na medida em que a organização desenvolveu uma dinâmica de análise e apoio semanal a projetos, situação possível devido à relativa autonomia na definição da aplicação dos recursos, à proximidade física com os grupos locais e ao desenvolvimento de uma metodologia de análise e acompanhamento adequado ao novo formato de apoio.

O apoio das agências à CESE era feito com base em acordos quanto aos princípios, critérios e prioridades gerais de apoio aos projetos, porém a definição sobre qual projeto apoiar, dentre os recebidos, cabia à parceira brasileira. Por essa razão, não foram todas as agências de cooperação ecumênica que logo de início apoiaram a proposta da CESE, pois, transferir recursos e poder de decisão para outra organização era uma novidade ainda não muito fácil de assimilar.

Além do fato da relativa autonomia proporcionada pelo *fundo delegado*, outro fator que, inicialmente, provocou certo ceticismo em parte das agências foi o fato da CESE priorizar pequenos projetos, ou seja, apoio a iniciativas pontuais – e muitas delas de grupos locais – com volume de recursos relativamente pequenos³¹⁵ para os padrões da cooperação, à época, e com autonomia gerencial das próprias comunidades.

Mesmo com todo o processo de reflexão anterior à criação da CESE, que fortaleceu os argumentos sobre a importância e eficácia dos pequenos projetos,

315 – Durante muitos anos a CESE trabalhou com o limite de apoio de quatro mil dólares, no equivalente em moeda nacional. Porém, com a defasagem da moeda estrangeira, essa não se constitui mais em referência.

algumas agências mantinham certa desconfiança sobre a capacidade de impacto social das iniciativas localizadas, mesmo que essas estivessem articuladas com processos mais amplos de formação, organização e mobilização da sociedade. Outro aspecto era a preocupação com a dificuldade de acompanhamento de um número muito maior de projetos, dispersos pelo País, o que também poderia aumentar o custo do monitoramento.

A partir de 1984, o apoio à CESE se expande. Para as agências, a existência da CESE possibilitou tramitar e acompanhar a quantidade crescente de demandas que chegavam – o que para elas era difícil realizar, com suas equipes pequenas. Isso favoreceu a ampliação da presença das agências no País, facilitando também sua visibilidade no Norte. Segundo Alonso Roberts, representante de Christian Aid, à época, “Foi uma feliz coincidência, pois o que a CESE queria fazer resultou muito conveniente para as agências e assim os fundos de apoio a pequenos projetos foram disseminados”.

Um exemplo significativo dessa parceria foi a realização, no início dos anos 1980, do filme “Exilados em sua própria terra” (*“Exiles in the own land”*). O filme, com direção do cineasta baiano Guido Araújo, narra de forma objetiva a saga de nordestinos e o que se podia fazer para evitar o êxodo. Exibido no Reino Unido, o filme foi importante para ampliar a visibilidade da Christian Aid e das iniciativas com as quais essa agência colaborava.

Dessa forma, novas parcerias foram se confirmando, a partir da solidificação da proposta da instituição. Da Europa, passaram a colaborar com a instituição a EZE, atual Serviço das Igrejas para o Desenvolvimento (EED), da Alemanha; a *Solidaridad* e a *KerkinActie* (Igreja em Ação), da Holanda; a *Heks*, da Suíça; a *Danchurchaid*, da Dinamarca; a *Norwegian Church Aid* (NCA), da Noruega; e a Ajuda da Igreja da Suécia. Dos Estados Unidos, colaboraram com a CESE a Ajuda da Igreja Presbite-

riana (SDOP) e o *Church World Service* (CWS). Todas essas agências têm como característica comum o fato de serem serviços ou organismos de igrejas protestantes europeias e da América do Norte, todas integrantes do CMI³¹⁶.

De Fundo de Apoio a Projetos à criação do Programa de Pequenos Projetos

Demonstrando o compromisso com os mais pobres e marginalizados, as igrejas, ao criarem a CESE, definiram que sua sede ficaria no Nordeste, mais precisamente em Salvador, Bahia, como elo entre as sedes das igrejas localizadas no Sudeste e Sul do País, regiões mais ricas e desenvolvidas do Brasil, com aquelas regiões mais pobres e desassistidas: o Nordeste e o Norte.

O grupo que instituiu a entidade não queria repetir o discurso das boas intenções e da prática social assistemática e assistencialista das comunidades eclesiais nem a prática de apoio aos grandes projetos, que partiam de uma perspectiva contrária à da autonomia dos grupos. Na compreensão da CESE, os grandes e médios projetos limitavam o acesso das comunidades aos recursos, tanto por seu custo financeiro elevado, como pela consequente demanda de uma maior estrutura administrativa, não disponível nas comunidades.

Num país como o Brasil, com demandas sociais históricas, originadas desde o seu passado colonial escravista, a busca por atender aos necessitados dos vários setores da população, por parte de entidades civis com o perfil da CESE, seria intensa e diversificada. Já nas primeiras atas da instituição, ficaram registradas demandas de diversas naturezas como: uma escola a ser construída em Guarará - MG, orçada em Cr\$ 100.000,00; oficinas de sapateiro, entalhador e

316 – O Conselho Mundial de Igrejas continua a exercer importante papel articulador e formulador da política de apoio ao desenvolvimento entre as igrejas e organismos ecumênico e recentemente articulou a criação da *ACT Development*.

serralheiro, em Recife; até a construção de um Centro Social Paroquial na periferia de São Paulo, orçado em Cr\$ 2.500,00.³¹⁷ Eram variadas solicitações de projetos sociais de pequeno, médio ou grande porte, reivindicando o apoio da CESE.

Apesar dessa demanda diversificada, a CESE dedicou-se a atender, preferencialmente, propostas com a característica de pequenos projetos e justificava tal opção por considerar que os pequenos projetos conseguem ampliar a dimensão participativa e adequar-se à capacidade gerencial dos grupos beneficiários, exigindo ainda mais responsabilidade dos envolvidos:

A valorização da atividade comunitária como processo de libertação e justiça social tem demonstrado, ao menos dentro da experiência vivida pela CESE e por outras organizações afins, o significado altamente favorável dos pequenos projetos. Sejam aqueles cuja motivação primeira tenha caráter mais econômico, sejam os que se concretizem pela prestação de algum serviço como atividade meio, ou os de inspiração propriamente educativa.³¹⁸

A fim de facilitar o acesso aos recursos para as organizações populares – movimentos, sindicatos de trabalhadores ou grupos comunitários – tornou-se necessário desenvolver uma metodologia que, ao lado de atender às demandas desses grupos, deveria possibilitar incentivar o exercício da autonomia, a partir da participação efetiva das pessoas envolvidas na condução de seus projetos, elevando assim seu nível de consciência social. Ao tornar o acesso mais simples, o apoio a pequenos projetos democratizou os recursos e possibilitou ampliar a capilaridade da ação diaconal.

Essas iniciativas das organizações populares não são vistas de forma isolada ou restrita, mas consideradas pela CESE como *parte de um processo*, na medida em que expressam uma demanda pontual, específica, que guarda conexão com a linha estratégica de atuação dos grupos. A CESE considera os projetos como apoios “semente”, pois eles impulsionam os grupos a seguir em seu desenvolvimento e têm a capacidade, inclusive, de ampliar seus efeitos para além da população local diretamente beneficiada, servindo de inspiração para outras comunidades e grupos em situação similar. O apoio a pequenos projetos também contribui para evitar a dependência dos grupos em relação aos doadores, pois os estimula a buscar diferentes fontes de financiamento para suas ações.

O apoio não se limita a ações de grupos de base, mas inclui organizações intermediárias de âmbito local, regional ou nacional, visando ao fortalecimento da ação dos movimentos sociais.

Os princípios para apoio a projetos, definidos, na origem da CESE, basicamente não sofreram alteração ao longo das suas quatro décadas de existência. São eles: preparar a população para o exercício do seu direito de participação democrática nos diversos níveis de decisão da sociedade, possibilitando-lhe intervir na formulação e fiscalização das políticas públicas; adotar função educativa, incentivando as comunidades envolvidas a tomarem consciência da realidade social, tanto local como geral; fortalecer a organização comunitária e afirmar sua autonomia e protagonismo; visar o proveito comunitário, garantindo ampla participação da comunidade nas decisões sobre o projeto e evitar a sua utilização para promoção pessoal ou para qualquer tipo de proselitismo; ter potencial multiplicador, seja estimulando outros grupos a tomarem iniciativas similares, seja provocando a adoção da experiência por entidades governamentais e, por

317 – Documentos CESE – Livro de Atas 04/09/75 p. 20.

318 – Documentos CESE – Relatório de Atividades – 1985, p.15.

fim, incentivar a articulação entre grupos com preocupações similares que contribuam para o desenvolvimento de movimentos sociais transformadores, como elementos essenciais da sociedade civil.

Inicialmente, a atuação da CESE consistia, basicamente, do financiamento de projetos, através de um *Fundo* apoiado pelas agências de cooperação internacional ecumênica. No entanto, com a passagem dos anos, o apoio financeiro foi crescentemente complementado por outros tipos de apoio – acompanhamento, formação, articulação – especialmente a partir do início dos Encontros de Agentes de Projetos (EAPs). Dessa forma, o Fundo de Pequenos Projetos evolui para um *Programa de Pequenos Projetos* (PPP), como é denominado atualmente.

Durante cerca de três décadas, a CESE atendeu a demandas espontâneas dos movimentos, grupos e organizações comunitárias. Na década de 90, por iniciativa de cinco agências (ICCO, PPM, EZE, Christian Aid e Danchurchaid) e nove parceiros do Sul, incluindo a CESE, foi realizado o *Projeto Conjunto sobre Planejamento, Monitoramento e Avaliação*, estabelecendo indicadores e instrumentos capazes de verificar não apenas resultados, mas também efeitos e impactos do apoio a pequenos projetos. Para a CESE, surgiu o desafio de construção de um PMA de programa, em complementação ao PMA de cada projeto isoladamente.

A iniciativa da CESE ganhou expressão e podemos dizer que o grande marco foi a partir de 1983, durante um período de estiagem prolongada no Nordeste do Brasil, quando a CESE convocou uma Consulta Nacional sobre Fome e Seca para discutir a questão e alternativas de enfrentamento. Nessa ocasião, reafirmou-se a importância dos pequenos projetos. Nos períodos seguintes, outras entidades adotaram essa política de apoio, sendo que algumas, como a CÁRITAS Brasileira, convidaram a CESE para suas discussões internas.

Vários anos mais tarde, quando já haviam se afirmado iniciativas similares e não apenas a partir do exemplo da CESE, foram realizados encontros inicialmente entre CESE e CERIS, logo depois se associando a FASE (SAAP), e as três entidades impulsionaram a Articulação de Fundos de Pequenos Projetos, que possibilitou a otimização dos apoios, o intercâmbio de experiências com a gestão dos Fundos, o aprofundamento metodológico, de forma a atender à diversidade regional e de demandas, e a evitar riscos de duplicação.

A CESE deu início, de forma pioneira, a partir de 1999, a um sistema de PMA, o qual envolve o planejamento anual de metas do Programa de Pequenos Projetos; o monitoramento mensal e semestral do programa, com base em informações obtidas no programa informatizado de gerenciamento de projetos; o acompanhamento aos grupos, por meio de visitas, análise de relatórios e contatos com as diversas agremiações apoiadas; e avaliações semestrais, avaliações de efetividade e estudo de impacto.

Metodologia de trabalho da CESE: sistema e instrumentos de PMAS

A CESE vem trabalhando com a concepção de PMA sistêmico, que articula PMA de projetos – fundamental para o aprimoramento institucional das entidades por ela apoiadas –; PMA de Programa e PMA interno, orientando seu planejamento estratégico.

Um dos princípios adotados é a unidade entre o planejamento programático e financeiro. Também são indicadores da otimização do potencial institucional: a diversificação e ampliação dos recursos arrecadados no Brasil; o fortalecimento institucional, que passa pela execução do PMA sistêmico; e o estabelecimento de uma política de comunicação que facilite as relações internas e institucionais.

O planejamento orçamentário da CESE está baseado nos princípios de estabilidade – equilíbrio entre receitas e despesas – e sustentabilidade financeira. Os instrumentos para garantir o equilíbrio são as normas de execução e controle financeiro. O acompanhamento é feito através de relatórios financeiros anuais, dirigidos à diretoria e às agências, baseados nos quadros do orçamento anual detalhado e do orçamento quinzenal sintético.

O Desenvolvimento Institucional da CESE está fortemente ligado à dinâmica das relações funcionais dentro da entidade. A CESE tem feito estudos, com consultoria externa, sobre Cargos e Salários; os Estatutos estão atualizados segundo exigências legais e necessidades institucionais, e foram elaborados o Regimento Interno e o Regulamento de Pessoal. Algumas normas de funcionamento geral merecem destaque: reuniões da diretoria – um mínimo de 04 por ano; reuniões regulares da Diretora Executiva com os responsáveis pelos setores de projetos e Administrativo-Financeiro, instância que se convencionou como “coordenação”; reuniões temáticas entre a Diretora Executiva, instâncias de supervisão e assessores; reuniões periódicas com todos os funcionários; avaliações individuais de desempenho.

A implementação do sistema de Planejamento, Monitoramento e Avaliação (PMA) segue sendo um ponto chave para aprimorar o trabalho da CESE. Isso implica a elaboração de planos operacionais anuais, o monitoramento constante das ações da entidade e a avaliação interna da equipe; a participação mais efetiva do conjunto dos funcionários, com formulação de metas, por setor, e verificação semestral do planejado e realizado (reuniões setoriais e conjuntas).

Os sistemas informatizados GP (Gestão de Projetos), GF (Gestão Financeira) e CG (Contabilidade Gerencial) – integrados – facilitam os controles. O programa

GP foi criado pela CESE nos anos de 1980, para facilitar o processo de gerenciamento dos projetos que se multiplicavam a cada ano. Nos primeiros anos de funcionamento da organização, o registro era feito em fichas manuais, contendo as principais informações sobre os projetos. Com o avanço tecnológico, a ficha manual serviu de base para a construção de um banco de dados onde estão armazenadas todas as informações relativas aos projetos. Esse banco de dados foi incorporando recursos, como a comunicação direta online com o setor financeiro, informações relativas ao acompanhamento e avaliação dos projetos, o que possibilita a realização do monitoramento dos programas e a realização de pesquisas. O banco de dados, além de instrumento fundamental no trabalho de gestão dos projetos, constitui-se em uma base de dados única sobre o movimento social no Brasil nos mais recentes quarenta anos, oferecendo múltiplas opções de estudos ainda pouco exploradas.

Existem, ainda, instrumentos de avaliação específicos, como estudo de impacto e avaliações de desempenho institucional.

Em relação aos programas de apoio a projetos, o PMA do Programa de Pequenos Projetos já está consolidado e – em grande medida – serve de referência para outros programas que, posteriormente, foram criados pela instituição.

O *planejamento* do Programa de Pequenos Projetos passa pela definição de prioridades para cada período, conforme a necessidade de fortalecer temáticas, ações ou regiões geográficas específicas. Assim, a cada ano é elaborado um plano operacional do Serviço de Projetos que define as ações desse campo de atuação da CESE e define metas para: cadastro e análise de projetos; aplicação dos recursos; visitas de monitoramento; análise de relatórios e avaliações de efetividade (essas não são anuais).

O *monitoramento* do Programa é feito mensalmente, permitindo acompanhar a execução das ações de acordo com o que foi planejado. Esse mecanismo de controle interno permite à CESE readequar do seu planejamento de acordo com a situação conjuntural, como no caso de emergências provocadas por chuvas excessivas ou situações de violência. Também é feito um monitoramento semestral do Serviço de Projetos da CESE (que inclui outros programas, bem como a avaliação de outros mecanismos de monitoramento dos projetos, como análise de relatórios e visitas).

A *avaliação* é feita por meio de estudos específicos que buscam identificar o impacto e a efetividade³¹⁹ do apoio da CESE. As avaliações de efetividade sobre Fortalecimento Institucional (FI) e das Políticas Referenciais *Direito à Cidade* (DIC), *Direito a Trabalho e Renda* e *Direito a Identidade na Diversidade* (DID) revelaram a contribuição dos pequenos projetos para fortalecer a atuação de grupos e movimentos apoiados.

A *sistematização* passou a ser incorporada ao PMA da CESE, de maneira mais concreta, a partir do desenvolvimento do Programa de Apoio Estratégico (PAE). Na implantação do Programa, a CESE construiu um PMA específico para essa nova modalidade de apoio a projetos, bem como uma formulação própria acerca da sistematização de experiências, partindo do estudo de práticas exitosas. Esse conceito leva em conta a participação das pessoas envolvidas no processo, isto é, a sistematização não deve ser desenvolvida por agentes externos, mas com sua colaboração; além disso, é um processo de aprendizado, de reflexão, de transformação da experiência vivida em conhecimento socialmente útil. Por essas razões, a sistematização tem um forte significado político e permite o diálogo da experiência que está sendo sistematizada com outras experiências e teorias.

319 – A CESE compreende por efetividade as mudanças que um projeto pode provocar, geralmente relacionadas com os objetivos específicos, dentro do período de sua implementação ou logo depois.

As avaliações de efetividade do Programa de Pequenos Projetos

As avaliações de efetividade visam verificar a contribuição da CESE para o fortalecimento das organizações sociais que apoia, a partir de um recorte temático dentro das Políticas Referenciais já mencionadas. A definição das avaliações que a CESE deve realizar em dado período acontece nos planejamentos plurianuais.

As avaliações têm um enfoque temático, mas a CESE compreende que todos os projetos contribuem para o fortalecimento institucional dos grupos apoiados – independente de seu tema ou natureza – e esse aspecto sempre é mencionado nas análises. Apesar dessa compreensão, a CESE realizou uma avaliação de efetividade específica sobre Fortalecimento Institucional (FI), em 2005.

Essa avaliação teve como objetivo verificar a contribuição da instituição para o fortalecimento dos sujeitos sociais, tendo como referência uma amostra aleatória e cumulativa, composta por 4% dos projetos apoiados a cada ano no período de 1999 a 2003, totalizando 79 iniciativas de todo o Brasil. Na conclusão, os avaliadores externos reconheceram o potencial dos pequenos projetos para produzir efeitos como a motivação do grupo e o fortalecimento de parcerias que permitem uma melhor incidência nas políticas públicas. O relatório da avaliação indicou que este apoio de natureza pontual foi fundamental para a estruturação das organizações e articulações (fóruns e redes) e para a captação de novos recursos.

“A CESE é um grande portal para que entidades como o Grupo Cultural AfroReggae possam alçar grandes voos e se estruturarem para lutar em prol de um mundo mais justo.”³²⁰

320 – José Júnior, Coordenador Executivo do Grupo Cultural AfroReggae



Afroreggae – Aula de percussão no Núcleo do Complexo do Alemão

A avaliação da Política Referencial Direito a Trabalho e Renda (DTR) aconteceu em 2006 e analisou uma amostra de 4% dos projetos apoiados entre os anos 1999 e 2002. O objetivo dessa avaliação foi analisar a efetividade do apoio da CESE a iniciativas de desenvolvimento econômico, em especial na garantia da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN).

“Quando a justiça decidiu que a Raposa Serra do Sol seria nossa por inteiro, muitos disseram que nós não saberíamos manter o arroz que os brancos deixaram por aqui e íamos morrer de fome por isso. Disseram que ia acabar tudo

por aqui e a terra ia ficar improdutiva. Com o apoio da CESE trouxemos agricultores orgânicos do MST que apoiavam nossa luta e nos ajudaram com sementes e um jeito de plantar saudável para nossa terra e para o nosso povo. Para nossas comunidades indígenas este intercâmbio é muito importante, pois traz ânimo e compreensão de que não estamos sozinhos e que podemos produzir melhor e sem agredir o meio ambiente, melhorando nossas vidas sem negar nossa cultura. A CESE está com a gente nessa vitória.”³²¹

321 – Júlio Macuxi, do Conselho Indígena da Roraima (CIR)

Segundo o relatório da avaliação, foi possível demonstrar “a expressividade das contribuições do Programa de Pequenos Projetos da CESE na ativação e no desencadeamento de iniciativas de desenvolvimento socialmente justo e sustentável”.³²²

Ainda segundo esse relatório, os projetos apoiados pela CESE contribuíram para a estruturação de experiências, mas também

“para a criação de espaços, manifestações e políticas de segurança alimentar e nutricional, hoje reconhecidas dentro e fora das fronteiras nacionais. Estas são, sem dúvida, as formas apropriadas aos segmentos vulnerabilizados, que vêm buscando se organizar para o enfrentamento da situação de violação de direitos básicos, como o da alimentação, a que se encontram historicamente submetidos”³²³.

A avaliação da Política Referencial Direito à Identidade na Diversidade (DID), realizada em 2009 teve por objetivo verificar a efetividade do apoio da CESE a organizações formadas por ou que atuam com a população negra urbana, considerando que a CESE tinha relativamente escassa reflexão sobre o apoio para esse segmento (o trabalho com a população negra quilombola foi estudado na sistematização do Programa de Apoio ao Movimento Negro, editada em 2003). Por motivos de conveniência e economia, a avaliação só tratou de projetos da Região Metropolitana de Salvador e compreendeu 16 projetos apoiados nos anos 2004-2006 nas cidades de Salvador e Lauro de Freitas.

Foram realizadas visitas aos projetos, um Encontro de Agentes de Projetos e uma oficina interna, na CESE. A

322 – Padrão. Luciano Nunes. Estudo de efetividade do programa de pequenos projetos da CESE: desenvolvimento econômico e segurança alimentar e nutricional. 2006, p. 41.

323 – Idem. Ibidem.

partir desse processo, foram identificados efeitos dos projetos apoiados, organizados em quatro campos: efeitos nas comunidades de atuação dos grupos, engajamento dos grupos nas políticas públicas, relações de gênero e fortalecimento das organizações apoiadas³²⁴.

Entre os efeitos nas comunidades, alguns merecem destaque: aumento da autoestima de crianças e jovens negros/as a partir da valorização da cultura e estética negra; maior visibilidade para a violência contra a juventude negra, como subsídio para exigir o enfrentamento do problema pelo poder público; maior reconhecimento público da problemática da intolerância religiosa como violação de direitos; valorização dos terreiros como espaços de fortalecimento da identidade negra e de apoio às comunidades próximas a eles, contribuindo para a desconstrução de estereótipos negativos sobre os terreiros.

Vários dos projetos apoiados contribuíram de alguma forma para fortalecer o engajamento dos grupos na formulação e acompanhamento de propostas de políticas públicas de promoção dos direitos da população negra. Em alguns casos, a implementação do projeto possibilitou uma maior interlocução com órgãos governamentais e conselhos, como Ministério Público, Secretaria Municipal da Reparação (SEMUR), Secretaria Municipal de Educação, Conselho de Desenvolvimento da Comunidade Negra, Conselho Municipal de Saúde, CONSEA, universidades públicas, entre outros.

A maior parte dos grupos da amostra referiu-se, explicitamente, à preocupação com a equidade na participação numérica entre mulheres e homens, mesmo quando essa equidade não foi alcançada. Em diversos projetos, foi mencionada a participação expressiva de mulheres na elaboração e execução dos projetos e no público beneficiário.

324 – Relatório da Avaliação de Efetividade da Política Referencial Direito à Identidade na Diversidade. CESE, maio de 2009.

Quanto ao fortalecimento das organizações apoiadas, todas as que participaram da avaliação são reconhecidas pelas comunidades como grupos que têm atuação na defesa dos direitos do povo negro. Essa percepção é garantida pela própria natureza dos projetos apoiados – todos eles, mesmo com distintas atividades, referem-se a lutas e questões ligadas à população negra.

O apoio da CESE aos projetos possibilitou a afirmação das entidades como grupos de referência na comunidade e na cidade, aumentando sua visibilidade e reconhecimento público. Alguns grupos relataram que, a partir da realização dos projetos, passaram a ser convidados a opinar sobre temas e a comparecer em even-

tos relacionados à questão racial. O apoio da CESE, como entidade ecumênica de abrangência nacional, também reforçou a relevância da questão racial para o enfrentamento das desigualdades sociais e estimulou a promoção da cultura de direitos humanos.

A avaliação de efetividade da Política Referencial Direito à Cidade (DIC) foi realizada em 2010 e procurou identificar efeitos na promoção do acesso à moradia como uma questão central na afirmação do Direito à Cidade. A amostra de projetos relacionados a esse tema compreendeu 15 projetos apoiados entre 2004 e 2006, com 12 entidades executoras.



I Encontro Nacional de Negras Jovens Feministas, apoiado pela CESE



Mobilização pelo Direito à Cidade, em Recife, apoiada pela CESE

Foram avaliados os seguintes aspectos: avanços na garantia do direito à moradia; formação técnica; educação, conscientização e mobilização; e fortalecimento institucional.

As iniciativas de denúncia de violação do direito à moradia e de pressão sobre os poderes públicos, abordadas na amostra de projetos, trouxeram avanços na garantia daquele direito fundamental. Exemplos disso foram: criação de conselhos e órgãos específicos para tratar da questão da moradia, pelas administrações municipais; aproximação do movimento popular de órgãos como a Defensoria Públi-

ca; e incorporação de propostas do movimento pela reforma urbana na legislação nacional.

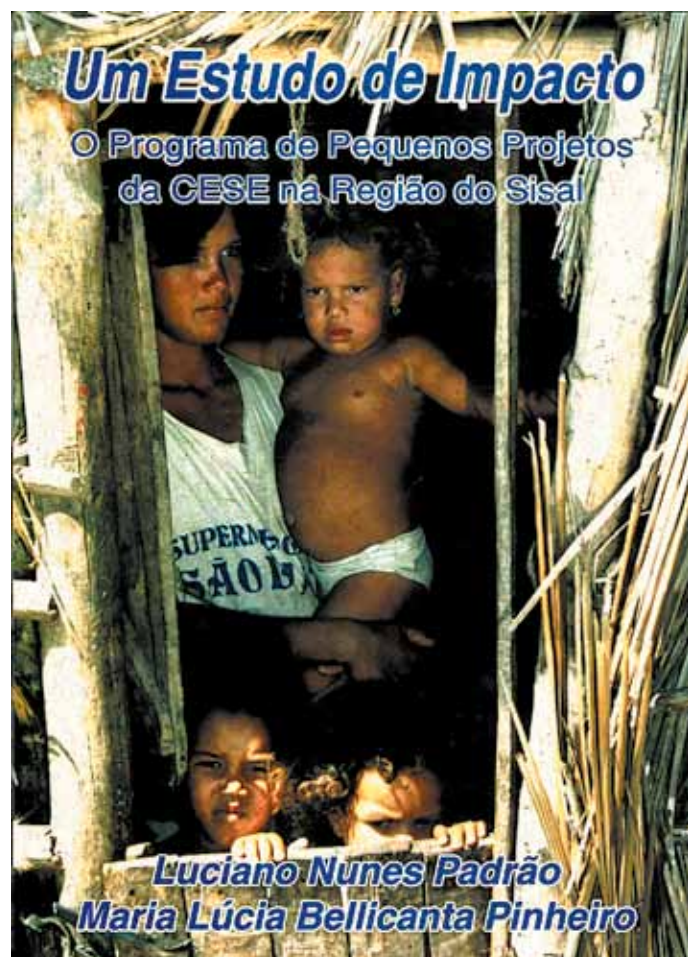
Na avaliação, ficou evidenciada a carência de formação técnica entre os movimentos urbanos para uma intervenção mais efetiva no campo das políticas públicas, que apresenta exigências cada vez maiores. Por outro lado, verificou-se que, em sua maioria, os projetos contribuíram para elevação da consciência crítica e ativismo dos moradores e/ou participantes dos grupos apoiados.

Na maioria dos projetos da amostra, constataram-se efeitos positivos no fortalecimento institucional dos grupos, especialmente na ampliação da articulação.

O impacto do Programa de Pequenos Projetos

Em 2004, foi realizado um estudo de impacto que analisou o papel desempenhado pelo apoio da CESE para o desenvolvimento da Região Sisaleira na Bahia. Localizada no semiárido, conta ainda com uma expressiva população rural (aproximadamente 600 mil pessoas) que, nos anos de 1980, viviam em situação de extrema pobreza.

A partir da organização social promovida na região, ocorreu uma mudança significativa nas condições de vida da população, com destaque para o município de Valente onde, desde 1984, funciona a Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Bahia (APAEB).



O movimento sindical também foi fortalecido pelo apoio da CESE, dentre outras contribuições, e na primeira metade da década de 1980 conseguiu mobilizar os mutilados do sisal em torno de demandas relacionadas à seguridade social, tendo garantido a aposentadoria especial para as vítimas dos motores desfibradores do sisal.

A região tornou-se um polo dinâmico de experimentação e proposição de políticas públicas relacionadas à convivência com o semiárido em que tem destaque a captação e gestão da água da chuva, bem como a produção adaptada às condições climáticas.

Segundo o relatório do estudo de impacto, realizado por Ciclo – Assessoria para o Desenvolvimento, chamou atenção a capacidade de 158 pequenos projetos, apoiados ao longo de 20 anos, em um conjunto de 15 municípios, terem um papel relevante em uma dinâmica de mudanças regionais.

“De fato, nos 13 dias que passamos percorrendo a Região do Sisal nas atividades de campo pudemos constatar que se assiste ali, nos últimos 20 anos, a processos de fortalecimento de uma sociedade civil que se organiza e que consegue *efetivamente* por em curso uma série de iniciativas que interferiram, muitas vezes se opondo, a um estilo de desenvolvimento até então hegemônico na região e no País como um todo.”³²⁵

Os avaliadores concluíram que a produção desses impactos deve-se, em grande medida, ao caráter estratégico dos projetos apoiados pelo Programa de Pequenos Projetos da CESE e um sinal evidente disso é a capacidade de muitas das organizações apoiadas gerar e gerir recursos, de tornar-se referências regionais,

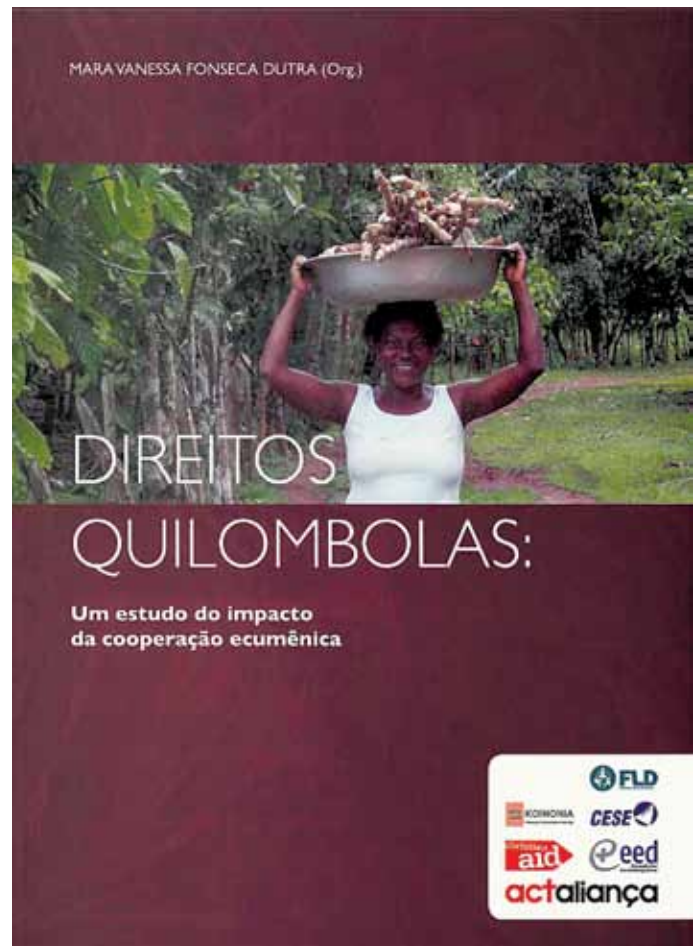
325 – CESE – Estudo sobre o Impacto do Programa de Pequenos Projetos da CESE na Região do Sisal no estado da Bahia. Padrão, Luciano Nunes e Pinheiro, Maria Lúcia B. Setembro de 2004.

estaduais ou nacional. Muitos dos apoios concedidos constituíram as bases de sustentação política e econômica (as regionalmente chamadas “alavancas”) de um conjunto variado de experiências.

Não foram poucas as lideranças locais entrevistadas que assinalaram a relevância do apoio para antecipar e ampliar conquistas que eles próprios conseguiriam obter, como resumiu um dirigente sindical: *“sem o apoio da CESE, teríamos passado mais dois, três, cinco anos para conseguir o que conseguimos. Talvez muitos teriam desistido”*.

Outra iniciativa que demonstrou os impactos do Programa de Pequenos Projetos da CESE foi o estudo relativo à cooperação ecumênica no Brasil para o movimento e comunidades quilombolas no período de 1996 a 2009. O estudo, promovido pelas agências Christian Aid e EED, abordou o apoio das organizações da Aliança ACT no Brasil a esse segmento da população brasileira em São Francisco do Paraguaçu (BA), Baixo Sul (BA) na Ilha de Marambaia (RJ), no Maranhão e no sul do Rio Grande do Sul. Participaram do estudo a CESE, KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço e a Fundação Luterana de Diaconia (FLD). O estudo resultou na publicação “Direitos dos Quilombolas: Um estudo do impacto da cooperação ecumênica”.

Ao lado dos impactos verificados nesse estudo, é importante registrar que, ao longo da trajetória da CESE, o apoio a iniciativas inovadoras tem contribuído para a constituição de movimentos e/ou organizações que, posteriormente, ganharam expressão nacional e mesmo internacional. O fortalecimento e ampliação da capacidade de incidência das organizações apoiadas levaram a significativas mudanças no cenário nacional, sobretudo na configuração de políticas e programas governamentais inspirados em experiências populares bem sucedidas.



São exemplos disso o apoio da CESE à constituição de alguns dos mais importantes movimentos e organizações, no Brasil, como: a Comissão Pastoral da Terra (CPT), através do apoio aos núcleos da Bahia e Sergipe; o então incipiente Conselho Indigenista Missionário (CIMI) nas regiões Nordeste e Sudeste; os setores sociais de dioceses nordestinas, como a de Mossoró; iniciativas das igrejas evangélicas, como da Igreja Presbiteriana que criou o Serviço de Integração do Migrante (SIM), em Feira de Santana, na Bahia; o movimento de bairros em três dos principais centros urbanos do Nordeste (Salvador, Recife e Fortaleza); a reorganização do movimento sindical na Bahia, por meio da Associação de Cooperação Comunitária das Áreas Problemas de Salvador (ACCAP); o trabalho desenvolvido junto

às comunidades indígenas e seringueiras do Norte e Nordeste do País que fez surgir o movimento desses povos pelos direitos aos seus territórios; a ação das cooperativas de pequenos produtores em cidades nordestinas; a retomada do movimento sindical rural; a articulação, em 1982, dos Centros de Defesa, Comissões Justiça e Paz e grupos de Direitos Humanos que resultou, em 1985, na criação do Movimento Nacional de Direitos Humanos.

A CESE também apoiou iniciativas que resultaram em mudanças concretas na vida do País. Um dos exemplos foi o apoio a diversos movimentos de luta pela terra urbana que, na década de 1980, por meio de

uma proposta de iniciativa popular, lograram introduzir capítulos relacionados ao desenvolvimento urbano, na Constituição Federal brasileira, posteriormente regulamentados como Estatuto da Cidade, arcabouço legal que orienta a política urbana no País desde 2001.

Outro exemplo foi a reafirmação da importância dos pequenos projetos como forma de minimização dos dramas provocados pela estiagem e de iniciativas de convivência com a seca, a partir da *Consulta Nacional Fome e Seca no Nordeste*, realizada pela CESE, em 1983. Nos anos posteriores, apoiou iniciativas que culminaram na criação da Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA), que desenvolveu a tecnologia das cisternas de



Cisternas de placas ferrocimento. Gentio do Ouro – BA

placa para captação de água de chuva. Essa experiência inspirou a constituição de programas de governo, nos anos subsequentes, a exemplo do *Programa 1 Milhão de Cisternas*³²⁶, em nível nacional, e de programas como *Cabra Forte e Água para Todos*, na Bahia.

“A CESE esteve e está fortemente presente na nossa história. Se hoje, a ASA está à frente de um dos maiores programas de acesso à água potável para famílias do semiárido brasileiro e se projeta como organização chave em debates de construção de políticas para o semiárido, as raízes desta grande conquista estão fortemente ligadas à CESE. Isso acontece quando a CESE apoia os grupos, os mais variados, em suas experiências, minúsculas às vezes, mas fortemente significativas; quando provoca e apoia os processos de intercâmbio, de troca de experiências; quando apoia suas manifestações públicas e denuncia as mazelas, os erros e desvios do poder público em relação ao semiárido e, ao mesmo tempo, aponta os caminhos que devem ser seguidos. Apoiar este processo de construção coletiva de políticas, sem se apropriar indevidamente do mesmo é, a nosso ver, a cara da CESE.”³²⁷

A CESE cria outros programas de apoio

A partir da experiência de gestão dos pequenos projetos e para fazer frente à complexidade da realidade brasileira, a CESE constatou a necessidade de criar novos programas. Alguns continuaram focados no apoio a projetos, mas, mais recentemente, a CESE passou a utilizar sua *expertise* também para o desenvolvimento de programas de formação.

326 – Desde os anos 80, a CESE apoiava iniciativas comunitárias de captação de água, como barragens e, posteriormente, as cisternas de placas, muito antes destas se tornarem referência de acesso à água pelos governos.

327 – Depoimento da Coordenação Executiva da Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA), rede que reúne mais de 3.000 organizações da sociedade civil.

Vale mencionar que, mesmo com a criação desses outros programas, o PPP seguiu existindo e apoiando diversas iniciativas dos movimentos sociais no Brasil.

Programa Especial de Projetos (PEP)

Em 1982, a CESE dá início à execução de um programa que teve como foco central o apoio institucional a organizações emergentes, com destaque no cenário regional ou nacional, dentro das áreas temáticas prioritárias da instituição – fortalecimento da sociedade civil, direitos humanos, direitos das populações específicas – e que demandavam um volume maior de recursos do que os previstos para pequenos projetos, bem como a continuidade do financiamento pelo período da sua consolidação. Assim nasceu o Programa Especial de Projetos (PEP).

O PEP possibilitou o fortalecimento de diversas organizações que trouxeram contribuições importantes para a história recente do País. São os casos, por exemplo, do Gabinete Jurídico Popular (GAJOP), organização que, nos anos 1990, desenvolveu a experiência de proteção a vítimas e testemunhas da violência policial, posteriormente estruturada como programa governamental (Provita)³²⁸. Também foi a partir do apoio do programa que se estruturou o Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH); que o Centro de Trabalho da Amazônia (CTA) pôde desenvolver ações de formação de seringueiros, resultando na criação do Conselho Nacional dos Seringueiros e trazendo a questão ambiental na Amazônia para a centralidade do debate; que o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) Nordeste e Leste puderam demonstrar a existência de povos indígenas antes desconhecidos.

Durante os mais de 20 anos de sua existência, o PEP apoiou o funcionamento e as ações de 65 organizações e movimentos que, em sua maioria, situavam-se no Nor-

328 – O Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas de violência policial (Provita), é uma iniciativa do Ministério da Justiça, desenvolvido em parceria com organizações da sociedade civil e está presente em praticamente todo o território nacional.

te e Nordeste brasileiro. Uma das funções do programa era intermediar o diálogo direto desses grupos, então incipientes, com a cooperação internacional. Com a ampliação das suas demandas para além da capacidade de apoio da CESE, diversos grupos passaram a contar com a colaboração direta da cooperação nacional e internacional para o desenvolvimento de suas ações.

No final dos anos de 1990, a CESE começava a perceber certo esgotamento do programa. Assim, realizou uma consulta às agências de cooperação e um encontro com representantes das organizações apoiadas e de outras entidades parceiras para discutir os limites do PEP e a possibilidade de construção de um novo programa, voltado para ações

articuladas em redes e fóruns, em sintonia com o novo cenário político nacional.

Programa de Recuperação de Vidas (PRV)

Em 1983, a CESE realizou o encontro *Fome e Seca no Nordeste*, em um momento de grave seca em toda a região, que se alastrava desde 1979, provocando um êxodo significativo das populações rurais e levando ao aprofundamento da miséria para aquelas que permaneciam no campo. A miséria era agravada pelas “cercas”³²⁹ e pelas políticas assisten-

329 – As secas no nordeste são um fenômeno cíclico e secular, assim como a apropriação privada da água, com cercas em torno dos açudes e demais reservatórios de água na região. A apropriação da água pelas grandes fazendas, em geral com recursos públicos (muitos dos quais da SUDENE e do DNOCS), constitui-se em uma das bases do coronelismo no Nordeste. Os carros pipas, para muitos a única fonte de acesso à água, eram utilizados como forma de garantir votos para a elite dominante. Esse ciclo de dominação foi, em parte, rompido com o programa de construção de cisternas e outras medidas de captação de água adotadas posteriormente.



Encontro de Agentes de Projetos 2000 – CTL – Salvador

cialistas implementadas pelos governos em suas várias esferas.

O encontro fortaleceu a convicção de que o Compartilhar Ecumênico de Recursos é uma atividade central de todos que se preocupam com a fome e a seca, para tanto a instituição fez um chamado especial às igrejas e agências e conseguiu formar um fundo específico para atender a projetos das populações que viviam nessa situação.

Surge, assim, o Programa de Recuperação de Vidas (PRV), financiado pela antiga EZE (agência ecumênica de cooperação alemã), com base em critérios indicados pelo evento *Fome e Seca no Nordeste*, dentre os quais se destacavam: apoio à participação dos sindicatos, associações e outros órgãos de representação dos trabalhadores na definição de uma nova política para o Nordeste; apoio a sindicatos e demais organizações de trabalhadores rurais, urbanos e populações indígenas, como instrumentos de resistência ao sistema de dominação vigente. Por meio desse programa, a CESE apoiou cerca de duas centenas de projetos em todos os estados nordestinos.

O PRV trouxe inovações na metodologia de trabalho com os grupos apoiados, a partir da implementação de encontros de formação na área de gestão, desenvolvidos a partir da segunda metade da década de 80, em que a CESE buscava potencializar os grupos nos aspectos da gestão administrativo-financeira. Também inovou ao instituir encontros regionais, realizados com grupos e organizações de estados específicos ou agrupando projetos de estados próximos. O último encontro do programa foi realizado em Pernambuco, durante o período da Copa do Mundo de 2002, com a presença de 22 organizações dos estados do Ceará, Alagoas, Paraíba e Pernambuco.



Programa de Apoio ao Movimento Negro (PAMN)

O Programa de Apoio ao Movimento Negro (PAMN) foi o resultado de uma discussão interna da equipe da CESE que encontrou respaldo em uma agência ecumênica de cooperação, a alemã EZE. O programa se constituiu em uma iniciativa de apoio articulado a quatro³³⁰ experiências de trabalho com comunidades remanescentes de quilombos e organizações negras, que durante 05 anos contaram com um suporte para o fortalecimento institucional e o desenvolvimento

330 — As organizações apoiadas com recursos do PAMN foram: a Associação dos Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná (ARQMO), no Pará; Projeto Vida de Negro (PVN), da Sociedade Maranhense de Direitos Humanos; Sociedade Afro-sergipana de Estudos e Cidadania (SACI) e o Projeto Quilombo Resistência Negra, do Centro de Cultura Negra (CCN), do Maranhão.

de suas ações. Para a CESE, o programa tinha o objetivo adicional de produzir conhecimento sistematizado sobre a realidade do povo negro.

O programa foi desenvolvido de 1996 a 2002 e produziu uma sistematização³³¹ coletiva, em 2003. Com este programa, a CESE preencheu uma lacuna histórica no seio das denominações cristãs, instigando a reflexão e a tomada de posição frente ao racismo, condenando-o como preconceito e abuso contra os direitos humanos, muitas vezes camuflados como “pureza doutrinária”, contra as práticas afrodescendentes constantemente satanizadas por alguns segmentos protestantes e católicos.

Na oficina de avaliação final do PAMN, em 2000, com os envolvidos nos projetos, chegou-se à conclusão de que as organizações atingiram os objetivos específicos, bem como ultrapassaram a questão micro e particular de cada proposta para um patamar mais coletivo, com vistas às transformações sociais, numa visão crítica da situação das populações negras no Norte e Nordeste do País. Buscava-se promover o intercâmbio com outros grupos do Movimento Negro e do movimento social em geral e possibilitar às agências, especialmente à EZE, e igrejas que compõem a CESE, a divulgação/reflexão sobre a questão racial no Brasil.

Enquanto entidade ecumênica tem sido tarefa da CESE contribuir para dirimir a intolerância religiosa e o desrespeito às outras práticas religiosas não cristãs. Um dos objetivos do PAMN era explicitamente defender “os direitos dos negros, respeitar a cultura/religião negra, apoiar o movimento negro visando o fortalecimento de entidades negras-chaves em determinados estados do Nordeste”³³².

331 – CESE. *Racismo no Brasil: Por que um programa com Quilombos?* Salvador: 2003.

332 – Idem. p. 9.

Programa de Apoio Estratégico (PAE)

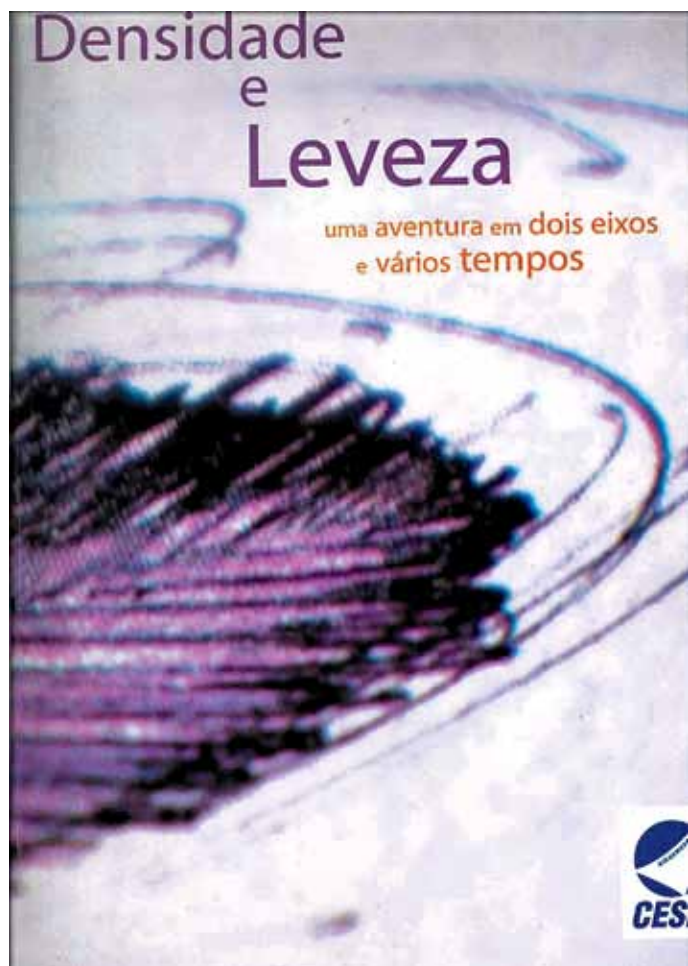
O Programa de Apoio Estratégico (PAE) nasceu a partir da reflexão da CESE sobre as mudanças percebidas nos movimentos sociais, que passaram a adotar a ação em rede como estratégia para assegurar sustentabilidade política pela ampliação da capacidade de incidência pública.

Esse fenômeno esteve em alta entre o final dos anos de 1990 e início dos anos 2000 e apontava para o desenvolvimento de metodologias de ação coletiva que pudessem integrar a mobilização, a organização e a educação, mas também a produção de conhecimento, através de pesquisa, de intercâmbio e de sistematização de experiências.

Assim, o PAE surge com a perspectiva de apoiar iniciativas que deveriam “pensar e desenhar a intervenção como ação no espaço público, não estatal e estatal, visando tanto inscrever temas e propostas na agenda pública da sociedade e do governo, como incidir sobre a própria formatação do espaço público”³³³. As prioridades são projetos de ação coletiva articulada em rede, que transcendam o paradigma de pensar cada organização isoladamente e iniciativas cujas metodologias de ação são inspiradas na abertura a novos paradigmas sociais, com espaço para inovação, criatividade, experimentação, e produção própria de conhecimento.

Uma das inovações do PAE, para a CESE, foi a realização de edital específico para seleção dos projetos e a contribuição de um comitê externo para análise e aprovação das propostas. Ainda como inovação metodológica, o programa investiu na capacitação em sistematização de experiências, tendo como resultado a produção de conhecimento de cada rede e a sistematização da experiência do Programa, pela CESE.

333 – CESE. Documento de apresentação do PAE, 2003.



Em sua primeira edição (2003-2007) o PAE apoiou 10 projetos de diferentes redes temáticas³³⁴ e regiões do País.

A avaliação da primeira edição, realizada em 2007³³⁵, indica que o PAE contribuiu para a apropriação de uma nova forma de organização social oportunizada pela constituição de redes de intervenção; para a ampliação do conhecimento sobre intervenção em políticas públicas pelos movimentos sociais; para o aprofundamento de temas; para uma melhor visualização dos

334 — As redes apoiadas na primeira edição do PAE foram: Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras; Centro de Educação e Assessoria Popular de Rondônia; Comissão de Articulação e Mobilização dos Moradores da Península de Itapagipe, Salvador; Movimentos Sociais da Zona Costeira do Ceará; Rede de Comercialização Solidária do Cerrado; Rede de Soberania Alimentar; Projeto Inclusão Pela Arte (PIPA); Núcleo de Habitação e Meio Ambiente de Fortaleza; Articulação Pacari — Plantas Medicinais do Cerrado; Rede Abelha do Estado do Rio Grande do Norte.

335 — Dutra, Mara Vanessa Fonseca. **Densidade e Leveza: A sistematização do Programa de Apoio Estratégico/ PAE de 2004 a 2006: uma aventura em dois eixos e vários.** Salvador, abril de 2007.

projetos dentro de um processo – as redes como espaço de elaboração democrática da sociedade e com maior capacidade para incidir em políticas públicas.

Na segunda edição do Programa, em 2007, foram selecionados sete projetos³³⁶. Com essa segunda edição, a CESE mantém a opção de reforço a ações articuladas da sociedade civil brasileira e seu fortalecimento para a incidência pública junto ao governo e junto à sociedade. Essa escolha permitiu uma complementação importante ao Programa de Pequenos Projetos (PPP), central na atuação da CESE desde sua fundação, em 1973.

Merece destaque, nesse segundo momento, o projeto do Fórum Ecumênico Brasil – FE-Brasil que visou à criação da Rede Ecumênica de Juventude (REJU), com a intenção de formar novas lideranças para o movimento ecumênico brasileiro e, também, incidir sobre políticas públicas para a juventude.

Quando foi selecionado, este era o projeto em que se vislumbrava maior dificuldade de incidência em políticas públicas. Isso porque era uma rede que estava sendo criada e as expectativas mais otimistas apontavam para uma incidência restrita ao campo das igrejas e organizações ligadas ao FE-Brasil, nas quais os/as jovens estavam engajados.

Mas, a REJU deu um salto e, em 2009, passou a ocupar um assento no Conselho Nacional de Juventude (CONJUV). O processo de participação nesse espaço foi resultado da parceria com outra rede de juventude – a Rede FALE – que agrega a juventude evangélica. Com sua atuação nesse Conselho, a REJU passou a perceber que a presença e os posicionamentos da Rede começam, lentamente, a contribuir para uma mudança de visão sobre a juventude ecumênica.

336 — Os projetos apoiados foram apresentados pelas seguintes redes: Grupo de Intercâmbio Sustentável do Mato Grosso; Fórum de Quilombos Educacionais da Bahia (FOQUIBA); Rede de Mulheres Produtoras do Nordeste; Articulação de Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME); Fórum Ecumênico Brasil/Rede Ecumênica de Juventude; Rede de Mulheres Empreendedoras Rurais da Amazônia (RMERA); Articulação Puxirão dos Povos e Comunidades Tradicionais do Paraná.



Mesmo após o término do apoio do programa da CESE, a REJU segue atuante. Congrega pessoas vinculadas a igrejas, terreiros de candomblé e movimentos sociais; tem atuação nacional, com expressão em cada região do País e vem sendo um dos referenciais às lutas contra a intolerância religiosa e a violência que hoje afeta principalmente a juventude negra.

Resgatando alguns ganhos com o desenvolvimento desse Programa, cabe mencionar a seleção dos projetos com a participação de um Comitê Externo, em cada uma das edições, que, com suas *expertises*, colaborou com a avaliação das propostas.

Outro ponto a salientar refere-se à diversidade das redes. A extensão geográfica; redes urbanas e rurais; sua

composição; suas temáticas inovadoras; seus estágios de organização. Em meio ao diverso, a explicitação de princípios e valores compreendidos como parte de uma metodologia de ação em rede.

Os encontros de intercâmbio e formação, a verificação do empenho na busca de alternativas para sustentabilidade, a abordagem de direitos e desenvolvimento, trouxeram à tona muitas questões para o futuro das redes e para a CESE. As redes debateram sobre suas ações de promoção de direitos e de resistência ao desmonte de direitos conquistados e seu significado como ações de incidência pública.

Também ficou evidenciado como um dos grandes aprendizados do PAE o reconhecimento do sentido estratégico da comunicação para ação das redes. Os debates em torno dessa questão favoreceram o repensar das ações de comunicação para dentro e para fora das redes.

Um tema relevante, cujo aprofundamento foi propiciado pelo Programa, foi o olhar sobre o desenvolvimento institucional de organizações em rede – o *desenvolvimento institucional de campo* –, seus desafios e aprendizagem na superação de uma forma de planejar, monitorar e avaliar, individualmente, cada entidade envolvida, para a construção de uma identidade coletiva, com democracia interna, partilhando e fazendo da diversidade de seus componentes uma oportunidade de alcançar reconhecimento público.

Nas suas duas edições, o PAE aportou o aprendizado da sistematização como parte do processo de desenvolvimento das ações das redes e não apenas ao final da experiência de trabalho. Os processos de sistematização impulsionados pelo PAE em cada rede também se constituem em um aspecto importante do diálogo com a sociedade.

Com a realização deste Programa, a CESE confirmou a relevância das articulações e redes como atores sociais com capacidade de incidir sobre governos e sociedade.



■ Parte II

Capítulo 4



Reflexões da CESE e dos movimentos
sociais sobre o contexto brasileiro



Edilece Couto
Elizete Silva
Muniz Ferreira

Encontros de agentes de projetos (EAP)

Desde a sua criação, a CESE promove seminários, encontros e consultas. Esses Encontros de Agentes de Projetos (EAP) foram pensados para possibilitar à CESE um acompanhamento interativo com os movimentos populares, por ela apoiados, num espaço onde a CESE pudesse também repensar as suas políticas de apoio, com o aporte desses intercâmbios e avaliação de experiências, bem como o aprofundamento de temas conjunturais e de interesses dos grupos apoiados. Esses encontros buscam reunir a diversidade dos movimentos sociais apoiados pela CESE – povos indígenas, organizações do movimento negro, trabalhadores rurais, organizações urbanas, atingidos por barragens e outros.

Fome e seca no nordeste

Dez anos após a publicação do Documento dos Bispos e Superiores religiosos do Nordeste, a CESE organizou em Salvador um encontro sobre *Fome & Seca no Nordeste*. O evento teve lugar no Centro de Treinamento de Líderes da Arquidiocese de Salvador, entre os dias 20 e 23/09/1983. Tomaram parte no evento 80 participantes, representando dioceses, paróquias e pastorais, entidades de assessoria, associações comunitárias urbanas e rurais, entidades indígenas, cooperativas, sindicatos e federações, entidades de defesa dos direitos humanos/justiça e paz, organizações beneficentes, palestrantes, assessores e convidados especiais, entre os quais, o então Arcebispo Primaz do Brasil, Dom Avelar Brandão Vilela.

Partindo da compreensão de que o problema da seca e da fome constituiria “um fenômeno estrutural e de nível nacional, que atinge campo e cidade e se reflete em todas as regiões do País”, adquirindo, portanto, uma conotação política, o encontro se propunha a avaliá-lo, considerando: a situação das popula-

ções atingidas; a presença do governo nos bolsões da seca; as iniciativas dos trabalhadores; o apoio às populações atingidas; e as necessidades concretas dessas populações.

Toda a discussão era, naturalmente, norteadada por um objetivo fundamental: contribuir para que a CESE pudesse “encontrar formas eficazes de apoiar e responder às situações de emergência, assistindo às populações atingidas, sem, contudo, cair no puro assistencialismo, que é o caminho mais fácil”³³⁷. Orientando-se por tal concepção, o encontro apontaria para o desenvolvimento de um conjunto de ações voltadas para democratizar os processos de tomada de decisões sobre a situação das populações atingidas pela seca; fortalecer os sindicatos e as associações populares; apoiar os movimentos reivindicatórios voltados para a reforma/transformação das estruturas econômicas e sociais brasileiras; e inserir os problemas referentes à fome e à seca na agenda nacional.

As medidas sugeridas para a consecução dos objetivos foram se delineando. A primeira delas dizia respeito à democratização dos processos de tomada de decisões sobre a situação das populações rurais que implicava na luta pela participação dos sindicatos, associações e outros órgãos de representação dos trabalhadores na definição de uma nova política para o Nordeste. Apontava também para cobrar, junto aos organismos governamentais, os recursos destinados a programas de desenvolvimento econômico e social do Nordeste, garantindo uma real participação dos trabalhadores na gestão e aplicação dos recursos. Nessa mesma direção, formulava como exigência o cumprimento da legislação agrária e trabalhista, em todos os aspectos que dizem respeito aos interesses dos trabalhadores. E, ainda, reivindicar a desapropriação, para fins de uso comunitário, dos poços, açudes e vazantes.

337 – CESE, *Fome & Seca no Nordeste*. Salvador (BA), 1983, p. 20.

Um segundo objetivo tratava do fortalecimento dos sindicatos e das associações populares, significando o apoio aos sindicatos e demais formas de organização dos trabalhadores rurais, urbanos e populações indígenas como instrumentos de resistência: apoiar todos os esforços de articulação das lutas dos trabalhadores rurais e urbanos, bem como as iniciativas de mobilização dos trabalhadores na cidade e no campo.

Outro ponto, de caráter mais abrangente, referia-se à valorização dos movimentos reivindicatórios voltados para a reforma/transformação das estruturas econômicas e sociais brasileiras, com ênfase na campanha nacional pela Reforma Agrária. Do mesmo modo, lembrava a importância da luta pela reforma tributária, dando aos municípios maior participação nos tributos recolhidos, bem como que os repasses financeiros fossem geridos pelas organizações populares, como as associações comunitárias urbanas e rurais. Ao mesmo tempo, já destacava a urgência da luta pela Reforma Urbana, em função, sobretudo, do atendimento às necessidades das populações faveladas.

Por fim, entre os objetivos prioritários, propunha inserir os problemas referentes à fome e à seca na agenda nacional. Para tanto, sugeria o emblema da data de 06 de outubro, trazendo à memória da população a luta e massacre de Canudos. Percebendo, então, a importância da luta institucional, defendia a intensificação do uso do Parlamento, em todos os níveis (municipal, estadual e federal), como fórum de denúncias e instrumento de pressão sobre o governo.

As propostas debatidas no encontro dão bem a ideia do caráter assumido pela CESE, uma década após a sua fundação. Não sendo uma *central* de movimentos sociais, tampouco um *birô* de serviços das populações oprimidas e marginalizadas do País, aparecia, contudo, como um órgão de assessoramento e apoio dos setores populares e de suas entidades representa-

tivas. Em sua ação efetiva, procurava combinar apoio econômico e material às iniciativas voltadas à melhoria das condições de vida das classes populares com o investimento nos processos de conscientização, mobilização e lutas dos mesmos. Dessa forma, procurava evitar tanto o assistencialismo que marcara certas iniciativas da extinta CEB, quanto o vanguardismo de certos grupos de ativistas políticos e sociais, inclusive de filiação religiosa.

No elenco de proposições apresentadas, encontram-se propostas que revelam uma compreensão da conjuntura e das possibilidades de avanço da luta pela democratização, em um cenário de acentuado isolamento e perda de legitimidade do regime militar, então em vigor. Tal compreensão se manifesta, por exemplo, na sugestão de luta pela democratização dos processos de tomada de decisões dos problemas relativos às populações rurais através da participação dos sindicatos. Ao mesmo tempo em que valorizava as entidades sindicais enquanto órgãos representativos dos interesses dos trabalhadores rurais e reconhecia o seu protagonismo no encaminhamento de tais lutas, transferia o embate pela implementação de políticas econômicas e sociais do Nordeste para o interior das próprias agências governamentais encarregadas da elaboração de políticas para a região.

Longe de representar qualquer capitulação ou acomodação às regras estabelecidas pelo regime ditatorial, a implementação dessas ações significava, na prática, a superação dos procedimentos tecnocráticos, elitistas e excludentes que caracterizavam a política do governo militar para o enfrentamento dos problemas da região. Por outro lado, a introdução dos sindicatos nos referidos processos representaria a decomposição dos mecanismos autoritários, verticais e clientelistas de gestão adotados pelo governo federal em aliança com as elites regionais, que excluía-

e marginalizavam as massas populares. A formulação de tais reivindicações representava – de fato, sem o mencionar – a substituição da ditadura – na expressão específica adquirida por esta no Nordeste – por um regime de participação popular e democrática.

Não menos expressivos, do ponto de vista da conjuntura política que então se vivia, eram os convites a “cobrar dos organismos governamentais os recursos destinados a programas de desenvolvimento econômico e social” e “exigir o cumprimento da legislação agrária e trabalhista, em todos os aspectos que dizem respeito aos interesses dos trabalhadores”. Ambas as iniciativas perseguiriam o objetivo de confrontar o regime militar em declínio com suas próprias contradições estruturais, aprofundando sua crise e acelerando o processo de corrosão de sua legitimidade junto às próprias classes populares.

As formulações reafirmavam a perspectiva adotada pela CESE acerca do enfrentamento dos problemas sociais brasileiros, segundo a qual as classes populares organizadas em suas entidades seriam os autores das conquistas almejadas, excluindo tanto o paternalismo e o assistencialismo quanto o vanguardismo. E a proposta de defender a inserção da problemática econômica e social nordestina na agenda política nacional, inserindo seu debate na pauta do parlamento brasileiro, apontava para a necessidade de nacionalizar e politizar o problema, para além de qualquer abordagem de caráter basis-ta e/ou avessa ou resistente ao reconhecimento da importância da ação política, por sinal em voga em certas áreas do movimento popular naqueles anos.

Em 1984, a CESE tinha levantado a questão sobre a eficiência, ou não, dos pequenos projetos como alternativa para apoio a mudanças sociais. E, para aprofundar esse tema junto com suas parcerias, a CESE promoveu o EAP-84 centrando o evento no debate sobre a Efetividade dos Pequenos Projetos.



Participação e poder no movimento popular

Este evento, realizado em fins de setembro de 1985, na Casa de Retiro São Francisco, em Salvador/BA, contou com a participação de líderes comunitários, agentes de pastorais, lideranças sindicais, assessores e representantes de instituições locais e internacionais de ajuda. Participaram cerca de setenta pessoas procedentes de 14 estados brasileiros, sendo oito das regiões Norte e Nordeste do País. Também participaram do encontro diretores da CESE e representantes das agências internacionais de ajuda *Church World Service* (Estados Unidos), *Christian Aid* (Reino Unido) e *Finchurhaid* (Finlândia).

Após a abertura do encontro, com um momento devocional conduzido pelo pastor Mozart Noronha, da Igreja Cristã de Confissão Reformada, do Rio de Janeiro, o então secretário executivo da CESE, Enilson Rocha Souza, apresentou um informe sobre os dez anos de atividades da instituição. De acordo com a alocução de Rocha Souza, a CESE teria sido criada em razão da preocupação da antiga Comissão de Projetos da CEB com o fato de que 80% dos recursos enviados ao Brasil para serem aplicados em projetos de desenvolvimento concentravam-se na região Sul do País, restando para as regiões Norte e Nordeste um montante de apenas 18%. Além do que, no sistema de redistribuição interna da ajuda procedente do exterior, as igrejas que atuavam como intermediárias na destinação dos recursos acabavam concentrando grande quantidade de poder.

Segundo o secretário executivo da CESE, tais situações provocavam o que ele definiu como “uma distorção ética”. Após a criação da CESE, segundo Enilson Souza, passou-se a privilegiar o eixo Norte-Nordeste, sem que, no entanto, fossem excluídas da ajuda as

zonas meridionais do País. Na ocasião, a CESE teria surgido “não para canalizar recursos, mas, sobretudo, para desenvolver relações”, a partir do entendimento fundamental de que o mais importante seria que o desenvolvimento dos projetos possibilitasse uma efetiva participação popular.

A posição enunciada pelo fundador da CESE na conferência inaugural anunciava a tônica que dominaria as discussões do encontro, ou seja, as questões atinentes à emergência do movimento popular à condição de protagonista das transformações em curso na sociedade brasileira naquele período. Tais preocupações espelhavam, por um lado, o momento de radicalização política e social experimentado, então, pelos círculos mais socialmente engajados do campo religioso brasileiro, assim como a efervescência política e social de um ano marcado pelo impacto das grandes manifestações populares em favor das eleições diretas e pelo fim do regime militar. Tratava-se, pois, de realizar naquele encontro um momento de reflexão acerca do novo horizonte de possibilidades e alternativas que se descortinavam diante dos setores populares no momento crucial do processo de transição democrática, então em curso no País.

O documento-síntese lido e debatido pelos participantes no encontro procurou conceituar a ideia de “Poder Popular”. Após advertir sobre as possíveis distorções a que o conceito poderia se prestar, servindo-se, aliás, do exemplo pouco feliz da mobilização de massas pelo fascismo, o documento estabelecia que, “Por poder popular entendemos, nestas reflexões, o conjunto de iniciativas voltadas para a afirmação dos interesses populares no presente e no futuro.”³³⁸ Essa conceituação de ordem genérica demandava ainda uma consubstanciação maior na demonstração discursiva das condições necessárias ao advento e à efetivação do poder popular. Para o documento, seriam elas:

338 – CESE, Participação e poder no movimento popular – encontro de agentes de projetos. Salvador, 1984, p.37.

- a. considerações do poder popular como algo exclusivamente democrático;
- b. exercício da autonomia, que não se confunde com espontaneísmo ou isolamento, estabelecendo-se relações alternativas de poder;
- c. valorização da cultura e da identidade populares, resgatando os elementos de resistência;
- d. aprofundamento e ampliação das formas de organização do povo;
- e. busca permanente de articulação entre os diversos movimentos populares.

Ainda segundo o documento, o processo de desenvolvimento do poder popular se verificaria em três etapas distintas, determinadas pelas correlações de forças existentes entre os setores populares e classes dominantes. Esses três estágios ou etapas seriam: i) estágio de resistência - que é o predominante; ii) estágio de oposição - da resistência pura e simples a situações de exploração, o movimento popular passa a negar os projetos das classes dominantes; iii) estágio de propostas alternativas - o movimento popular não apenas rejeita os projetos dominantes, mas propõe alternativas de mudança³³⁹.

O último tópico preliminar, abordado pelo documento-síntese, dizia respeito às relações entre o poder popular e o Estado. Em uma formulação a um só tempo flexível e imprecisa, o documento estabelecia que: "Observa-se que a luta pela construção do poder popular no Brasil inclui a ocupação de todos os espaços políticos, inclusive o espaço institucional a nível de Estado (sic). Esta tendência tem-se afirmado dentro da luta pela democratização do país."³⁴⁰

339 – Idem, p. 38.

340 – Idem, ibidem.

Também aqui se pode detectar a presença coerente de uma abordagem da problemática sociopolítica brasileira pautada pela combinação entre a ênfase na centralidade do movimento popular como protagonista das transformações políticas, econômicas e sociais almejadas e a flexibilidade política que valoriza as alianças entre o movimento popular e a oposição política institucional, ou seja, a disputa de todos os espaços de representação e a superação de preconceitos basistas ou baluartistas. Faça-se o registro de que essas últimas posições disputavam, na época, em condições vantajosas, expressivo segmento dos movimentos sociais e da esquerda, possuindo forte lastro no engajamento político e social de segmentos religiosos cristãos radicalizados.

O processo de discussão do documento-síntese acrescentou alguns elementos discursivos e conceituais às elaborações anteriormente desenvolvidas, como se pode observar pela leitura das "reflexões sobre o poder popular", que traz o registro do resultado dos debates³⁴¹. Nesse momento do encontro, adquiriu relevo a intervenção do sociólogo Herbert de Souza (Betinho), do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), que assessorou o encontro, a convite da CESE.

Da intervenção de Betinho, pode-se destacar não somente a reafirmação da caracterização das três estratégias do movimento popular, apresentadas como etapas ou estágios, no documento-síntese (resistência, oposição e alternativa), mas, sobretudo, uma tentativa de definir as "concepções de poder existentes", algumas das quais se contraporiam ao avanço do movimento popular, sendo que uma delas deveria servir como uma base de ideias para o próprio movimento.

Segundo Herbert de Souza, tais concepções de poder seriam: a *autoritária*, a *liberal* e a *democrática*. A primei-

341 – Idem, pp. 45-48.

ra delas se encontraria encarnada na institucionalidade política existente já há vinte anos na sociedade brasileira (1964-1984). A segunda, “numa definição simplista”, segundo o sociólogo mineiro, “é a que vai até certo ponto, faz concessões à democracia, desde que não abalem a essência da exploração capitalista”, sendo a terceira (democrática), “a que está nascendo dos movimentos populares”. Essa última, por sua óbvia relevância, era objeto de uma maior especificação: “Não é verdade que o Movimento Popular seja, em si mesmo, democrático. Pode até mesmo ser profundamente autoritário. Por isso, é necessário uma preocupação constante com o exercício democrático do poder”. E ainda no referente ao relacionamento do movimento popular com o Estado e as perspectivas de aproveitamento dos espaços institucionais, reforçava-se a ideia de que:

O poder popular, entendido como democrático, deve perseguir, sempre, o exercício da autonomia frente ao Estado e aos partidos políticos, o que não se deve confundir com qualquer tendência ao espontaneísmo ou ao isolamento das demais forças políticas da sociedade. A luta pela construção de um poder popular no Brasil deve incluir a ocupação de todos os espaços políticos, inclusive a nível de Estado (sic), tendência que se vem afirmando no processo de luta pela democracia no país.³⁴²

A acolhida encontrada por tais formulações junto aos agentes de projetos apoiados pela CESE ilustra a perspectiva de compreensão da realidade brasileira cultivada no interior do órgão e inspiradora de sua atividade social. Tratava-se de um enfoque que examinava as condições do País a partir da sociedade civil brasileira, particularmente de seus setores populares, e que avaliava os processos em curso no seio do Estado e do governo à luz da dinâmica dos movimentos populares

e da correlação de forças dinamicamente estabelecidas entre esses e o Estado. Mais ainda, adotava-se uma abordagem que procurava não apenas compreender os aspectos mais essenciais da realidade política, econômica e social do Brasil, como também conferir a tais análises o valor de um instrumento prático-pedagógico para a orientação dos agentes de projetos e militantes sociais atingidos pelo trabalho da entidade.

Tais componentes atribuíam aos estudos e análises produzidos no âmbito dos encontros organizados pela CESE o caráter de um conhecimento engajado, oferecido de forma direta, ou seja, através do contato entre os expositores e os agentes de projetos e militantes sociais. O caso do encontro em questão se revestia de uma particularidade interessante: foi realizado num dos três últimos meses de um ano crucial na história do Brasil, marcado pela campanha em prol das eleições presidenciais diretas e pela mobilização em torno da candidatura da Aliança Democrática (setores saídos da Arena e o PMDB) no Colégio Eleitoral. Dessa forma, o registro das discussões travadas ali se converteria em uma espécie de inventário das reflexões animadas pela CESE sobre a situação brasileira nos estertores do regime ditatorial.

Pequenos projetos: uma alternativa?

Este EAP aconteceu em outubro de 1985, ainda no primeiro ano do governo da Aliança Democrática, que sucedeu ao último governo militar, introduzindo uma qualidade nova ao processo de redemocratização do Estado e da sociedade brasileiros. De um período no qual as forças oposicionistas e os movimentos sociais lutavam pela democratização do País contra os desígnios de um governo que intentava perpetuar o regime, passou-se a uma fase na qual o compromisso com a redemocratização inscrevia-se agora na agenda do próprio governo.

342 – Idem, p. 48.

Tal fenômeno, contudo, transcorria em um contexto singular, no qual o autoritarismo militar não fora derubado nem deposto, mas efetivamente derrotado por uma ampla coalizão de forças políticas que absorveu em seu seio um segmento não desprezível de defensores, até a penúltima hora, do governo ditatorial superado. A necessidade de incorporar na aliança elementos de destaque do velho regime, como o deputado José Sarney, ex-presidente da ARENA, e Antônio Carlos Magalhães, que conferiam sustentação parlamentar à ditadura, revelava as contradições e os limites do momento transicional.

A circunstância de que grande parte das forças políticas e sociais outrora beneficiadas pelo regime militar permanecia em atividade e exercendo influência, apontava para o tortuoso desenrolar da trajetória que ainda haveria de ser seguida até a consolidação da ordem democrática. Mais ainda, indicava eloquentemente que um desfecho bem sucedido dos esforços em prol da superação das injustiças, das desigualdades, encontrava-se muito distante. O fim da ditadura militar, objetivo fortemente acalentado e pressuposto fundamental ao avanço das transformações progressistas requeridas pela sociedade brasileira, não representava para os setores mais esclarecidos do espectro religioso brasileiro o abandono das lutas pela emancipação do povo. Muito pelo contrário, o momento era de reflexão, conscientização e engajamento.

Foi sob a influência dessa atmosfera que a CESE organizou um encontro de agentes de projetos sob o tema *Pequenos projetos: uma alternativa?*³⁴³ O evento teve lugar mais uma vez no Centro de Treinamento de Líderes, em Salvador, entre os dias 14 e 18 de outubro de 1985. Orientado pela preocupação com a condição das classes populares e seus movimentos reivindicatórios na nova conjuntura, o foco dos debates concentrou-se no

tema da reforma agrária, na questão da Constituinte e no papel representado pelos partidos políticos.

No que se refere à reforma agrária, o grupo de discussão organizado sobre o tema enfatizou as ambiguidades e vacilações do governo Sarney em face do problema. Para os participantes no debate, o presidente, que havia inicialmente anunciado um projeto mais ambicioso de reforma, havia terminado por autorizar a execução de um programa bem mais modesto. Tal fato se devia a, segundo eles: “a fragilidade das forças do movimento popular que não conseguiu ainda envolver todos os segmentos sociais, realmente comprometidos com a Reforma Agrária”³⁴⁴. Como alternativa, o grupo sugeria um maior engajamento do movimento sindical em suas pressões sobre o governo, visando contrabalançar a influência exercida pelas forças conservadoras no tratamento da questão. Apresentou-se também uma proposta de articular as ações conjuntas do movimento popular nos diferentes estados da federação, recorrendo inclusive a “novas formas de luta”, não especificadas no documento emanado do encontro.

Os participantes também se manifestaram em relação ao tipo de reforma agrária pleiteada. Segundo eles, “Reforma Agrária não envolve apenas a distribuição da terra, mas também requer assistência técnica adequada aos pequenos agricultores, crédito agrícola, condições de armazenamento e comercialização da produção”³⁴⁵. A função a ser desempenhada pela CESE no apoio às lutas pela terra também era assinalada: “Os pequenos projetos devem ser uma ajuda para que as comunidades rurais resistam contra os grileiros para ocupação e sua manutenção na terra. Eles devem, fundamentalmente, auxiliar na conscientização dessas comunidades, pela posse da terra”³⁴⁶.

343 – Sobre as definições adotadas pela CESE acerca do apoio aos chamados “pequenos projetos”, ver o capítulo 3 na segunda parte deste livro.

344 – CESE. *Pequenos Projetos: Uma alternativa?*. Salvador, 1985.

345 – Idem, p. 4.

346 – Idem, pp 4-5.

O momento Constituinte não passou despercebido pelos participantes do encontro. Em um momento em que ainda se discutia nos meios políticos, parlamentares e jurídicos o caráter e o formato a ser assumidos pela futura Assembleia Nacional Constituinte (ANC), o encontro adota uma posição de princípio em torno da ideia de uma “Constituinte Popular”. De acordo com tal compreensão, a CESE e os segmentos ecumênicos em cujo seio ela se situava deveriam concentrar sua atuação no sentido de fazer com que o tema dos direitos humanos adquirisse uma importância maior nos debates constituintes. Porém, do ponto de vista do encontro, a abordagem mais apropriada acerca da problemática dos direitos humanos era aquela que partia de uma perspectiva “mais classista, na visão dos empobrecidos, como direitos desejados por Deus”.³⁴⁷

Partindo de tal abordagem, o encontro examinou o papel que vinha sendo desempenhado pelo Movimento Nacional de Direitos Humanos e pelo Serviço de Intercâmbio Nacional (SIN), a ele ligado e apoiado pela CESE. O documento apontava para o alcance limitado dessas articulações, “ainda pouco ecumênico e restrito ao campo religioso, com reduzida abertura para a opinião pública (...), além de não enfatizar adequadamente a causa indígena”.³⁴⁸ Em face de tais limitações, o documento aprovado no encontro propunha o alargamento das articulações ecumênicas, envolvendo igrejas ainda não associadas ao Movimento e aproximação de outras entidades da sociedade civil, como a Ordem dos Advogados do Brasil, visando robustecer a luta pela reforma agrária e pela participação popular na convocação, eleição e desenvolvimento dos trabalhos da ANC.

Quanto aos partidos políticos, o evento concluiu pela sua legitimidade e relevância para o processo demo-

crático. Nos termos ali formulados, “os partidos políticos são importantes para o exercício da democracia, canais de aspiração dos diferentes segmentos da sociedade”.³⁴⁹ Porém, a relação com os mesmos deveria ser mantida com base num critério de independência e reconhecimento da natureza suprapartidária das bandeiras empunhadas pelos grupos ecumênicos de defesa dos direitos humanos.

Quanto aos partidos políticos, o grupo entende que os centros de defesa dos direitos humanos não devem ter vinculação partidária, porque sua proposta extrapola a política partidária e seu trabalho está acima dos partidos. Mas os Centros devem procurar os diferentes partidos buscando seu envolvimento na promoção da luta pela defesa dos direitos humanos.³⁵⁰

Por fim, coube ao reverendo metodista Antônio Olímpio de Santana, então presidente da CESE, em sua locução de encerramento do encontro, na manhã do dia 18 de outubro de 1985, sintetizar o espírito que prevaleceu no conclave e que, naquela ocasião, animava os setores mais engajados no campo do ecumenismo de serviço em nosso País:

Este tipo de reunião emociona, porque vemos aqui, neste instante, a explosão do que deveríamos ter nas nossas comunidades de origem: o povo unido em torno de uma só causa, lutando pela sua libertação. (...) Como Igreja temos o compromisso ecumênico, na unidade de luta, porque somos parceiros de Deus nesta caminhada.

Foi, portanto, com um posicionamento consciente, militante, criterioso e não sectário que os agentes de projetos apoiados pela CESE enfrentaram o desafio

347 – Idem, p.5.

348 – Idem, ibidem.

349 – Idem, p. 6.

350 – Idem, p.6.

de analisar a conjuntura brasileira, em um momento fundamental da transição democrática, sete meses após a instituição do governo da Aliança Democrática e às vésperas da convocação da Assembleia Nacional Constituinte. Sem que, talvez, se dessem conta, os integrantes dos grupos de trabalho da CESE participavam da elaboração de um corpus analítico de interesse para a compreensão do momento histórico-político e que integraria mais tarde um valioso repertório de fontes para a reconstituição de alguns aspectos importantes da história contemporânea do País.

Poder e participação em tempo de crise

Este encontro, organizado pela CESE como parte de suas atividades regulares, no ano de 1987, reuniu cerca de 70 agentes de projetos representando os mais de 500 grupos apoiados pela instituição. Teve lugar na casa de Retiro São Francisco, em Salvador, sendo precedido por uma reunião preparatória realizada nos dias 16 e 17 de junho do mesmo ano.

De modo original, foi inaugurado com uma sessão dedicada ao exame da situação chilena, na qual se avaliou a gravidade das situações política e humanitária vividas pelo povo daquele país desde o golpe militar de 11 de setembro de 1973. Foi proferida uma palestra por Marta Palma, do Conselho Mundial de Igrejas, e Clemente Lizana, da Associação Brasileiro-Chilena de Amizade, sediada em Recife. Essa exposição informou sobre a participação crescente das igrejas chilenas na luta pela democracia e pelos direitos humanos e convidou à solidariedade para com o povo chileno, sobre a base da responsabilidade compartilhada, “baseada no apoio mútuo entre os povos”.

Durante os seis dias do encontro, discutiu-se um temário no qual constavam tópicos como: as relações entre o governo e o movimento popular, as estratégias adotadas pelo governo federal, a atuação das

forças conservadoras na Assembleia Constituinte, o papel das igrejas e os desafios colocados em face do movimento popular.

No que concerne ao tema das relações entre o governo e o movimento popular, a reflexão foi animada por uma representação feita por um grupo de teatro de bonecos do bairro do Maciel Pelourinho. Nessa representação, foram caracterizados os aspectos tidos como definidores das relações entre o governo e a sociedade, tomando como ilustração os efeitos da implementação de um programa oficial do governo federal no seio da comunidade: a distribuição de leite. Denunciaram-se ali as diferenças de tratamento concedido a ricos e pobres, a exploração propagandística dos programas assistenciais, as divisões geradas no seio das populações de baixa renda entre os contemplados e os não contemplados, e a orientação eminentemente assistencialista dos programas oficiais.

O ponto alto do debate acerca do tema foi a exposição realizada por José da Silva Moura Filho, do Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC), do Distrito Federal. A conferência teve por título “Estratégias do Governo Diante das Reivindicações do Movimento Popular”. Tomando como ponto de partida o caráter inócuo e demagógico das políticas sociais executadas ao longo da história do Brasil, o palestrante dedicou a maior parte de sua intervenção à interpelação crítica das ações governamentais da administração José Sarney, que tinham como lema “tudo pelo social”.

De acordo com Moura Filho, a “opção pelo social” do governo da “transição tutelada”, segundo suas palavras, “já nasceu e continua sendo marcada pelo caráter paternalista, assistencialista, cooptador e clientelista, sem atingir as causas estruturais das desigualdades socioeconômicas do País.”³⁵¹ O conferencista também

351 – CESE, *Poder e Participação em Tempo de Crise*, Salvador, 1987.

se referiu ao Plano Cruzado, de combate à inflação, implementado pelo governo no ano anterior, e que redundara em clamoroso fracasso, não obstante um certo surto de entusiasmo popular verificado em seus primeiros meses de vigência. No implacável diagnóstico do expositor:

“(...) o Governo da Nova República, o Governo da Aliança Democrática está agindo paternalisticamente, de cima para baixo, criando e fazendo funcionar mecanismo de aparência democrática, através dos quais o que faz é mascarar uma realidade dando atendimento, quando dá, ao problema em si sem atacar o fundamental que é a sua origem, a sua causa.”³⁵²

Ainda de acordo com a intervenção de Moura Filho, todas as iniciativas governamentais de aparente enfrentamento das principais dificuldades vividas pelo povo possuíam um caráter perfunctório ou paliativo, na medida em que não incidiam sobre as estruturas econômicas e sociais do País, não atacavam o problema do endividamento externo, não avançavam na reforma agrária e não alteravam a política econômica, concentradora, excludente e favorável aos grandes grupos econômicos.

Na parte referente ao acompanhamento dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, foi organizado um painel que teve como expositor o jornalista e militante do Movimento Nacional de Direitos Humanos, Dermi Azevedo. Em sua apresentação foi defendida a ideia de que se verificava, na ocasião, um forte movimento de rearticulação da direita no País, tendo como centro dos grupos conservadores o processo de confecção da nova Constituição da República. Apontou como exemplos da reaglutinação direitista a mobilização dos setores contrários à reforma agrária,

na União Democrática Ruralista (UDR), articulados a entidades como o Rearmamento Moral e a Sociedade Brasileira de Tradição Família e Propriedade (TFP).

Tais grupos estariam sendo apoiados por elementos ligados às federações das indústrias e dos clubes de diretores e lojistas. Azevedo fazia alusão à estruturação de quatro frentes de atuação daquilo que era definido como uma “máfia direitista”³⁵³: uma *frente ideológica*, integrada por veículos de comunicação de massas, como o jornal *O Estado de São Paulo* e a TV Globo, que contaria também com um braço religioso composto por bispos, padres e pastores; uma *frente político partidária*, formada por cerca de 60 parlamentares ligados à UDR e a outros círculos conservadores, uma *frente paramilitar*, cujos contornos não foram apresentados, mas que se encarregaria pela implementação de atos terroristas contra lideranças populares, religiosas e leigas, nas cidades e no campo e, por fim, uma *frente internacional*, manifesta nas vinculações da UDR com as direitas francesa e norte americana.

Na conclusão de seu pronunciamento, Dermi Azevedo participou aos presentes no encontro a existência de um conjunto de bandeiras que constituiriam uma verdadeira agenda unificadora e mobilizadora da direita brasileira. Os pontos constitutivos desta pauta seriam:

“1. Liberalismo econômico total (contra qualquer intervenção do Estado nos rumos da economia); Combate a toda e qualquer forma de reforma agrária; 3. Anticomunismo e antissocialismo; 4. Ênfase à “moralização da sociedade”; 5. Combate permanente à Teologia da Libertação e ao compromisso transformador dos cristãos e das igrejas, junto com o povo sofredor”.

Com aguda percepção, o colaborador da CESE lograva identificar não apenas os elementos vertebrais da

352 – Idem, encarte inserido na publicação com o título “Estratégias do Governo Diante das Reivindicações do Movimento Popular”, p. 5.

353 – CESE, *Poder e Participação em Tempo de Crise*, p. 07.

agenda atualizada das classes dirigentes brasileiras no momento do encontro, mas também dos próximos anos que haveriam de se seguir, adquirindo ênfase muito especial na passagem dos anos 80 para a década de 90 e demonstrando, pela consistência da análise, sintonia fina quanto às possibilidades da última década do século XX.

A reunião teve prosseguimento com a preleção do reverendo Mozart Noronha, que discorreu sobre a “religião popular”, buscando diferenciar, o que segundo ele, representariam suas formas autênticas de manifestação, tanto no catolicismo quanto no protestantismo, da atuação de movimentos religiosos “a serviço da dominação”, como a seita Moon, os Mórmons e as Testemunhas de Jeová.

Por fim, José da Silva Moura Filho, do INESC, em nova exposição para os participantes do encontro, concentrou-se em uma apreciação crítica dos trabalhos do Congresso Constituinte. Começando por argumentar em favor da ilegitimidade de uma Constituinte não exclusiva, concluiu com a previsão de elaboração de um caráter constitucional “de tendência conservadora na ordem econômica e liberal quanto aos direitos individuais”. Descrente da possibilidade de quaisquer avanços estruturais, Moura Filho vaticinou ainda certa descentralização das atribuições governamentais em prol do poder Legislativo e a restrição da política de reforma agrária “no máximo” dentro dos níveis já previstos pelo “Estatuto da Terra” do regime militar. Nesse caso, “com a história na mão” se constataria uma constituinte resultante mais transformadora do que se vislumbrava, expressa na Constituição Cidadã.

As discussões nos grupos de trabalho praticamente ratificaram as caracterizações sobre a situação brasileira, apresentadas pelos palestrantes, acentuando, no entanto, a importância da organização, mobilização e luta dos setores populares, da realização de pressões

sobre os trabalhos da ANC, dos esforços em prol da unidade e da autonomia sindical. Esse último tópico, por sinal, recebeu um tratamento específico no registro das discussões do encontro.

Após uma narrativa sumária sobre o desenvolvimento do movimento sindical – na qual se destacava a ação permanente do Estado visando reprimir, cooptar e controlar as organizações dos trabalhadores –, chegava-se a uma caracterização também breve do quadro então vigente no movimento sindical. Nessa descrição, destacava-se a divisão do movimento sindical em duas grandes vertentes (a Central Única dos Trabalhadores e a Central Geral dos Trabalhadores), as quais divergiam quanto ao entendimento das questões referentes à liberdade e autonomia sindical, nas atitudes em face do governo da Aliança Democrática e quanto às trajetórias de engajamento e combatividade de seus dirigentes. Nessa caracterização, a CUT – surgida como uma central minoritária – conhecia um processo de rápida expansão da influência e aumento da representatividade, em função de sua maior iniciativa no encaminhamento das lutas reivindicatórias.

A CGT, inversamente, perdia apoio junto a certas áreas do movimento sindical em razão de seu apoio ao governo da Aliança Democrática e às práticas burocráticas e imobilistas de alguns de seus dirigentes. Ademais, operava-se então uma cisão no seio dessa central, provocada pela projeção de lideranças como Antonio Rogério Magri e Luis Antonio Medeiros, apresentados no texto como defensores de uma posição “abertamente capitalista” e partidária dos “aspectos mais reacionários da política econômica proposta pelo atual governo”, sendo citados como exemplos desses últimos: “A conversão da dívida externa, a privatização das empresas estatais; o recuo na reserva de mercado da informática; maior abertura e controle da economia pelo capital estrangeiro; o retrocesso na reforma

agrária³⁵⁴. Interessante observar que tais apreciações antecipavam, em certa medida, a compreensão do aparecimento de uma nova vertente que haveria de ocupar nos anos vindouros um lugar de grande visibilidade no movimento sindical brasileiro, o chamado “sindicalismo de resultados”.

O advento dessa tendência não era visto como um fenômeno aleatório, mas sim como parte da contraofensiva geral dos círculos mais reacionários da sociedade brasileira na preservação de seus interesses de classe ameaçados pelo avanço dos movimentos sociais na cidade e no campo e pela possibilidade, ainda que remota, da obtenção de conquistas de relevo no processo Constituinte. Como alternativa, o encontro indicava a necessidade de construção de um movimento sindical unitário e classista, autônomo e independente do Estado e das classes dominantes na cidade e no campo.

Uma avaliação geral das análises e definições realizadas durante o encontro indica uma acentuação das posições dos assessores e agentes de projetos apoiados pela CESE diante da situação brasileira e das ações governamentais. Tal fato talvez possa ser explicado como decorrência da vigência de amplas liberdades de expressão e manifestação do pensamento, então em vigor no País. Pode ser que tenha expressado também as frustrações cultivadas por vários setores do povo brasileiro com as políticas econômica e social do governo. Quem sabe tenha ocorrido como consequência do aumento da influência de tendências políticas mais à esquerda, nas áreas da sociedade atingidas pela intervenção da CESE. O fato é que os documentos discutidos e aprovados durante o EAP de 1987 registram certa radicalização no posicionamento político dos setores ecumênicos nucleados pela instituição.

354 – Idem, p.51.

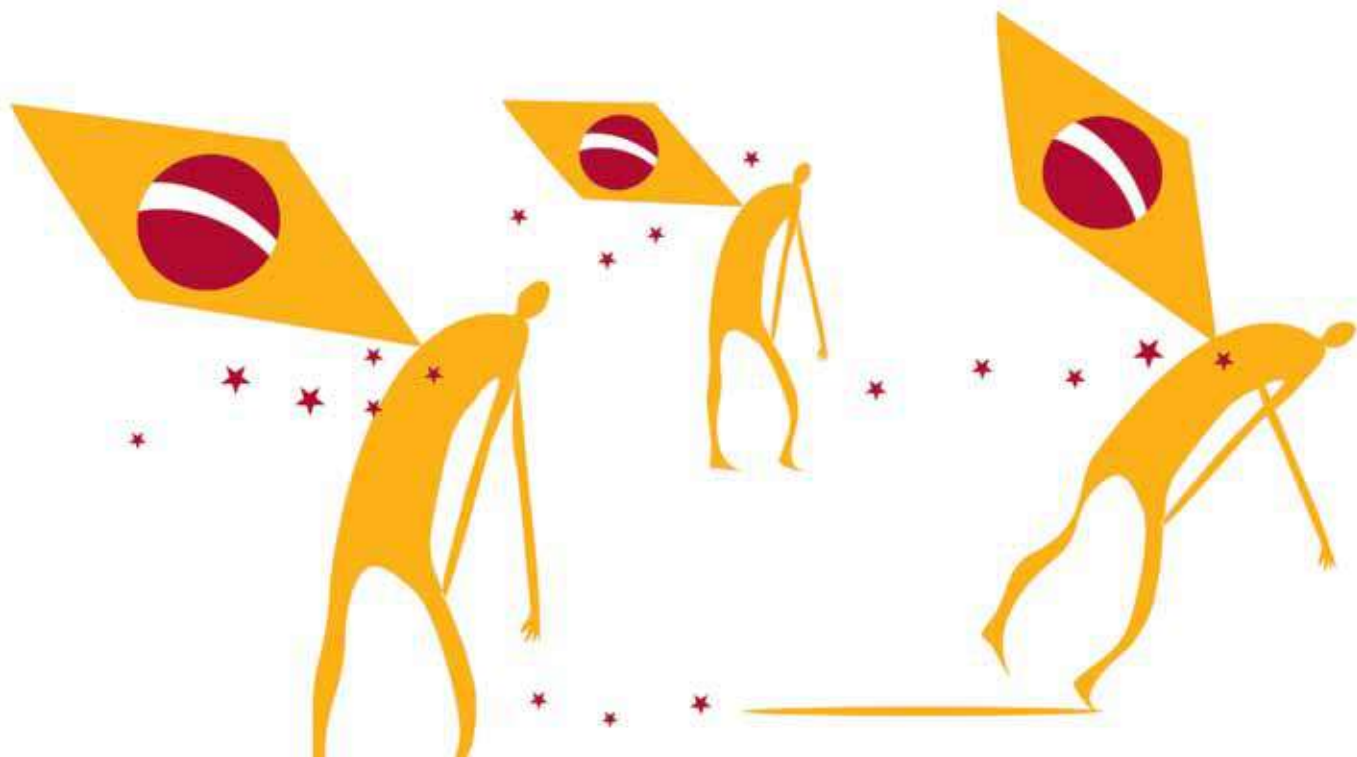
Organização popular: desafios atuais e perspectivas

Este encontro, realizado no início de setembro de 1988, mais uma vez no CTL de Salvador e um mês antes da promulgação da nova Constituição, teve suas discussões concentradas em três tópicos fundamentais: *Os Programas sociais do Governo e Sua Relação com o Movimento Popular*, *A Dívida Externa e os Trabalhadores* e *Estratégias de Enfrentamento da Organização Popular Face aos desafios Atuais*. Mas, além desses temas centrais, o encontro também abriu espaço para o debate sobre três “temas paralelos”, incorporados devido à relevância crescente que vinham adquirindo na realidade brasileira. Foram eles: *Questão racial: cultura e política*, *Banco Mundial*, e *Constituinte*.

O primeiro painel, dedicado aos *programas sociais do governo José Sarney* e à relação desse governo com o movimento popular, teve como expositores convidados Ubiratan Araújo (Universidade Federal da Bahia), Valdemar Oliveira Neto (militante de direitos humanos e coordenador do Centro de Cultura Luis Freire, Olinda) e Osvaldo Barreto, da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR).

O historiador Ubiratan Araújo tomou como ponto de partida de sua intervenção o momento conjuntural, caracterizado, segundo ele, pela fragmentação da ampla coalizão de forças políticas e sociais que havia sido galvanizada na luta contra o regime ditatorial. Derrubada a ditadura, teria iniciado um processo de reorganização do Estado brasileiro, cujos momentos fundamentais teriam sido a votação do mandato presidencial de cinco anos para o presidente Sarney e o desenrolar dos trabalhos da Assembleia Constituinte.

Naquele novo momento, as classes dirigentes e seus representantes teriam mobilizado todas as suas forças



para recuperar o controle do Estado e impedir qualquer avanço mais significativo das conquistas populares. No esforço de preservação da hegemonia, os detentores do poder econômico teriam combinado o uso ostensivo do dinheiro e a violência policial e militar contra as classes subalternas. Para Ubiratan Araújo, tais práticas coercitivas e antipopulares, levadas a efeito pelo novo poder civil, estavam longe de ser uma surpresa. Elas representavam, na prática, a continuação de uma tradição conservadora, característica do Estado brasileiro desde suas origens.

Recorrendo a uma breve, porém rica digressão histórica, Araújo narrou o contraste entre os vários projetos liberais, republicanos e abolicionistas que se confrontaram com o colonialismo lusitano no Brasil e a obra de uma elite política e social monárquica, conservadora, centralizadora e escravocrata que terminou por prevalecer em nosso processo de independência.

Como resultado desse processo, afirmaram-se três características fundamentais de nossa tradição política: “primeiro, a manutenção, desde a criação do Estado brasileiro, de um pacto exclusivo de elite que sempre afastou as massas populares, mesmo como subordinadas, de qualquer participação fundamental no poder; segundo, um compromisso fundamental com a propriedade e com o latifúndio, que continua permanente até hoje; e terceiro, a exclusão de amplas massas populares do direito de cidadania”³⁵⁵.

Valdemar Oliveira Neto abordou o processo de democratização em curso no País. De acordo com seu ponto de vista, somente seria possível a instauração de um regime efetivamente democrático no Brasil caso fosse superado o fosso “que separa elites e massa”³⁵⁶. Para o representante do Centro de Cultura Luis Freire, o capita-

355 – Cf. CESE, *Organização Popular – desafios e perspectivas*. Salvador, 1988, p.10.

356 – *Idem*, p. 12.

lismo existente no Brasil não teria condições nem mesmo de instaurar uma “democracia liberal” no País, sendo tarefa do movimento popular a construção de um novo Estado. Para atingir tal objetivo, esse movimento deveria distinguir-se dos partidos e do Estado. Em sua opinião, “O Movimento Popular é a possibilidade de todo o povo organizar-se e encontrar formas de participação - precisa construir e ‘vender’ sua proposta às massas”.³⁵⁷

Já a intervenção de Osvaldo Barreto privilegiou a participação do Estado na economia e o poder de cooptação das lideranças populares engendrado pelas políticas assistenciais do governo federal. Na visão do membro da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), “O Brasil é hoje um grande produtor em setores fortemente apoiados pelo Estado”. Entretanto, sob a égide desse mesmo Estado, “aumentou a concentração fundiária, esgotaram-se as áreas livres”. Afirmava que, no Nordeste, o Estado desenvolvia projetos apresentados como medidas de combate à pobreza, entretanto, as obras de infraestrutura que faziam parte do projeto haveriam contribuído para a concentração e a valorização da propriedade da terra. Outra preocupação manifestada pelo painelista era com o despreparo das entidades populares, como a FETAG, diante das ofertas de recurso por parte do governo. Despreparo esse, segundo ele, propiciador dos fenômenos de cooptação de lideranças sociais, através dos programas assistenciais do governo.

O painel de Número II, *A Dívida Externa e os Trabalhadores*, teve como expositores Paulo Schilling, do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI), Lúcia Oliveira, do Centro de Informação, Documentação e Análise Sindical (CIDAS) e Luis Fenelon, do nascente Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (na ocasião identificado pela sigla MTRST).

357 – Idem, *ibidem*.

A exposição de Paulo Schilling procurou comprovar duas teses: a da ilegitimidade da dívida externa brasileira e o fato da mesma já haver sido paga várias vezes. Em prol do argumento da ilegitimidade, o expositor levantou o fato de que até o golpe de Estado de 1964, o montante da dívida externa brasileira somava 3 bilhões de dólares. Durante os 21 anos de vigência do regime militar, foram contraídos empréstimos no valor de 100 bilhões, sendo 80% desse montante apenas nos anos 1973-1985. Para Paulo Schilling, a ilegitimidade do endividamento decorreria do fato de haver sido contraído por governos ilegítimos, à revelia do Congresso e do povo brasileiro.

Ademais, acentuava o painelista, conferências internacionais de juristas compreendiam que certas cláusulas existentes nos contratos de empréstimos, por exemplo, as que se referiam a taxas de juros variáveis, tornavam nulos esses mesmos contratos. Sua afirmação de que a dívida já teria sido paga recorria a dados numéricos para sua ilustração. De acordo com Schilling, entre 1973 e 1985, o País havia adquirido 121 bilhões de dólares através de diversas rubricas de empréstimos. Porém, nesse mesmo período, foram pagos 145 bilhões de dólares da dívida brasileira, o que significaria não só a efetivação dos compromissos como também uma exportação líquida de capitais da ordem de 24 bilhões de dólares.

Tais circunstâncias seriam ainda agravadas pelas perdas de capitais, determinadas pela deterioração do preço dos produtos brasileiros no mercado internacional e as práticas de pirataria comercial (subfaturamento nas vendas e superfaturamento nas compras das filiais brasileiras das empresas multinacionais). Não obstante, o valor do endividamento brasileiro continuava aumentando, produzindo uma situação, segundo o expositor, escandalosa e insustentável. Paulo Schilling concluía afirmando que “Todo o di-

neiro que anualmente sai do nosso País, a título de juros da dívida, aplicado internamente daria para acabar, de uma vez, com a miséria no Brasil.”³⁵⁸

Lúcia Oliveira enfatizou em sua exposição o aumento da concentração da riqueza como um dos efeitos colaterais do endividamento externo. Segundo a expositora, a situação de endividamento ocasionou que

“(...) o governo carrou todos os recursos para pagar a dívida, para orientar investimentos para os setores minoritários, para favorecer grupos estrangeiros e para manter estes mecanismos de endividar-se e produzir e exportar para pagar a dívida; isso só pode se dar através de um processo de espoliação e exploração tremendas do conjunto da população brasileira. E isso é bastante trágico. De 1985 a 1988 o PIB per capita triplicou, enquanto os salários foram reduzidos a um quinto. Os 15% mais ricos da população que abocanhavam 11,9% da renda gerada em 1970, passaram a 16,9% em 1980. Enquanto isso, os 50% mais pobres participavam em 2,6% da renda em 1980.”³⁵⁹

A conclusão lógica a que conduzia essa exposição era de que o tema da dívida externa não apenas adquiriria importância para o movimento popular e sindical como impunha a necessidade de organização e enfrentamento, segundo as condições específicas de cada setor dos movimentos sociais.

Luis Fenelon, representante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, introduziu uma dinâmica nova no evento através do recurso a uma dramatização sobre as negociações de conversão da dívida da qual participavam o Kansas City Bank, representando os credores, o Banco Central do Brasil, um vendedor de ações

da bolsa de valores e um especulador financeiro. Ao final da encenação, uma conclusão pedagógica: “Quem perde mesmo, sempre, é o trabalhador”³⁶⁰.

Em seguida, formulou uma longa série de questionamentos, da qual faziam parte preocupações conjunturais imediatas: “O que representaria hoje uma proposta de moratória?”, “Quais as propostas imediatas para encaminhar a luta pelo não pagamento da dívida?”, “Qual a relação entre a dívida e a inflação?”. Outra, historicamente datada, porém engendrando preocupações em certa medida atuais: “Com a unificação da Europa, a continuação do bloco socialista, a autonomia da China e do Japão, não seria uma boa política dos oprimidos asiáticos, africanos, latinos, criarem blocos de defesa?”. Outras fortemente atuais: “Qual a relação da dívida com o déficit público?”, “Que relação há entre a dívida externa e interna?” e “O que isto tem a ver com projetos ecológicos?”.

O último ponto de discussão no encontro foram as *Estratégias de Enfrentamento da Organização Popular Face aos Desafios Atuais*. Tal discussão, travada pelo conjunto da plenária, sintetizando as reflexões suscitadas pelos painéis anteriores, foi motivada por uma intervenção do professor e educador Antônio Dias, da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Tal intervenção levantava alguns elementos para a discussão geral acerca das dificuldades e alternativas dos movimentos sociais em face da conjuntura anteriormente apresentada e discutida. Segundo Dias, os movimentos populares, ao elaborarem suas estratégias de luta, confrontavam-se com os seguintes riscos: perder a noção de conjunto; descaracterizar os objetivos que deveriam nortear-los; conferir um caráter de competição às atividades desenvolvidas pelos grupos, como se a luta tivesse objetivos gerais distintos. Ademais, na opinião do professor,

358 – Idem p. 17.

359 – Idem, ibidem.

360 – Idem, ibidem.

“Há uma generalização no desânimo e ceticismo com a nova situação. Será que a saída não é a articulação entre os grupos para superar o marasmo e o ceticismo? Temos que conviver com pluralidade, pois a sociedade ideal nunca vai ser conseguida no mundo temporal. A teoria do movimento popular não é feita na academia e sim no próprio movimento. Portanto, resgatar a história do movimento popular é, antes de tudo, uma necessidade do movimento para entender seu caminho e corrigir a rota, quando necessário.”³⁶¹

Na sequência, os relatores de cada um dos grupos de discussão reuniram-se para sintetizar os debates realizados e conduzir a discussão para o plenário. Dessa reunião, foram selecionados cinco temas para discussão geral: Financiamento X Dependência Financeira; Terra/Reforma Agrária/UDR/Migrações; Desgaste do Movimento Popular; Movimento Popular e Partido Político; e Relacionamento entre lideranças e assessorias de base.

Diversas propostas foram discutidas e aprovadas pelos participantes do encontro com a finalidade de intensificar as lutas populares. Tal intensificação deveria ser feita no contexto de uma apreciação fortemente crítica em relação ao conteúdo das políticas sociais do governo Sarney, da limitação das expectativas em relação à nova Constituição, prestes a entrar em vigor, e de uma situação de desorientação e ceticismo disseminada nas bases dos movimentos populares.

Dessa forma, o tom geral das deliberações aprovadas enfatizava a necessidade de garantir a independência econômica e a autonomia financeira dos movimentos sociais, aprofundar as lutas pela reforma agrária e pelo não pagamento da dívida externa, unificar na prática os

movimentos populares, preservar o diálogo e as boas relações entre os movimentos populares e os partidos políticos progressistas, sobre as bases da independência e respeito recíproco. Por fim, aperfeiçoar no sentido da democracia e do diálogo e ampliar o apoio da CESE aos movimentos sociais organizados no País.

Uma das atividades de apoio deste encontro foi a discussão sobre o tema: *Questão Racial: Cultura e Política*. Foram convidados para o debate representantes do Movimento Negro Unificado (MNU), da casa *Ilê Axé Opô Afonjá*, do Grupo Cultural Olodum e da Coordenação do Encontro de Negros Sul-Sudeste. A inclusão desse tema no encontro foi justificada com a afirmação de que a CESE teria como uma de suas prioridades a questão racial e que a introdução do debate no encontro permitiria a outros grupos não diretamente ligados à problemática discutir a questão que, para a direção da CESE, permeia a sociedade brasileira como um todo.



361 – Idem, p. 23.

Entre os pontos levantados no debate foram destacados:

- As relações entre os movimentos negros e outras formas de organização;
- A necessidade de revisar a historiografia brasileira no que dizia respeito à participação do negro, à escravidão e à abolição;
- A introdução da história da África no currículo das escolas;
- As relações entre o movimento negro e os partidos políticos;
- O distanciamento entre as lideranças sindicais e os movimentos negros;
- A ausência dos movimentos negros nos locais de maior concentração de população negra: favelas, manicômios, presídios etc.;
- A interação entre a luta do negro e a luta da mulher;
- A condição específica da mulher negra frente aos movimentos negros;
- A necessidade de repensar as relações entre o mundo cristão progressista e as religiões não cristãs.

A introdução, pela primeira vez, da questão racial como um tópico específico dos encontros promovidos pela CESE, contando com a participação de lideranças do movimento negro, ainda que como uma “atividade de apoio”, não deixava de ser importante. Ter ocorrido justamente no ano do centenário da Abolição da Escravatura o revestiu de um caráter ainda mais emblemático.

Tratava-se, na verdade, de um primeiro passo em direção a uma melhor percepção da CESE face aos chamados novos movimentos sociais, então emergentes na

sociedade brasileira (mulheres, negros, homossexuais, indígenas, ambientalistas etc.). Nos anos posteriores, a importância adquirida por esses novos movimentos conquistaria uma relevância crescente, embora jamais exclusiva e nem de forma linear, nas atenções da entidade ecumênica.

A conclusão do encontro de 1988 encerrou uma fase na história da CESE e de suas relações com o movimento popular. A promulgação de uma nova Constituição, no ano de 1988, que concluiu o trânsito do Estado de exceção para um Estado de direito, seguida da vitória eleitoral do candidato conservador Collor de Mello, nas eleições presidenciais diretas de 1989, representaram o início de uma nova fase na história contemporânea do Brasil.

O desmoronamento das experiências de transição socialista na União Soviética e no Leste europeu e a afirmação do projeto neoliberal de globalização da economia incidiriam sobre a sociedade brasileira, instituindo uma nova dinâmica no seio da sociedade civil e dessa com o Estado. Em muitos casos, lideranças dos movimentos sociais tradicionais ou clássicos, como o operário e o camponês, redefiniram suas posturas, reorientando suas formas de organização e luta. Os chamados *novos movimentos sociais* passaram a disputar sistematicamente mais espaço com os movimentos clássicos, logrando, em vários momentos, subtrair a centralidade por longo tempo possuída por esses.

A CESE, coerente com seus compromissos fundadores, continuou a apoiar os movimentos sociais, concentrando, porém, crescentemente, sua atenção nos movimentos de sem-terra, negros, de mulheres e indígenas. Ao sinalizar a necessidade de repensar “novas relações entre o mundo cristão progressista e as religiões não cristãs”, a CESE, a partir de sua equipe executiva, antecipava a superação de um olhar estritamente

ecumênico, cristão, para uma concepção mais ampla e generosa do que se convencionou posteriormente como o “diálogo inter-religioso”.

Meio ambiente e organização popular

A construção de um mundo justo inclui, necessariamente, a luta pelo equilíbrio ambiental, a serviço da humanidade. A luta ecológica associa-se, cada vez mais, ao esforço dos movimentos sociais para construir uma sociedade igualitária, justa e fraterna.

Nessa perspectiva, a CESE realizou o EAP sobre o tema Meio Ambiente e Organização Popular, em setembro de 1989, com a participação de representantes de projetos de todas as regiões do Brasil – homens, mulheres, jovens e adultos de diversas experiências.

O primeiro dia foi dedicado à Mesa redonda com o tema “Amazônia: Devastação e Violência”. Os antropólogos Gustavo Lins Ribeiro, da Universidade de Brasília (UNB) e Mary Allegreti, do Instituto de Estudos Amazônicos (IEA) apresentaram dados sobre a inserção do ecossistema amazônico nas estratégias econômicas brasileiras e transnacionais, ressaltando as intervenções baseadas em interesses elitistas de caráter religioso, militar e mercantilista e a resistência dos povos amazônicos a esse processo.

Representantes de organizações da floresta – como o Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR) de Brasileira, no Acre, de São João do Araguaia, no Pará, e da União das Nações Indígenas – falaram sobre o impacto destrutivo dos grandes projetos siderúrgicos e da indústria madeireira sobre o ecossistema amazônico, denunciando, também a omissão e a cumplicidade de empresas estatais e órgãos públicos nesse processo. Segundo Osmarino Amâncio Rodrigues, presidente do STR de Brasília e companheiro de Chico Mendes na luta em defesa da floresta,

“Os índios e os seringueiros sempre produziram na floresta amazônica. E o meio ambiente nunca foi devastado. Todos os conceitos sobre a Amazônia são importantes. O que não pode é haver confusão, desvinculando a produção econômica dos aspectos ecológicos e tudo isso da necessidade da reforma agrária.”³⁶²

Nos outros dias do encontro, foram aprofundados os subtemas “A questão ambiental no Brasil hoje”, abordando políticas dominantes de desenvolvimento e degradação do meio ambiente e condições de vida da população brasileira no campo e na cidade; e “Cidadania e Meio ambiente”, focado nos direitos do cidadão (legislação ambiental, nova Constituição, direito internacional e mecanismos de participação).

Ao final do encontro, os representantes aprovaram propostas para uma ação transformadora, entre as quais se destacam: integrar a luta ambiental às demais lutas dos movimentos populares; superar o imediatismo nas ações, procurando construir um projeto alternativo de sociedade; aprofundar as alianças no campo dos movimentos sociais e conquistar espaços nos aparelhos de Estado; lutar para que sejam incluídos dispositivos de proteção ao meio ambiente nas leis orgânicas dos municípios.

No EAP de 1990, a CESE aprofundou a discussão sobre a relação do movimento popular com o Estado. A mesa redonda sobre “Experiências de Administração Popular” contou com a participação de Maria Luiza Fontenele, ex-prefeita de Fortaleza e, então, deputada federal; Luís Romeu da Fonte, deputado estadual eleito em 1990; Vítor Buaiz, então prefeito de Vitória – ES; Ermínia Maricato, professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (USP) e, à época, secretária de habitação daquele município.

362 – CESE – Relatório EAP Meio Ambiente e Organização Popular, setembro de 1989.

Maria Luiza Fontenele ressaltou que sua administração foi um processo de ruptura diante dos governos anteriormente dominados por coronéis:

“Não haveria possibilidade de alterar o poder econômico no Estado, nem o confronto de interesses antagônicos que se expressam na cidade. No entanto, para nós, havia uma certeza de que a administração não deveria se pautar nas experiências existentes e que deveria romper não só com o clientelismo, mas com a submissão dos interesses do poder dominante. Partimos para uma definição de administração popular, procuramos dar conteúdo prático a essa definição. Tomamos o termo ‘administração popular’ sob três aspectos: 1 – dar prioridade no atendimento à população carente; 2 – não privilegiar o setor privado em detrimento do setor público; 3 – assegurar a participação popular”.³⁶³

Vítor Buaiz enfocou as contradições enfrentadas na relação da administração popular com três segmentos: o funcionalismo, tentando superar o corporativismo; os movimentos populares, vítimas do clientelismo e empreguismo na relação com governos anteriores; e a Câmara de Vereadores.

Já Ermínia Maricato abordou o que considerava os limites de uma administração popular que, segundo ela, são dados “pela correlação de forças e pela organização das forças populares”: a ausência de um projeto para a cidade; o despreparo dos quadros e fragilidade das propostas; e a ausência de mecanismos de comunicação que pudessem fazer frente à televisão e à imprensa burguesas.

A conclusão dos debates realizados no encontro foi que não é suficiente ter representantes dos movi-

mentos sociais em cargos governamentais; é necessário manter a pressão popular para interferir positivamente na realidade.

Em 1991, a CESE levantou o tema da relação entre o campo e a cidade e a ausência de um projeto popular definido. Esse tema voltaria em 1997, buscando a construção de uma agenda comum. O início dos anos 90 foi, também, de muita desesperança e descrença na justiça e nas instituições. Os encontros da CESE tiveram, nesse período, um forte sentido de renovar a esperança na força dos movimentos populares. Por isso, no encontro de 1992, a CESE convocou, entre os projetos apoiados, experiências que representassem sinais de esperança no sentido da mudança social.

O ano de 1993 foi marcado pela comemoração dos 20 anos da CESE. Foi um encontro que marcou a busca de novas perspectivas em face de todos os desafios que estavam acontecendo. Foi montado um *túnel do tempo*, fazendo uma retrospectiva de 20 anos de história. O túnel abordava a realidade política, as lutas dos movimentos populares no período da ditadura, a história do movimento ecumênico e o histórico dos apoios da CESE a esses movimentos. Por meio de cartazes, instrumentos antigos (como o mimeógrafo da UNE, utilizado no período da repressão estudantil), essa retrospectiva permitiu que pessoas mais jovens tivessem uma noção mais clara sobre o que esse período representou para seus pais, por exemplo. O evento proporcionou também a interação entre vários grupos: movimentos sociais, ONGs, igrejas e agências da cooperação internacional que participaram do encontro.

O EAP-95 trouxe como tema os movimentos sociais e as políticas públicas, tendo como eixos centrais a reforma agrária e a reforma urbana. As discussões buscaram aprofundar a intervenção nas políticas públicas e avaliar o trabalho que estava sendo feito nessa área.



CESE com Fidel Castro recebendo o prêmio direitos humanos, durante encontro Ibero-americano em Salvador - 1993

Para o Encontro de 1996, foram convocados os projetos que faziam parte do Programa Especial de Projetos (PEP), que a CESE manteve até o ano de 2003. O tema desse encontro foi Desenvolvimento Institucional e resultou numa publicação que demonstra as relações

das organizações e movimentos sociais desde a sua base até as articulações mais amplas, como: governo, outras organizações sociais, igrejas e agências. Essa publicação continua sendo uma referência para entidades e movimentos sociais.

Os temas dos encontros de agentes de projetos, promovidos pela CESE, sempre guardaram relação com o contexto brasileiro e significaram um privilegiado espaço de produção de avaliações de conjuntura e estudos sobre a realidade. Posteriormente, os encontros passaram a ser associados a temas que permitem o monitoramento e avaliação dos programas, sem, contudo, abandonar as reflexões sobre o contexto.

O EAP-98, que também teve como público representantes de projetos apoiados no PEP, aprofundou o método de PMAS – Planejamento, Monitoramento, Avaliação e Sistematização. A publicação *Caminhos*, resultante desse encontro, traz esse aprofundamento sobre o tema e é, ainda hoje, referência para movimentos sociais, igrejas e agências parceiras da CESE.

Em 2001, o PEP foi avaliado e chegou-se a conclusão de que um programa especial de apoio a entidades e movimentos, isoladamente, deveria dar lugar a uma nova forma de apoio aos movimentos e organizações populares. Com efeito, em 2003, a CESE abriu uma ampla consulta para construir um novo programa. O resultado dessa consulta foi o lançamento de um edital para selecionar dez projetos articulados em rede, que veio a se constituir no Programa de Apoio Estratégico (PAE).

O método de PMAS era um desafio também para a CESE. A questão era como avaliar a efetividade dos apoios da CESE, no fortalecimento institucional das organizações e movimentos sociais, num universo de centenas de projetos apoiados anualmente? Para responder a esse desafio, a partir de 1999 a CESE adotou a avaliação por amostragem para o Programa de Pequenos Projetos, elegendo para o período 1999-2003 iniciativas classificadas pela CESE na natureza Desenvolvimento Institucional. Assim, os EAPs dos anos 2000 e 2002 foram dedicados a essa temática.

Por ser o ano de 2003 o último ano da amostra, a CESE quis verificar, nesse encontro de 2004, qual foi o efeito do Programa de Pequenos Projetos para o desenvolvimento institucional dos grupos. Foi um momento especial em que os grupos ajudaram a CESE a verificar se o método empregado de fato aferia a contribuição da CESE para o fortalecimento institucional dos grupos apoiados.

Consultas temáticas

Consultas sobre movimento sindical rural

A partir de agosto de 1989, a CESE iniciou uma série de Consultas referentes ao movimento sindical rural, a fim de oferecer um espaço que permitisse aprofundar as questões que incidiam sobre esse segmento, bem como acompanhar as transformações que ocorriam no campo brasileiro e as respostas dos movimentos em face disso.

As Consultas representaram um espaço importante de debate entre distintas organizações populares e de assessoria e, sem ignorar as divergências, as discussões propiciaram a explicitação de posições, identificação de desafios e definição de rumos para sua superação.

A CESE buscou estimular a participação de entidades nacionais, bem como de esferas locais, estaduais e regionais, do sindicalismo rural, mas também incorporou movimentos emergentes, fora do movimento sindical, como extrativistas, pescadores, quilombolas e o então incipiente Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Em 1996, a CESE elabora uma publicação que reúne os relatórios das Consultas realizadas em 1989, 1990 e 1994. Merecem destaque as recomendações dirigidas a assessorias, movimentos e dirigentes sindicais, feitas na terceira Consulta³⁶⁴: realizar estudos e pesquisas que ajudem na leitura e interpretação da realidade; formu-

364 – CESE – Sindicalismo Rural. Consultas Sindicais CESE. 1996

lar e implementar programas de formação; sistematizar e socializar experiências inovadoras; contribuir com a discussão de gênero e incorporar essa dimensão no cotidiano das suas práticas; contribuir para o fortalecimento dos sindicatos e da ação sindical, entre outras.

Também foram feitas recomendações para o conjunto dos segmentos envolvidos na Consulta, como: evitar ações isoladas que pudessem gerar conflitos entre as partes envolvidas e comprometer a ação unitária; e implementação de ações mobilizadoras que envolvessem a participação efetiva dos diferentes.

Consulta Grande Carajás

Entre 1992 e 1995, a CESE esteve envolvida com a coordenação, reuniões interestaduais e com Igrejas alemãs e, por fim, a realização do *“Seminário Consulta Grande Carajás: desenvolvimento ou destruição?”*. Foi um longo processo de pesquisa, análise e debates sobre a região do Projeto Grande Carajás, abrangendo os Estados do Pará e Maranhão. Todos os órgãos³⁶⁵ e entidades representativas dos trabalhadores presentes na coordenação do Seminário são dos dois estados. A CESE foi convidada a compor a equipe por ser uma entidade ecumênica nacional.

O então secretário executivo da CESE, Enilson Rocha Souza, participou de várias reuniões estaduais e também na Alemanha (cujas Igrejas apoiaram financeiramente a coordenação do seminário), mas a entidade contratou um consultor, Gabriel Kraychete, para acompanhar diretamente o desenvolvimento dos trabalhos.³⁶⁶ No final de 1993, a CESE já avaliava de forma positiva a sua participação na coordenação daquela consulta internacional, afirmando que a atuação de seus colaboradores

[...] permitiu um maior conhecimento da região amazônica, ao tempo em que é reafirmada a importância de se dedicar maior atenção a mesma, considerando não apenas a área abrangida pelo Projeto Grande Carajás [...] mas, numa preocupação mais ampla no que tange a projetos agroecológicos, florestais, questões ligadas à produção e comercialização. Busca-se conhecer melhor os diversos movimentos sociais atuantes na região Norte do Brasil, bem como a questão indígena regional e nacionalmente.³⁶⁷

Como resultado das primeiras reuniões, encontros estaduais e interestaduais e debates com membros de entidades de apoio, foi publicado o livro *Carajás: a guerra dos mapas*, em 1993, cuja pesquisa foi realizada pelo antropólogo e consultor para o Seminário Consulta, Alfredo Wagner Almeida. Os mapas, os textos sobre cada região do Projeto Carajás, as informações sobre reservas extrativistas, garimpeiras, indígenas, militares e assentamentos, com suas atividades extrativistas e seus problemas mais recorrentes (disparidade no controle dos recursos naturais, concentração fundiária, urbanização forçada e violência) compôs um rico material. Sempre acrescido de novos dados de pesquisa empírica e de documentos, serviu de instrumento de análise e apoio à base cartográfica e também como textos preparatórios para as discussões que aconteceriam no Seminário, afinal, além de representantes dos sindicatos e grupos de apoio aos índios, pescadores, camponeses e trabalhadores das zonas de minério, o evento contaria com pesquisadores de diversas áreas do conhecimento (antropologia, economia, geografia, sociologia, engenharia florestal e jornalismo), vindos também de diversos pontos do País.³⁶⁸

365 – Além da CESE, participaram da coordenação do Seminário Consulta os seguintes órgãos: ASSEMA, Cáritas Brasileira, CAT, CENTRU, CEPASP, CUT Pará, FASE e METAFASE.

366 – CESE – Relatório de Atividades, 1992, p.8.

367 – CESE – Relatório de Atividades, 1993, p. 3.

368 – ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de. *Carajás: a guerra dos mapas*. 2ª ed. revista e ampliada. Belém-PA: Seminário Consulta, 1995.



O Seminário Consulta aconteceu em maio de 1995, em São Luís - MA. Os pesquisadores/expositores tinham como desafio expor seus conhecimentos acadêmicos e teóricos sobre a região do Carajás, mas, sobretudo, dialogar com os sindicatos de trabalhadores rurais e metalúrgicos, associações de apoio aos camponeses e grupos étnicos – índios e negros – e demais movimentos populares, ouvir deles relatos de suas reais condições de vida numa área de grande desenvolvimento econômico, mas também de inúmeros conflitos agrários, de reivindicação de melhores condições de trabalho e desmatamentos. Assim, as mesas redondas tiveram como temas o impacto da produção de carvão vegetal, do plantio de eucalipto, da indústria de celulose, da extração e comercialização de jaborandi, assim como a grilagem de terra, os conflitos entre posseiros e empresas industriais, a poluição urbana provocada pelas atividades de carvoejamento na região do Projeto Carajás.³⁶⁹

369 – CONCEIÇÃO, Francisco Gonçalves da (Org.). *Carajás: Desenvolvimento ou Destruição?* São Luís – MA / Belém – PA: CPT/Coordenação do Seminário Consulta Carajás: Desenvolvimento ou Destruição?, 1995.

Consultas sobre diaconia e cidadania (1986, 1996 e 2001)

Atenta aos ventos da globalização, a CESE, enquanto espaço ecumênico-institucional, percebeu a necessidade de as igrejas rediscutirem as suas concepções e práticas diaconais, à luz da conjuntura. Constatada a necessidade, convidou as igrejas-membros a discutir esse tema em 1986 e 1996. Nos dez anos que separaram as Consultas, as igrejas deram passos significativos no seu testemunho diaconal e, na maioria delas, constatou-se que o trabalho estava mais bem estruturado em nível nacional.

A promoção da diaconia ecumênica explicita a identidade e a visão estratégica da CESE, cujo mandato emana do compromisso social e ecumênico das Igrejas. O trabalho conjunto das igrejas para cumprir esse compromisso, empenhando-se para garantir o fortalecimento de grupos populares em sua ação transformadora, rumo a uma sociedade democrática e justa, tem fundamentado a existência da CESE.

Para que esse trabalho persista e se qualifique, no decorrer do tempo, destaca-se a importância das iniciativas de articulação, intercâmbio e reflexão. A CESE oferece espaços para que essas iniciativas aconteçam.

As Consultas são um espaço privilegiado de articulação, visando alimentar a CESE de elementos para melhor definição ou ajuste de sua política para determinadas áreas que exigem maior conhecimento da problemática, em si, bem como se prestam à atualização e identificação de desafios.

A 1ª Consulta sobre Diaconia, realizada em 1986, marcou a vida da CESE, garantindo aos representantes das igrejas-associadas o intercâmbio de conhecimentos, trabalhos, preocupações e propostas que contribuíram para que fossem traçados planos de aproximação intereclesial. Apesar das diferenças do conceito de diaconia, a relação desse com o engajamento pela cidadania garantiu uma sintonia fundamental.

Dez anos depois (1996), foi realizada a 2ª Consulta, que, considerando as discussões anteriores, passou a ter como título *"Cidadania e Diaconia"*. Não obstante os avanços verificados, as dificuldades também persistiam, à época dessa segunda Consulta. Um dos desafios iminentes para as Igrejas, então, era a busca de uma reflexão atualizada sobre sua ação diaconal na perspectiva da cidadania. Há que se ver ainda, onde residem os empecilhos para que se estabeleçam parcerias ecumênicas mais concretas entre as igrejas.

Merece destaque o rol de compromissos assumidos por cada uma das Igrejas rumo a um novo exercício da diaconia. Entre esses, se pode elencar: trabalhar a formação da consciência diaconal nas regiões, ampliando os espaços para que outras igrejas possam participar; encaminhar propostas de democratização do poder, especialmente, questões que se referem à desigualdade entre homem e mulher; adotar, como princípio mis-

sionário, a partilha dos dons, bens, sentimentos, ministérios, palavras, mesa etc.; ser Igreja aberta, em diálogo, acolhedora e solidária com os excluídos; promover os direitos civis, econômicos e sociais; direcionar recursos para a formação de quadros e a formação bíblico-teológica para atuar no campo diaconal.

Em julho de 2001, cerca de 80 pessoas de todo o Brasil estiveram reunidas em Salvador para a Consulta Ecumênica da Juventude *Cidadania e Diaconia: Gente Nova Construindo Novo Mundo*. A Consulta reuniu representantes das igrejas que constituem da CESE, além de convidados de outras igrejas e entidades.

Jovens, assessores(as) e delegados(as) oficiais das igrejas e de organismos ecumênicos refletiram sobre a conjuntura sociopolítica brasileira e sobre o compromisso da juventude na construção de um mundo novo. Um ambiente de fraternidade, comunhão e espiritualidade permeou todos os momentos.

O encontro teve início com a instalação de uma feira, onde as igrejas trocaram experiências e mostraram atividades que desenvolvem nas áreas de juventude e diaconia, deixando claras a diversidade e as diferenças eclesiais e regionais. A visita à feira trouxe inquietações e alegrias quanto à atuação da juventude no campo da cidadania e serviço. Entre as inquietações destacaram-se: a timidez da maioria da juventude em relação ao seu protagonismo na igreja e na sociedade e a pouca clareza sobre o que as igrejas querem com a sua ação diaconal.

Foram objetos de reflexão a cultura da globalização e o modelo neoliberal de economia vivido no País, nos anos 90. Esse modelo provocou um processo de desmonte da Nação, deixando uma dívida no campo social e ecológico que quebrou a auto-estima e esperança, especialmente dos jovens. A mídia, por sua vez, acentuou o individualismo e contribuiu para enfraquecer o fundamento solidário da sociedade.

Apesar disso, os jovens assumem um papel importante de reação social ao atual projeto econômico sem perspectivas. Iniciativas de formação, solidariedade, compromisso e engajamento social trazem esperança para a construção do “novo mundo”.

Sem medo de mostrar a cara, os jovens participaram, durante a Consulta, de uma manifestação, na Biblioteca Pública do estado da Bahia, em Salvador, para deixar o *Recado da Juventude*. O ato público enfatizou que a juventude precisa ser protagonista de ações transformadoras da sociedade e que gerem vida. Para os jovens, participação cidadã não se improvisa, consciência não se forja e cidadania não é um presente, é uma conquista.

A partir dos testemunhos de militantes da juventude das décadas de 60 e 70, no combate à ditadura militar no Brasil, os jovens da Consulta foram desafiados por exemplos de protagonismo e compromisso com os ideais de libertação. A análise da conjuntura confrontou as contradições do neoliberalismo e o surgimento de mobilizações sociais em âmbito global. Na reflexão bíblico-teológica, o conceito de diaconia foi ressaltado como serviço à vida e à cidadania do Reino de Deus, que prioriza a vida abundante, numa relação de justiça social.

O debate em torno dessas questões e o trabalho em grupos os levou a definir três prioridades de ação no campo da cidadania e diaconia: envolvimento nos movimentos sociais, criação de uma rede ecumênica de articulação da juventude e o investimento na formação e capacitação de jovens.

A continuidade do processo, bem como o avanço do movimento ecumênico, se fortaleceu com a participação ativa da juventude. Nessa Consulta ficou selado um novo compromisso: o de favorecer a articulação da juventude das igrejas e sua afirmação enquanto agentes de diaconia ecumênica transformadora. Para tanto, a CESE passou a oferecer espaços em seus veículos de

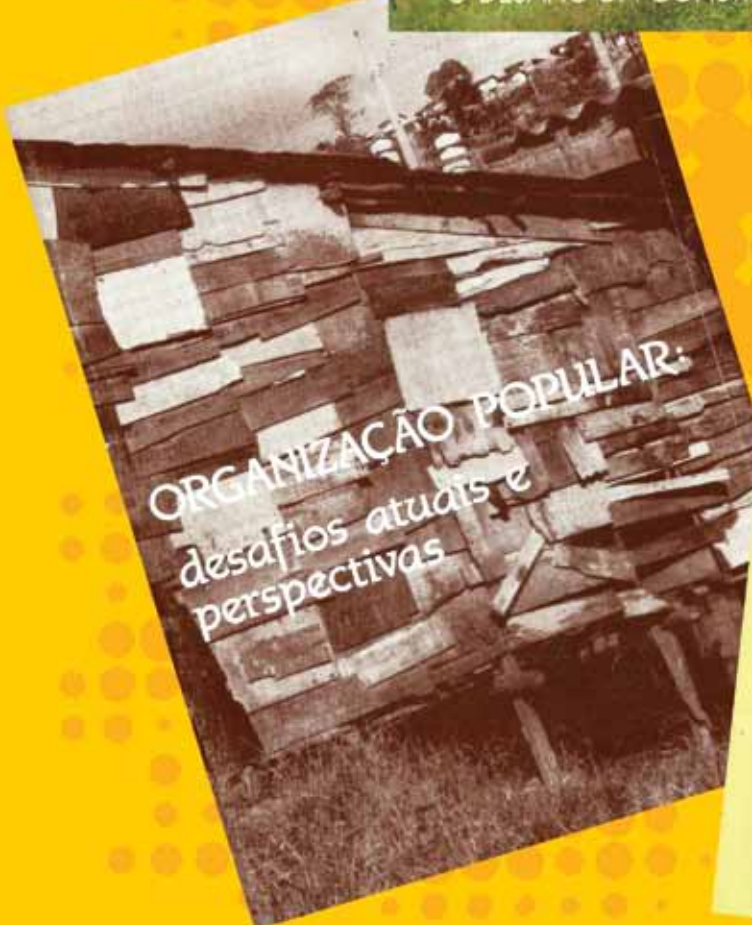
comunicação para a juventude ocupá-los com a qualidade necessária para se afirmar essa proposta e chegar, cada vez mais, às bases das igrejas, nas comunidades.

Afirmando a sua fé na juventude, na coragem de mudar o mundo, no poder da indignação, no engajamento e serviço, na arte de viver da fé, na esperança, na alegria, na beleza de sonhar e na força e na felicidade do amor, elaboraram o *Credo Ecumênico da Juventude Brasileira*:

Cremos no Deus, criador e solidário
Cremos em Jesus Cristo, amor que se fez gente
Cremos no Espírito Santo, sopro de vida e criatividade
Cremos na juventude
Cremos na coragem da juventude de mudar o mundo
Cremos no poder da indignação e no engajamento da juventude
Cremos na arte de viver da fé
Cremos na esperança, na alegria e na beleza de sonhar
Cremos na força e na felicidade do amor
Cremos na solidariedade ecumênica
e na sua força renovadora da sociedade
Cremos no serviço a favor da vida e no amor ao próximo
Cremos no direito de todas as pessoas à cidadania
Cremos na luta apaixonada pelo direito à vida abundante
Cremos que agora e sempre é o momento de agir
Cremos na unidade
Cremos na diversidade
Cremos na justiça
Cremos na paz
Cremos que o nosso Brasil tem jeito!

As consultas sobre cidadania e diaconia despertaram o interesse, também, de outras igrejas, a exemplo da Batista Nazareth, de Salvador, que se juntou às associadas da CESE nesses eventos.

Todas essas consultas permitiram uma maior aproximação da CESE às suas igrejas associadas, seja pela participação expressiva de membros de cada uma delas, seja pela riqueza dos encontros, das celebrações, seja pela oportunidade de troca de informações e reflexões sobre os trabalhos sociais de cada igreja. As consultas foram motivadoras de ações conjuntas, sendo até mesmo um embrião da Campanha da Fraternidade Ecumênica do ano 2000.



A large, stylized white silhouette of a tree with many leaves, set against a solid orange background. The tree's trunk is thick and tapers slightly, with several branches extending upwards and outwards. The leaves are small, oval-shaped, and arranged in clusters along the branches.

■ Parte II

Capítulo 5

E a história continua...



Lucyvanda Moura

A PESQUISA realizada pela equipe de historiadores retrocedeu ao período anterior à criação da CESE e chegou ao ano de 2006. A publicação deste material em 2013, na celebração dos 40 anos, não poderia prescindir de uma breve atualização, sem a pretensão de constituir-se como pesquisa histórica, mas pontuando destaques da CESE nesse último período. Os relatórios de atividades foram as principais fontes, por apresentar a atuação da instituição, de forma analítica, a partir dos planejamentos plurianuais e planos operacionais para cada ano.

A atualização considerou os seguintes aspectos: a) *institucionais*, abordando as mudanças na estrutura interna diante da crise da cooperação internacional, bem como a construção de novas alianças e parcerias; b) *diálogo ecumênico e inter-religioso*, apresentando a relação com os principais parceiros do mundo ecumênico, a evolução da Campanha Primavera para a Vida (CPPV) e a construção de um processo de diálogo com igrejas e representações de outras expressões de fé, em Salvador; c) *apoio a projetos*, mencionando novos programas implantados e o processo de construção de um serviço de assessoria e formação; e d) *incidência pública*, indicando algumas frentes e/ou temas que a instituição dedicou-se a acompanhar no período.

Aspectos institucionais

Estrutura e funcionamento

A CESE começa o ano de 2006 com um novo espaço físico. Com apoio das agências, obtém recursos específicos para realizar a reforma de sua sede, cuja conclusão acontece nesse ano. Com o espaço renovado, inicia-se um novo ciclo. Pela primeira vez a Assembleia Geral teve lugar na própria sede, favorecendo a convivência das delegações de igrejas com a equipe executiva. Nessa ocasião, foi homenageado o idealizador

da entidade, Enilson Rocha Souza, inaugurando-se o auditório com seu nome.

O sonho de dispor de um local aberto para os movimentos sociais se concretiza. Muitas reuniões de movimentos populares, de ONGs e de organizações ecumênicas passaram a ser realizadas na CESE, o que facilita um acompanhamento mais próximo das questões relevantes para a instituição. O cuidado com a acessibilidade também foi um aspecto importante para essa abertura ao movimento social.

Em 2009 um aspecto significativo para a vida interna da CESE foi a eleição da nova Diretoria e do novo Conselho Fiscal, com destaque para a participação de quatro mulheres entre os seis membros da Diretoria.

Também nesse período foi realizada uma avaliação institucional externa que retomou o processo avaliativo de 2004 e pautou-se em três objetivos: a) analisar o desenho institucional da CESE, seus avanços, insuficiências e desafios futuros em suas estruturas organizacional e de governança e nas dinâmicas e procedimentos internos de gestão; b) examinar o desempenho da CESE nos últimos cinco anos no que concerne à sua sustentabilidade institucional tendo como referências mudanças nos contextos de sua intervenção e as recomendações da avaliação externa de 2004; c) apresentar subsídios para processos em andamento e para futuros planejamentos e tomadas de decisão no que diz respeito ao desenho e desempenho institucional para o exercício de sua missão. Alguns aspectos do relatório da avaliação³⁷⁰ merecem destaque:

A metodologia de atuação da CESE – centrada na intermediação de recursos, na articulação, diálogo e formação – responde bem ao desafio de avançar na

370 – CESE. Relatório da Avaliação Institucional Externa 2005-2009 realizada por Luciano Padrão e Sílvia Camurça, fevereiro 2010.

realização de sua missão frente a um contexto de transição. Sua atuação é percebida como democrática e criativa, pois favorece a articulação das lutas dos movimentos, promove o intercâmbio de saberes e experiências, difunde e semeia iniciativas num contexto de permanentes mudanças. Com o apoio a projetos favorece – e com sua presença fortalece – iniciativas de incidência em políticas públicas. Promove sistematização de saberes e experiências locais, estreita relações entre as lutas, organizações e movimentos, e difunde leituras diversas das problemáticas dos direitos humanos e do desenvolvimento.

Várias iniciativas de formação / assessoria, ainda que limitadas a grupos populares, vêm sendo realizadas pela CESE em distintos temas e formatos e a instituição construiu uma rede de prestadores de serviços. Por sua relevância, recomendou-se que esses serviços passassem a portar dimensões de programa, como uma ação estratégica para enfrentar os desafios do contexto atual do movimento ecumênico, dos movimentos sociais e da própria sustentabilidade da CESE.

A principal conclusão da avaliação foi que a CESE tem alcançado, em todos os setores de sua ação, um bom desempenho frente ao contexto e à sua missão institucional. Contudo, recomendou-se aprimorar, consolidar e ampliar seu desenho organizacional, bem como o raio de alcance de algumas de suas ações programáticas e diretrizes orientadoras.

Em 2010, mudanças na equipe executiva exigiram um repensar coletivo e as parcerias também tiveram um papel importante nessa fase de renovação. Os referenciais já estabelecidos estavam reforçados pelas recomendações da avaliação institucional externa e por indicações claras de prioridades, frutos de encontros com representantes de movimentos sociais e com financiadores, ocorridos no final de 2009.

Sendo 2010 o último ano do planejamento quinquenal da CESE (2006-2010), foi um momento propício para a retomada do processo de planejamento. Com a assessoria do Centro Regional Ecumênico de Assessoria e Serviço (CREAS – Argentina), foi realizada uma oficina na qual foi discutida e confirmada a *missão*; retomados os princípios éticos e os objetivos estratégicos; e formulada a *visão* da CESE.

Consideradas as mudanças crescentes na cooperação internacional ecumênica e a consequente insegurança quanto às condições de sustentabilidade financeira da CESE, ficou evidenciado que a opção inicial deveria ser por um processo de planejamento que compreendesse etapas, sendo a primeira, de um plano de curto prazo, coincidente com o período garantido pelos trienais aprovados àquela ocasião – 2010-2012.

As recomendações da avaliação externa serviram de base para o planejamento e, no que tange à gestão, as propostas foram apreciadas e adaptadas às condições dadas para garantia de implementação.

As Supervisões foram substituídas por Coordenações e – visando reduzir as atribuições da Direção Executiva – foi criada a Coordenação de Desenvolvimento Institucional, ficando sob sua responsabilidade o PMA e a articulação entre Comunicação e Mobilização de Recursos, além de questões operacionais ligadas a relações ecumênicas. A Coordenação Executiva, composta pelas duas coordenações e a direção executiva, foi reconhecida como instância e definida no Regulamento de Pessoal, que foi revisado e aprovado pela Diretoria Institucional.

Outra recomendação da avaliação era a criação de uma Coordenação de Formação, porém, optou-se por renovar o Setor de Projetos, para abarcar, também, a construção de um Serviço de Assessoria e Formação, devendo a CESE buscar novos apoios financeiros para sua plena implantação.

A equipe de assessoria de projetos, que já havia sido reduzida, sofreu nova diminuição, dado que um dos assessores assumiu a Coordenação de Desenvolvimento Institucional.

Em 2012, a CESE realizou seminário de planejamento estratégico para formular uma visão sobre a instituição em 2022, véspera de completar 50 anos. A partir da identificação do novo ciclo e desafios para a CESE, foram retomados alguns aspectos: Identidade (papel/lugar; cultura interna e atitudes; marcas fortes); governança/legitimidade (relação com igrejas, agências, movimentos sociais e outros parceiros); sustentabilidade/mobilização de recursos/comunicação; ações (trabalho); estrutura (princípios gerais) e perfil de recursos humanos. Resultaram orientações claras para curto, médio e longo prazos, incluindo o processo de seleção de nova pessoa para a Direção Executiva da CESE e a transição necessária. Dentre essas orientações, destacou-se a reavaliação do quadro de pessoal e consequente redução, ainda nesse mesmo ano.

Encontros com Movimentos sociais

Em outubro de 2005, seguindo recomendação de sua avaliação institucional, a CESE realizou um Encontro com Movimentos Sociais, no qual pôde colher insumos para seu planejamento estratégico (2006 a 2010), além de fazer um balanço sobre a conjuntura brasileira.

Esse primeiro encontro também teve como objetivo formatar um espaço de diálogo permanente entre a CESE e os movimentos, para além das relações no âmbito do Setor de Projetos. Consultados sobre o formato que esse espaço deveria ter, os movimentos sugeriram a realização de encontros bienais para discussão, durante os processos de planejamento e monitoramento, com representação composta por movimentos sociais comprometidos com a causa da transformação e que estejam ligados às políticas referenciais da CESE:

- Direito a terra e água;
- Direito à cidade;
- Direito a trabalho e renda;
- Direito a identidade na diversidade.

A conjuntura nacional de 2005 era marcada pelos acontecimentos do terceiro ano de mandato do Governo Lula, em especial as denúncias de corrupção e a implementação de programas sociais. Também nesse período ocorreu uma série de conferências nacionais convocadas pelo Governo Federal, com participação expressiva da sociedade civil organizada. Na América Latina, destaque para a eleição de Evo Morales e outros processos de avanço da esquerda.

No encontro, foram realizadas três mesas de debate: *Conjuntura e Estrutura – retomando os temas do desenvolvimento, da superação das desigualdades e da radicalidade democrática como valores; Por onde a sociedade se move – balanço ou balançando o Governo Lula; De quê crise estamos falando? Perspectivas e desafios.*

Os debates contaram com a participação de representantes de fóruns e movimentos de expressão nacional, a exemplo do Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU); do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) representando o Fórum Nacional de Reforma Agrária e Justiça no Campo (FNRAJC); do Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional (FBSAN); e da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA).

O encontro teve uma avaliação muito positiva, por parte dos movimentos. Foi considerado um importante espaço de diálogo, de aprofundamento da parceria, com bom acolhimento das discussões, o que dá novo ânimo ao movimento, ao tempo em que consolida e fortalece a luta cotidiana.

Foi destacada a importância da discussão conjunta sobre campo e cidade, aliada à análise de conjuntura de um momento histórico. Os presentes agradeceram a confiança, disponibilidade e a capacidade de ouvir, demonstrada pela CESE, e a abertura para conhecer a realidade dos grupos. Destacaram que “mais que parceira, a CESE é amiga. Mostra confiança de que se está junto com os movimentos na construção de um projeto popular”.

Alguns representantes de organizações participantes consideraram que a análise das igrejas foi mais avançada que a dos próprios movimentos, e que as ações e ideias de serviço das igrejas são importantes e terão influência na prática dos movimentos.

Foi consenso que o encontro ajudou a entender a crise e a ameaça da perda do espaço conquistado. Os movimentos sociais devem unificar as lutas essenciais, pois “a única luta que a gente perde é aquela que a gente abandona”. E como reflexão final: “nesse encontro caminhamos em conjunto por um vasto campo cheio de árvores boas e ervas daninhas. Separamos identificando aquelas que podem dar bons frutos – preparamos o campo para semear. Agora, vamos esperar os primeiros brotos e então cuidar para que cresçam e nos acolham”³⁷¹.

O segundo Encontro com Movimentos Sociais, realizado em 2007, teve como objetivos monitorar avanços e desafios no cumprimento do Planejamento Estratégico; atualizar elementos da conjuntura brasileira que incidem na pauta de luta dos movimentos sociais; e efetivar o espaço de diálogo com movimentos sociais como permanente e orgânico na vida da CESE.

Nesse ano, a CESE combinou, na mesma semana, o Encontro dos Movimentos Sociais com o das agências, que atuaram como observadoras, e contou com a participação da diretoria da CESE, que pôde escutar

as expectativas dos movimentos, essenciais ao monitoramento do planejamento quinquenal da instituição.

Em 2006, aconteceram as eleições que determinaram a reeleição de Lula e, na Bahia, um aglutinamento de oposição liderado pelo Partido dos Trabalhadores. Logo após as eleições, o Governo Federal anuncia o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Ao contrário do primeiro mandato, marcado pelo discurso do combate à fome, o segundo período do governo Lula fica marcado pela consolidação da perspectiva de crescimento econômico *a qualquer custo*, com o anúncio do PAC. O aprofundamento da opção governamental pelo desenvolvimentismo representa aceleração de impactos negativos sobre biomas, comunidades tradicionais e povos indígenas. O segundo encontro com movimentos sociais se dá nesse contexto.

A apresentação dos Produtos esperados do encontro foi na linha de compartilhar as mudanças importantes que aconteceram no Brasil – e os reflexos na América Latina – de 2005 a 2007, atualizar o contexto e as mudanças sofridas pela CESE no período e consolidar o diálogo com os movimentos sociais para recolher elementos para a próxima assembleia da CESE, que se realizaria em 2008.

Na avaliação do encontro, foram também feitas sugestões para movimentos e redes, bem como para a CESE e as agências, dentre as quais destacaram-se: contar com uma assessoria para a análise de conjuntura; mais tempo para conhecimento dos movimentos e redes participantes; ampliar e continuar as redes e contatos realizados durante o encontro; desafio para os movimentos pensarem novas formas de articulação, uma vez que o Fórum Social Mundial não está mais dando respostas; importante coincidir o encontro dos movimentos sociais com a reunião das agências; organizar um glossário, com a descrição das entidades, para facilitar a compreensão das pessoas de língua estrangeira.

371 – CESE – Relatório Encontro com Movimentos Sociais. Abril de 2006.

Em 2009, o terceiro Encontro com Movimentos Sociais teve como ponto alto a elaboração de cartas, pelos movimentos, dirigidas à CESE, onde puderam apontar questões, prioridades e dúvidas para a instituição, a partir dos seguintes tópicos:

- a. As estratégias centrais de atuação da CESE...
- b. A CESE deve ficar atenta para...
- c. Nos próximos cinco anos, que tal...
- d. Gostaríamos de saber...
- e. E para as Igrejas, que criaram a CESE, gostaríamos de dizer...
- f. E para as agências, que apoiam a CESE, gostaríamos de dizer...

Representantes da equipe e diretoria da CESE, juntamente com um representante do Conselho Mundial de Igrejas (CMI), da agência *Heifer* e da Igreja Unida do Canadá (UCC) também se reuniram com a tarefa de escrever uma carta dirigida aos Movimentos Sociais, com os seguintes tópicos:

- a. Os movimentos devem ficar atentos para...
- b. Nos próximos anos, que tal...
- c. Gostaríamos de saber...

As cartas foram canais para a comunicação de reflexões e sugestões coletivas de grande qualidade e profundidade. A CESE assumiu o compromisso de analisar as questões apresentadas e, na medida do possível, respondê-las, bem como considerar as sugestões para o planejamento estratégico.

A CESE realizou o seu quarto Encontro com Movimentos Sociais nos dias 15 e 16 de março de 2012, em Sal-

vador, contando com a participação de vinte e duas organizações, oriundas de diferentes regiões do País, perpassando algumas das temáticas centrais na luta por direitos no Brasil: terra, povos quilombolas, moradores de rua, gênero, entre outros.

Entre os pontos positivos do encontro, as pessoas participantes destacaram a possibilidade dos movimentos sociais contribuírem para o planejamento da CESE, pensando em conjunto as diferentes propostas de continuidade; reunir pessoas de diferentes realidades, temas e questões; ampliação do leque de alianças, como um grande “abraço coletivo”; maior conhecimento sobre a trajetória da CESE; valorização da metodologia usada para construção de consensos.

De maneira geral, os encontros reuniram representantes dos mais expressivos movimentos, fóruns e articulações com atuação nacional e produziram reflexões e apontamentos fundamentais para a atuação da CESE. Os encontros aconteceram em momentos de debate intenso e balanço sobre os rumos do País e sobre as relações da sociedade civil organizada com o Estado. Cumpriram também, nesse contexto, um papel importante de criar espaço para o diálogo, a expressão de divergências e a construção de visões comuns.

A CESE considera os encontros com movimentos sociais um importante instrumento para sua sustentabilidade política.

Comunicação, mobilização de recursos, novas parcerias

O novo ciclo iniciado em 2006 apontou para a necessidade de aprofundamento de parcerias estratégicas, ampliação de contatos com novos setores e reforço dos trabalhos articulados – nacional, regional e internacionalmente.

A mobilização de recursos foi um desafio para a CESE, em face das mudanças do panorama da cooperação internacional ecumênica, com sérias implicações para a plena realização da missão institucional. A CESE deu um passo significativo com a formação de três pessoas da equipe sobre o tema, pela organização holandesa Gansos Selvagens. Essa iniciativa abriu caminhos para a elaboração de um plano estratégico de mobilização de recursos, concluído em 2007.

A partir de 2009, a CESE avançou na abertura de contatos com novos atores e novas fontes de recursos, enfrentando, na prática, os desafios dessa empreitada. Em destaque, nesse ano, o recebimento de doação de materiais apreendidos pela Receita Federal, cuja venda foi expressiva para a composição dos recursos necessários ao trabalho da CESE.

Novas parcerias foram firmadas em 2010. A CESE acompanhou mais de perto a Articulação D3: Diálogo, Direitos e Democracia; iniciou parceria com o Instituto C&A, no campo do desenvolvimento institucional, e com a Fundação Kellogg, no campo da questão racial. Abriu vários contatos com setores privados, a exemplo de hotéis, empresas aéreas e faculdades.

O empenho para diversificação de fontes e mobilização de recursos nacionais contou com a consultoria da FICAS, ONG indicada pela Fundação AVINA para apoio à consolidação do Plano de Mobilização de Recursos da instituição. À luz das necessidades, foram definidas prioridades e fixadas metas para mobilização de recursos, sendo prevista uma capacitação do Núcleo responsável pela orientação e execução de tarefas definidas pelos planos operacionais elaborados coletivamente.

Em 2011, outras parcerias e alianças foram estabelecidas e algumas iniciativas já em andamento foram reforçadas. Como temas priorizados nessas relações

destacam-se: desenvolvimento institucional, mobilização de recursos e equidade racial.

Nesse ano, um passo importante na mobilização de recursos nacionais foi a criação efetiva da Rede de Amigos da CESE. Vários setores – sindicais, parlamentares (municipais, estaduais e federais), entre outras personalidades políticas e religiosas participaram do lançamento dessa iniciativa e deram depoimentos contundentes sobre o trabalho da CESE no fortalecimento de organizações populares. Outras mobilizações foram realizadas, merecendo destaque iniciativas da própria equipe da CESE.

Na perspectiva de acesso a recursos públicos, a CESE foi proativa no estabelecimento de contatos em âmbito estadual e federal. Todavia, o marco regulatório do acesso a recursos públicos pelas organizações da sociedade civil ainda não é adequado à realidade desse segmento e a CESE juntou-se à Comissão Facilitadora da Plataforma por um novo marco, participando do Grupo de Trabalho paritário, formado pelo governo. Nesse grupo, a CESE representa o CLAI Regional Brasil.

Em 2012, a crise internacional, com ênfase na Europa, e a visibilidade do Brasil como um país que enfrentou a pobreza, foram elementos presentes e que indicam continuidade, exigindo da CESE maior proatividade e valorização do diálogo intersetorial (organizações da sociedade civil, movimentos populares, igrejas, organizações ecumênicas, setores empresariais), num empenho para pensar o Brasil que queremos – o modelo de democracia e de desenvolvimento. A relação com o PAD e com a Articulação D3 (Diálogo, Direitos e Democracia) foi relevante nessa direção.

Quanto ao setor empresarial, embora ainda seja necessário definir limites e critérios para parcerias nesse campo, em 2012 a CESE participou ativamente do Congresso do Grupo de Institutos, Fundações e Em-



Jantar de Lançamento Rede de Amigos – 2011

presas (GIFE), reforçando a importância de apoios a organizações de defesa de direitos.

A CESE seguiu engajada na Comissão Facilitadora da Plataforma por um novo Marco Regulatório, participando e colaborando na realização de eventos com a participação da Secretaria Geral da Presidência da República, disseminando os resultados e incentivando a continuidade do processo.

Em âmbito estadual, na Bahia, a CESE avançou em trabalho conjunto com recursos para capacitação via Secretaria de Promoção da Igualdade (SEPROMI) e realizou outros contatos, mas ainda sem resultados efetivos.

Também no ano de 2012, a CESE reforçou seu empenho na estruturação do setor de Comunicação, Alianças e Parcerias, embora tenha enfrentado discontinuidades pela ausência de profissionais de comunicação capazes de assumir a coordenação do setor e articular, com eficácia, comunicação e mobilização de recursos.

Diálogo ecumênico e inter-religioso

Em 2006, acontece a 9ª Assembleia do Conselho Mundial de Igrejas (CMI), no Brasil, e, pela primeira vez, na América Latina, propiciando o avanço nas relações do movimento ecumênico brasileiro com o de outros países da região, na preparação conjunta da assem-

bleia e, principalmente, da noite latino-americana e dos mutirões – espaços de discussão sobre temas relevantes do contexto, com participação aberta a não delegados e delegadas de igrejas, organismos ecumênicos, grupos e movimentos populares, organizações não governamentais. Junto a outras iniciativas preparatórias à 9ª Assembleia do CMI, foi realizada a III Jornada Ecumênica, que favoreceu esse estreitamento de relações continentais.

Na esfera das relações internacionais ecumênicas, o ano de 2006 foi decisivo para definição dos rumos para a construção de uma aliança global para o desenvolvimento – *ACT-Development*. Essa nova iniciativa aponta para uma face diferente da globalização, construindo Paz com justiça e com base em princípios ecumênicos compartilhados. O FE-Brasil estimulou encontro com outros países do Cone-Sul, para socialização da proposta da ACT-D e discussão com vistas à afirmação, nessa aliança, de uma perspectiva latino-americana.

Apesar de expressivos sinais de afirmação do compromisso ecumênico no Brasil, nesse ano causou tristeza a decisão tomada pelo 18º Concílio Geral da Igreja Metodista de afastar-se de organismos e conselhos, nos quais está presente a Igreja Católica e outras religiões. Tal decisão, porém, fomentou reações e reflexões importantes para posicionamentos e atuações nos marcos do ecumenismo. Ficou a esperança, na CESE, de manutenção dos trabalhos com essa Igreja, na medida em que não existem razões para o distanciamento, quando se trata de ação no campo social.

O trabalho articulado foi também incisivo com as agências de cooperação internacional. No mundo ecumênico, merece destaque o III Seminário Internacional: “O Papel das Relações de Cooperação Internacional na Exigibilidade dos DhESCA” promovido pelo PAD, em Salvador. Contou com expressiva participação de responsáveis de agências pelas relações com o

Brasil e com a América Latina, de representantes dos departamentos de política e da APRODEV (que reúne as agências protestantes da Europa). Pela primeira vez, contou com a presença da Misereor, agência católica alemã que trabalha num projeto conjunto de monitoramento dos direitos humanos no Brasil.

Outro momento importante de trabalho conjunto foi a realização do seminário “O Desafio da relação dos movimentos sociais com o setor empresarial”, em 2006, numa parceria entre CESE, PAD e Fundação AVINA. No evento, foram identificadas as diferenças e os limites existentes para o diálogo entre os movimentos sociais e o setor empresarial e explicitados conceitos e aspectos políticos da relação entre esses segmentos, com vistas a avançar na afirmação dos direitos humanos no Brasil. Alguns desses indicativos merecem destaque³⁷²: necessidade de haver abertura de ambos os lados para ir além do debate e assumir uma postura de diálogo, considerando o significado da questão dos direitos para as políticas de responsabilidade social empresarial; aprofundar o debate sobre o modelo de desenvolvimento, de democracia e de direitos humanos projetado para o Brasil para fazer avançar na construção de uma agenda positiva; fortalecer as iniciativas já existentes dos movimentos sociais, a exemplo da *Red Puentes*.

Uma proposta concreta de desdobramento do seminário foi reunir as organizações dos movimentos sociais presentes no evento interessadas em aprofundar o estudo sobre os instrumentos de ação para a Responsabilidade Social Empresarial disponíveis em âmbito nacional e internacional.

Em 2007, destaca-se o intenso processo que culminou na criação da ACT-D, uma aliança que envolve agências e igrejas, sob a coordenação do Conselho

372 – CESE. Relatório do seminário O Desafio da relação dos movimentos sociais com o setor empresarial, 2006.

Mundial de Igrejas para, a partir dos princípios ecumênicos, atuar de maneira conjunta nas questões relativas ao desenvolvimento. A CESE participou ativamente dessa construção, ajudando a pautar o tema das desigualdades sociais como eixo do debate sobre a pobreza e o desenvolvimento dos povos, bem como contribuiu com o esforço de regionalização dessa articulação, junto com organizações irmãs.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos completou 60 anos em 2008. Para a CESE, que nasceu com a publicação da cartilha contendo a Declaração, com versículos bíblicos e textos de documentos das igrejas, essa comemoração foi especialmente importante. A cartilha, já atualizada na perspectiva dos DHESCA, foi reimpressa pela Secretaria Especial de Direitos Humanos do governo federal, possibilitando uma ampla distribuição em todo o território.

Outras comemorações convergiram para esse mesmo tema, ressaltando a história do CMI, de construção do ecumenismo, de iniciativas em favor da justiça e da paz. No Brasil, muito foi falado e recuperado sobre os anos de ditadura militar, sobre o Ato Institucional nº 5, de dezembro de 1968, e sobre a resistência, em diversas expressões. Foram celebrados 20 anos da promulgação da Constituição Brasileira, marco do processo de democratização no Brasil e da luta pelos direitos de cidadania. A evocação do Maio de 68 provocou debate sobre a necessidade e emergência das utopias como motores para as transformações sociais.

Ao mesmo tempo em que a CESE esteve sintonizada com essas grandes questões, respondeu a demandas de grupos e movimentos, constatando avanços em vários campos e também os desafios, dentre eles: as crises e o risco de aumento na violação de direitos humanos, com retrocesso em conquistas de cidadania; a criminalização dos movimentos sociais e dos defensores de direitos humanos; a crescente dificuldade para a sus-

tentabilidade financeira da CESE, bem como de muitos movimentos e organizações comprometidos com a afirmação de um desenvolvimento transformador para o alcance da democracia com direitos e justiça.

A CESE esteve presente em vários espaços internacionais ecumênicos, em 2008. Coube à CESE apresentar a experiência do PAD em Simpósio promovido por ACT, por ocasião de sua assembleia mundial, salientando a importância desse espaço de relações multilaterais entre organizações ecumênicas, organizações não-governamentais e movimentos sociais, como referência para o mundo ecumênico. Essa atividade ganha significado maior por ter sido realizada na oportunidade do encontro que resultou na fusão de ACT-Desenvolvimento e ACT-Internacional numa Aliança ACT, articulando emergência e desenvolvimento num empenho conjunto de toda a família ecumênica, internacionalmente.

A questão ecumênica mereceu atenção da CESE, nos anos seguintes, apesar da falta de condições para contratação de uma assessoria específica para essa área. Em 2011, a CESE abdicou temporariamente de contratação de assessoria ecumênica e, para fazer frente às demandas das relações nessa área prioritária da CESE, formou-se um grupo interno, com pessoas de vários setores, que assumiu, com a Direção Executiva, a coordenação de processos de diálogo, relações com fóruns, conselhos, igrejas e organizações ecumênicas e também da Campanha Primavera Para a Vida.

Em 2012, merece destaque o ingresso da Aliança de Batistas do Brasil na composição institucional da CESE. As igrejas têm sido mais efetivas no apoio às causas fortalecidas pela instituição, mas, apesar disso, o País assiste ao crescimento do pentecostalismo e das manifestações de fundamentalismo – também nas camadas mais pobres da população – provocando perda de força dos setores mais comprometidos com o social.

ACT Aliança

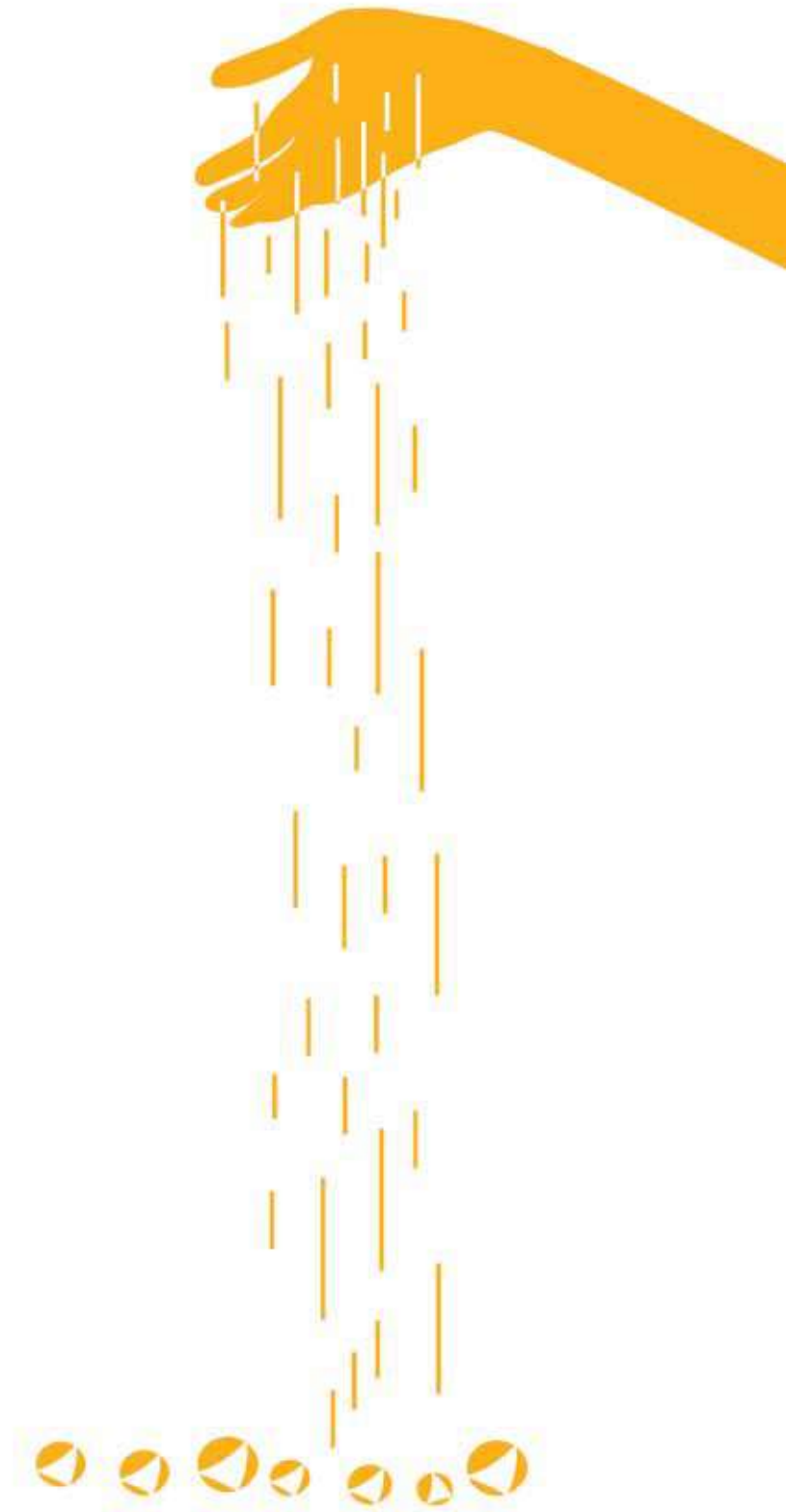
A Aliança ACT foi formada em 2010 por meio da fusão de ACT Internacional e ACT Desenvolvimento. Tem atualmente mais de 130 igrejas e organizações afiliadas, reunidas em fóruns nacionais e regionais, como FEACTION Brasil e FE Sul.

ACT Internacional tinha sido estabelecida em 1995 pelo Conselho Mundial de Igrejas e pela Federação Luterana Mundial com o propósito de mobilizar recursos e coordenar a ajuda humanitária de igrejas e agências ecumênicas frente a situações de emergência em qualquer parte do mundo.

ACT Desenvolvimento surgiu em 2007, como um esforço de juntar os compromissos de igrejas e agências ao redor do conceito de *desenvolvimento transformador*, derivado da afirmação teológica de que todas as pessoas são criadas à imagem de Deus, com o direito e o potencial de viver vidas justas e dignas em comunidades sustentáveis. A profissão de fé requer a rejeição das condições, estruturas e sistemas que perpetuam a pobreza, a injustiça, o abuso dos direitos humanos e a destruição do meio ambiente.

A CESE esteve na assembleia de criação de ACT Desenvolvimento e teve participação destacada no Grupo de Trabalho sobre Impacto, especialmente na produção do *Guia para apreciar nossa contribuição à mudança*, em 2009, e, mais tarde, no estudo do impacto da cooperação ecumênica para a garantia dos direitos de comunidades quilombolas no Brasil.

A CESE também formou parte de ACT Internacional, sendo a única entidade brasileira afiliada às duas alianças quando ocorreu a fusão entre elas, e continua valorizando o trabalho humanitário emergencial ecumênico no qual participou em diversas ocasiões no passado. No entanto, a CESE empenha-se para manter



presente a discussão do desenvolvimento transformador, a fim de assegurar que esse tema não fique em segundo plano na Aliança ACT.

Nesse sentido, foi positiva a criação, em 2012, do grupo de trabalho sobre políticas e práticas de desenvolvimento que já circulou um texto provocador sobre mudanças no paradigma de desenvolvimento, enfatizando as desigualdades entre as causas da miséria. A CESE engaja-se nesse debate, procurando levar a compromissos efetivos e ações concretas da Aliança ACT.

Campanha Primavera para a Vida (CPPV)

Em 2010, a CESE ousou ao realizar, pela primeira vez, o lançamento da Campanha Primavera para a Vida fora de Salvador, com o objetivo de ampliar a visibilidade da Campanha, nacionalmente. Contou com a participação do teólogo Leonardo Boff, que abordou o cuidado com a nossa casa comum: a Terra. De acordo com Boff, “Estamos inconformados com a atual situação da Terra. Mesmo assim cremos que está ao nosso alcance construir um mundo do ‘bem viver’ em harmonia com todos os seres e com as energias da natureza, numa profunda reverência para com a Mãe Terra”³⁷³.

Outro destaque da CPPV 2010 foi a participação de integrantes de organizações parceiras da CESE na organização dos eventos. Em reunião geral dos últimos preparativos para o lançamento, integrantes das entidades que participaram do trabalho contaram como foi importante e rica a experiência da construção coletiva dessa atividade com a CESE. Foram pessoas que, voluntariamente, cozinham o jantar, atenderam imprensa, prepararam a liturgia etc. Para muitos, foi uma experiência de reconhecimento e visibilidade. Alguns depoimentos³⁷⁴:

373 – CESE. Release Campanha Primavera para a Vida 2010.

374 – Idem

“Essa Campanha proporcionou um encontro entre parceiros. Criou uma articulação em rede entre as organizações que desenvolvem diversos tipos de trabalho em SP. Acredito que isso vai gerar vários frutos de articulação e potencialização do nosso trabalho na cidade de São Paulo” (Renê Gonçalves – Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos)

“Este processo foi rico tanto para as organizações apoiadas quanto para a CESE. Isso ajudou a perceber o valor que ela tem para as organizações. É retorno para a CESE perceber que o que ela aplicou aqui em São Paulo teve um retorno muito positivo. Fiquei muito surpresa, porque quando chamei as organizações para estarem presentes, todos prontamente aceitaram. Vieram não para simplesmente se fazer presente, mas se envolveram, criaram comissões, sugeriram etc. Então, o Lançamento da Campanha Nacional Primavera Para a Vida em São Paulo não é uma iniciativa só da CESE, mas, iniciativa das ONGs de SP que recebem subsídio” (Ester Lisboa, KOINONIA, coordenadora do lançamento, em São Paulo)

“Quando recebemos o convite da CESE para a preparação da Campanha Nacional Primavera Para a Vida 2010, nos sentimos reconhecidos e valorizados. Nossa contribuição à CESE na organização dessa Campanha foi uma forma de falar nosso muito obrigado pelo apoio financeiro que ela nos deu neste ano (...)” (Fabiano Viana - Rede Corrente Viva)

Em 2011, a CPPV teve reforço de uma cooperante do EED e também de um estagiário vinculado a Pão para o Mundo e estudante da Universidade Protestante de Ciências Aplicadas, de Freiburg, Alemanha.

Nesse ano, destacou-se a oportunidade de a CESE apresentar-se durante a assembleia geral da IPU, realizada em Salvador, o que favoreceu a ampliação do interesse pela Campanha e o reforço à participação da igreja na CESE. Neste ano, também, o Secretário Geral da CNBB enviou carta a todos os bispos diocesanos estimulando a Igreja, em nível nacional, a participar da Campanha.

Diante da diminuição dos recursos, a CESE vem evidando esforços para ampliar suas bases de sustentação política a financeira, como meio de assegurar a continuidade de suas ações e passou a encarar a CPPV não apenas como instrumento para mobilizar a solidariedade das igrejas e da sociedade para com os excluídos, mas, também, como uma estratégia para mobilização de recursos.

Assim, a partir de 2011, a CPPV passou a ser articulada à Rede de Amigos da CESE – um conjunto de pessoas que se identificam com o ideário da instituição e que têm interesse de contribuir na luta por um País realmente democrático e justo, por meio do apoio que a CESE dá a centenas de movimentos sociais no Brasil. A Rede foi lançada em 2011 e visa criar uma cultura de doação para continuar investindo nos pequenos projetos e garantindo que mais sementes de cidadania tenham condições de germinar e frutificar.

Em 2012, a CESE buscou uma maior aproximação com a Igreja Católica, em Salvador, para adesão à campanha. Foi recebida em audiência pelo Cardeal Arcebispo Dom Murilo Krieger, solicitando a participação ativa da Igreja Católica na CPPV em Salvador. A partir disso, a CESE teve algumas oportunidades de apresentar a campanha e seus materiais para setores da Igreja Católica, como a reunião das pastorais sociais e a reunião do clero da Arquidiocese de Salvador.

Diálogo inter-religioso

Em 2010, a CESE deu mais um exemplo de ousadia. A instituição que afirmou os Direitos Humanos em plena ditadura militar, por meio da publicação de cartilha com a Declaração Universal dos Direitos Humanos e, em vários momentos, provocou encontros entre movimentos em tensão para conversa em torno de objetivos comuns, ousou mais uma vez, ao convidar pessoas de diferentes expressões de fé para iniciarem um diálogo diante da crescente intolerância religiosa em Salvador.

Numa primeira roda de diálogo, as pessoas foram convidadas a refletir sobre as seguintes questões: *O que nos leva a buscar diálogo? Necessitamos de um diálogo mais amplo? Para quê? O que fazer para avançar?*

Entre as opiniões acerca da busca do diálogo, apareceram: o diálogo como condição da existência humana; a superação do racismo e da intolerância presentes na sociedade; a possibilidade de enriquecer com a experiência do outro; e conhecer o diferente.

Para avançar na construção do diálogo, faz-se necessário considerar as diferenças, ter abertura e reconhecer direitos. A construção de momentos celebrativos, em datas simbólicas (como Dia Nacional Contra a Intolerância Religiosa; Oito de Março; Dia da Consciência Negra), pode contribuir para estimular as lutas comuns. Importante também é fortalecer os espaços já existentes e ampliar as caminhadas contra a intolerância, que já são realizadas em várias cidades do País.

Essa iniciativa da CESE passou a ser chamada *Processo Construindo Diálogos* e foram realizadas rodas de diálogo também em 2011 e 2012. Nos dois eventos de 2011, as discussões giraram em torno da finalidade central desse processo de diálogo, merecendo destaque: a promoção da paz; a promoção de espaço de encontro, de troca; a realização de trabalho conjunto

para superação da intolerância religiosa; a articulação política em situações de crise; a denúncia de preconceitos sociais, políticos e religiosos.

Também, em 2011, o foco das discussões foi a necessidade de ter ações mais concretas frente às intolerâncias. Nesse sentido, buscou-se trabalhar em cima de material produzido pela Comissão de Diversidade Religiosa, da Secretaria Especial de Direitos Humanos do Governo Federal. No entanto, essa indicação foi feita já no segundo semestre de um ano eleitoral, o que desmobilizou um pouco o processo.

Em 2012, CESE e KOINONIA promoveram a quarta roda de diálogo, propiciando o contato direto de lideranças

religiosas de Salvador com a Assessora de Política de Diversidade Religiosa daquela Secretaria, a fim de discutir alternativas de superação da intolerância na Bahia.

Com a participação da assessora da Comissão da Diversidade, foi realizada visita ao Terreiro Abassá de Ogum, de Mãe Gilda, figura emblemática que morreu em razão da intolerância religiosa; e foram realizadas reuniões com diferentes segmentos: religiões de matriz africana, igrejas, organismos ecumênicos (entre eles a Rede Ecumênica de Juventude e o Conselho Ecumênico Baiano de Igrejas Cristãs), e representantes de órgãos públicos (Secretarias Estaduais de Promoção da Igualdade e de Direitos Humanos; Secretaria Municipal da Reparação).



Diálogo Inter-Religioso

Além disso, foi realizada mais uma roda de diálogo que contou com a presença de cerca de 40 pessoas. O encontro foi uma oportunidade de comunidades de terreiro denunciar diretamente à Assessora da Comissão de Diversidade Religiosa violações sofridas – como agressões, ameaças de despejo e mortes – e de discutir a mobilização em torno do Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa (21 de janeiro), em Salvador. Ao final do encontro, foi definida a constituição de um Fórum da Diversidade Religiosa e escolhida uma comissão provisória para dar seguimento às atividades.

Apoio a projetos

No período a que se refere essa atualização, a CESE seguiu desenvolvendo seu Programa de Pequenos Projetos, mas já se faziam perceber os efeitos da crise da cooperação internacional. Com o anúncio de cortes desses apoiadores históricos, além de outras perdas de recursos financeiros nacionais, foi necessário diminuir a média de apoio prevista por projeto para que a meta geral não fosse severamente abalada.

No período 2006-2010 estava em execução o Plano Plurianual da CESE. Em 2006, foi concluída a primeira edição do Programa de Apoio Estratégico (PAE), cuja sistematização propiciou socializar as reflexões sobre êxitos e fragilidades do trabalho em redes. Nesse mesmo ano, no Programa de Pequenos Projetos, o destaque foi para o acompanhamento realizado pela assessoria e, em casos específicos, pelo Serviço de Apoio ao Desenvolvimento Institucional (SADI), realizando cursos que alcançaram grupos apoiados e também responderam a demandas de igrejas, resultando no fortalecimento da diaconia ecumênica e motivando a formação de núcleos, potenciais apoiadores da Campanha Primavera para a Vida.

Nesse triênio, novas demandas e parcerias contribuíram para a criação de outros programas de apoio a projetos, com maior ênfase na formação para os grupos. Esse trabalho veio a substituir o SADI.

O desafio de manter programas de apoio a projetos foi crescente, a partir de 2011. A CESE, que há algum tempo tem mantido relações com outras organizações ecumênicas na América Latina, reforçou laços com organismos responsáveis por fundos de pequenos projetos na região sul-americana. Em encontro promovido em 2011, ficou patente a importância da articulação entre esses fundos, procurando uma comunicação que amplie a visibilidade de seus impactos no apoio à sociedade civil dos vários países envolvidos, propiciando maior incidência regional.

Novos programas de apoio a projetos

Programa Ação para Crianças

Em 2007, convidada pela organização holandesa Gansos Selvagens, a CESE deu início a uma experiência inovadora, como parte de um Programa que envolve parceiros dessa agência de cooperação na Índia, na África do Sul e, mais recentemente, no Quênia.

Esse programa internacional prevê apoio a projetos e intercâmbios. O apoio a projetos está baseado na metodologia da dupla participação, por meio da qual o grupo mobiliza parte dos recursos de que necessita para realizar sua ação social e a organização apoiadora repassa igual valor ao grupo. Os intercâmbios reúnem crianças e adolescentes de realidades diferentes para troca de experiências e reflexão sobre seus direitos. Na CESE, essa iniciativa começou como Campanha Ação para Crianças e, aos poucos, foi incorporando elementos de planejamento, monitoramento e avaliação, passando a ser considerado como mais um programa de apoio a projetos.

O objetivo do Programa é estimular que os grupos mobilizem recursos localmente e encontrem alternativas para sua autossustentação. Quando da implantação dessa iniciativa pela CESE, a demanda no campo dos projetos era espontânea e, por ser uma iniciativa menos conhecida que o Programa de Pequenos Projetos, eram poucas as propostas recebidas para análise e apoio. Isso exigiu uma maior divulgação, contando, inclusive, com uma assessoria específica para esse fim. Ao lado disso, mais dois instrumentos foram utilizados para ampliar o recebimento de projetos: a introdução da “chamada de projetos” – uma espécie de edital, porém menos formal – de maneira a tornar o Programa mais conhecido, sobretudo daquelas organizações que ainda não têm parceria com a CESE; e a “conversão” de projetos do PPP para esse novo Programa, quando se percebia que o grupo proponente demonstrava capacidade para mobilizar recursos.

O segmento de público crianças e adolescentes sempre mereceu apoio da CESE, sobretudo por meio das organizações de defesa de direitos. No entanto, não chega a ser comparado, em termos numéricos, a outros públicos alcançados pelos movimentos e organizações sociais que atuam em outras áreas. Ao lado disso, a fragilidade dos projetos recebidos dificultava o alcance da meta de apoio. Em face dessas dificuldades, a CESE abriu diálogo com a agência financiadora para que se pudesse ampliar o público beneficiário do Programa, de forma a ter um leque maior de projetos para análise e apoio. Inicialmente, foi ampliado para a faixa de juventude e, posteriormente, para outras organizações cujos projetos beneficiam – direta ou indiretamente – o público infanto-juvenil. De 2007 a 2012 já foram apoiados 132 projetos no Programa, beneficiando 49.766 pessoas.

A fragilidade das propostas e a pouca experiência das organizações sociais com a mobilização de recursos

foi o elemento motivador para que a CESE desse início a um processo de formação dos grupos – apoiados e potenciais parceiros – por meio da realização de oficinas. Em parceria com a ONG FICAS, de São Paulo, realizou oficinas entre 2011 e 2012, nas cidades de Salvador, Recife, Fortaleza e São Paulo, com 66 diferentes organizações, capacitando 110 pessoas.

Ao longo da execução do Programa, foram realizados dois intercâmbios. O intercâmbio das águas, em 2009, reuniu crianças e adolescentes de duas escolas particulares de Salvador, com outras da região do semiárido baiano, que foram convidados a conhecer realidades distintas e respeitar hábitos, costumes, culturas e entender por que o cuidado com a água é tão importante para o bem da natureza e do ser humano. Como resultado das atividades, as crianças e adolescentes produziram jornal, vídeo, spot de rádio e um ensaio fotográfico.

Segundo o coordenador do Serviço de Orientação Religiosa e Pastoral de um dos colégios envolvidos no intercâmbio,

“A criança ou o adolescente que participa de movimentos que promovem cidadania não permanece da mesma forma que era antes de fazê-lo. É impossível, por exemplo, participar de um intercâmbio com pessoas do semiárido que valorizam a água de forma ímpar e permanecer em casa desperdiçando ou deixando que se desperdice a água. Ou seja, uma ação efetiva gera mudanças também efetivas.”³⁷⁵

Outro intercâmbio aconteceu em 2010, em Brasília, reunindo crianças e adolescentes para refletir sobre mudanças climáticas, no mesmo período em que se realizava, em Cancun, a Conferência do Clima. Cer-

375 – Matéria sobre Intercâmbio das Águas – Jornal virtual PUCRS: <http://www.mundojovem.com.br/projetos-pedagogicos/projeto-intercambio-sobre-agua>

ca de 30 crianças e adolescentes de várias partes do Brasil participaram do encontro “Mudanças Climáticas: nossa vida está em jogo”, realizado pela CESE. As crianças participantes eram membros de comunidades tradicionais, indígenas, quilombolas, sem-terra, do semiárido, das grandes cidades, dos biomas Cerrado e Amazônia e tinham entre 12 e 16 anos.

A intenção do encontro foi manifestar a preocupação das crianças e adolescentes brasileiras acerca dos desafios resultantes das mudanças climáticas no Brasil e no mundo.

Antes do encontro, as crianças e adolescentes tiveram reuniões preparatórias em suas comunidades e puderam conversar sobre as condições socioambientais de diversos biomas e realidades do Brasil e apresentaram informações sobre o seu lugar e a sua vida para as outras participantes. A partir dessa troca, pintaram uma grande bandeira do Brasil onde escreveram suas prioridades: *vida, amor, direitos*.

Depois das discussões, os participantes visitaram o Congresso Nacional para apresentar o Jogo “Mudanças Climáticas: Nossa vida está em Jogo” e mostrar suas propostas, reivindicações e manifestações aos Parlamentares e representantes do Governo Brasileiro, e cobrar deles um verdadeiro compromisso frente às mudanças que atingem os mais diferentes biomas, comunidades tradicionais e moradores de periferias das grandes cidades.

Programa Produção Comunitária e Renda

A CESE iniciou o Programa Produção Comunitária e Renda (C&R) em 2008, numa parceria específica com a ICCO, agência de cooperação holandesa, com os seguintes objetivos: a) Elaborar Estudos de Viabilidade Econômica (EVE), com metodologias participativas, para 20 empreendimentos selecionados; b) Apoiar

a implementação de Planos de Capacitação nas áreas de gestão e comercialização da produção, a partir da definição de prioridades do EVE; c) Identificar empreendimentos com potencial e apoiar a inserção de seus produtos no mercado, por meio do apoio ao desenvolvimento de sua marca, da melhoria de sua rotulagem e divulgação; d) Apoiar a implantação de boas práticas na produção de alimentos (BPPA) e a adequação de padrões sanitários em empreendimentos; e) Apoiar a superação de gargalos que impedem o andamento da produção, como forma de garantir o pleno aproveitamento das capacitações oferecidas; f) Apoiar a estruturação física e de equipamentos em unidades produtivas.

O programa é desenvolvido pela CESE, em parceria com prestadoras de Serviço: Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Populares (ITCP), vinculada à Universidade Católica do Salvador (Bahia); Centro de Apoio ao Microempreendedor (CAM) e Cooperativa Agropecuária Familiar de Uauá, Canudos e Curaçá (COOPERCUC). Além disso, conta com uma equipe de profissionais contratados especificamente para o Programa: um consultor em Design e desenvolvimento sustentável; uma Designer de produtos e moda; e um Engenheiro de Alimentos. Essa equipe é coordenada por um assessor de projetos da CESE.

O Programa desenvolveu uma metodologia adequada para o fortalecimento de capacidades de pequenos grupos produtivos – empreendimentos associativos rurais, nas áreas produtiva, organizativa e de gestão, além de beneficiamento e comercialização.

Para a CESE, o Programa C&R tem fomentado discussões internas sobre novas modalidades de apoios a grupos populares e foi um dos elementos que potencializaram a ideia de criação de uma assessoria de formação na instituição. A partir das ações promovidas pelo Programa, foi possível perceber com mais clareza

o potencial das ações de formação para a ampliação do impacto do Programa de Pequenos Projetos. Algumas temáticas de desenvolvimento de capacidades já trabalhadas pela CESE têm grande potencial para o trabalho interdisciplinar: desenvolvimento da gestão e comercialização; gênero e produção; raça, etnia e desenvolvimento; meio ambiente; desenvolvimento e mudanças climáticas; juventude.

A parceria entre CESE e prestadoras de serviço tem se pautado pela transparência e pela interação. Foi estabelecido um Comitê de Acompanhamento do Programa que tem permitido avaliar sua execução e as possibilidades de aprimoramento, bem como propiciar intercâmbio e aprendizado contínuos entre profissionais de diferentes áreas. Foi estabelecida a realização de 04 reuniões anuais do Comitê para garantir o planejamento de cada etapa a ser realizada em campo e promover o aprofundamento sobre temas relevantes.

O Programa relaciona-se e está articulado com outros programas e políticas de apoio aos mesmos grupos alvo. Políticas e Programas do governo federal relacionados ao mercado institucional têm gerado demanda e promovido a produção da agricultura familiar, no entanto, sem contribuir para sua estruturação. A CESE, por meio desse programa, apoia a introdução de melhorias na gestão e na estruturação dos grupos, o que tem permitido a ampliação de suas vendas e diminuição da dependência dos programas governamentais, contribuindo para a sustentabilidade dos grupos em longo prazo.

A aproximação entre empreendimentos tem sido efetivamente estimulada em intercâmbios entre empreendimentos individuais e em intercâmbios coletivos. Além disso, tem-se estimulado a articulação dos empreendimentos apoiados com iniciativas de comercialização em rede, como a Cooperativa Rede Moinho e a Rede Sabor Natural do Sertão.

Nos dois últimos editais, a seleção de empreendimentos articulados em redes favoreceu bastante a ampliação do impacto do Programa, bem como permitiu melhorar o custo x benefício do deslocamento das equipes. Dos 09 empreendimentos selecionados em 2011, três funcionam articulados em rede: Rede de Mulheres Produtoras da Bahia (articulação com 55 empreendimentos, na região de Feira de Santana, Bahia); ARESOL (articulação com 48 empreendimentos, sertão, Bahia) e AGROFLOR (articulação de grupos produtivos que abastecem feira em Recife, Pernambuco).

As diferenças do apoio a redes exigiram adequações na dinâmica do Programa, inclusive a inclusão de uma visita inicial de diagnóstico que teve como objetivos definir a pertinência do apoio, nivelar as expectativas e definir o foco da assessoria.

Ao longo do desenvolvimento do Programa, o conceito de viabilidade econômica foi sendo alterado, de acordo com os aprendizados. O diagnóstico elaborado passou a abranger, além das questões socioeconômicas, anteriormente pesquisadas, outras dimensões como: ambiental; comunicação; acesso a políticas públicas e articulação política. Posteriormente, a metodologia foi ampliada para incluir de forma orgânica o diagnóstico de comunicação e engenharia de alimentos como itens do estudo de viabilidade.

Programa Juventude Cidadã

O Programa Juventude Cidadã, iniciativa da CESE apoiada pela agência holandesa Kerkinactie, teve início em 2005, com o objetivo de fortalecer quatro redes com atuação no Subúrbio Ferroviário de Salvador: Movimento de Cultura Popular do Subúrbio (MCPS), Rede de Protagonistas em Ação de Itapagipe (REPRO-TAI), Comissão de Articulação e Mobilização dos Moradores da Península de Itapagipe (CAMMPI), e Fórum de Entidades do Subúrbio.



A CESE já apoiava alguns grupos do Subúrbio Ferroviário de Salvador, mas alguns dados levaram a um investimento maior: o fato de que o desemprego é mais acentuado nessa região, chegando a quase 50% para os jovens que procuram o primeiro emprego, e a situação particularmente violenta em algumas subáreas, com a atuação, inclusive, de grupos de extermínio. Os dados sobre a violência são particularmente relevantes porque incidiram na escolha dos temas para as oficinas de formação desenvolvidas no Programa.

Outra motivação importante a destacar foi o histórico dos projetos que os grupos da região enviavam à CESE, cujas características permitiram traçar um perfil: eram projetos sem contextualização ou maior reflexão, frequentemente apresentados para realização de uma atividade isolada, sem maior propósito que sinalizasse a luta efetiva por direitos e cidadania, como também sem maior espírito crítico em relação à ausência de políticas públicas. Essa realidade chamou a atenção da equipe da CESE: a constatação de sucessivos projetos negados e, ao mesmo tempo, a insistência desses grupos que, ao menos, evidenciavam uma energia e uma capacidade de mobilizar centenas de pessoas em torno de eventos performáticos (manifestações artísticas), contudo, sem maior clareza quanto a um direcionamento político transformador.

Assim, antes mesmo de ter o Projeto Juventude Cidadã aprovado, a CESE promoveu, em 2005, uma oficina de capacitação denominada Planejamento e Elaboração de Projetos com Reflexões sobre Ações e Relações Raciais e de Gênero. O objetivo foi contribuir para o desenvolvimento institucional de grupos e entidades dos movimentos populares atuantes no subúrbio. Além dessa perspectiva de gênero e raça como referenciais de formação, outros aspectos de Desenvolvimento Institucional foram abordados: elaboração de projetos, PMA e gestão administrativo-financeira, po-

líticas públicas e a necessidade de uma intervenção continuada (em vez de ações episódicas).

A essa oficina seguiram-se outras iniciativas de formação para o conjunto das redes apoiadas no Programa: oficina sobre mobilização e gestão de recursos (2006); oficina sobre Direitos Humanos e Antirracismo (2006); Encontro de Intercâmbio entre os Coletivos de Jovens Rurais e Movimentos Culturais Juvenis Urbanos, na cidade de Candeal - BA (2008), coorganizado pelo Sindicato de Trabalhadores/as Rurais (SINTRAF) e Coletivo de Jovens de Candeal.

Em 2009, diversas foram as atividades realizadas: oficina ambiental – que contribuiu para a sensibilização dos participantes para novos conceitos de sustentabilidade e como eles podem ser incorporados em ações conjuntas do Juventude Cidadã e nas atividades de cada rede; passeios ecológicos no Parque São Bartolomeu, espaço que as religiões de matriz africana consideram sagrado e que há alguns anos vem sofrendo degradação; elaboração de materiais didáticos, como um livreto em quadrinhos (HQ, Comics) contando a história de Itapagipe; visitas a escolas públicas do Subúrbio; mobilização das comunidades em manifestações de rua – as duas mais expressivas foram alusivas ao 20 de Novembro (Dia Nacional da Consciência Negra) e ao Dia Mundial do Teatro; intercâmbio entre as quatro redes com um grupo de jovens da Pastoral de Juventude do Meio Popular (PJMP) da região de Bonfim (sertão baiano), envolvendo cerca de 35 jovens visitantes e 12 jovens locais.

Atividades do Programa que merecem destaque, em 2010, são: o lançamento do DVD Subúrbio Negro, uma atividade aglutinadora importante na estratégia do projeto, oportunidade de mobilizar as áreas de influência das redes e mesmo a população mais difusa, contribuindo para maior visibilidade e legitimidade no território e na cidade; e oficina sobre relações de

gênero. Nesse ano, também, teve início a discussão sobre a oportunidade de realizar uma Cartografia Social da região, devido à riqueza do trabalho e os fatores socioambientais que a caracterizam. Por meio da cartografia social, seria construído um mapa da região suburbana, onde os grupos exercitariam a “autocartografia”, criando sua própria legenda, e registrando as potencialidades e conflitos. A experiência tem sido um aliado importante para a construção de identidades coletivas, reforçando a autoestima e o sentido de pertencimento. A recepção da proposta foi boa, mas depende de coincidir agendas com um membro da Nova Cartografia Social que atua na Bahia.

As ações de formação e intercâmbio tiveram seguimento em 2011 e 2012 e já se constata uma maior qualidade dos projetos apoiados na região – não apenas das redes, mas de outras organizações que estão sob sua influência. Além disso, é visível a ampliação da incidência pública das organizações e redes apoiadas, confirmando que foi acertada a decisão da CESE de investir em acompanhamento e formação naquela região da cidade.

Programa de Equidade Racial

Em 2011, Ano Internacional dos Afrodescendentes, a CESE, o Instituto Cultural Steve Biko e o Instituto Mídia Étnica (IME)³⁷⁶, em ação consorciada, convidaram organizações e militantes do Movimento Negro da região Nordeste para participar de seleção do Programa de Equidade Racial. Esse Programa, apoiado pela Fundação Kellogg, busca desenvolver ações efetivas que contribuam para mudanças estruturais no quadro de desigualdades da Região Nordeste e tem como principal foco o combate ao racismo e às desigualdades de gênero.

376 – O Instituto Cultural Steve Biko (ICSB), é uma organização do movimento negro baiano que ao longo de 19 anos, tem desenvolvido diversos projetos educacionais com foco na formação de jovens lideranças negras para atuar nas diversas instâncias da luta antirracista na Bahia e no Brasil. O Instituto Mídia Étnica (IME) é uma organização da sociedade civil que atua desde 2005 para assegurar o direito humano à comunicação e o uso das ferramentas tecnológicas pelos grupos socialmente excluídos, especialmente a comunidade afro-brasileira.

São objetivos do programa: contribuir para o fortalecimento institucional de organizações do movimento negro da região Nordeste, empenhadas na luta antirracista e combate à pobreza da população negra; fortalecer lideranças oriundas de organizações negras do Nordeste para atuações articuladas em prol da equidade racial e de gênero e com vistas a fomentar mudanças significativas na estrutura sociopolítica no Nordeste brasileiro; formar comunicadores na perspectiva da diversidade étnico-racial por meio do incentivo à produção de textos, monografias e peças multimídia, para serem fontes de notícias para jornalistas da região Nordeste sobre temas ligados ao racismo, cultura negra e combate à intolerância religiosa; criar uma central de mídia (texto, áudio e vídeo) para visibilidade das ações do movimento negro na região Nordeste; e facilitar a integração dos movimentos negros da região por meio de redes virtuais e de cooperação.

O Programa teve início efetivo em 2012, com a seleção dos projetos em duas categorias: fortalecimento institucional (sob a coordenação da CESE) e formação de lideranças e comunicadores (coordenadas pelas duas organizações parceiras). Para o primeiro foco da formação, foram selecionados 10 (dez) projetos de organizações para receber apoio financeiro e acompanhamento para o desenvolvimento de ações no campo do fortalecimento institucional. Para a formação de lideranças e comunicadores, foram contemplados 30 militantes, com um curso de formação política, constituído por aulas presenciais e a distância. Dentre as trinta vagas disponibilizadas, 09 (nove) foram reservadas para candidatos interessados em uma formação especializada no campo da comunicação. Os nove selecionados estão sendo qualificados para atuar como pontos focais do Portal Correio Nagô³⁷⁷, em seus res-

pectivos estados, integrando uma Rede de Comunicadores no Nordeste.

A CESE já realizou dois encontros de formação em desenvolvimento institucional para as organizações selecionadas.

Assessoria e Formação

A partir das discussões provocadas pela avaliação institucional externa, realizada em 2009, e no planejamento do triênio 2010-2012, ficou fortalecida a percepção da relevância de um maior investimento da CESE na área que se denominou Serviço de Assessoria e Formação. Essa área também foi apontada como prioridade pelas lideranças presentes no Encontro com Movimentos Sociais (2009) e por representantes das redes apoiadas no Encontro do Programa de Apoio Estratégico (2010), tendo em vista as mudanças no contexto político brasileiro.

É importante mencionar que a área de assessoria e formação já vinha sendo valorizada pela CESE, que havia formatado um Setor de Apoio ao Desenvolvimento Institucional para oferecer formação a organizações populares e serviços diaconais / de ação social das igrejas, em especial na área de PMA e elaboração de projetos. No entanto, devido a restrições orçamentárias, esse Serviço foi desarticulado.

Mesmo de forma fragmentada e assistemática, a CESE já vinha desenvolvendo ações de assessoria e formação, estímulo ao intercâmbio de experiências e sistematização de aprendizados. Por meio dos seus programas, articula agências, organismos ecumênicos e outras organizações, universidades e consultores/as para oferecer assessoria e formação; promove eventos e processos de formação (oficinas, encontros etc.); e publica materiais (revistas, sistematizações de experiências, cartilhas).

377 – O Correio Nagô (www.correionago.com.br) é um portal informativo e colaborativo para postagem de textos, fotos e vídeos e discussões de temas de interesse da comunidade negra, especialmente de aspectos políticos e culturais. Caberá aos pontos focais a produção de conteúdo para o Portal e a divulgação das ferramentas do Portal a fim de ampliar o número de associados e visitantes.

Constatou-se o potencial da CESE para criação de tal Serviço a partir da análise de alguns elementos: a) grande capilaridade no movimento popular e ecumênico no Brasil – a CESE possui um banco de dados com mais de 13.000 entidades cadastradas, sendo a maior parte delas organizações populares já beneficiadas por programas da CESE. Esse banco de dados está ligado a um sistema informatizado de gestão de projetos integrado a um sistema de gestão financeira/contábil, que oferece informações ricas sobre o histórico do movimento popular no Brasil e de suas relações com a CESE, insumos precisos para um sistema de PMA dos programas de projetos, além de segurança e transparência no gerenciamento dos recursos; b) a CESE é reconhecida pelos principais movimentos sociais do Brasil como entidade comprometida com os direitos humanos e com o fortalecimento da sociedade civil, possuindo capacidade convocatória junto aos vários setores dos movimentos; c) sua atuação fortalece organizações populares, movimentos sociais e movimento ecumênico, contribuindo para boas práticas de gestão e desenvolvimento organizacional, maior capacidade de articulação, maior capacidade de incidência pública, aprimoramento de abordagens de gênero e raça/etnia, fortalecimento do compromisso ecumênico e maior incorporação de abordagem de direitos humanos, especialmente aqueles relacionados às políticas referenciais Direito a Terra e Água, Direito à Cidade, Direito a Trabalho e Renda, Direito à Identidade na Diversidade.

Com 40 anos de atuação no apoio ao fortalecimento de organizações do movimento social brasileiro, a CESE conta com *expertise* para contribuir com aprofundamento em diversos temas, como: a) Ecumenismo, Desenvolvimento e DhESCA³⁷⁸; b) Desenvolvimento Institucional, incluindo fortalecimento da capacidade de incidência pública, em particular, nas

políticas públicas, fortalecimento da capacidade de comunicação para *advocacy*, Planejamento, Monitoramento, Avaliação e Sistematização para organizações populares; e c) Gestão de fundos de pequenos projetos (para fundos de pequenos projetos), incluindo *PMA de programa*; d) Temas relacionados aos princípios éticos e políticas referenciais da CESE – meio ambiente, economia popular e solidária, igualdade de gênero e raça.

Dadas as dificuldades financeiras e consequente diminuição da equipe, esse Serviço ainda não foi plenamente estruturado.

Incidência pública

Marco Regulatório

O apoio governamental às organizações da sociedade civil de interesse público ainda é incipiente no Brasil, sobretudo pela ausência de legislação adequada, o que dificulta o acesso dessas entidades aos recursos estatais.

Em 2011, a Secretaria Geral da Presidência da República constituiu um Grupo de Trabalho, com participação de vários ministérios e representantes da sociedade, para elaborar um novo marco regulatório para as organizações da sociedade civil, mais conhecidas como ONGs (Organizações Não Governamentais).

As entidades que compõem a Plataforma das Organizações da Sociedade Civil por um Novo Marco Regulatório reuniram contribuições de gestores públicos, juristas e líderes sociais resultando em um Projeto de Lei que estabelece regras para a relação entre Estado e sociedade.

Na opinião da Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG),

378 – A CESE é membro da Aliança ACT, que tem como referência a ideia de “desenvolvimento transformador”.

“(...) o principal avanço do Projeto de Lei é reconhecer que as organizações da sociedade civil não podem ser reduzidas a braços executores de políticas governamentais; devem ser fomentadas como expressão autônoma da sociedade, espaços de experimentação de novas tecnologias sociais, canais de participação e controle social”.

As organizações da Plataforma por um Novo Marco Regulatório defendem, também, a definição de instrumentos diferenciados para favorecer a mobilização de recursos, como incentivos fiscais e um regime tributário favorável.

Nessa frente de intervenção, as ONGs têm contado com o apoio das Igrejas, que reconhecem a importância dos movimentos sociais na construção de um Brasil mais justo e democrático. Diante de um cenário de criminalização de organizações que trabalham na defesa de direitos, as Igrejas acreditam que é fundamental, também, a construção de uma imagem mais positiva dessas organizações para a população, contribuindo para sua sustentabilidade. Assim foi o posicionamento da Pastora luterana Romi Bencke, atual secretária executiva do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (CONIC), e do bispo Leonardo Ulrich Steiner, Secretário Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), no Seminário Relação Estado e Sociedade, promovido pela CNBB, em 2012.

A CESE representa o CLAI – Regional Brasil no Comitê Facilitador da Plataforma por um novo marco regulatório. Segundo Eliana Rolemberg, Diretora Executiva da CESE, três pontos importantes precisam ser considerados na construção do novo Marco Regulatório: o estímulo para doações por meio da regulação de incentivos fiscais a pessoa física e jurídica; a necessidade de reduzir a burocracia para o repasse de recursos para organizações intermediárias que apoiam pequenos projetos através de

seus fundos; e a criação de um observatório de organizações sociais que sirva como espaço para apresentação de dados abertos, com informações sobre as organizações e prestação de contas à sociedade, iniciativa que vem sendo desenvolvida pela ABONG.

(Re)construindo a memória nacional: Caravana da Anistia e Comissão Nacional da Verdade

A CESE foi criada em plena ditadura militar e tem sua história profundamente ligada à luta das igrejas pela garantia dos direitos fundamentais. Possuindo farto registro da ação das Igrejas e da sociedade civil no período, a CESE encaminhou parte desse material para a Comissão Especial de Direitos Humanos na 11ª Caravana Memorial da Anistia, que julgou a resistência religiosa contra a ditadura, em 2008.

A Caravana faz parte do projeto educativo Anistia Política: Educação para a Cidadania, Democracia e os Direitos Humanos e tem o objetivo de contribuir para o resgate, debate e reflexão sobre a história do País. Por meio de uma portaria do Ministério da Justiça, foi criado o Projeto Memorial da Anistia Política no Brasil e, entre as ações, está prevista a coleta de documentos referentes aos períodos de repressão, entre 1946 e 1988. O objetivo da Campanha de Doação e Arrecadação de Documentos é constituir o Memorial da Anistia Política no Brasil. A iniciativa da 11ª Caravana reuniu a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, a Conferência Nacional dos Religiosos do Brasil, a Comissão Brasileira de Justiça e Paz, o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs e a Igreja Metodista.

A CESE doou documentos históricos, entre eles registros fotográficos; exemplar do livro *O Compromisso Ecumênico com os Direitos Humanos*; exemplar original da 1ª tiragem da Cartilha de Direitos Humanos – pu-

blicada pela CESE em 1973; Cartilha dos Direitos Humanos tiragem atual; Cartilha dos Direitos Humanos no formato cartaz e DVD dos 20 anos da CESE, que traz um resgate da história da instituição nesse período e depoimentos de pessoas que foram perseguidas politicamente.

Nessa oportunidade, a Caravana julgou os processos de treze cidadãos brasileiros que, por causa de suas posições religiosas, sofreram monitoramentos, prisões, torturas, perderam o vínculo laboral, chegando alguns a serem expulsos do País. Entre eles figurava Eliana Rolemberg, diretora executiva da CESE que, na época da sua prisão e exílio tinha ligações com a juventude da igreja metodista, e hoje é membro da igreja luterana. Sobre essa iniciativa, disse Eliana Rolemberg:

“Considero esse momento extremamente significativo. Não somente para aquelas pessoas que, como eu, arriscaram a vida na luta por exigência de democracia com justiça no Brasil, mas, para o próprio Estado brasileiro, que deve zelar pelo exercício democrático, pela afirmação dos direitos humanos, pela justiça”.

Ao lado da aprovação da Comissão Nacional da Verdade, em 2011, também foi um momento especial a entrega de arquivos guardados pelo Conselho Mundial de Igrejas referentes ao Projeto *Brasil, Nunca Mais* coordenado, à época, por Dom Paulo Evaristo Arns e pelo pastor presbiteriano Jaime Wright.

Em 2012, o Governo Federal, por meio da Lei 12528/2011 criou a Comissão Nacional da Verdade (CNV), com a finalidade de apurar graves violações de Direitos Humanos ocorridas no Brasil entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988.

Sabendo da decisão da CNV de investigar o papel das igrejas no período da ditadura militar no Brasil, a CESE

apresentou nota a esse órgão manifestando apoio a essa iniciativa:

“A CESE compreende que as igrejas, como tantas outras instituições da sociedade, tiveram papel ambíguo e contraditório naquela época. Ao mesmo tempo em que setores resistiram ao golpe e depois lutaram contra a ditadura, outros setores apoiaram ou mesmo colaboraram com a repressão. Neste momento vimos manifestar apoio à decisão da CNV e nos colocarmos à disposição para colaborar no que for possível. Essa posição é coerente com o nosso compromisso ecumênico com a promoção e defesa dos Direitos Humanos e também com a própria história da CESE.”³⁷⁹

Cúpula dos Povos

Evento paralelo à Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente – Rio+20 – a Cúpula dos Povos reuniu organizações da sociedade civil de todo o mundo preocupadas com a discussão de alternativas e soluções para a economia verde acordada por governos e pela ONU.

Para garantir a mobilização da sociedade civil na Cúpula, foi criado um Grupo de Articulação Internacional do Comitê Facilitador para a Sociedade Civil na Rio+20, formado por 35 redes, organizações e movimentos sociais de 13 diferentes países. No Brasil, foi criado um grupo de articulação nacional, com 40 redes representadas, responsável pela coordenação metodológica e política da Cúpula.

O evento contou com ampla participação de organizações e movimentos populares de todo o Brasil, bem como muitas delegações da América Latina e de outros continentes, esses em menor número. Nas atividades autogestionadas, nas reflexões e proposi-

379 – Nota da CESE de apoio à Comissão Nacional da Verdade. Novembro de 2012.



Cúpula dos Povos – 2012

ções a partir das plenárias e assembleias, foram analisadas as *falsas* soluções e as *nossas* soluções, como também sugestões de agendas de luta comuns. A declaração final da Cúpula reforçou um posicionamento internacional “contra a tintura de verde que se quer dar para manter a hegemonia e os mesmos fundamentos do modelo de economia vigente, conferindo mais poder de decisão e interveniência sobre o futuro do planeta também nas mãos de grandes corporações mundiais.”³⁸⁰

Pode-se atestar a relevância da participação da sociedade civil organizada nesse processo de discussão e de expressão de posições e agendas de luta pelos encontros que o Grupo de Articulação da Cúpula teve com o Secretário Geral da ONU, Ban Ki Moon, e com Achim Steiner,

Diretor-Executivo do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA, bem como as negociações com diversos setores dos governos Federal e Estadual.

Importante destacar o espaço das Religiões por Direitos, que reuniu diversas expressões religiosas em convergência para a defesa de um futuro baseado na afirmação dos direitos. Foi um espaço de espiritualidade comum, onde expressões religiosas, agências de cooperação ecumênicas e outros parceiros do movimento ecumênico realizaram suas atividades e avançaram nas articulações.

A CESE compôs o Grupo de Articulação nacional, representando o FEACT Brasil, e o Comitê Baiano Rumo à Rio+20, dessa forma, participando de diversas reuniões de preparação para a Cúpula. No evento, em si, foi representada por três pessoas da sua equipe executiva

380 – CESE – Relatório de Atividades 2012

que priorizou a participação em atividades relacionadas aos temas: Ecumenismo (com presença constante nos espaços das Religiões por Direitos); questões indígena e quilombola; meio ambiente e mudanças climáticas; juventude; agroecologia.

Entre as atividades de que a CESE participou, destacam-se: lançamento da publicação de pesquisa da *Christian Aid* sobre desigualdade no Brasil; Marcha Indígena ao BNDES; Marcha das Mulheres e Marcha dos Atingidos pela Vale; Conferência de Leonardo Boff com as juventudes; Painel público do Grupo de Articulação da Cúpula com representante do PNUMA sobre Economia Verde; Conferência sobre a Convenção 169 da OIT; Conferência Internacional de *Los Pueblos Indígenas sobre Desarrollo Sostenible y Libre Determinación*; Lançamento da campanha pela desintrusão da Terra Indígena Marawatsédé, da etnia Xavante do estado do Mato Grosso; Seminário sobre o papel das religiões na defesa do meio ambiente.

Por meio do seu Programa de Pequenos Projetos, apoiou delegações de movimentos e redes para participação na Cúpula, a exemplo da juventude (por meio da Rede Ecumênica de Juventude - REJU), quilombolas e povos indígenas.

Após a participação na Rio+20, o Comitê Baiano continuou se reunindo com o objetivo de tentar manter a articulação das organizações em torno das pautas

comuns da Conferência. A CESE seguiu participando dessa articulação em nível local e realizou o Seminário *Pós Rio+20 e Cúpula dos Povos na Bahia, e daí?* O objetivo foi fazer uma reflexão sobre o que ocorreu naqueles eventos e discutir possíveis desdobramentos a serem assumidos pelas organizações populares na Bahia. Cerca de 50 organizações da Bahia participaram da atividade e elencaram algumas prioridades para as lutas no estado.

O documento final da Conferência reflete a falta de compromisso e desinteresse das nações para com a justiça social e ambiental, para com a defesa dos direitos das comunidades tradicionais e dos povos indígenas, o direito das mulheres, de crianças e jovens. A superficialidade do documento coloca em risco toda a mobilização e avanços alcançados desde a primeira Conferência para o Desenvolvimento Sustentável, a Rio 92. O documento oficial "O Futuro Que Queremos" é tímido, sem grandes compromissos e sem definição de metas claras.

Por outro lado, a declaração final da Cúpula dos Povos aponta caminhos para a sociedade civil organizada. Diversos movimentos e articulações definiram proposições de lutas comuns e agendas de luta específicas para o futuro, tendo como desafio manter a mobilização, com o objetivo de continuar pressionando os governos, que prometeram apoiar o desenvolvimento de forma sustentável.

CESE – Uma trajetória singular

40 anos em prol de unidade e cidadania.

Eram tempos agitados e conturbados. A preocupação com a gravidade dos problemas sociais no Brasil aumentava. Era necessário promover mudanças profundas em todos os níveis – tanto no político, quanto no socioeconômico – para que a população empobrecida pudesse vir a ter condições de vida digna. Foram os anos que antecederam à fundação da CESE. Muita gente despertou para uma reflexão crítica. De parte das Igrejas, principalmente pessoas ecumenicamente comprometidas, destacaram, cada vez mais, a dimensão social do Evangelho. A Conferência do Nordeste: “Cristo e o Processo Revolucionário Brasileiro” (1962) encheu de esperança tanta gente, especialmente muitos estudantes de teologia. Eu era um deles, na época.

Veio o susto. Eclodiu o golpe civil-militar. Mas as experiências colhidas não puderam ser esmagadas! Permanecia firme a convicção de que para lutar contra a miséria e a pobreza era indispensável estudar as causas que a elas levaram. Mero assistencialismo tinha que ser superado! Esta convicção esteve presente também no nascimento da Coordenadoria Ecumênica de Serviço, em 1973. E a entidade, recém-criada, fez jus ao seu nome. Logo se lançou ao serviço! Pôs-se em defesa dos direitos humanos, denunciou atos de violência e tortura, participou da discussão dos grandes temas nacionais, apoiou movimentos sociais de libertação.

As ações e os corajosos posicionamentos das Igrejas, através da CESE, fortaleceram pastorais e grupos que lutavam por dias melhores. A edição de milhões de exemplares da cartilha dos Direitos Humanos para ampla divulgação foi um verdadeiro ato profético! Correu o mundo uma foto de um presidiário exibin-

do um desses exemplares pelas grades de sua cela. A foto causou um impacto extraordinário. Isso sinaliza – assim vejo – que o povo percebe que os direitos humanos são mais que letra: são um exercício diário de convivência. Aliás, a CESE sempre os entendeu em sua amplitude e integralidade.

Para ela, também, o direito de livre expressão da fé é fundamental. Temos no Brasil grande diversidade de igrejas e de grupos religiosos. Nesse particular, a CESE, em suas atividades, assume uma atitude que destaca, sobretudo, a perspectiva relacional, a perspectiva do diálogo sincero e crítico. Rejeita tanto o indiferentismo quanto o espírito proselitista. Busca de unidade na construção do bem comum, com respeito e valorização da diversidade.

CESE, isto é mais uma característica, sempre buscou caminhar abraçada com outros organismos e entidades, como o Conselho Mundial de Igrejas (CMI), o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (CONIC), o Conselho Latino Americano de Igrejas (CLAI), KOI-NONIA e o Fórum Ecumênico ACT Brasil (FEACT-Brasil).

Quarenta anos, um belo trecho de caminho! Ao longo dele, a Coordenadoria Ecumênica de Serviço adquiriu considerável notoriedade, nacional e internacionalmente. Tornou-se conhecida, sobretudo, pela firmeza no processo de redemocratização do País, pelas propostas de superação da violência, de promoção da vida, justiça e paz.

Pessoalmente, tive o prazer de caminhar junto algumas milhas nessa estrada. Posso dizer: É uma jornada emocionante que vale a pena – tanto pelos objetivos, quanto pelas alianças, amizades e descobertas que fazemos ao longo dela.

Ervino Schmidt

Pastor da IECLB, Mestre em Teologia,
Ex-Secretário Executivo do CONIC



Posfácio

PARA SEGUIR SEMEANDO

Eu conheci a CESE através da cartilha que apresentava a Declaração Universal dos Direitos Humanos com textos bíblicos e reflexões engajadas. Assim como eu, milhões de brasileiras e brasileiros a conheceram dessa maneira. Esta publicação foi uma das primeiras das muitas ações, corajosas e fundantes. Com certeza colaborou de forma essencial para a organização de lutas por direitos humanos em todo o País. Seu lançamento e disseminação coincidiram com o processo de reorganização da luta popular no Brasil e com a resistência ao regime militar e sua consequente superação. Assim, dois dos eixos fundamentais da CESE nela se manifestaram e seguem como chave da ação: a luta pelos direitos humanos e a atuação ecumênica.

A honra que me invade pela deferência da tarefa só alimenta a responsabilidade com a escolha das palavras e o compromisso de colaborar com o seguimento de um dos mais belos e significativos sonhos, o encontro de cristãos e cristãs de diversas vertentes no serviço, na ação, na colaboração, com a realização de processos concretos de transformação da vida em mais vida. Esperam que ajude a olhar para frente, por isso a razão deste Posfácio. Vou oferecer uma perspectiva, não mais do que um olhar entre os muitos que se poderia oferecer neste momento ímpar. Espero que este olhar se some a outros no empreendimento de levar adiante este sonho que há anos “não se sonha só”!

Os 40 anos da CESE se confundem com a história brasileira e com a história de milhares de organizações populares e de milhões de pessoas. Com toda a certeza podemos dizer dela que é uma daquelas organizações que foram e continuam imprescindíveis. Sua história não se fez pelos feitos ou pelos eventos, mas por suas marcas, que são causas de luta. Suas marcas estão na gênese, na afirmação e no fortalecimento da

maior parte das organizações que foram responsáveis por mostrar as contradições que marcam a sociedade brasileira e por ajudar a construir alternativas transformadoras capazes de caminhos para sua superação. Acima de tudo, a atuação da CESE fez com que as vítimas, aquelas/aqueles que historicamente foram o resto, pudessem aparecer e, mais do que isso, dizer a sua palavra, tornarem-se sujeitos de direitos.

A CESE é uma semeadora. Aquela semeadora que continua a ter o que semear porque seus frutos são muito bons. Em tempos de escassez de sementes e, sobretudo, de escassez de terrenos férteis, semear é o desafio. Sementes caem e são jogadas em vários e diferentes terrenos. Às vezes, aquelas das quais menos se espera são as que mais produzem frutos. Sementes exigem cultivo, o que requer cuidado. Mesmo que as sucessivas crises que marcam nosso tempo tenham desertificado cada vez mais a vida, restando poucos espaços para novos brotos, a CESE sempre acreditou que é das fendas do chão duro das contradições que brota a vida. Por isso foi procurar, em cada momento histórico, as fendas férteis para que delas pudesse ajudar a fazer brotar a semente e daí pudessem ser colhidos os melhores frutos. Não é diferente agora, em tempos de horizontes sombrios nos quais as formas mercantis burguesas parecem transpassar a vida e cujo sol emite raios cada vez mais gelados que impedem que as sementeiras da justiça floresçam e fazem com que as da barbárie conservadora vicejem. Enfrentar estes desafios faz a CESE continuar com sentido na medida em que for capaz de encontrar as melhores formas de ação, de semear as melhores sementes. A trajetória lhe serve de aval para o seguimento da semeadura, mesmo que não lhe seja de per si garantia de que continua necessária. Por isso, o sentido se refaz como construção em cada momento e como capacidade de responder aos desafios de cada momento. Se assim foi, assim se refaz agora.

Nesta direção, ensaiamos algumas dicas que podem ser tidas por razões fortes para que esta semeadora siga semeando. Aquelas mesmas sementes-compromisso que marcaram a trajetória da CESE hoje se renovam e persistem como exigências. Diria que são basicamente as seguintes: a) a construção de espaços de convivência; b) a consolidação de processos organizativos; c) a abertura de caminhos de luta. Um comentário breve a cada um dos aspectos apontados.

A convivência está ameaçada pela massificação e pela intolerância. São cada vez mais gritantes as formas arcaicas de barbárie que se opõem a todas as formas de ampliação da diversidade e da pluralidade como formas de vida. A exacerbação de tendências individualistas e egóicas da sociedade de consumo levam ao isolamento e à reprodução mimética de formas de vida que resumem a multidimensionalidade do humano ao consumo, ao modo de consumismo. O consumo deixa de ser uma forma de satisfação de necessidades humanas para se converter na única forma de realização humana, produzindo regressão a formas massificadas de vida que afastam da convivência e do reconhecimento da alteridade. A intolerância torna-se a defesa ante as ameaças. O diverso, o plural, o diferente, converte-se em ameaças ao ego enclausurado e ensejam novas formas de discriminação e preconceito. A monocultura se fecha à ecologia dos diversos e reproduz formas desumanas de não convivência que se fazem com a produção de não existência do que não reproduz mimeticamente o mesmo. Não é por outra razão que ressurgem propostas que insistem, por exemplo, em afirmar direitos humanos somente para “humanos direitos”, uma versão relativista e excludente própria dos que pensam que há seres humanos e Seres Humanos, uns mais humanos que outros, por isso mais propensos a direitos. É, de novo, confundir direitos com privilégios e a garantia de direitos como concessão, favor. Por isso, a agenda da

universalidade dos direitos que não admite favorecimentos – e, menos ainda, privilégios, mas demanda a igualdade – persiste como desafio.

Esta situação se pode enfrentar somente alargando as formas de convivência dessa diversidade e dessa pluralidade pela promoção de espaços de diálogo intercultural. A ecologia dos saberes e das formas de vida é a saída não somente para a crise ambiental, mas também para a crise espiritual e antropológica que marca nosso tempo. O diálogo, além de se constituir em princípio pedagógico, também é a principal tarefa política e societal em nosso tempo. Somente dinâmicas dialógicas e abertas serão antídotos convincentes para fazer frente aos totalitarismos e aos fundamentalismos de todo tipo. A interculturalidade como reconhecimento da diversidade das formas de vida e de valores, bem como a convivialidade fraterna, serão capazes de estabelecer laços de convivência para além da simples tolerância que deixa tudo como está para ver como fica. O desafio de fortalecer espaços de convivência é, neste sentido, a garantia de um dos direitos humanos mais fundamentais, o de ser humano com os outros – nunca contra e nem apesar dos outros. É também a afirmação de um dos valores cristãos mais profundos, o que afirma a comunidade como espaço de realização do amor, o mandamento maior, e que, acima da fé e da esperança, é capaz de realizá-las como conagraçamento fraterno, como puro dom, pura doação.

Os processos organizativos populares, que sempre são entendidos pelos donos do dinheiro e do poder como ameaças à ordem e contra os quais jogam o direito e sua força como forma de submetê-los, quando não de criminalizá-los, e a moral como forma de deslegitimar suas causas, desmoralizando-os, também estão sob o risco das muitas formas de exceção. O processo organizativo popular emerge como risco ao

status quo que sempre se pretende acima da justiça. A morte de lideranças populares, a criminalização de defensores e defensoras de direitos humanos, assim como a desmoralização de suas causas e das razões de suas lutas são meios comuns para fazer com que o processo de exigibilidade dos direitos seja adiado e submetido a mecanismos de controle e de judicialização. É uma forma de fazer a memória ser esquecida e de fazer com que a verdade não apareça. Em tempos de deserto, é cada vez mais forte o despreço à organização e o cansaço com a participação. A apatia toma conta abrindo espaço para que o poder e o dinheiro sigam no comando. Assim que, enfrentar as formas sofisticadas e sutis de desarticulação e de desmobilização das organizações populares é uma das agendas persistentes.

A denúncia das violações, a memória das vítimas da injustiça e a verdade sobre as muitas formas de exclusão permanecem como agenda positiva das organizações populares. Ao lado delas também segue firme luta para fazer das demandas específicas exigências de universalização de direitos e uma forma de renovar o conteúdo, assim como de explicitar novos direitos humanos. O direito de exigir direitos é um dos direitos humanos mais fundamentais. Aliás, ele é hoje uma necessidade para além da cidadania circunscrita a territórios ou nacionalidades. Ele se afirma como direito das pessoas independentemente das nacionalidades, como a pleitear estados plurinacionais e sociedades pluriestatais, além de cada vez mais consistentes mecanismos multilaterais de relações entre os Estados na esfera internacional. Está em jogo abrir caminhos para novas formas de organização social e de ação política que dialoguem com as juventudes e suas novas formas de interação e de comunicação, mas que não se esqueçam de que a presença, na rua, é sempre mais forte do que qualquer pressão no espaço virtual ou mesmo nas salas palacianas com ares rarefeitos de

vida. O povo insiste, criativamente, em resistir e em se organizar, mesmo que seja mais difícil de vê-lo cigarrear. O olhar atento vai encontrar os melhores terrenos, as boas sementes, vai semear. Enfim, vai encontrar caminhos para que a organização do povo alcance a expressão de seus anseios e de seus direitos. Este é o modo de realizar os direitos humanos, mas é, também, uma recomendação evangélica como lembra a multiplicação/distribuição dos pães e dos peixes, que se tornou possível porque o povo se organizou.

As lutas parecem se esvaír em pequenos e rápidos espasmos. Grandes causas parecem se diluir em pequenas coisas. Lutar por um mundo melhor, por outro mundo possível, parece ser coisa de séculos passados. As lutas perdem força e se convertem em insumo de transação, de negociação, de acertos pragmaticamente informados. O pós-moderno político devasta a diversidade das lutas como processos convergentes para uma grande causa comum que faça realizar o desejo de Ernesto Sábato quando dizia que *“Sómente os que forem capazes de encarnar a utopia serão aptos para o combate decisivo, o que pretende recuperar o quanto de humanidade já tivermos perdido”* (Antes del fin, 1998). Parece que não há utopias a encarnar, não há combate decisivo a fazer, mesmo que haja muito de humanidade a recuperar. A funcionalização das lutas parece tudo reduzir à falsa ideia de que basta que cada um faça a sua parte, levando à desutopiação da luta e ao descomprometimento irresponsável.

A presença de grandes e cada vez mais radicais e profundas necessidades exigem transformações de conjunto, de todo. As causas parecem continuar a exigir respostas globais, integrais, talvez não mais totais. A reconstrução de espaços e caminhos para alternativas capazes de articular a diversidade e de convergir para o comum, o que é público, como construção, como encontro, é o que se põe como exigência, uma

universalidade de chegada. A justiça, a fraternidade, a liberdade, a igualdade, grandes sonhos da humanidade humanizada persistem como desejos profundos que se põe como demanda de realização – mesmo que cada vez mais difícil. Construir novas subjetividades indignadas com todas as formas de vitimização e cooperativas com a construção solidária é exigência que se soma à necessidade de novas institucionalidades mais abertas aos processos instituintes e menos presas às tradições de suas vetustas conformidades corporativas. Assim, subjetividades e institucionalidades renovadas continuam sendo exigências para que os direitos humanos sejam a realização da dignidade, o que também é exigência cristã genuína, dado que o homem foi feito para o sábado e não o contrário.

Enfim, estas três estratégias fazem sentido como parte do processo de transformação de vítimas em sujeitos de direitos, que se sabem, se querem e se fazem sujeitos de direitos humanos, de forma a promover as necessárias transformações na realidade, a fim de efetivar o bem viver. O *suma qamaña* (aymara), o *sumak kawsay* (quechua) ou o *teko kavi* (guarani), traduzidos precariamente por bem viver ou viver bem ou vida boa, se resumem, como afirmam os próprios povos indígenas, da seguinte forma: *“Viver bem é a vida em plenitude. Saber viver em harmonia e equilíbrio; em har-*

monia com os ciclos da Mãe Terra, do cosmos, da vida e da história, em equilíbrio com todas as formas de existência, em permanente respeito” (COAI, 2010, tradução nossa). Fazer deste desejo realidade cotidiana na vida de cada vez mais gente, de cada vez mais seres vivos, é a tarefa maior que se põe a todas/os quantas/os continuam insistindo que a realização da dignidade humana somente será possível com a integridade da criação, aliás, uma e outra se confundem como desejo do bem viver/viver bem.

Tenho certeza de que todas/os quantas/os fazem a CESE e são feitos com ela e por ela saberão encontrar os melhores caminhos para que os próximos anos, muito mais do que quarenta, sejam de afirmação do que sempre e em todas as suas formas vale a pena, a vida e vida em abundância!

Paulo César Carbonari
Doutorando em filosofia (Unisinos),
mestre em filosofia (UFG), professor de filosofia no Instituto
Superior de Filosofia Berthier (IFIBE, Passo Fundo),
conselheiro nacional do Movimento Nacional de Direitos
Humanos (MNDH), membro do Comitê Nacional de Educação
em Direitos Humanos (CNEDH-SDH/PR).

Passo Fundo,
no dia do trabalhador (2013).

Escultura do MST
em homenagem
à CESE



Agradecimentos

Não seria possível chegar a 40 anos de trabalho em favor dos direitos humanos, do desenvolvimento e da justiça sem o concurso de diversas parcerias. No momento de celebração dessa trajetória, queremos expressar nossa gratidão a pessoas e instituições que – solidariamente – apoiaram a atuação da CESE:

Fundadores

Diretorias, desde a fundação

Corpo de funcionários, funcionárias e suas famílias, desde a fundação

Colaboradores e colaboradoras

Consultores e consultoras

Igrejas associadas e parceiras

Outras expressões de fé

Rede de Amigos

Financiadores:

CMI – Conselho Mundial de Igrejas

Pão para o Mundo

EZE – EED

Christian AID / GTF

ICCO – Organização Intereclesiástica para a Cooperação / Kerkinactie

HEKS – Agência de Desenvolvimento das Igrejas Protestantes da

SDOP – Ajuda da Igreja Presbiteriana dos EUA

UCC (Igreja Unida do Canadá) / CIDA – Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional Suíça

CWS – Serviço Mundial de Igreja dos EUA

Wilde Ganzen (Gansos Selvagens)

AIN – Ajuda da Igreja da Noruega

Terre des Hommes Schweiz

Misereor

FNV – Fundo para a Não Violência

Finnchurchaid

Danchurchaid

Heifer Internacional – Programa Brasil e Norte da Argentina

Pão para Todos

Solidaridad

Petrobras – Programa Desenvolvimento & Cidadania

Instituto C&A

Receita Federal

SESI/FIEB

Fundação Avina

Fundação Kellogg

